

ISSN 1980-5799

Domínios de Lingu@gem

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
Universidade Federal de Uberlândia



Número atemático



v. 15, n. 1
Janeiro/Março 2021



PPGEL



Domínios de Lingu@gem

Número Atemático

1º Trimestre 2021

Volume 15, número 1

ISSN: 1980-5799

Expediente

Universidade Federal de Uberlândia

Reitor

Prof. Valder Steffen Jr.

Vice-Reitor

Prof. Carlos Henrique Martins da Silva

Diretor da EDUFU

Prof. Guilherme Fromm

Diretor do Instituto de Letras e Linguística

Prof. Ariel Novodvorski

EDUFU – Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1S – Térreo – Campus Santa Mônica
CEP: 38.408-144 – Uberlândia – MG
E-mail: www.edufu.ufu.br

Organização: Guilherme Fromm

Edição: Guilherme Fromm

Revisão: autores

Diagramação: Guilherme Fromm

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Domínios de Lingu@gem, / Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de
Letras e Linguística, 2007-
V. 1 -

Trimestral.

ISSN: 1980-5799

Modo de acesso: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>

A partir de 2020 a Revista é de responsabilidade do Programa de
Pós- Graduação em Estudos Linguísticos

1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos. I.
Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística. III.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Estudos Linguísticos.

CDU 801(05)

*Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer
responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista, ao Instituto de Letras e Linguística ou à Edufu.*

Domínios de Lingu@gem

Diretor

Guilherme Fromm (UFU)

Conselho Editorial

Carla Nunes Vieira Tavares (UFU)

Igor Antônio Lourenço da Silva (UFU)

Marileide Dias Esqueda (UFU)

Comissão Científica

Adriana Azevedo Tenuta (UFMG), Adriana Cristina Cristianini (UFU), Aldo Luiz Bizzocchi (FMU), Alessandra Montera Rotta (UFU), Alexandre José Cadilhe (UFJF), Alexandre Melo de Sousa (UFAC), André Pedro da Silva (UFRPE), Andréia Guerini (UFSC), Ataliba T. de Castilho (USP/UNICAMP), Brett Hyde (Washington University in St. Louis – Estados Unidos), Carla Nunes Vieira Tavares (UFU), Carmem Lúcia Hernandez Agustini (UFU), Cecília Magalhães Mollica (UFRJ), Cintia Vianna (UFU), Cirineu Cecote Stein (UFPB), Claudia Zavaglia (UNESP/SJ Rio Preto), Cláudio Márcio do Carmo (UFOP), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Clecio dos Santos Bunzen (UNIFESP), Cristiane Brito (UFU), Dánie Marcelo Jesus (UFMT), Deise Prina Dutra (UFMG), Dilys Karen Rees (UFG), Eduardo Batista da Silva (UEG), Eliana Dias (UFU), Elisa Battisti (UFRGS), Elisete Carvalho Mesquita (UFU), Ernesto Sérgio Bertoldo (UFU), Fernanda Costa Ribas (UFU), Filomena Capucho (Universidade Católica Portuguesa – CECC - Portugal), Francine de Assis Silveira (UFU), Francis Henrik Aubert (USP), Gabriel Antunes Araujo (USP), Gabriel de Avila Othero (UFRGS), Giacomo Figueredo (UFOP), Hardarik Bluehdorn (Institut für Deutsche Sprache Mannheim – Alemanha), Heliana Mello (UFMG), Heloisa Mara Mendes (UFU), Igor Antônio Lourenço da Silva (UFU), Irenilde Pereira dos Santos (USP), Jacqueline de Fatima dos Santos Morais (UERJ), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), Jose Luiz Fiorin (USP), José Ribamar Lopes Batista Júnior (CAF/UFPI), José Sueli de Magalhães (UFU), Karylleila Santos Andrade (UFT), Krzysztof Migdalski (University of Wroclaw – Polônia), Leandro Silveira de Araujo (UFU), Lucivaldo Silva da Costa (UNIFESSPA), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Liliane Santos (Université Charles-de-Gaulle - Lille 3 – França), Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP), Marcelo Módolo (USP), Márcia Mendonça (UNICAMP), Márcio Issamu Yamamoto (UFJ), Márcio Sales Santiago (UFRN), Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN), Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU), Maria Cecília de Lima (UFU), Maria Célia Lima-Hernandes (USP), Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva (UEPA), Maria Helena de Paula (UFG), Maria José Bocorny Finatto (UFRGS), Maria Luisa Ortiz Alvarez (UnB), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Suzana Moreira do Carmo (UFU), Marlúcia Maria Alves (UFU), Maurício Viana Araújo (UFU), Michael J. Ferreira (Georgetown University – Estados Unidos), Montserrat Souto (Universidade Santiago de Compostela – Espanha), Nadja Paulino Pessoa Prata (UFC), Nilza Barrozo Dias (UFF), Patrícia de Jesus Carvalinhos (USP), Paulo Osório (Universidade da Beira Interior – Portugal), Paulo Rogério Stella (UFAL), Pedro Malard Monteiro (UFU), Pedro Perini-Santos (PUC-Minas), Raquel Meister Ko. Freitag (UFS), Roberlei Alves Bertucci (UTFPR), Roberta Rego Rodrigues (CLC/UFPEL), Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Portugal), Silvana Maria de Jesus, (UFU), Silvia Melo-Pfeifer (Universidade de Hamburgo – Alemanha), Simone Floripi (UFU), Simone Tiemi Hashiguti (UFU), Sinara de Oliveira Branco (UFMG), Sostenes Cezar de Lima (UFG), Stella Esther Ortweiler Tagnin (USP), Teresa Maria Wlosowicz (University of Social Sciences - Polônia), Ubirajara Inácio Araújo (UFPR), Valeska Virgínia Soares Souza (UFU), Vanessa Hagemeyer Burgo (UFMS), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vera Lucia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG), Walcir Cardoso (Concordia University – Canadá), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU), Zelina Márcia Pereira Beato (UESC).

Participaram da edição 45 como pareceristas *ad hoc*

Alexandre Marcelo Bueno (Mackenzie)
Arelis Felipe Ortigoza Guidotti (UEL)
Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues (UERJ)
Carla Leila Oliveira Campos (UFMG)
Christiane Heemann (UNIVALI)
Cristiane Dall Cortivo Lebler (UFSC)
Graziela Frainer Knoll (UFN)
José Cezinaldo Rocha Bessa (UFRN)
Luciana Nogueira (UNIVÁS)
Márcia de Souza Luz Freitas (UNIFEI)
Mariana Francis (UNIOESTE)
Rejane Bueno (UNILA)
Rosemeire Selma Monteiro-Plantin (UFC)

Sumário

Entre a modificação e a quantificação: adjetivos como determinantes plurais em português brasileiro (PB) - Ana Paula Quadros Gomes (UFRJ), Tatiane Gonçalves Sudré (UFRJ).....	7
O uso de folksonomias na campanha de Jair Bolsonaro no YouTube: análise dos conteúdos do primeiro turno das eleições de 2018 - Elis Nazar Nunes Siqueira (UNICAMP)	41
O estudo de fraseologismos na tradução: uma metodologia baseada em <i>corpus</i> - Luana Aparecida Nazzi Laranja (UNESP), Milena de Paula Molinari (UNESP), Adriane Orenha-Ottaiano (UNESP)	76
Programas Sociais: o processo de nominalização em uma perspectiva articulatório-enunciativa - Edna Cristina Silveira (UFSJ), Luciani Dalmaschio (UFSJ)	101
Sequências explicativas em textos de museus de ciências e tecnologia: análise dos textos do MCT-PUCRS à luz da tipologia de Jean-Michel Adam - Lucas Meireles Tcacenco (UFRGS)	154
O que se entende por Retórica da Guerra Cultural - Frederico Rios C. dos Santos (USP)	180
<i>Auto de resistência</i> : uma análise jurídico-terminológica em uma perspectiva histórica - César Nardelli Cambraia (UFMG)	228



Entre a modificação e a quantificação: adjetivos como determinantes plurais em português brasileiro (PB)

The quantifier-like adjectives of Brazilian Portuguese (BP)

Ana Paula QUADROS GOMES*

Tatiane GONÇALVES SUDRÉ**

RESUMO: O objetivo deste artigo é explicar o comportamento de adjetivos que estão funcionando ora como um modificador ora como um determinante no Português Brasileiro (PB). Ao desempenhar o papel de um determinante, selecionam pluralidades, exibindo informações de quantidade ('Diferentes comidas foram preparadas para o jantar.'/ *'Diferente comida foi preparada para o jantar.'). Nesse caso, a marcação plural é fundamental para a gramaticalidade da sentença. Contudo, o mesmo adjetivo (p.ex. 'diferente'), ao se comportar como um modificador, pode aparecer na sua forma singular de maneira que não traga nenhum problema quanto a sua aceitação ('A cozinheira iniciou o dia fazendo uma diferente comida para o jantar.'). A proposta que será defendida é a de que esses adjetivos são um subgrupo da classe dos adjetivos de grau relativo (AGRs) (KENNEDY; MCNALLY, 2005). Defenderemos que a classe dos AGRs possui sintaxe e semântica especiais, capazes de explicar o licenciamento de alguns deles como um

ABSTRACT: This article addresses why some adjectives can work as plural determinants in Brazilian Portuguese (BP). When playing the role of a determinant, they select pluralities, displaying quantity information ('Diferentes comidas foram preparadas para o jantar.'/ *'Diferente comida foi preparada para o jantar.'). The plural morpheme is essential for the grammaticality of those determiners. However, the same adjective (p. egg. 'diferente' 'different') can appear in its singular form as a modifier without threatening the acceptability of the sentence ('A cozinheira iniciou o dia fazendo uma diferente comida para o jantar.'). We propose that Q-Adjectives, or those adjectives showing this behavior in BP, are a subgroup of the class of Relative Gradual Adjectives (RGAs) (KENNEDY; MCNALLY, 2005). Since RGAs have special syntactic and semantic properties, we also propose that they can operate as plural determinants. We will also explain why not every RGA can behave as a determiner, by claiming that a special

* Professora Doutora da UFRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3476-0193>. anaquadros@letras.ufrj.br

** Mestranda da UFRJ e bolsista Capes. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1200-188X>. tatianesudre@gmail.com

determinante plural. Também explicaremos por que nem todo AGR pode funcionar como determinante: há um tipo especial de comparação requerido para que um adjetivo se torne um adjetivo quantificacional (Q-Adjetivo).

type of comparison is required for adjectives to become quantificational (Q-Adjectives).

PALAVRAS-CHAVE: Determinantes. Plural. Adjetivos de grau. Adjetivos quantificadores. Semântica de graus.

KEYWORDS: Determiners. Plural. Degree adjectives. Quantifying adjectives. Degree semantics.

1 Introdução

É um fato muito conhecido que os determinantes da língua inglesa são especializados em nomes massivos e contáveis. ‘*Much*’ é um exemplo do primeiro caso, pois pode ser usado com o equivalente em inglês de ‘sal’, em ‘*much salt*’, mas não com o equivalente a ‘carros’, em *‘*much cars*’. Já ‘*many*’, um exemplo do segundo caso, pode ser usado com o termo em inglês para ‘carros’, em ‘*many cars*’, mas não com o termo para ‘sal’, em *‘*many salt*’. Por outro lado, os determinantes das línguas românicas, em geral, não apresentam especialização em nomes massivos ou contáveis. Como notam Gomes e Mendes (2018), o português tem ‘cada’, que é especializado em contáveis singulares (‘cada aluno’, *‘cada ar’), mas não tem nenhum determinante como o ‘*much*’ do inglês, que se combine apenas com nomes de massa. Porém, o português brasileiro (PB) conta com “determinantes que selecionam exclusivamente nomes contáveis plurais, como *vários*¹, *diferentes*, *diversos*, *distintos*” (GOMES; MENDES, 2018, p. 73). Os exemplos abaixo (nossos) ilustram a agramaticalidade desses determinantes no singular:

¹ Fábregas (2019) afirma que ‘*vários*’, em estágios anteriores do espanhol, podia ser usado como adjetivo, no sentido de ‘variado’, embora no espanhol contemporâneo seja apenas um quantificador; assumimos a mesma coisa para ‘*vários*’ em PB. ‘*Variados*’ pode assumir a função de determinante plural em PB.

- (1) a. Diferentes times protestaram contra a Liga Portuguesa de Futebol. (Braga, Vitória SC, Aves, Leixões, Famalicão, Vizela etc.)
b. *Diferente time protestou contra a Liga Portuguesa de Futebol.
- (2) a. Distintas pessoas, de distintas culturas, ao longo da história da humanidade, traduziram a interioridade humana como paisagens poéticas.
b. *Distinta pessoa, de distinta cultura, ao longo da história da humanidade, traduziu a interioridade humana como paisagens poéticas.
- (3) a. Diversos usuários do WhatsApp foram vítimas de golpe.
b. *Diverso usuário do WhatsApp foi vítima de golpe.
- (4) a. Variados bairros reclamaram da qualidade da água.
b. *Variado bairro reclamou da qualidade da água.

Além do interesse trazido por essa seleção inusitada, peculiar para uma língua como o PB, em que os determinantes em geral não fazem seleção semântica dos nomes, outro aspecto bem interessante desses determinantes é que eles se parecem com adjetivos, em termos de distribuição e morfologia, e, funcionando como adjetivos, admitem singular. Primeiramente, eles têm forma superlativa sintética ('diferentíssimos', 'distintíssimo', 'variadíssimo'; só *'diversíssimo' não é atestado, talvez por termos 'diversificadíssimo'), ou pelo menos analítica ('muito diferente', 'muito distinto', 'muito variado'; 'muito diverso'). Depois, todos eles podem aparecer em posição predicativa:

- (5) a. Isso é diferente. / João e Maria são muito diferentes.
b. Tudo ao redor está distinto. / Os padrinhos estão muito distintos com esses trajes.
c. Minha opinião é diversa. / As consequências foram diversas.
d. O repertório dele é variado. / Os itens que as pessoas perdem na rodoviária são variados.

Eles também podem aparecer em posição atributiva canônica, que em línguas românicas como o PB é a ordem núcleo-predicado (CINQUE 2010):

- (6) a. Gêmeos nascem em anos diferentes no Rio de Janeiro.
b. Incêndio na Austrália e na Amazônia têm causas distintas.
c. O prefeito foi acusado de usar recursos públicos com finalidade diversa.
d. Uma das atrações do bar é a gastronomia variada.

Os exemplos (5) e (6) mostram que os determinantes plurais podem se comportar como a maioria dos adjetivos do PB, por apresentarem flexão de grau, funcionarem como predicado sentencial e também modificarem núcleos de argumentos nominais, na ordem canônica. Vale observar que os determinantes plurais, ao funcionarem como adjetivos, exibem ainda uma propriedade que poucos adjetivos têm nas línguas românicas, a saber, a de burlar a ordem canônica, tanto aparecendo antes do núcleo nominal quanto depois, em posição atributiva:

- (7) a. O assistente do Google já consegue reconhecer vozes das mais diferentes pessoas.
b. Ary Fontoura vive uma distinta senhora no cinema.
c. O programa apoia projetos culturais de diversas formas de expressão.
d. O festival de música comporta os mais variados estilos.

Este artigo vai tratar desses determinantes do PB, que selecionam pluralidades quando funcionam como determinantes, mas que apresentam também uma distribuição de adjetivos, e que, funcionando como adjetivos, aceitam singular. Vamos abordar o fenômeno na interface da semântica com a sintaxe. O problema empírico que se coloca, como aponta Laura Brugè (2018), em seu trabalho sobre 'otro' ('outro' em espanhol), é que a gramaticalidade dos exemplos de (1) a (4) representaria um problema para a análise de 'vários', 'diferentes', 'diversos', 'distintos' etc. como modificadores, dado que adjetivos não costumam licenciar sujeitos oracionais. Por exemplo, embora 'novo' seja um adjetivo que pode aparecer em posição predicativa (8a) e atributiva (8b,c), tanto após (8b) quanto antes do núcleo (8c), esse adjetivo não

funciona como um determinante no singular (8d), e, embora melhore no plural (8e), não é nem de longe tão natural quanto os do exemplo (1)²:

- (8) a. O carro é novo.
- b. O novo diretor é muito simpático.
- c. Meu irmão mais novo viajou.
- d. * (Um) novo aluno entrou na minha turma este mês.³
- e.* (Estes) novos alunos entraram na minha turma este mês.

Vemos que não faz grande diferença para o licenciamento do sujeito oracional usar ‘novo’ no plural ou no singular: tanto (8d) quanto (8e) requerem a presença de um determinante clássico, como ‘um’ ou ‘estes’. O contraste entre os dados de ‘novo’/ ‘novos’ (8d,e) e os de ‘diferentes’ (1a,b), ‘distintas’ (2a,b), ‘diversos’ (3a,b), e ‘variados’ (4a,b) como sujeitos sentenciais levantam a questão de por que nem todos os adjetivos licenciados em posição predicativa e, na atributiva, tanto seguindo quanto precedendo o núcleo nominal, podem licenciar sujeitos oracionais. O que distingue gramaticalmente adjetivos como ‘novos’ de adjetivos como ‘diferentes’, quanto ao licenciamento de sujeitos oracionais?

Esse problema não é exclusivo do PB. Fábregas (2019) indica que, também no espanhol, não é qualquer adjetivo pós-nominal ou pré-nominal que licencia sujeitos sentenciais sem determinantes expressos — vejamos os exemplos (3a, b) dele, retirados da página 42 e aqui renumerados por nós para conveniência do leitor:

² Como apontado por um parecerista anônimo, a quem agradecemos, não só por isso, mas pela dedicada leitura deste trabalho, por suas sugestões valiosas e por seus inestimáveis comentários prestimosos, ocorrências similares a (8e) com maior aceitação são atestadas: “Novos alunos devem ficar atentos às datas de matrícula” (<https://jornal.usp.br/universidade/matricula-2020/>). Trata-se, porém, de manchetes, ou de títulos de notícias jornalísticas, que, por especificidades do gênero, omitem os determinantes; acreditamos que a mesma sentença, figurando em outro gênero textual, traria obrigatoriamente o determinante expresso: “Os novos alunos devem ficar...”.

³ O asterisco em (8d, e) indica que o material interno aos parênteses não pode ser omitido, sob pena de a sentença se tornar agramatical. Precisa haver determinante realizado antes de ‘novo’.

- (9) a. **(Unos) estudiantes rubios suspendieron.*
 Uns estudantes loiros reprovaram
 ‘Alguns estudantes loiros bombaram.’
- b. **(Esos) elegantes embajadores se fueron.*
 estes elegantes embaixadores se foram
 ‘Aqueles elegantes embaixadores nos deixaram.’

Vemos, pelas versões apresentadas em (9), que, também em espanhol, nem todo adjetivo funciona como determinante: ‘loiro’ (que, a propósito, não é gramatical antecedendo o núcleo nominal em PB: ‘O moço loiro entrou.’ / *‘O loiro moço entrou’) e ‘elegante’ (que em PB pode vir antes ou depois do núcleo) necessitam de um determinante expreso. Considerando as versões em PB, vemos que ‘loiros’ e ‘elegante’ são ainda menos aceitáveis que ‘novos’ como determinantes, e em PB ‘novos’ não é tão bom quanto ‘variados’, ‘diferentes’, ‘diversos’, ‘distintos’ etc. A pergunta é: quais são os ingredientes para o licenciamento de um adjetivo plural como determinante? Qual é o papel da pluralidade?

Vamos defender que esses determinantes, que chamaremos de adjetivos quantificacionais (Q-adjetivos), seguindo Fábregas (2019) e Müller, Negrão e Pemberton (2002), são adjetivos de grau relativo (AGRs), que, por terem uma sintaxe e uma semântica especial (cf. KENNEDY; MCNALLY; 2005), podem ser construídos em posições mais altas do sintagma nominal; aqueles dentre os AGRs que, pelo seu significado, estabelecem comparação entre pelo menos dois indivíduos, aplicando-se somente a um grupo ou a uma pluralidade, preenchem as condições para serem esvaziados de parte de seu sentido, retendo apenas a informação de número, num processo de gramaticalização. Assim como Brugè (2018) propôs para ‘otro’ em espanhol, vamos analisar esses determinantes plurais como adjetivos de modificação direta que fazem merge na projeção estendida do sintagma nominal, acrescentando que eles estão subcategorizando a informação de número plural de NumP.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: na seção 2, apresentaremos a semântica de graus, demonstrando que todos esses determinantes correspondem a adjetivos de grau relativos; na seção 3, apresentaremos os achados de outras pesquisas sobre os determinantes plurais nas línguas românicas e também apresentaremos nossa análise; na seção 4, estão as nossas conclusões.

2 Os adjetivos de grau

2.1 Semântica

Segundo Kennedy e McNally (2005), os adjetivos (bem como todas as expressões lexicais) se dividem semanticamente em dois grandes grupos: os graduáveis ou escalares, chamados de adjetivos de grau (AGs), e os não-graduáveis ou não-escalares, os ditos adjetivos sem grau. Os adjetivos de grau podem ser separados dos sem grau através de testes independentes, consagrados na literatura da semântica de graus. Os AGs (mas não os adjetivos sem grau) podem ser intensificados — ver (10a) e (11a) —, podem entrar em uma estrutura de comparação — ver (10b) e (11b) —, têm o seu oposto lexicalizado — comparar (10c) a (11c) —, e podem ser parte de *small clauses*, ou seja, complementos de verbos do tipo ‘julgar’, ‘achar’, ‘considerar’ — ver (10d) e (11d):

- (10) a. Esta roupa é muito diferente.
b. As tatuagens dos presidiários são mais diferentes que as dos marinheiros.
c. O oposto de *diferente* é *igual*.
d. Achei o gosto da água diferente.
- (11) a. *Este copo é muito plástico.
b. *Este copo é mais plástico que aquele.
c. O oposto de *plástico* é ???
d. *Julguei este copo plástico.

Pelos testes, percebemos que o adjetivo ‘diferente’ é de grau, mas o adjetivo ‘plástico’, não. Todos os determinantes plurais apresentados nos exemplos de (1) a (4)

na introdução ('diferentes', 'distintos', 'diversos', 'variados') passam no teste para adjetivos de grau. Vamos postular que somente adjetivos com grau podem ser determinantes plurais, ou adjetivos quantificacionais. Os adjetivos sem grau não podem:

- (12) a. *Plástico copo caiu no chão.
b. * Plásticos copos caíram no chão.

Vamos propor que somente adjetivos de grau podem vir, quando atributivos, tanto antes quanto após o núcleo nominal; os sem grau, como 'plástico', somente são licenciados na posição canônica das línguas românicas, que é a linearizada na ordem nome-adjetivo. Assumiremos ainda que somente os adjetivos de grau possam vir a ser determinantes plurais, embora nem todos sejam. Ou seja: ser adjetivo de grau é condição necessária, mas não suficiente para que um adjetivo se torne um adjetivo quantificador (um AQ). Veremos brevemente por que é necessário ser um AG para ser um AQ. Começaremos pela análise de AGs que adotamos, numa semântica de graus ao modo de Kennedy e McNally (2005).

Semanticamente, sentenças formadas com AGs são comparações implícitas. Ou seja, são como uma sentença comparativa em que não se pronuncia um dos termos comparados. Esse termo vai ser recuperado por informações do contexto. Nessa análise, a sentença 'O combustível está caro' significa 'O combustível está mais caro que...' Qualquer nome que entrar no lugar dos três pontinhos precisa ter a propriedade de ter preço, mas, uma vez atendido esse requisito, não há nada previamente definido, podendo a sentença resultante variar entre 'O combustível está mais caro do que estava antes', 'O combustível está mais caro que um litro de leite', 'O combustível está mais caro que os outros itens do orçamento mensal' etc. Há diversas possíveis interpretações. Para todas elas, de qualquer modo que a sentença seja completada, a sentença só será julgada verdadeira se, entre os itens cujo preço é comparado, o

referente do nome pronunciado ('o combustível') tiver o maior valor. Isso mostra que, assim como sentenças comparativas explícitas de superioridade (x é mais A que y), de inferioridade (x é menos A que y) e de igualdade (x é tão A quanto y), que expressam diferentes relações entre os itens em comparação (x e y), cada adjetivo de grau também impõe suas próprias condições à comparação. Vimos que 'caro' se comporta como uma comparativa de superioridade. Há AGs que se comportam como comparativas de inferioridade; por exemplo, 'barato'. Assim, 'A cachaça é barata' pode ter esta tradução: o preço da cachaça, em comparação com o de algo a ser identificado contextualmente, tem o menor entre os valores comparados. Então 'A cachaça é barata' é lida como 'a cachaça tem menor preço que...', em que os pontinhos são completados com informações disponíveis no contexto, podendo resultar em 'a cachaça tem menor preço que a água', em 'a cachaça tem menor preço que a cerveja' etc. É uma comparativa de inferioridade. Há ainda AGs que disparam comparativas implícitas de igualdade, como 'cheio'; a sentença 'O balde está cheio' quer dizer que o nível de ocupação do balde é igual ao máximo volume que ele comporta. Tanto faz qual seja a capacidade do balde, ou o seu conteúdo. Se o balde for de 5 litros e tiver areia até a borda, será verdade que 'O balde está cheio'; mas se o balde for de 10 litros e tiver 3 litros de água dentro, essa sentença será falsa.

Os AGs se subdividem em dois grupos: aqueles que disparam comparações implícitas de superioridade ou inferioridade, como 'caro' e 'barato', são ditos relativos (AGRs). Aqueles que disparam comparações implícitas de igualdade são ditos absolutos. Propusemos que todos os adjetivos quantificadores (AQs) são AGs, como pode ser aferido aplicando a eles os testes em (10,11). Podemos acrescentar agora que todos os AQs são AGRs. Vamos reanalisar as sentenças que vimos em (6), aqui renumeradas para conveniência do leitor. Em (a) estão as mesmas sentenças, e em (b, c), duas das paráfrases possíveis para essas comparativas implícitas:

- (13) a. Gêmeos nascem em anos diferentes no Rio de Janeiro.
b. O ano de nascimento do gêmeo mais velho é anterior ao ano de nascimento do gêmeo mais novo.
c. O ano de nascimento do gêmeo mais novo é posterior ao ano de nascimento do gêmeo mais velho.
- (14) a. Incêndio na Austrália e na Amazônia têm causas distintas.
b. A causa do incêndio na Austrália é mais natural que a do incêndio na Amazônia.
c. A causa do incêndio na Amazônia é menos natural que a do incêndio na Austrália.
- (15) a. O prefeito foi acusado de usar recursos públicos com finalidade diversa.
b. A finalidade prevista por lei para o uso de recursos públicos está mais de acordo com o interesse coletivo do que a finalidade realmente dada pelo prefeito a certa verba.
c. A finalidade realmente dada pelo prefeito a certa verba está menos de acordo com o interesse coletivo do que a finalidade prevista por lei para o uso de recursos públicos.
- (16) a. Uma das atrações do bar é a gastronomia variada.
b. Os itens de gastronomia daquele bar são um mais peculiar que o outro.
c. Os itens de gastronomia daquele bar são um menos trivial que o outro.

É claro que as paráfrases oferecidas nas letras (b, c) em (13, 14, 15 e 16) para as sentenças (a) não esgotam todas as interpretações possíveis. A ampla variedade de leituras é resultado da propriedade da vagueza, visto que AGRs têm um termo de comparação não-pronunciado que será saturado contextualmente (e há muitos candidatos plausíveis no contexto para completar essa operação). Mas o importante é que não é possível parafrasear essas sentenças com a estrutura de comparativas de igualdade. Elas podem ser interpretadas de muitos modos, como é típico de sentenças com AGRs, mas nunca como adjetivos absolutos, em hipótese alguma. Por exemplo, não existe para (13a) a interpretação de que o ano de nascimento do primogênito é

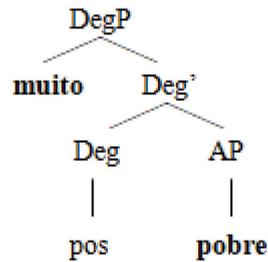
igual ao do outro gêmeo, nem é possível interpretar (15a) como “a finalidade dada à verba pelo prefeito e a finalidade prevista em lei para o uso dos recursos coincide”.

Vimos que todos os Q-Adjetivos são AGRs. Vimos um pouco de sua semântica, sem descermos a níveis muito técnicos. Mostramos que em seu uso adjetival ‘diferente’, ‘distinto’, ‘diverso’ e ‘variado’ disparam comparativas de superioridade ou de inferioridade (jamais de igualdade). Vejamos agora o que a literatura diz sobre a sintaxe dos AGRs, ou sobre a sintaxe dos AGs.

2.2 Sintaxe

O que diz a literatura sobre a sintaxe dos adjetivos de grau? Kennedy (1997) propõe que os adjetivos de grau são complementos de uma projeção funcional, o sintagma de grau (em inglês, DegP), que tem como núcleo um morfema de grau nulo, *pos*. O nome *pos* é derivado da descrição morfológica dos adjetivos em comparações implícitas como estando em sua forma positiva (p.ex., ‘grande’, ‘comprido’), ao passo que os adjetivos presentes em comparativas explícitas assumem forma morfológica comparativa, seja sintética (p.ex., ‘maior’) ou analítica (p.ex., ‘mais comprido’). *Pos* é um morfema de grau abstrato, silencioso que, em termos gerais, faz a mesma operação que *_or*, em ‘maior’: ordena dois objetos numa escala de acordo com o grau da propriedade exibido por cada um. O especificador dessa projeção funcional é uma projeção máxima, a do modificador de graus (vulgo intensificador). Essa proposta sintática teve vários proponentes (CORVER, 1991, 1997; ZAMPARELLI, 1993 etc.), e corresponde ao seguinte esquema arbóreo:

Figura 1 – Estrutura sintática funcional (adjetivo de grau).



Fonte: elaboração própria.

Observe-se que a estrutura de um adjetivo sem grau corresponde só à parte de AP (*Adjectival Phrase*) para baixo. Por isso, adjetivos sem grau não podem ser combinados com intensificadores (*‘este copo é muito plástico’), como foi posto à prova nos testes em (10,11). Um adjetivo de grau, como, por exemplo, ‘alto’, liga o seu argumento nominal (p.ex., ‘o prédio’, em ‘O prédio é alto’) a um determinado ponto da escala de ALTURA. Escalas são conjuntos de graus ordenados em ordem crescente, como numa régua. Então o objeto é relacionado a um ponto da escala (por exemplo, ‘o prédio’ é ligado ao grau da escala equivalente a 20m, que é a medida de sua altura). Para que possamos dizer se esse prédio é alto ou não, precisamos saber a altura do objeto com o qual ele está sendo comparado, pois apenas se o grau de altura do prédio for o maior na comparação julgaremos verdadeira a sentença. Quem introduz a função semântica que vai prospectar o contexto em busca desse termo de comparação é o operador *pos*. Se o que for trazido do contexto for o edifício Rio Sul Center, na cidade do Rio de Janeiro, com seus 163m de altura, a sentença será falsa. Mas se *pos* pescar no contexto o edifício de 3 andares em que minha tia mora, com seus 9m, a sentença será verdadeira. Então é no nível da projeção intermediária que temos uma comparativa implícita. A inserção do modificador de graus como especificador é facultativa, e não vamos tratar dela neste artigo.

A cartografia sintática tem uma proposta para a estrutura dos adjetivos em todas as línguas naturais. É defendida uma ordem universal entre os adjetivos, os quais são empilháveis (por exemplo, temos quatro adjetivos internos ao sintagma

nominal ‘meu lindo gato angorá preto peludíssimo’), e as ordens diversas nas línguas naturais são explicadas como fruto de movimento. Na conta da cartografia sintática, as línguas românicas apresentam adjetivos antes e depois do núcleo nominal porque o nome nessas línguas sofre movimento obrigatório, gerando a ordem canônica núcleo-modificador para a maior parte dos adjetivos delas. Cinque (2010, 2014) propõe que há universalmente duas fontes sintáticas para os adjetivos: modificação direta, quando o adjetivo está numa projeção funcional dedicada com posição hierárquica rígida na estrutura arbórea, e modificação indireta, quando o adjetivo é uma relativa reduzida, sem uma posição fixada de antemão dentro do sintagma nominal. Nessa abordagem, os adjetivos linearizados à esquerda do núcleo em línguas românicas só podem ter uma fonte: a modificação direta. Já os adjetivos cuja fonte é a modificação indireta só são linearizados dentro dos sintagmas nominais após o nome. Assim, depois do núcleo nominal, podem ser linearizados adjetivos de ambas as fontes.

Para a cartografia, há uma relação de causa e efeito entre a fonte sintática e a interpretação dos adjetivos. Adjetivos em modificação direta têm leitura não-restritiva, não-intersectiva, modal, de superlativo absoluto, específica, *individual-level*, literal ou idiomática⁴; já os adjetivos cuja fonte é a modificação indireta têm leitura restritiva, intersectiva, relativa (implícita), comparativa (para superlativos), específica, *stage-level*. Dado que o autor relaciona cada fonte com um tipo de interpretação, a ligação entre a fonte e a ordem nome-adjetivo ou adjetivo-nome explica o fato de adjetivos pós-nucleares serem ambíguos nas línguas românicas, mas os pré-nucleares não.

Uma vez que a cartografia assume que modificadores diretos podem ser linearizados em línguas românicas como o Português do Brasil (PB) tanto antes quanto depois do núcleo, e que DegPs são projeções funcionais dedicadas, Gomes e Sudré (no

⁴ Por que essa literatura é muito conhecida, e a exemplificação e a explicação de cada uma dessas interpretações desviaria o foco do tema deste artigo, remetemos o leitor interessado em detalhes à fonte desse elenco de interpretações contrastivas: Cinque (2010).

prelo) defendem que os adjetivos que podem aparecer linearizados antes e depois do núcleo nominal em PB são os AGs. Segundo essa proposta, há dois pontos na hierarquia estrutural do sintagma nominal (NP) em que DegP pode fazer merge, uma abaixo de NumP (a projeção de número que divide da projeção estendida do NP em duas regiões ou fases: abaixo dela fica a parte “lexical”, e acima a parte “funcional”, ou a periferia esquerda do nominal) e outra acima dele. As relações de escopo ou comando, na proposta das autoras, determina a diferença de interpretação entre AGs pré-nominais, como, por exemplo, ‘as grandes línguas’ (idiomas como o grego e o latim) e AGs pós-nominais em ‘as línguas grandes’ (órgãos da boca de comprimento exagerado). Na proposta delas, um AGR como ‘grande’ sempre dispara uma comparação implícita, no caso, de superioridade. Não está realizado na sentença o outro termo da comparação, que será buscado na operação semântica deflagrada pelo operador *pos*. Conforme a região da estrutura nominal em que DegP está, a busca pelo termo que falta se dará de uma forma diferente. Quando o DegP está na porção lexical da estrutura, a busca é livre, podendo resultar na seleção de qualquer elemento contextualmente saliente que tenha a propriedade relacionada ao adjetivo. Quando o DegP está na porção funcional da estrutura, a busca tem de se limitar ao domínio semântico compreendido pela periferia esquerda do nominal. Ali estão as informações de definitude, especificidade, situação, tempo, lugar, evento, modalidade etc. A busca pelo termo de comparação não-pronunciado, nesse caso, terá de se limitar à situação específica de que o referente do nome faz parte. NumP age como uma barreira para a “sonda semântica” projetada por *pos*, ao modo da sonda de número (sintática) presente em estudos de concordância como o de Norris (2014) e Pereira (2018), que vai numa direção, quando abaixo de NumP, e em outra, quando acima de NumP.

Em termos sintáticos, estamos propondo, então, que todo AG tem uma camada funcional, DegP (como proposto por CORVER, 1991; ZAMPARELLI, 1993; KENNEDY, 1997); que essa é uma estrutura de modificação direta, a qual, portanto,

pode ser linearizada à esquerda ou à direita do núcleo nominal em línguas românicas (como proposto por CINQUE, 2010); e que as diferenças de interpretação desses nomes são consequência do fato de que DegP pode fazer merge em dois pontos na estrutura, um na periferia esquerda do nominal e outro na porção lexical da projeção nominal estendida, como proposto por Gomes e Sudré (no prelo). Também assumimos, com o último trabalho citado, que apenas os AGRs reúnem as condições sintáticas e semânticas necessárias para aparecerem em PB na posição atributiva canônica, na ordem núcleo-modificador, e também na ordem inversa, com diferenças interpretativas (na nossa conta, decorrentes da determinação sintática das fronteiras do domínio semântico de onde sairá o termo de comparação não-pronunciado).

Queremos agora comentar um item em particular na descrição de Cinque (2010) sobre o contraste de interpretação entre adjetivos linearizados à esquerda e os linearizados à direita, que, em última instância, dependente da sua fonte sintática. Cinque (2010) mostra que, em línguas românicas, quando pré-nominal, ‘diferente’ tem leitura dependente do nome; e quando pós-nominal, ‘diferente’ tem leitura de anáfora discursiva. Adaptamos os exemplos do italiano dados por Cinque (2014) para o PB:

(17) João e Mário vivem em diferentes cidades (não-ambíguo)

- a. Leitura dependente do NP (única disponível): A cidade em que João vive não é a mesma cidade em que Mário vive.
- b. Leitura de anáfora discursiva (indisponível): João e Mário vivem em cidades que são diferentes de certa cidade saliente no discurso.

(18) João e Mário vivem em cidades diferentes (ambíguo)

- a. Leitura dependente do NP (disponível): A cidade em que João vive não é a mesma cidade em que Mário vive.
- b. Leitura de anáfora discursiva (também disponível): João e Mário vivem em cidades que são diferentes de certa cidade saliente no discurso.

Para Cinque (2010, 2014), o fato de, nas línguas românicas, ‘diferente’ na ordem modificador-núcleo só ter a leitura dependente indica que esse adjetivo está construído

como modificação direta; a leitura de anáfora discursiva disponível na ordem canônica é um resultado da construção de 'diferente' como modificação indireta. Então, na conta desse autor, o mesmo adjetivo pode ter duas fontes sintáticas. Nossa proposta toma outro caminho: para nós, 'diferente' é um AGR, e está sempre em modificação direta, dada a sua projeção funcional DegP. Em (18) temos DegP abaixo de NumP, o que permite que o outro termo de comparação seja livremente procurado no discurso. Essa liberdade pode resultar em qualquer uma das leituras explicitadas em (18a) e (18b). Porém, quando o DegP está acima de NumP na estrutura, NumP é uma barreira, e a busca pelo parâmetro fica restrita à periferia esquerda da sentença, resultando em uma única interpretação, a dependente do NP. A nosso ver, a semelhança entre a interpretação de 'diferente' pré-nominal e a de adjetivos como 'pretense', que não são gramaticais na posição atributiva canônica ('O pretense médico saiu da sala' / *'O médico pretense saiu da sala') nem como predicativos (* 'O médico é pretense'), decorre do fato de adjetivos como 'pretense' terem a mesma fonte sintática que os AGRs, modificação direta (mas no caso de 'pretense', a projeção funcional dedicada é de um outro tipo, não é DegP⁵) e de estarem também situados na porção mais alta da projeção nominal estendida. Quanto à semelhança de interpretação entre uma das leituras de 'diferente' pós-nominal e adjetivos como 'amarelo', que nunca são licenciados à esquerda, mas sempre à direita do nome (*'A amarela blusa é dela.' / 'A blusa amarela é dela.') ou em posição predicativa ('A blusa é amarela.), ela não vem de terem a mesma fonte sintática, pois a de 'amarelo' é a modificação indireta e a de 'diferente', a modificação direta. O que há em comum sintaticamente é o fato de ambos ocuparem a zona lexical do NP, na borda /fronteira com o discurso. Nessa região, é facultado ao AGR buscar o termo da comparação não-pronunciado no contexto de

⁵ Cinque (2010) trata esses adjetivos como modificação direta localizada num ponto entre o Determinante e o núcleo nominal; deduzimos que adjetivos como 'pretense' ocupam projeções dedicadas acima de NumP; há propostas de duas posições de merge distintas para modais como 'possível', uma para a leitura circunstancial e outra para a leitura evidencial (ver HACQUARD, 2013).

enunciação; sendo assim, a interpretação do AGR pós-nominal fica próxima da obtida por adjetivos cuja fonte é a modificação indireta. Mas liberdade não é obrigação: entre as possibilidades de domínio para tirar o termo de comparação nulo está a situação em que o referente do nome se encontra, gerando para 'diferente' pós-nominal aquela leitura que é a única que o AGR pré-nominal pode ter, a dependente.

Já dissemos que os Q-adjetivos, segundo os testes propostos, são um subconjunto dos AGRs. Isso significa que tudo o que dissemos na seção (1) quanto à semântica e à sintaxe dos AGs se aplica a eles. Proporemos que, uma vez que os AGRs podem fazer merge na periferia esquerda da sentença, eles podem daí se mover para uma posição mais acima, mais próxima à do determinante, atuando quantitativamente. Falta ainda explicar o porquê de nem todos os AGRs poderem se mover para essa posição mais alta. Assumiremos que, para ser um Q-Adjetivo, há condições semânticas que nem todos os AGRs podem cumprir, como subcategorizar plural. Voltaremos a isso mais adiante. Por ora, basta deixar claro que, em nossa proposta, os Q-Adjetivos são um subconjunto dos AGRs.

3 Os Q-adjetivos

3.1 Estudos anteriores comentados

Um traço dos AGRs é a transitividade, visto que qualquer comparação exige dois termos a serem comparados. Outros linguistas que estudaram os Q-adjetivos abordaram essa transitividade, embora em outros termos. Müller, Negrão e Pemberton (2002), ao estudar os Q-Adjetivos, os identificam com a classe semântica dos adjetivos predicadores, adicionando o requerimento de que esses adjetivos sejam de mais de um lugar. Para as autoras, os adjetivos predicadores podem ser predicados de um, dois ou mais lugares. Ao serem predicados de mais de um lugar, poderão ser comparados à outra classe; a esses adjetivos predicadores elas dão o nome de *relacionais*. Para elas, que se baseiam em Menuzzi (1992), um adjetivo relacional em posição pós-nominal

pode se relacionar com o núcleo nominal. Na conta delas, adjetivos como ‘italiana’ e ‘bibliográfica’ não são licenciados antes do núcleo nominal em PB por serem argumentais, uma vez que a ordem em português é núcleo-complemento. Já adjetivos como ‘rigoroso’ e ‘exata’, dizem elas, por serem predicadores e relacionais, tipicamente aceitam a anteposição, pois eles podem tomar o nome-núcleo como seu argumento; ou seja, esses adjetivos pegam o núcleo nominal como a classe sobre a qual se efetua a comparação. Concordamos com esse estudo sobre a associação entre transitividade e a possibilidade de antepor o adjetivo ao núcleo nominal. A ideia de comparação, como aquelas autoras intuía, é central para isso. Diferentemente delas, assumimos como a classe maior dos Q-Adjetivos não os relacionais, mas os AGRs⁶.

A respeito dos adjetivos quantificadores, a autoras comentam:

existe um outro tipo de adjetivo anteposto, além dos adjetivos relacionais. São adjetivos como *diferentes, diversos, respectivos*, (...) Nunes-Pemberton (1997) chama esses adjetivos de adjetivos *quantificadores*, os quais estão listados na Tabela V. A intuição é a de que estes adjetivos indicam, da mesma forma que quantificadores indefinidos como *vários, muitos...* a quantidade de elementos do grupo denotado pelo substantivo-núcleo (ex. (47)-(50)) ou a ordem que a entidade denotada ocupa numa escala de espaço ou de tempo (ex. (50)) (MÜLLER; NEGRÃO; PEMBERTON, 2002, p. 19-20).

Para situar melhor o leitor, reproduzimos o exemplo (47): ‘o importante é que o professor proponha **diferentes atividades** que envolva **diferentes processos mentais**’; e o (49) ‘fala chinês fala **diversas línguas** e tem um prato hindu que fazem na China’. Resumindo seus achados, essas linguistas concluem, entre outras coisas, que, “quando

⁶ Apesar de Müller, Negrão e Pemberton (2002) utilizarem outros conceitos para separar os adjetivos em classes semânticas, a tabela III: ADJETIVOS ANTEPOSTOS AO NOME-NÚCLEO, que contabiliza as ocorrências de adjetivos pré-nucleares no *Corpus mínimo do Projeto da Gramática do Português do Brasil*, é basicamente composta de AGRs. Isso vale para a tabela IV: ADJETIVOS INTENSIFICADORES.

antepostos, os adjetivos comportam-se como quantificadores de grau ou de contagem” (MÜLLER; NEGRÃO; PEMBERTON, 2002, p. 20).

A descrição está perfeita: as informações semânticas encontradas nos exemplos (47) e (49) do texto citado são de quantidade (plural) de, respectivamente, atividades, processos mentais e línguas; está claro que não podemos dar conta desses casos simplesmente dizendo que a leitura pré-nominal de ‘diferente’ e ‘diverso’ é dependente do nome; primeiramente, por que não parece ter muita importância discursiva aí identificar os fatores que distinguem uma atividade da outra, ou um processo mental do outro, ou uma língua da outra; não importa como são diferentes um do outro, mas interessa marcar que são de número plural; prova disso é que a forma singular dos adjetivos pré-nominais não funciona sem um determinante expresso:

- (19) a. *O importante é que o professor proponha **diferente atividade** que envolva diferentes processos mentais.’
- b. *O importante é que o professor proponha diferentes atividades que envolva **diferente processo mental**.’
- c. *Ele fala **diversa língua**.

Falta dar uma explicação clara de como se passa da leitura dependente do nome exemplificada por Cinque (2010, 2014) (ver exemplo (17), em que a leitura é centrada nas diferenças entre uma cidade e outra), quando o adjetivo pode vir no singular (p.ex., ‘Conheça a **diferente** ópera Verbatim, que homenageia imigrantes em São Paulo’ marca que essa ópera é fora do padrão, distingue-se da maioria), para uma leitura de Q-adjetivo, em que o número plural é o fator preponderante, como nas versões plurais de (19). Defenderemos que o AGR pré-nominal “sobe” mais na hierarquia sintática, passando a se comportar sintaticamente como um determinante. A outra pergunta de que temos de dar conta é a de por que AGRs como ‘diferente’ e ‘diverso’ podem, mas

outros AGRs não, fazer esse percurso. Para isso, vamos examinar outros estudos conhecidos sobre esses AGRs.

Adjetivos cuja semântica inclui comparação têm chamado a atenção de linguistas há muitas décadas. Heim (1985), Dowty (1985), Carlson (1987) e Moltmann (1992) são alguns dos que analisaram as muitas leituras possíveis para 'diferente'⁷. Foram atestadas leituras de reciprocidade, dependentes do nome (para a forma plural), leitura de variável presa por quantificador etc. Beck (2000) diz o seguinte sobre o adjetivo 'diferente':

Quando não houver nenhum item de comparação abertamente realizado, haverá várias interpretações possíveis para 'diferente', isto é, a fim de determinar quais são as coisas que entrarão na comparação (note-se que eu distingo terminologicamente um 'item de comparação' – algum constituinte sintático que possa prover a descrição de uma das entidades semânticas que estão sendo comparadas – daquelas entidades a que me refiro como 'objetos comparados' ou de outra forma semelhante) (BECK, 2000, p. 103).

Beck (2000) propõe que há dois diferentes 'diferente': um é um adjetivo relacional, outro é um operador de comparação. Como dissemos sobre a proposta de Müller, Negrão e Pemberton (2002), o que Beck (2000) analisa como adjetivo relacional é para nós um AGR pré-nuclear. E o 'diferente' analisado como um operador de comparação é um Q-quantificador, um AGR que foi alçado a uma posição de quase determinante. Não vemos uma ambiguidade sintática, como a defendida por Cinque (que fala em um 'diferente' modificação direta e um 'diferente' modificação indireta),

⁷ Cada estudo foi sobre a forma de 'diferente' em uma língua (inglês, espanhol, italiano etc.). É interessante notar que, apesar dos parâmetros sintáticos que juntam ou separam as línguas naturais em famílias gramaticais (o parâmetro do sujeito nulo, p.ex.), os AGs são os mesmos em todas elas, segundo os estudos sobre o tema feitos até o momento. Assim, 'grande' é um AGR em PB, e sua tradução em qualquer língua se comporta como um AGR; 'cheio' é um AG absoluto em PB, e suas traduções idem; de forma que o comportamento do AGR 'diferente', discutido em certa língua por determinado autor, é encontrado também no seu equivalente em outras línguas.

mas um DegP em três posições distintas da projeção nominal estendida. Não obstante, reconhecemos a importância da comparação, cerne da análise de Beck. A comparação envolve transitividade: tem de haver pelo menos dois itens para serem comparados. Nesse sentido, todos os AGs são transitivos, como já mostramos. Mas enquanto AGRs como 'grande' podem comparar um indivíduo específico com uma classe de objetos, como em 'Jumbo é grande para um animal', itens como 'diferente' comparam mais apropriadamente indivíduos específicos⁸. Estamos defendendo, então, que nem todo AGR pode ser um Q-adjetivo porque, embora todo AGR seja uma comparação, nem toda comparação permite ao adjetivo que funcione como determinante. É preciso que os itens comparados sejam individuados e específicos. Isso está de acordo com outra ponderação de Beck: a linguista afirma que questões sobre a pluralidade e a cumulatividade têm consequências sobre a interpretação de 'diferente'. A cumulatividade é o resultado de predicados que, sempre que se aplicam a dois indivíduos distintos em sua denotação, também se aplicam à sua soma. Em posição predicativa (20a) ou pós-nominal (20b), o AGR 'diferente' pode ter leitura cumulativa, mas nunca em posição pré-nominal, haja (20c) ou não (20d) um determinante expresso:

- (20) a. João e Maria são diferentes. (um do outro, ou ambos são diferentes das demais pessoas – esta última leitura é cumulativa)
 b. Os alunos diferentes requerem uma avaliação personalizada. (os alunos diferentes entre si ou um grupo de indivíduos que se distingue por necessidades especiais, por exemplo – esta última leitura é cumulativa)
 c. Dentre os autores que buscam sintetizar aquelas diferentes acepções, ele sobressai. (a única leitura é a de que as acepções são distintas uma da outra – não há leitura cumulativa)

⁸ Pelo menos em posição atributiva, quando DegP está acima de NumP. Por isso, 'João é diferente' (posição predicativa) pode significar que João tem algo peculiar que o torna saliente entre todos os seres humanos, e 'O menino diferente chegou' também tem a leitura de que alguma particularidade destaca esse menino entre as outras crianças da mesma idade, mas 'a diferente realidade do Brasil' é mais frequentemente compreendida como distinguindo a realidade brasileira da de outros países (comparação entre itens individuados e específicos); no uso como determinante, com o AGR plural, a especificidade é inescapável: 'Visite *diferentes* bares em SP'.

d. Diferentes partidos se unem contra interferência de Moro no caso Marielle. (os partidos são distintos entre si – não há leitura cumulativa)

Consideramos que o AGR ‘diferente’, a princípio, permite tanto a leitura cumulativa quanto a específica, como vemos quando o AGR está abaixo de NumP, mas que a posição sintática acima de NumP interfere, impedindo a leitura cumulativa. Sendo NumP uma barreira sintática, o outro termo de comparação, o não-pronunciado, não poderá ser buscado no contexto; a busca pelo segundo termo da comparação implícita fica restrita à região da projeção nominal estendida compreendida entre NumP e DP, onde estão as projeções funcionais dedicadas a tempo, espaço, modalidade, situação, evento etc. Isso reduz as possibilidades para uma comparação entre indivíduos participantes da mesma situação. Para a leitura específica, a pluralidade é um requisito, pois, se a comparação for entre dois indivíduos específicos, é preciso usar o nome no plural para que ambos os indivíduos estejam na denotação do sintagma nominal (por exemplo, ‘alunos’, em (20 c, d), não pode estar no singular). Assim, recharacterizamos a oposição mencionada, sempre lembrada na literatura, para uma opção entre a especificidade (dentro da pluralidade) e a cumulatividade.

Antonio Fábregas publicou recentemente uma interessante análise de D-adjetivos e Q-adjetivos em espanhol. Ambos funcionam como determinantes. Os D-adjetivos são os equivalentes ao português ‘certo’; podem aparecer no singular (‘Certo político revelou-se desonesto’) ou no plural (‘Certas pessoas são como nuvens; quando somem o dia fica lindo!’) e são sempre específicos. Não vamos tratar deles neste artigo. Vamos nos concentrar nos Q-adjetivos, como ‘diferentes’, que, como vimos, precisam sempre vir no plural. O autor assume que tanto D-adjetivos quanto Q-adjetivos são modificadores cujo significado os licencia como operadores sobre objetos definidos situados na área de quantificação e determinação (QP e DP) da projeção nominal estendida. Segundo Fábregas (2019), os Q-adjetivos do espanhol como ‘*numeroso*’,

'*múltiple*', '*diferente*' e '*distinto*' são modificadores que fazem merge junto a NumP, herdando desse sintagma as restrições impostas pelo núcleo de número, tais como as de que o sintagma a ser selecionado tem de ser plural. Para o autor, enquanto os adjetivos "normais" fazem modificação no nível do NP, os D-adjetivos e os Q-adjetivos fazem modificação ao nível das camadas funcionais NumP e SpecP. Diferentemente de nós, Fábregas assume que modificadores não ocupam posições rígidas, fixas, na sintaxe, afastando-se da proposta da cartografia sintática para os adjetivos. Como na nossa proposta, Fábregas assume que o mesmo 'diferente' pode se afixar em pontos distintos da estrutura arbórea, e que as diferenças de sentido são produto da sua vizinhança sintática. Nas palavras dele:

Se o adjetivo pré-nominal ocupa uma posição relativamente alta no sintagma nominal (...) há um paralelismo estrutural entre a configuração necessária para (79b) e a configuração sintática envolvida em adjetivos do tipo quantificacional (Q-adjetivos) (FÁBREGAS, 2019, p. 65).

O exemplo (79b) da citação anterior envolve 'interessante' pré-nominal (para nós, um AGR) em contexto de imperativo, apontado por Bosque (2001) como agramatical em espanhol (**¡Escribe una interesante novela!*). Em PB não constatamos a agramaticalidade de AGRs pré-nominais em contexto de imperativo:

- (21) a. Faça um pequeno esforço para manter o seu corpo tonificado.
 b. Tome um belo café da manhã antes de sair.

Chamamos a atenção do leitor para o fato de que, no plural, antecedendo o núcleo nominal e sem determinante realizado junto com o AGR, ou seja, no caso dos Q-adjetivos, essa agramaticalidade também não é atestada em PB:

- (22) a. Conheça diferentes tipos de massagem e escolha a sua preferida.

b. Escreva diferentes mensagens em pequenos pedaços de papel, do tipo: “Convide mais pessoas para virem aqui”.

Não obstante essa diferença entre o PB e o espanhol, entendemos, como Fábregas propõe para o espanhol, que temos em PB o mesmo AGR em três regiões diferentes da projeção estendida do NP em ‘O gato diferente miou’, ‘Conheci as diferentes paisagens asiáticas’ e ‘Diferentes gatos miaram’. Diferentemente de Fábregas, assumimos que todos esses AGRs apresentam a capa funcional DegP, sendo modificadores diretos, como descrito na cartografia sintática. Assumimos que há dois lugares de merge para um DegP na estrutura do NP: um abaixo de NumP e outro acima. Desse lugar acima, o DegP pode ainda ser alçado para um lugar mais alto, de onde subcategoriza a informação de plural e, ainda, por dar informações de quantidade, tal como um cardinal, pode funcionar como um determinante. Para Fábregas, só os intensificadores (como ‘muito’) entram na derivação como DegPs; o adjetivo ‘diferente’ entra como AP; na nossa proposta, os Q-adjetivos entram como DegP. Tirando esses pequenos detalhes divergentes, nossa análise coincide grosso modo com a de Fábregas, principalmente quanto ao papel da região da estrutura em que está o modificador sobre a interpretação do AGR.

O autor aponta regiões da projeção estendida do NP como responsáveis por operações semânticas como ponto-de-vista e ancoragem do referente; tais regiões, na parte mais alta da periferia esquerda da sentença, são a área do DP e a área da quantificação nominal, que licenciam sujeitos pré-verbais, determinantes e quantificadores. No domínio de ancoragem do referente são interpretados os traços de definitude, especificidade, dêixis. No domínio do ponto de vista são interpretados os traços semânticos de número e quantificadores generalizados como numerais e indefinidos.

Fábregas aponta que Q-adjetivos não permitem intensificação à esquerda em espanhol, o que vale também para o PB:

- (23) a. (**Muy*) *numerosos grupos opinanesto*. (ex. 17b de FÁBREGAS (2019))
b. (**Muitos*) diferentes visitantes chegaram até aqui de trem.

A explicação do autor para esse fato é sintática: DegP (projeção onde está '*muy*') não pode intervir entre o AP (projeção onde está '*numerosos*') e SpecP, na configuração proposta por ele; ou seja, Q-adjetivos obrigatoriamente formam um constituinte com o núcleo funcional, o que bloqueia outras projeções intervenientes. Um problema é que tal configuração é proposta apenas para Q-adjetivos, mas, em PB, verifica-se a agramaticalidade da modificação de graus (presença de intensificador) para qualquer AGR pré-nominal:

- (24) a. As (**muito*) altas temperaturas do verão nos tornam antissociais.
b. Vou vencer por uma (**muito*) larga margem.

Visto que os AGRs '*altas*' e '*larga*' não são licenciados como Q-adjetivos (não podendo aparecer como sujeito oracional sem serem precedidos por um determinante expresso), a explicação dada para (23a) não cobre os dados em (24). Então, algo impede a intensificação, independentemente de o AG pré-nominal ser quantificador ou não. Além disso, a proposta não explica claramente porque alguns AGRs podem ser A-quantificadores (p.ex., '*distintos*') e outros não (p.ex., '*larga*'). Apresentaremos nossa proposta na próxima seção.

Para o momento, concordamos com o autor sobre haver localidade, mas, a nosso ver, nenhum material lexical pode intervir entre DegP e NumP (que dá o traço de número plural) nem entre o DegP e o que está acima dele (que tem de ser o artigo). Isso porque o AGR precisa subcategorizar o traço de plural e precisa buscar o seu outro termo da comparação implícita na zona sintática da especificidade e da individualidade, comparando indivíduos participantes da mesma situação.

3.2 Q-adjetivos na nossa proposta

Defendemos que os Q-adjetivos são um subconjunto dos AGRs. Vimos que eles passam em todos os testes propostos na literatura para adjetivos de grau. A sintaxe que adotamos para os adjetivos de grau, seguindo Zamparelli (1993), Corver (1991, 1997) e Kennedy (1997), é a de uma projeção lexical (AP) sob uma camada funcional, DegP. Ou seja, adjetivos de grau estão em sintagmas de grau, que são projeções funcionais dedicadas. Na linha da cartografia sintática, definimos que os AGs são modificadores diretos. Modificadores diretos podem ser linearizados tanto à esquerda quanto à direita do núcleo nominal em línguas românicas, e os AGRs (como p.ex. 'triste') têm essa distribuição ('estes tristes trópicos', 'a notícia triste'). No entanto, nós discordamos da corrente mais popular da literatura cartográfica, que explica a diferença de interpretação de um mesmo item lexical adjetival à direita e à esquerda do núcleo em termos de ambiguidade. Na visão de Cinque (2014), 'triste' em 'a notícia triste' tem como fonte sintática a modificação indireta, daí a interpretação extensional, intersectiva, *stage-level*: aquilo de que estamos falando é a um só tempo algo triste e uma notícia; já em 'estes tristes trópicos', 'triste' é interpretado de modo não-intersectivo, intensional, *individual-level* por ter como fonte a modificação direta. Vamos assumir que DegPs têm mobilidade na sintaxe, no sentido de poderem fazer merge em dois pontos diferentes da estrutura, um abaixo de NumP, na zona lexical do sintagma nominal estendido, e outro acima de NumP, na zona funcional do sintagma nominal estendido. Na nossa conta, a diferença de interpretação entre AGs pré-nominais e AGs pós-nominais é decorrência de NumP funcionar como uma barreira, ou dividir uma fase. Um AGR é analisado na literatura (ver KENNEDY; MCNALLY, 2005) como uma comparativa incompleta, que precisa preencher uma lacuna, correspondente ao valor de um dos termos comparados. Esse termo não-pronunciado vai ser buscado irrestritamente, inclusive no contexto de fala, quando DegP está na região lexical do NP. Isso permite a formação de leituras extensionais, *stage-level*,

intersectivas etc. Mas também é possível, como resultado da livre escolha desse segundo termo para a comparação, que se produza uma leitura não-intersectiva, intensional, *individual-level* etc. para o AGR pós-nominal. Dessa forma, a ambiguidade dos AGRs pós-nominais não indica que eles podem estar configurados como modificação direta ou indireta, mas, na nossa conta, indica que não há restrições sintáticas abaixo de NumP para a valoração do termo de comparação que não corresponde a nenhum material lexical na sentença. No entanto, quando o AGR está acima de NumP, o domínio em que esse valor vai ser buscado fica restrito ao importe semântico da porção superior da projeção do NP estendido, visto que NumP é uma barreira e impede a busca livre desse valor no contexto de fala. Dada a configuração da camada funcional do NP, o termo de comparação terá de ser escolhido dentro da situação/ evento de que o referente do nominal participa, possibilitando a geração de menos leituras do que as encontradas quando o adjetivo é pós-nuclear. Daí não haver ambiguidade quando o AGR é pré-nominal.

Assumindo a proposta de Gomes e Sudré (no prelo), defendemos que os adjetivos do PB que podem, em posição atributiva, aparecer tanto após quanto precedendo o núcleo nominal são os AGRs. E defendemos que os AGRs são sensíveis à sua vizinhança sintática. Mostramos que todo Q-adjetivo é um AGR, mas nem todo AGR é um Q-Adjetivo. Segundo o trabalho de Müller, Negrão e Pemberton (2002), aquilo que chamamos de AGRs incluem “adjetivos intensificadores” e “adjetivos quantificadores”; e o que essas autoras chamam de “adjetivos quantificadores” inclui o que Fábregas considera como D-adjetivos e o que Fábregas chama de Q-adjetivos (e talvez outros tipos também). Estamos tratando apenas dos Q-adjetivos, no sentido de Fábregas (2019), e precisamos assumir o ônus de explicar por que motivo nem todo AGR pode ser um Q-adjetivo, ou antes, o que um AGR precisa ter para funcionar como um Q-adjetivo. Descritivamente, um Q-adjetivo tem de ser plural. Mas por quê?

Bem, se todo AGR é uma comparação, todos eles são transitivos, no sentido de ordenarem dois elementos com a mesma propriedade numa escala. Mas introduzir uma comparação implícita semanticamente não é suficiente para ser um Q-adjetivo. Analisando trabalhos sobre a semântica dos Q-adjetivos, argumentamos que é requerido que a comparação seja feita entre indivíduos específicos. Os exemplos (20) mostraram que a leitura cumulativa nunca é possível quando o AGR é pré-nominal. Isso também já tinha sido observado por Cinque (2010, 2014), no contraste interpretativo entre ‘diferente’ pré-nominal (não-ambíguo) e pós-nominal (ambíguo), em termos de leitura dependente do nome versus leitura anafórica contextual: o autor apontou que apenas leituras dependentes do nome ocorrem quando ‘diferente’ aparece antes do núcleo (ver exemplos (17) e (18)). Até aqui, falamos de coisas que afetam todos os AGRs, e não os Q-adjetivos em particular. Mas não haver leitura cumulativa para os AGRs antes do nome significa não apenas que a interpretação será dependente do nome, mas também que a comparação será estabelecida necessariamente entre dois ou mais indivíduos específicos denotados pelo núcleo nominal. Para poder denotar indivíduos específicos distintos, o núcleo precisa estar no plural. Como observado por pesquisas sobre a denotação do nominal *nu* em PB, o nosso singular *nu* é cumulativo (ou neutro para número ou massivo, na denominação de alguns autores – ver PIRES DE OLIVEIRA, 2017), mas o plural *nu* é contável. Como apontado por Schmitt e Munn (1999), mesmo em sintagmas de determinante o teste de operadores de reciprocidade mostra que não há individuação com especificidade na ausência do morfema plural, como exemplificado abaixo⁹:

⁹ Exemplos (36) de SCHMITT; MUNN 1999.

- (25) a. *A iguana brinca uma com a outra./ As iguanas brincam uma com a outra.
 b. *O homem se beija na França./ Os homens se beijam na França.

Dada a leitura de ‘diferente’ pré-nominal já descrita na literatura (ver Cinque 2014), a qual explicamos pelo bloqueio (por NumP, uma barreira) que impede a busca do valor do termo de comparação não-expresso no contexto discursivo, a ausência de morfologia plural obrigaria à leitura de que o referente do nome é esquisito/ estranho/ excepcional, ou seja, a de que ele tem a propriedade inerente (*individual-level*) que o destaca por contraste com os demais indivíduos presentes na situação de que participa. Observemos:

- (26) a. João é diferente. (de alguém saliente no contexto ou é diferentão/esquisito/único.)
 b. O aluno diferente fez prova ontem (ou é distinto de algum aluno saliente no contexto, ou é um aluno com necessidades especiais.)
 c. A diferente arte de Massafera produz verdadeiros milagres com tinta guache e lápis de cor (a única leitura é a de que a arte dele é sem precedentes.)
 d.*Diferente partido se une (não tendo mais de um partido, não cabe falar em união, e a forma singular não pode funcionar como determinante.)

Imputamos a agramaticalidade de (26d) ao fato de a subcategorização do plural ser obrigatória para Q-adjetivos. É o plural que permite ao nome denotar indivíduos específicos que possam ser comparados entre si. Existem naturalmente dois termos de comparação para o AGR ‘diferente’ nos exemplos (26a, b e c), em qualquer das leituras possíveis, mas essas comparações não são entre indivíduos específicos. Pluralizar as formas nominais permite comparar indivíduos específicos:

- (27) a. São Paulo e Rio de Janeiro são diferentes. (uma da outra ou são ambas diferentes das demais cidades brasileiras.)

- b. Os alunos diferentes fizeram prova ontem (diferentes um do outro, ou ambos são diferentes dos demais alunos.)
- c. As diferentes artes plásticas produzem verdadeiras maravilhas (diferentes uma da outra ou ambas diferenciadas de outras artes.)
- d. Diferentes partidos se unem por essa causa (dois ou mais partidos individuados apoiam juntos a mesma causa.)

Os exemplos em (27) mostram que o plural deflagra a leitura de reciprocidade (um indivíduo é diferente do outro dentro do grupo denotado pelo nominal). A leitura de reciprocidade requer especificidade na individuação dos membros do conjunto. É ser capaz de promover esse tipo de comparação que é requerido para que os AGRs se tornem Q-quantificadores. Embora todos os AGRs façam comparações implícitas, nada em sua semântica impõe que os termos comparados sejam indivíduos específicos. Em certos contextos sintáticos (em posição predicativa e em posição atributiva canônica), os AGRs ‘variados’, ‘diferentes’, ‘diversos’ e ‘distintos’ também podem promover a leitura comparativa que não licencia Q-adjetivos, que é a descrita como anafórico-discursiva. Porém, dada a restrição de domínio operada pela barreira de NumP, os AGRs não podem ter a leitura anafórico-discursiva na configuração modificador-núcleo, exibindo apenas a leitura descrita como dependente do nome. Essa leitura vale para todo AGR pré-nuclear, mas certos AGRs, nessa configuração, quando o nominal não traz morfologia de plural, só vão permitir a leitura de propriedade inerente (26c, 28a). O plural permite a comparação entre dois indivíduos específicos, que é requisito para a função de determinante:

- (28) a. Aprenda o diferente som do “i” em inglês. (AGR- leitura dependente do nome)
- b. Aprenda os diferentes sons do “i” em inglês. (AGR- leitura dependente do nome)
- c. Aprenda diferentes sons do “i” em inglês. (Q-adjetivo)
- d. *Aprenda diferente som do “i” em inglês. (Q-adjetivo)

Se (28a) tem só uma leitura, (28b) tem duas: ou todos os sons do “i” em inglês soam igualmente estranhos (para brasileiros, por exemplo) ou cada som é uma pronúncia distinta da do outro som para a letra “i” do inglês. O plural permitiu a comparação de um som com o outro, dentro da denotação do nominal. Essa é a leitura requerida para o adjetivo-quantificador, que vemos em (28c). A supressão do morfema de plural torna a sentença agramatical, como vemos em (28d): nem mesmo a leitura dependente do nome, verificada em (28b), está disponível. A nosso ver, isso acontece porque ‘diferente’ em (28c, d) foi alçado para uma posição mais alta na hierarquia estendida do nominal do que estava em (28b). Dessa posição, o AGR tem de subcategorizar o traço de plural para poder produzir uma comparação entre indivíduos específicos. É o traço de especificidade, próprio de determinantes, que permite que o AGR seja licenciado sem ser precedido por nenhum determinante pronunciado.

A posição dos Q-adjetivos é mais alta do que a de AGRs pré-nominais como ‘alto’ em ‘altas horas’. Propor duas posições para os AGRs pré-nominais não é uma solução sem precedentes: elas lembram a tão discutida distribuição dos cardinais, que podem funcionar como adjetivos ou como determinantes:

- (29) a. Os porquinhos são três.
- b. Os três porquinhos se esconderam.
- c. Três porquinhos escaparam do lobo.

4 À guisa de fechamento

Neste artigo examinamos uma classe de adjetivos que, sincronicamente, além de funcionarem como um modificador, também estão funcionando como um determinante (quantificador). Vimos ainda que esses adjetivos pertencem à classe dos adjetivos de grau (AGs). Partindo de Kennedy e McNally (2005), dividimos os AGs em dois grupos: relativos e absolutos. Os relativos (p. ex. ‘diferente’, ‘novo’, ‘pobre’, ‘alto’

etc.) buscam seu parâmetro no contexto, isto é, o outro termo da comparação implícita é livremente retirado do contexto na configuração núcleo-modificador. Os absolutos disparam comparações de igualdade, em que o grau de propriedade do referente do nome modificado pelo AG (por exemplo, no caso do AG 'cheio', o grau em que o balde está preenchido por alguma substância em dado momento) é comparado a uma propriedade inerente daquele referente (sua capacidade máxima, total). Argumentamos neste artigo a favor de que a classe de adjetivos que possui mobilidade em posição atributiva em PB, com relação ao núcleo nominal, é a classe dos AGs relativos, por sua singularidade sintática e semântica.

Porém, observamos que não é qualquer adjetivo de grau relativo que, ao ocupar a posição pré-nominal, vai poder desempenhar a função de um determinante. Todo Q-Adjetivo é um AGR, mas nem todo AGR pode ser um Q-adjetivo.

Propusemos uma explicação para o fato de nem todo AG relativo poder funcionar como um determinante (por ex. *novo*, em *novo funcionário*, não pode). Na nossa conta, somente um tipo muito especial de comparação licencia Q-Adjetivos: a comparação entre dois indivíduos específicos. Tal comparação está associada a traços de número (plural), dada a dependência do nome para a interpretação, e a traços de especificidade, traços normalmente veiculados por determinantes nas línguas naturais. Por isso, só aqueles AGRs que, quando precedendo o núcleo nominal plural, são capazes de tomar como termos de comparação implícita indivíduos específicos dentro da denotação do NP podem ser alçados à condição de Q-adjetivos.

Referências

BECK, S. The semantics of "different": Comparison operator and relational adjective. *Linguistics and Philosophy*, p. 101-139, 2000. DOI <https://doi.org/10.1023/A:1005566722022>

BOSQUE, I. Sobre el concepto de 'colocación' y sus límites. *Lingüística española actual*, v. 23, n. 1, p. 9-40, 2001.

BRUGÈ, L. 'Otro': consideraciones a favor de su no inclusión en la categoría de determinante. *Borealis—An International Journal of Hispanic Linguistics*, v. 7, n. 2, p. 109-134, 2018. DOI <https://doi.org/10.7557/1.7.2.4582>

CARLSON, G. N. Same and different: Some consequences for syntax and semantics. *Linguistics and Philosophy*, p. 531-565, 1987. DOI <https://doi.org/10.1007/BF00628069>

CINQUE, G. **The syntax of adjectives. A comparative study.** Cambridge, MA: MIT Press, 2010. DOI <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262014168.001.0001>

CINQUE, G. The semantic classification of adjectives. a view from syntax. *Studies in Chinese Linguistics*, v. 35, n. 1, p. 1-30, 2014.

CORVER, N. Evidence for DegP. *In: Proceedings of NELS 21*, University of Massachusetts, Amherst, 1991. p. 33-47

CORVER, N. The Internal Syntax of The Dutch Extended Adjectival Projection. *Natural Language and Linguistic Theory* 15: 289-368, Kluwer Academic Publishers, 1997. DOI <https://doi.org/10.1023/A:1005846812956>

DOWTY, D. A Unified Indexical Analysis of Same and Different, A Response to Stump and Carlson'. Paper presented at the University of Texas. **Workshop on Syntax and Semantics**, Austin, Texas, March 22–24, 1985.

FÁBREGAS, A. Lexical and syntactic aspects of D-like and Q-like adjectives in Spanish. *Arbeitspapier*. Nr. 131, p. 41, 2019.

GOMES, A. Q.; SANCHEZ-MENDES, L. **Para conhecer semântica.** São Paulo: Contexto, 2018.

GOMES, A. Q.; SUDRÉ, T. G. A Posição do Adjetivo em Português Brasileiro (PB) na Interface Sintaxe-Semântica. *In: TESCARI NETO, A.; GOMES, A. Q. (org.). A Interface Sintaxe-Semântica: adjetivos e advérbios numa perspectiva formal.* Editora Pontes, Campinas (SP).

HACQUARD, V. The grammatical category of modality. *In: Proceedings of the 19th Amsterdam colloquium.* p. 19-26, 2013.

HEIM, I. **Notes on comparatives and related matters.** Unpublished ms., University of Texas, Austin, 1985.

KENNEDY, C. **The syntax and semantics of gradability and comparison**. PhD Thesis. University of California, Santa Cruz. 1997.

KENNEDY, C.; MCNALLY, L. Scale structure, degree modification, and the semantics of gradable predicates. **Language** 81, 345-381, 2005. DOI <https://doi.org/10.1353/lan.2005.0071>

MENUZZI, S. **Sobre a modificação adjetival do português: uma teoria da projeção dos adjetivos**. 1992. 194f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – IEL, UNICAMP, Campinas, 1992.

MOLTMANN, F. Reciprocals and "Same/Different": Towards a Semantic Analysis. **Linguistics and Philosophy**, p. 411-462, 1992. DOI <https://doi.org/10.1007/BF00627683>

MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; NUNES-PEMBERTON, G. Adjetivos no português do Brasil: predicados, argumentos ou quantificadores? *In: Gramática do português falado: novos estudos descritivos* [S.l: s.n.], 2002.

NORRIS, M. **A theory of nominal concord**. Tese de Doutorado, University of California, Santa Cruz, 276f., 2014.

PEREIRA, B. K. NUMP and Silent Nouns: syntactic boundaries for plural marking in BP. **REVISTA DA ANPOLL**, v. 1, n. 46, p. 18-39, 2018. DOI <https://doi.org/10.18309/anp.v1i46.1082>

PIRES DE OLIVEIRA, R. **Dobras e Redobras: Do Singular Nu No Português Brasileiro: Costurando a Semântica entre as Línguas**. EDIPUCRS, 2017.

SCHMITT, C.; MUNN, A. Against the nominal mapping parameter: Bare nouns in Brazilian Portuguese. **PROCEEDINGS-NELS**. 1999. p. 339-354.

ZAMPARELLI, R. Prenominal modifiers, Degree Phrases and the structure of AP. **University of Venice Working Papers in Linguistics**, 3, 1993. p. 138-161.

Artigo recebido em: 04.02.2020

Artigo aprovado em: 02.03.2020

Ahead of Print em: 17.04.2020



O uso de folksonomias na campanha de Jair Bolsonaro no YouTube: análise dos conteúdos do primeiro turno das eleições de 2018

Folksonomies in Jair Bolsonaro's campaign on YouTube: content analysis of the first round of the 2018 Brazilian elections

*Elis Nazar Nunes SIQUEIRA**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar as *hashtags* e as *tags* ocultas inseridas nos vídeos de Jair Bolsonaro no YouTube publicados durante o período de campanha do primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2018, com base em teorias sobre internet e campanhas eleitorais, YouTube, folksonomias e tipos de campanha eleitoral. A pesquisa se caracteriza como documental, de métodos mistos e assistida por computador. As análises demonstram que as *hashtags* praticamente não foram mobilizadas pela campanha de Bolsonaro no YouTube, mas as *tags* ocultas, visíveis apenas no código HTML, foram amplamente utilizadas. Entre essas *tags*, destacaram-se as que fazem referência a pessoas, partidos políticos e pautas políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Folksonomias. Vídeos. Eleições. Política.

ABSTRACT: This work aims to analyze the hashtags and hidden tags inserted in the videos of Jair Bolsonaro on YouTube published during the campaign period of the first round of the 2018 Brazilian presidential elections, based on theories about internet and election campaigns, YouTube, folksonomies and types of election campaign. The research is characterized as documentary, mixed methods and computer assisted. Analysis show that hashtags were practically not mobilized by Bolsonaro's YouTube campaign, but hidden tags, visible only in HTML code, were widely used. Among these tags, those that refer to people, political parties and political agendas stood out.

KEYWORDS: Folksonomies. Videos. Brazilian elections. Politics.

* Doutoranda na UNICAMP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8899-0883>. elisnns@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

1 Introdução

As eleições presidenciais brasileiras de 2018, que culminaram na vitória de Jair Bolsonaro, caracterizaram um momento político conturbado para o país devido à polarização política instaurada e ao clima de antagonismos e intolerância. Nesse cenário, a internet teve um papel constante e fundamental para todos os envolvidos, independentemente das afinidades ideológicas ou do papel **desempenhado** no jogo democrático.

Mais do que nunca, diferentes redes sociais virtuais foram utilizadas para disseminar conteúdos de campanha oficiais e não oficiais. O YouTube foi uma das plataformas adotadas por todos os candidatos e os vídeos que nele circularam alcançaram audiências significativas, as quais poderiam ou não se converter em votos. Por isso, investigar como as campanhas foram realizadas nesse espaço é uma tarefa importante para que se possa compreender novas nuances dos processos eleitorais, da democracia e da história do Brasil.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar o uso de recursos de tagueamento virtuais, denominamos como folksonomias, em vídeos publicados no canal oficial do YouTube de Jair Bolsonaro durante o período de campanha do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018.

Para isso, na seção 2, mobilizo teorias sobre o papel da internet nas últimas eleições brasileiras, o funcionamento do YouTube e das folksonomias nele presentes, as estratégias de campanha denominadas como positivas ou negativas e, enfim, sobre a relação desta pesquisa com o campo de estudos da Linguística Aplicada. Na seção 3, apresento o corpus da pesquisa, as filiações metodológicas e os procedimentos adotados. A seguir, na seção 4, resultados são apresentados e discutidos.

2 Fundamentação teórica

2.1 Internet e eleições no Brasil

Para Manin, diferentemente da democracia de partido, sistema no qual a base de confiança e as afinidades do cidadão se aproximam do partido político, em uma democracia de público, as figuras dos candidatos são essenciais, a ênfase se desloca das plataformas para as individualidades e, nesse sentido, os canais de comunicação, responsáveis por realçar personalidades, tornam-se ainda mais importantes na arena política. O autor entende, ainda, que uma democracia de público é o reinado do comunicador e, como prova disso, destaca que os eleitores votam em partidos diferentes para esferas de poder diferentes, o que demonstra que o que está em jogo nesse sistema não é a base partidária (MANIN, 1995).

Diante disso, as campanhas eleitorais são fundamentais ao processo político, pois, por meio delas, os candidatos podem apresentar seus projetos e suas visões, bem como "enaltecer suas próprias qualidades ou ressaltar aspectos negativos dos adversários" (BORBA, 2015, p. 268). Por isso, Borba (2015, p. 268) considera as campanhas como um "momento privilegiado na relação entre cidadãos e a política".

A fim de viabilizar esse diálogo, a Lei 9504/97 garante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), com 50 minutos de programação diária na televisão e no rádio nos 35 dias antecedentes à antevéspera da eleição (BRASIL, 1997). No entanto, como observa Stromer-Galley (2013), uma vez que as ditas mídias de massa parecem incapazes de unir os cidadãos em uma comunidade e de oferecer oportunidades de manifestações por parte dos eleitores, "o elixir mágico parece ser a internet" (STROMER-GALLEY, 2013, p. 53), para o qual os olhares das campanhas têm se voltado.

Desse modo, os ambientes virtuais têm desempenhado papéis centrais nos processos eleitorais, visto que o acesso à internet e a dependência de mobilidades miniaturizadas (ELLIOT; URRY, 2010) são cada vez mais constantes no cotidiano

contemporâneo e compõem, conseqüentemente, a cena política global. Para Marques, Sampaio e Aggio (2013), nas campanhas políticas, os meios digitais têm se colocado como alternativas ou complementos que possibilitam atenuar deficiências já identificadas no processo eleitoral e driblar abordagens "indicadas como estorvos", como "a natural fugacidade dos spots e a abreviada cobertura jornalística" (MARQUES; SAMPAIO; AGGIO, 2013, p. 21). Além disso, segundo os autores, os ambientes virtuais oferecem às campanhas possibilidades de publicação, circulação e interação muito maiores do que outras mídias.

Nesse contexto, as manifestações de junho de 2013 apresentaram características essenciais para a compreensão da atual realidade política brasileira, tanto em relação ao uso de ferramentas digitais quanto no que diz respeito ao posicionamento político dos cidadãos. De acordo com Brugnago e Chaia (2015), esses protestos, além de terem sido organizados e planejados por meio do Facebook, receberam coberturas ao vivo e online que exibiam perspectivas distintas daquelas até então transmitidas pelos veículos televisivos, fato que direcionou ainda mais os olhares da população na época para a relação entre política e redes sociais. Além disso, o movimento foi responsável pelo acirramento das disputas ideológicas e políticas no Brasil. Brugnago e Chaia sinalizam que, até 2013, havia uma sensação de apatia política generalizada entre a população que foi superada nos protestos daquele ano, nos quais, conforme os autores,

a identificação das pessoas entre esquerda e direita refloriu. Após a população tomar as ruas em torno de todas as suas insatisfações, as diferenças ideológicas dentro das próprias manifestações rapidamente começaram a transparecer, até o movimento implodir, rachando a massa. (BRUGNAGO; CHAIA, 2015, p. 102).

Depois disso, esses diferentes posicionamentos não foram amenizados, mas, sim, potencializados pela persistente presença de debates políticos no Facebook a respeito de pautas levantadas nessas manifestações e pela chegada do pleito eleitoral de 2014.

Conforme a eleição se aproximava e ficava claro que a principal disputa pelo poder se daria entre representantes da esquerda e da direita¹, o clima político se tornava mais acirrado entre os cidadãos, "a tensão que normalmente pertencia às torcidas de futebol em jogos clássicos acalorados passou para a política" e o "Facebook se tornou então o principal meio para a proliferação das discussões políticas" (BRUGNAGO; CHAIA, 2015, p. 102).

Esse período político foi marcado, também, pela repercussão que discursos políticos ultraconservadores. Os candidatos representantes desse segmento, "que trabalharam nos anos anteriores à eleição com declarações racistas, homofóbicas e com discursos de ódio, obtiveram votações muito expressivas" (BRUGNAGO; CHAIA, 2015, p. 11).

Assim, chegamos às eleições presidenciais de 2018, que permitem claras percepções a respeito do acirramento da disputa pelo poder político e da importância da internet nas campanhas e na disputa eleitoral. O candidato vencedor, que ocupa o cargo atual de presidente da República, foi Jair Bolsonaro, até então, filiado ao Partido Social Liberal (PSL).

Em contrapartida aos poucos segundos de televisão - fruto da filiação a "uma legenda sem representatividade nacional" (ALVES, 2019, p. 16), o candidato do PSL se fez bastante presente nas telas dos eleitores por meio de *lives* que ocorriam quase diariamente e de conteúdos diversos postados em redes sociais. Como sustenta Alves (2019), a campanha de Bolsonaro também esteve envolvida em escândalos de disparos massivos e ilegais de mensagens via WhatsApp e ativação de robôs para produção de conteúdos falsos em redes sociais.

¹ Ainda que a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tenha classificado o PT como um partido de centro-esquerda e o PSDB como um partido de centro-direita (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2017), esses partidos são, aos olhos de grande parte da população, referências de esquerda e de direita na disputa pelo poder político no Brasil.

No entanto, Bolsonaro venceu a disputa presidencial de 2018 com cerca de 55% dos votos válidos no segundo turno e obteve vitória em todos os estados do país, exceto nos nove da região Nordeste e no Pará. Dessa maneira, as táticas digitais adotadas pelo então candidato do PSL parecem ter obtido destaque entre a população e êxito no pleito eleitoral. Nesta investigação, são analisados os conteúdos de campanha publicados no YouTube, plataforma sobre a qual discorro a seguir.

2.2 YouTube e folksonomias

Atualmente, o YouTube é o segundo site mais visitado do mundo. O site foi lançado em 2005 e "era um dos vários serviços que visavam remover as barreiras técnicas enfrentadas por usuários não especialistas que queriam compartilhar vídeos na web" (BURGESS; GREEN, 2018, p. 325). A filosofia do "*broadcast yourself*", que estampava a primeira versão do logotipo do site, impulsionou não só a publicação de vídeos na internet, como também uma grande produção de conteúdos por usuários amadores. Burgess e Green (2018, p. 358) explicam: "os consumidores enviam seus vídeos para o YouTube. O YouTube cuida de veicular o conteúdo para milhões de espectadores". Nessa plataforma, como sintetiza Alves (2019, p. 25), "qualquer pessoa com um mínimo de interesse e conhecimento das funcionalidades pode produzir, comentar, recircular e remixar informações".

Outra característica importante do YouTube são as ferramentas de folksonomias. Esse termo, cunhado em 2004 por Thomas Vander Wal, resulta da junção das palavras "*folk*" e "*taxonomy*", transmitindo, portanto, a ideia de uma taxonomia feita por grupos, estabelecida coletivamente (CATARINO; BAPTISTA, 2009). No entanto, é preciso esclarecer que, pela definição de Wal (2004), uma folksonomia diz respeito a indexações realizadas apenas em ambientes virtuais; segundo o autor, para classificações realizadas fora da *web*, o termo não se aplica. Assim, uma folksonomia pode ser definida como "o resultado da atribuição livre e pessoal de etiquetas (*tagging*)

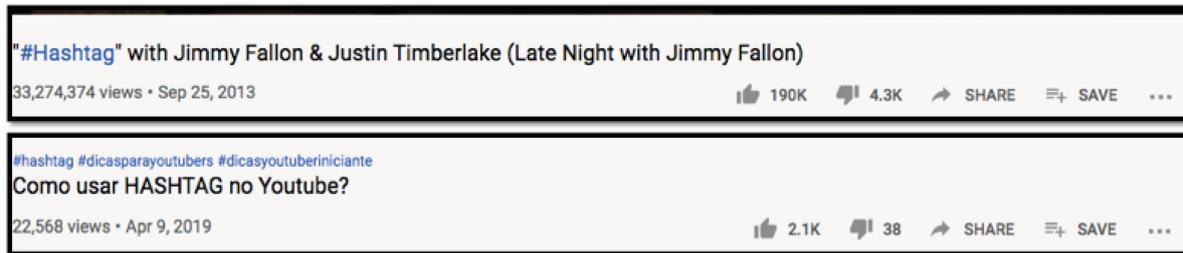
a informações ou objetos (qualquer coisa com URL)" (CATARINO; BAPTISTA, 2009, p. 49).

Essa forma de classificação emergente estabelece uma interação do usuário com o sistema e com *sites* e expressa uma maneira participativa de modificação do espaço virtual (MORRISON, 2007), além de ser uma ferramenta útil à busca e à recuperação de informações, conforme discutem autores como Neal (2007), Beaudoin (2007), Morrison (2007) e Caleffi (2015).

A maior expressão de folksonomia das atuais práticas digitais é o uso das *hashtags*, que funcionam sem controle de vocabulário, possibilitam uma indexação bastante livre e têm regras de construção que excluem poucos caracteres. Ao se inserir uma *hashtag* em um espaço virtual, o bloco textual é transformado em um *link*, que, ao ser acessado, redireciona o usuário para um conjunto de resultados de conteúdos também marcados com aquela mesma *hashtag*.

Justamente por isso, uma das principais funções das *hashtags* atualmente é a de atrair seguidores para perfis em redes sociais virtuais, já que, quanto mais popular for uma *hashtag*, maior visibilidade uma postagem pode alcançar ou, ainda, quanto mais *hashtags* essa postagem incluir, em mais conjuntos de conteúdos ela passará a circular (SIQUEIRA, 2018).

Entretanto, as *hashtags* não são a única possibilidade de tagueamento em ambientes virtuais. No caso do YouTube, a indexação de vídeos pode ocorrer de duas formas: a primeira delas é a de o usuário inserir *hashtags*, ao lado do título ou na linha final da descrição de seu vídeo - no momento do *upload* ou de edição posterior. Quando essa estratégia é adotada, as *hashtags* indexadas são exibidas ou como parte integrante do título do vídeo ou como pequenos *links* clicáveis acima do título principal, como, respectivamente, nos exemplos reproduzidos na figura 1:

Figura 1 – Uso de *hashtags* no YouTube.

Fonte: montagem elaborada pela autora, com base em <https://www.youtube.com/watch?v=57dzaMaouXA> e https://www.youtube.com/watch?v=n8FHd2_aJX4. Último acesso em: 28 fev. 2020.

A outra possibilidade oferecida ao usuário do YouTube é a da inserção de etiquetas que não ficarão visíveis durante a exibição do vídeo, mas que servirão para a circulação e a recuperação do conteúdo na *internet* e alimentarão os algoritmos de busca. Essas etiquetas, que denomino como "*tags* ocultas", podem ser inseridas pelo usuário no campo "*Tags*", também nos momentos de *upload* ou de edição do vídeo. Não há limites para a quantidade de etiquetas, mas todas juntas podem ter até 500 caracteres.

Nesse caso, embora ocultas, essas etiquetas não ficam totalmente indisponíveis. Elas não são inclusas como parte do *layout* de exibição de cada vídeo nem têm aspecto clicável, mas podem ser consultadas por meio da visualização do código fonte da página (HTML) em que o vídeo está hospedado. Ao acessar esse código e buscar por "*keywords*", a segunda ocorrência de resultados na página apresentará as etiquetas atribuídas pelo usuário que postou o vídeo entre dois colchetes, separadas por barras e por vírgulas e entre aspas, como a figura 2 ilustra:

Figura 2 – Tags ocultas no código fonte de vídeo no YouTube.

Keywords extracted from the source code:

```
"keywords\":[\ "masterchef brasil\ ",
\ "masterchef temporada 6\ ",
\ "participantes do masterchef
2019\ ",\ "masterchef 26/05/2019\ ",
\ "masterchef brasil 2019\ ",
\ "masterchef 26/05/2019\ ",
\ "participantes masterchef 2019\ ",
\ "masterchefbrasil\ ",\ "assistir
masterchef online\ ",\ "assistir tv
online\ ",\ "assistir band ao vivo\ ",
\ "masterchef ao vivo\ ",\ "masterchef
online\ ",\ "master chef\ ",
\ "masterchef 2019\ ",\ "quem saiu do
masterchef\ ",\ "eliminado
masterchef 2019\ ",\ "paola carosella
\ ",\ "erick jacquin\ ",\ "henrique
fogaça\ "]
```

Source code snippet:

```
...<meta name="keywords" content="\ "masterchef brasil\ ",
\ "masterchef temporada 6\ ",\ "participantes do masterchef
2019\ ",\ "masterchef 26/05/2019\ ",\ "participantes masterchef 2019\ ",\ "masterchefbrasil\ ",\ "assistir masterchef
\ ",\ "assistir tv online\ ",\ "assistir band ao vivo\ ",\ "masterchef ao vivo\ ",\ "masterchef online\ ",\ "master chef\ ",\ "masterchef 2019\ ",\ "quem saiu do masterchef\ ",\ "eliminado
chef 2019\ ",\ "paola carosella\ ",\ "erick jacquin\ ",\ "henrique fogaça\ ",\ "channelId\ "\ "UCZ8HGc-KBJEhChKJZ1eACk\ ",\ "isOwnerViewing\ "false\ ",\ "shortDescription\ "\ "Assista à
...>
```

Fonte: montagem elaborada pela autora, com base em

<https://www.youtube.com/watch?v=PuhDeZLqJRE&list=PL7HLCnqzgei-cizngr4gMYaFRWDocunPa>

Acesso em: 31 mar. 2019.

Visto que as *hashtags* e as *tags* ocultas dos vídeos do YouTube configuram possibilidades de organização e difusão de conteúdos na *web*, parece possível supor que, no caso de campanhas políticas, as folksonomias presentes nos materiais de campanha revelem determinadas estratégias eleitorais, sobre as quais a seção a discute.

2.3 Campanhas eleitorais positivas e negativas

"A explicação do resultado eleitoral passa, necessariamente, pela análise do debate que as campanhas travam entre si". Essa afirmação de Figueiredo *et al* (1997, p. 183) indica a complexidade do jogo político em contextos eleitorais, razão pela qual, como os próprios autores comentam, existem ainda muitas perguntas sem respostas, como "por que candidatos desconhecidos ganham a eleição?", "por que outros mais conhecidos e bem avaliados perdem?", "por que há algumas reviravoltas?"

(FIGUEIREDO *et al.*, 1997, p. 183). Sobretudo, "analisar campanhas eleitorais é analisar retóricas em competição pelo voto" (FIGUEIREDO *et al.*, 1997, p. 187).

Assim, Figueiredo *et al.* (1997) propõem uma metodologia para mapear essas estratégias retóricas. Para iniciar as interpretações a respeito das estratégias adotadas, é necessário posicionar o candidato entre Situação ou Oposição: um candidato em um lugar de Situação pode ser um mandatário atual que disputa uma reeleição ou um sucessor do atual governante, que, na maioria das vezes, é do mesmo partido, mas também pode ser da mesma coligação ou de partidos com espectros ideológicos afins; já um candidato classificado como de Oposição é aquele que disputa o poder político com a Situação.

Algumas estratégias comuns de candidatos de Situação são o apelo ao carisma, menções à competência manifestada nos cargos já ocupados, uso de símbolos do cargo, distanciamento de brigas eleitorais, foco em projetos realizados e encontros e aproximações com lideranças, líderes partidários e patronos políticos. Os desafiantes, por sua vez, costumam apostar no apelo à mudança, na ofensiva em relação a temas importantes, no otimismo para o futuro, nos ataques à administração vigente e nas comparações entre candidatos (FIGUEIREDO *et al.*, 1997).

Além de visualizar essas estratégias, é importante classificar os argumentos de campanha como positivos ou negativos. Para isso, são fundamentais as questões apresentadas por Borba (2015). O autor explica, primeiramente, que mensagens positivas buscam converter indecisos em apoiadores, enquanto mensagens negativas buscam converter apoiadores do adversário em indecisos.

Ainda de acordo com Borba (2015), a disputa brasileira é de base multipartidária, e não bipartidária. Por consequência, a promoção de propaganda negativa pode acabar causando dispersões, beneficiando outros candidatos além do que se arriscou a promover o conteúdo ou prejudicando alvos não intencionais. Além disso, em uma disputa em dois turnos, intensos ataques no primeiro turno podem custar caro em

negociações por apoio no segundo turno. Por isso, propagandas negativas tendem a ser mais comuns, no contexto brasileiro, no segundo turno, quando já não há muito a ser perdido além da própria disputa pelo poder.

Considerando essas perspectivas, na seção a seguir, procuro, enfim, relacionar a importância da relação entre o estudo de campanhas eleitorais e o campo de estudos da Linguística Aplicada.

2.4 Campanhas eleitorais e Linguística Aplicada

Conforme Manin,

uma campanha eleitoral é um processo de construção de antagonismos: ela joga várias imagens umas contra as outras. [...] Os eleitores recebem uma variedade de imagens que competem entre si. [...] Uma campanha eleitoral pode ser comparada a uma linguagem, como definiu o fundador da linguística contemporânea, Ferdinand de Saussure: o significado de cada termo é o resultado da coexistência de vários termos que se distinguem uns dos outros. (MANIN, 1995, p. 31)

A referência de Manin a Saussure explicita os diálogos entre o campo da linguagem e o campo da política, já que, nessa perspectiva, não se pode entender por completo a influência das imagens políticas sem que se considere também os modos pelas quais elas se constituem e circulam. Assim, os meios de comunicação exercem uma influência central nas disputas, pois é por meio deles que essas imagens adquirem projeção, reverberam ideias e constroem oposições. Como já situado, atualmente, os veículos midiáticos tradicionais passaram a dividir o protagonismo com as redes sociais virtuais, nas quais parte significativa das campanhas políticas são projetadas.

Nesse sentido, Moita Lopes (2013) indica que as alterações trazidas pelo mundo digital tornam necessárias pesquisas que dialoguem e respondam a essas mudanças. Entretanto, é preciso estabelecer recortes, pois, como alertam Burgess e Green (2018, p. 537), "não faz mais sentido falar sobre "a web" ou "a Internet", ou "vídeo" sem

referência a plataformas específicas. É importante entender as vantagens distintas de cada plataforma, suas culturas de uso e normas sociais".

De fato, questões relativas a pautas políticas e redes sociais têm sido exploradas em diversos campos do conhecimento. Não raro, pesquisas focalizam a repercussão de *hashtags* e o comportamento de candidatos e eleitores em ambientes virtuais, entretanto, na maioria das vezes, esses estudos são voltados ao Facebook e ao Twitter.

Diante disso, é importante compreender que, embora essas duas redes também estejam, hoje, repletas de vídeos e de imagens, esses conteúdos não se caracterizaram como seus principais elementos; o compartilhamento de conteúdos visuais e audiovisuais é apenas mais uma possibilidade, e não o princípio, ao contrário do que ocorre no YouTube.

Além disso, Wortham (2013) explica que, já há algum tempo, os mais novos têm excluído ou mantido suas contas no Facebook inativas. O excesso de textos e de discussões desse ambiente e a presença de familiares e outros adultos (MILLER, 2013) parecem afastar os jovens, que, cada vez mais, concentram suas interações em outros espaços virtuais, como o YouTube, o Instagram e o WhatsApp, enquanto, no Facebook, continuam existindo interações sustentadas principalmente pela participação dos adultos.

Essa questão se torna importante quando se entende que esses jovens que hoje estão cada vez mais distantes do Facebook já são ou em breve serão eleitores e, de qualquer modo, cidadãos participantes dos contextos democráticos, em que ocorrem debates e manifestações de opiniões. Assim, direcionar estudos a respeito de campanhas políticas para outros ambientes virtuais além dos usualmente abordados se torna uma tarefa relevante para produzir entendimento acerca dos comportamentos eleitorais de uma próxima geração.

Paralelamente a isso, o atual momento político brasileiro, fruto de eleições conturbadas e marcado por um cenário de desmonte, instabilidade e polarização, faz

com que estudos que visem a compreender campanhas eleitorais se tornem fundamentais, pois, desse entendimento, outros conhecimentos a respeito da decisão do voto e de suas causas e consequências sócio-históricas poderão surgir.

Enfim, uma maior aproximação entre o campo da Linguística Aplicada (LA) e os estudos de partidos, eleições e representações políticas, os quais são associados ao campo da Ciência Política (CP), também incentiva a realização desta investigação. Devido à perspectiva transdisciplinar e transgressiva da LA (MOITA-LOPES, 2006), "ocupamos um lugar epistemologicamente distante da Linguística *per se* e, não por acaso, mais próximo de diversas outras disciplinas das Humanidades, como Estudos Culturais, Educação e Ciências Sociais no geral" (ROSA, 2016, p. 88).

Como consequência disso, são muitas as pesquisas em LA que, atualmente, investigam questões relacionadas a movimentos sociais, grupos minoritários, preconceitos e outras problemáticas presentes em uma sociedade historicamente marcada por desigualdades de etnia, gênero e classe. Portanto, todas essas pesquisas se relacionam, de algum modo, com o campo da Ciência Política, visto que, como apresenta Duverger (1976), todas as concepções a respeito desse campo de estudos têm como base ideias e relações de poder. No entanto, estudos em LA que abordem temáticas políticas relacionadas à representatividade dos governantes, à relação entre governantes e governados ou aos processos que envolvem e legitimam essas questões são raros e configuram, então, outros caminhos possíveis de transdisciplinaridade e transgressividade. Buscando caminhar nesse sentido, apresento, na próxima seção, o corpus de investigação e os procedimentos metodológicos adotados.

3. Corpus e metodologia de pesquisa

O corpus de análise desta investigação é composto por todos os vídeos compartilhados pelo canal oficial de Jair Bolsonaro no YouTube², no período de campanha eleitoral determinado pelo TSE para o primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2018 (16 de agosto a 07 de outubro de 2018), o que corresponde ao total de 130 vídeos (n=130). Esses materiais foram extraídos e catalogados diariamente durante o período de campanha, portanto, ainda que existam riscos de que algum conteúdo tenha sido publicado, depois retirado do ar e, assim, perdido, esses são reduzidos, já que o monitoramento e a coleta, nessa época, ocorriam de modo constante.

Diante disso, é possível afirmar que esta pesquisa se caracteriza como um estudo documental, visto que o corpus descrito é constituído por objetos de pesquisa que são "materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares" (GODOY, 1995, p. 21). É importante salientar, também, que, na visão teórico-metodológica da pesquisa documental, segundo Godoy (1995, p. 21-22),

a palavra "documentos" [...] deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes).

Trazendo essa definição da autora para a realidade contemporânea, é possível expandir o conceito de documentos também para objetos virtuais, como os vídeos publicados no YouTube. Por fim, Godoy (1995) compreende que, sobre um corpus

² <https://www.youtube.com/channel/UC8hGUtfEgvpnp6IaHSAg1OQ>. Último acesso em: 28 fev. 2020.

documental, tanto abordagens qualitativas quanto quantitativas podem ser propostas. Assim, esta investigação recorreu a esses dois meios, caracterizando-se, por consequência, como uma pesquisa de métodos mistos, conforme definem Onwuegbuzie e Collins (2007).

A primeira etapa procedural correspondeu à extração dos vídeos do YouTube, que foram salvos por meio do *site* "Savefrom.net", e suas *hashtags* e *tags* ocultas simultaneamente copiadas para documentos de extensão ".doc". Após a extração e catalogação desses materiais, uma intensiva exploração e alguns estudos pilotos foram realizados, a fim de gerar familiaridade com o corpus, suas características e possibilidades de análise.

A partir disso, pude perceber que, em função dos objetivos desta investigação, os materiais poderiam ser analisados quanto a) presença ou ausência de *hashtags*; b) presença ou ausência de *tags* ocultas; c) relação das *hashtags* e das *tags* ocultas com os temas dos vídeos; d) relação das *hashtags* e das *tags* ocultas com o tipo de campanha adotada; e e) relação das *hashtags* e das *tags* ocultas com os personagens que aparecem nos vídeos. Isso porque, na análise exploratória e nos estudos pilotos, salientaram-se elementos que apontavam para um intenso uso de *tags* ocultas, as quais com frequência pareciam se relacionar com questões externas aos temas dos vídeos, por vezes, apontando para outros candidatos e partidos.

Dessa maneira, busquei inspiração nos procedimentos adotados pela Análise de Conteúdo (doravante, AC) (NEUENDORF, 2001; BAUER; AARTS, 2000; KRIPPENDORFF, 2003; BARDIN, 2011) para criar um livro de códigos com categorias e subcategorias (essas últimas chamadas de códigos) a partir das quais os vídeos pudessem ser classificados. As codificações são definidas por Elliot (2018) como um processo decisório que acontece sobre determinada peça da pesquisa e como uma espécie de rótulo que atribui algum significado a uma informação descritiva. A autora compreende que esse processo é uma forma de otimizar o trabalho sobre dados

denso, por uma maneira de "indexar ou mapear dados, para fornecer uma visão geral de dados díspares que permite ao pesquisador fazer sentido a respeito deles em relação às suas questões de pesquisa" (ELLIOT, 2018, p. 2851).

Ressalto que não adotei, nesta pesquisa, a metodologia da AC, visto que os materiais não foram codificados por codificadores diferentes nem testes de confiabilidade foram realizados; todavia, a AC serviu como fundamento para a elaboração dos códigos, suas abrangências e precisões. Reitero, ainda, que as categorias e códigos delimitados para esta análise não esgotam os olhares possíveis sobre esses materiais; muitas são os outros caminhos que podem ser seguidos de forma diferente e produtiva. Essa codificação visa a atender, especificamente, o objetivo de encontrar relações entre os temas dos vídeos de campanha de Jair Bolsonaro e as *hashtags* e *tags* neles inseridas.

As etapas de codificação foram realizadas no *software* "Atlas.ti". Nesse sentido, outra definição complementar a respeito das bases metodológicas deste trabalho é o conceito de pesquisa qualitativa assistida por computador, a qual, segundo Kelle (2000), sustenta-se em *softwares* como Atlas.ti, que não são propriamente ferramentas de análises de dados, mas, sim, ferramentas de gerenciamento de dados que mecanizam tarefas de administração, ordenação e arquivamento. Para a autora, o termo "análise qualitativa de dados assistida por computador" refere-se, na verdade, "à análise interpretativa de dados (...) em que o software é usado para a organização e o gerenciamento dos dados" (KELLE, 2000, p. 285).

Assim, o livro de códigos elaborado é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Livro de códigos para análise.

Categorias	Códigos	Descritores	Observações
1. Origem	1A	Vídeo jornalístico	Vídeos originalmente publicados em algum veículo midiático.
	1B	Vídeo não jornalístico	Vídeos de todas as outras fontes senão as

			jornalísticas (programas eleitorais, gravações, <i>lives</i> etc.).
2. Tema	2A	Agronegócio, agricultura e MST	
	2B	Apoio de anônimos	
	2C	Apoio de personalidades famosas	Celebridades, artistas, políticos, atletas etc.
	2D	Autoritarismo e ditadura	
	2E	Corrupção	
	2F	Cultura	
	2G	Deficientes	
	2H	Direitos humanos	
	2I	Disputa eleitoral	Abordagens diversas sobre o cenário de disputa eleitoral (pesquisas de opinião, dados, movimentações, estratégias etc.).
	2J	Economia	
	2K	Educação	
	2L	Etnia, raça e racismo	
	2M	<i>Fake news</i>	<i>Fake news</i> sendo expostas, denunciadas, contestadas etc..
	2N	Gênero	
	2O	Imprensa	Críticas, referências, contestações etc.
	2P	Indígenas	
	2Q	Meio ambiente	
	2R	Outros	
	2S	Poder Judiciário	
	2T	Política externa	
2U	Programas sociais		
2V	Religião		
2X	Saúde de Bolsonaro		
2Y	Saúde da população		
2W	Segurança de Bolsonaro		
2Z	Segurança da população		
2AA	Sexualidade		
3. Tipo de campanha	3A	Campanha negativa	A intenção do material e descredibilizar um adversário.

	3B	Campanha positiva	A intenção do material é ressaltar qualidades do candidato.
	3C	Não se enquadra	
	3D	Neutro	
4. Personagem principal	4A	Bolsonaro	
	4B	Apoiador	
	4C	Opositor	
	4D	Mais de um	
	4E	Nenhum	
	4F	Outro	

Fonte: elaborado pela autora.

Tratando-se de procedimentos de codificação e classificação de conteúdos, é comum que um mesmo material indique mais de uma possibilidade de categorização, que as distinções entre os códigos se tornem turvas ou que as divisões iniciais se tornem ambíguas. No caso de objetos multimidiáticos como os vídeos aqui analisados, as delimitações temáticas podem ser ainda mais complexas, visto que, muitas vezes, em um único vídeo, mais de um tema é abordado, assim como mais de um personagem pode ser focalizado. A criação de códigos como "Outros (2R)", "Não se enquadra (3C)" e "Mais de um (4D)" busca contemplar irregularidades e indefinições sem ampliar demasiadamente o livro de códigos. Mas, no caso de temáticas que se sobrepõem, como, por exemplo, quando um vídeo discute questões relacionadas à corrupção (2E) e, depois, aborda o cenário da disputa eleitoral (2I), a escolha do código se deu pela avaliação do tema principal, considerando a duração de cada pauta no vídeo ou a ênfase temática atribuída no título. Essa decisão pode ser insuficientemente precisa para pesquisas cujo objetivo seja mais direcionado à análise dos conteúdos dos vídeos em si, porém, aqui, nosso foco é direcionado à análise das folksonomias utilizadas em cada vídeo, e a identificação dos conteúdos dos vídeos serve apenas de apoio para comparações.

Assim, a primeira etapa de codificação compreendeu, portanto, a atribuição dos códigos elencados no quadro 1 a cada vídeo analisado. Na segunda etapa, as *hashtags*

e as *tags* que acompanhavam cada arquivo de vídeo foram inseridas como códigos. Uma vez que esses últimos códigos foram replicações das etiquetas originalmente atribuídas a cada conteúdo, eles se classificaram, de acordo com a nomenclatura de Creswell (2015), como códigos *in vivo* e emergentes, pois não foram previamente delimitados, surgiram de acordo com os componentes de cada conteúdo importado e, assim, ressoam na metodologia elementos característicos do próprio corpus.

Em suma, na primeira etapa de codificação foi controlada pelo livro de códigos, enquanto a segunda apenas replicou etiquetas originais dos próprios vídeos analisados. Logo, as possibilidades de codificação na primeira etapa foram limitadas, mas, na segunda, estavam submetidas às variações encontradas no corpus.

Diante do grande volume de códigos provenientes da segunda etapa de codificação, parâmetros também precisaram ser estabelecidos para classificar os tipos das *hashtags* e das *tags* ocultas. As categorias estabelecidas por Beaudoin (2007), Neal (2007) e Caleffi (2015) - já mapeadas em Siqueira (2018), estão dispostas no quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Categorias iniciais para classificação de *hashtags* e *tags* ocultas.

Autores	Categorias	Exemplos
Beaudoin (2007)	Adjetivos	"esquerdista"
	Eventos	"festa", "atentado"
	Pessoas	"dilma"
	Lugares genéricos	"ruas"
	Lugares específicos	"sp"
	Tempos, datas e períodos	"2018"
	Verbos	"vencer"
Neal (2007)	Lugares genéricos	"ruas"
	Lugares específicos	"sp"
Caleffi (2015)	Promoção	"elesim", "#elesim"
	Eventos	"festa", "atentado"
	Notícias	"noticia de crime"

Fonte: elaborado pela autora, com base em Siqueira (2018, p. 88).

Enquanto as novas categorias, criadas de acordo com a demanda dos termos que apareceram nos materiais analisados, são apresentadas abaixo, no quadro 3:

Quadro 3 – Novas categorias para classificação de *hashtags* e *tags* ocultas.

Categorias	Exemplos
Alinhamentos ideológicos	"esquerda"
Partidos políticos	"psdb"
Pautas políticas	"turismo", "economia"
Programas sociais	"mais médicos", "bolsa família"
Veículos midiáticos	"o globo"

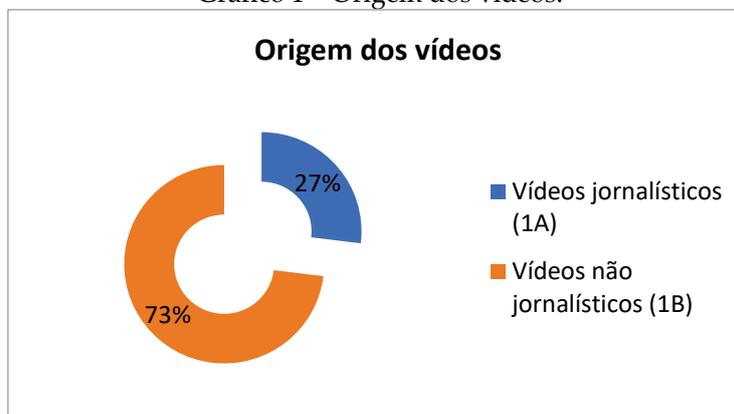
Fonte: elaborado pela autora.

4. Apresentação e discussão de resultados

Primeiramente, para contextualizar a respeito dos conteúdos dos vídeos de campanha de Jair Bolsonaro analisados, apresento nos gráficos abaixo os resultados principais da primeira etapa de codificação. Na seção 1 dos anexos, as ocorrências totais podem ser consultadas.

O gráfico 1 apresenta os percentuais das diferentes origens dos vídeos publicados no canal do candidato: os não jornalísticos, que consistem em lives do candidato, vídeos filmados em eventos de campanha, vídeos caseiros de apoiadores etc.; os jornalísticos correspondem aos conteúdos que foram, originalmente, veiculados pela imprensa e, depois, replicados no YouTube pela campanha.

Gráfico 1 – Origem dos vídeos.

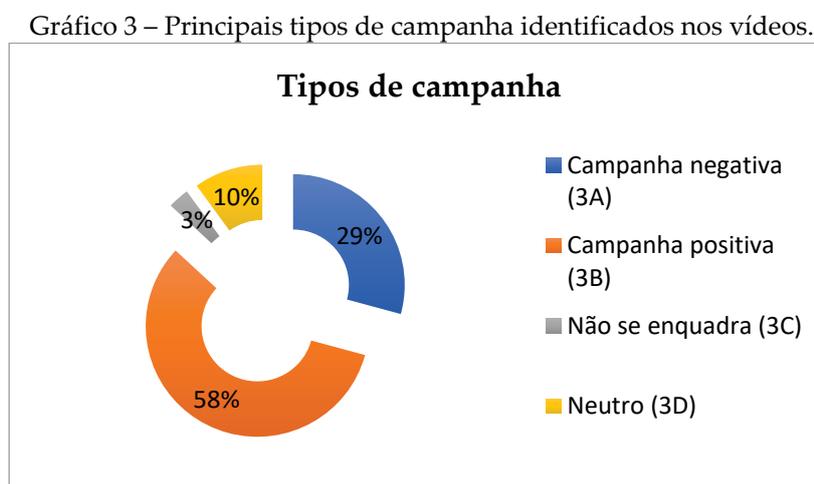


Fonte: elaborado pela autora.

No gráfico 2, os temas mais recorrentes abordados nos vídeos analisados são quantificados:

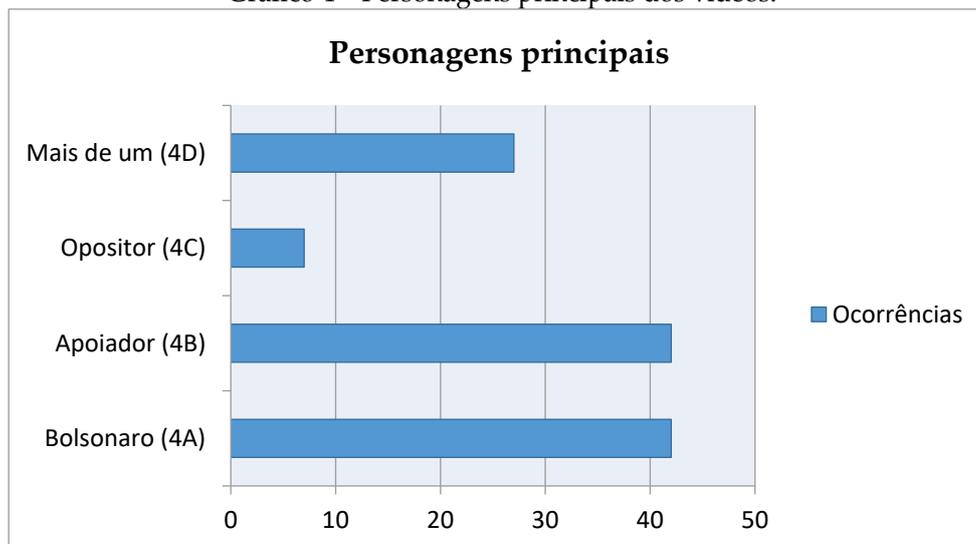


A seguir, no gráfico 3, apresento os percentuais de presença de campanha positiva e negativa nos vídeos analisados.



Enfim, o gráfico 4 demonstra os personagens principais que aparecem nos vídeos analisados: o próprio Bolsonaro, pessoas que se caracterizam como apoiadores, opositores ou, em alguns casos, mais de um personagem principal.

Gráfico 4 – Personagens principais dos vídeos.



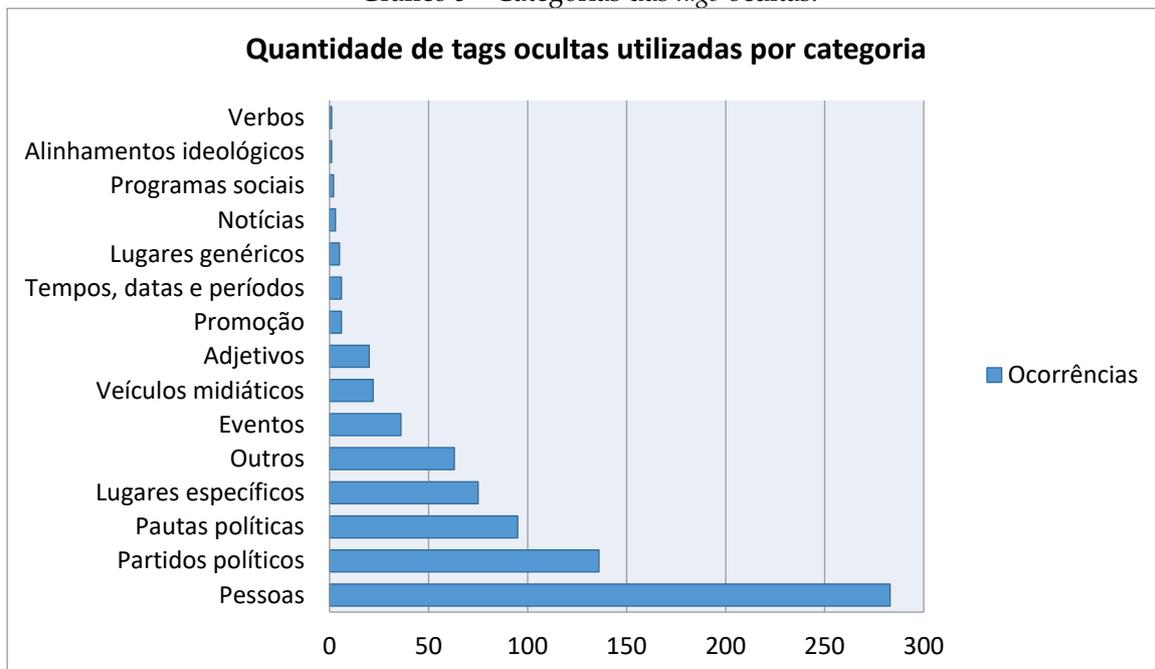
Fonte: elaborado pela autora.

A partir dessas visualizações, o que pode ser concluído é que a maioria dos vídeos publicados no canal de Jair Bolsonaro durante a campanha do primeiro turno de 2018 não havia sido exibida ou produzida por algum veículo jornalístico, embora muitos materiais dessas fontes também tenham sido postados pelo candidato. Em relação às temáticas mais recorrentes, observa-se que assuntos muito difusos foram abordados, algo comum às campanhas eleitorais, mas se destacou a recorrência de vídeos que tratavam da disputa eleitoral em si e do apoio de anônimos e de personalidades à candidatura de Bolsonaro. Entre outros temas, destacaram-se também vídeos sobre a saúde do candidato - em função do atentado que sofreu durante a campanha - e sobre questões relacionadas a gênero, sexualidade e segurança, três das pautas pelas quais Bolsonaro obteve mais apoio de eleitores conservadores.

O tipo de campanha mobilizado nos vídeos foi majoritariamente positivo - ou seja, foram postados mais vídeos que enaltecem a figura de Bolsonaro do que vídeos que procuram descredibilizar outros candidatos. Isso converge com os resultados da última categoria de codificação da primeira etapa, os quais indicam que, na maioria dos vídeos, o personagem principal era o próprio Bolsonaro ou algum de seus apoiadores.

Após essa contextualização, é possível olhar para as *hashtags* e para as *tags* ocultas adicionadas a esses vídeos. Primeiramente, o número de usos de *hashtags* se destaca pela escassez: em apenas dois dos 130 vídeos publicados, *hashtags* foram acrescentadas. Em ambos os casos, a *hashtag* utilizada foi "#elesim". Então, essa ferramenta nos vídeos parece não ter sido considerada produtiva pela campanha de Jair Bolsonaro para alcançar visibilidade. Além disso, 25 dos 130 vídeos não continham nem *hashtags* nem qualquer *tag* oculta. Portanto, o uso de *hashtags* e *tags* ocultas no corpus analisado se distribui da seguinte maneira: em 105 vídeos, foram utilizadas *tags* ocultas; em dois vídeos, foram utilizadas *hashtags* e *tags* ocultas; em nenhum vídeo foram utilizadas apenas *hashtags* e, em 25 vídeos, não foram utilizadas nem *hashtags* nem *tags* ocultas.

Nos 105 vídeos com *tags* ocultas, o número total foi de 754 *tags*, o que configura uma média de mais de sete *tags* ocultas para cada vídeo. Classificando essas 754 *tags* ocultas nas categorias estabelecidas, as ocorrências se distribuem conforme ilustra o gráfico 5:

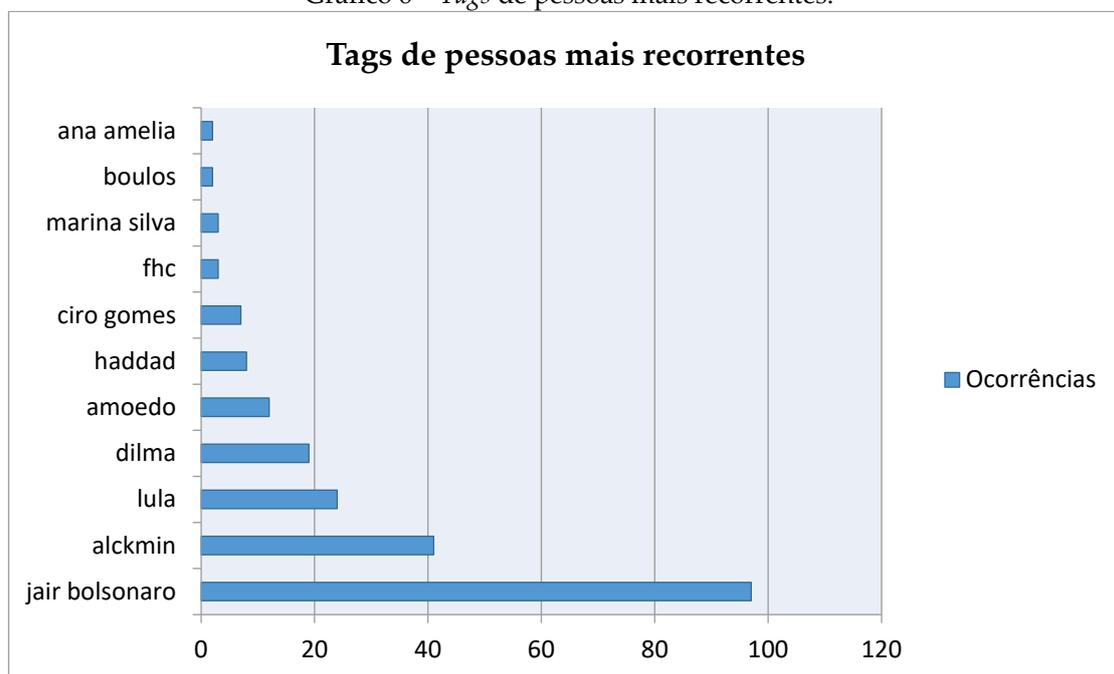
Gráfico 5 – Categorias das *tags* ocultas.

Fonte: elaborado pela autora.

A partir desse primeiro olhar mais amplo sobre todas as *tags* ocultas utilizadas, é possível, agora, analisar especificamente alguns fenômenos que ocorreram dentro das categorias descritas. Destacam-se pela quantidade de usos as categorias "Pessoas", "Partidos políticos" e "Pautas políticas".

Analisando os casos de *tags* ocultas que designam pessoas, as menções mais recorrentes foram as apresentadas no gráfico 6:

Gráfico 6 – *Tags* de pessoas mais recorrentes.



Fonte: elaborado pela autora.

As frequentes ocorrências da *tag* "Jair Bolsonaro" reforçam a interpretação de que, na maioria dos vídeos, "Bolsonaro" foi identificado como personagem principal (código 4A) e o tipo de campanha era positivo (código 2B). Ou seja, tanto nos conteúdos dos vídeos de campanha quanto nas *tags* ocultas a eles adicionadas, houve forte personalização da candidatura.

Por outro lado, Fernando Haddad (PT), principal oponente de Bolsonaro nessa disputa, foi pouco mencionado nas *tags*. É interessante perceber que as *tags* que se referem a Haddad foram menos frequentes do que as que se referem a João Amoedo

(NOVO), mesmo que Haddad tenha ido para a disputa do segundo turno com Bolsonaro e Amoedo tenha conquistado apenas 2,5% dos votos válidos³. Ainda a respeito das escassas menções ao candidato do PT, parece ter havido uma transferência de citações: Haddad foi apagado das *tags* e substituído por "lula" e "dilma", um movimento que parece coerente com a base antipetista da campanha bolsonarista que procurava atribuir ao PT e, principalmente, a seus dois últimos governantes, todas as causas das mazelas do país. Assim, nas *tags* ocultas dos vídeos dos candidatos do PSL, lembrar Lula e Dilma parece ter sido mais importante do que mencionar o real candidato em disputa.

Outro resultado notável a respeito das *tags* que designam pessoas se relaciona com as constantes menções a Geraldo Alckmin (PSDB). O candidato tucano, que encerrou a disputa eleitoral em quarto lugar, foi mais lembrado nas *tags* de Bolsonaro do que as próprias figuras do PT quando avaliadas individualmente. Uma hipótese que talvez explique essa distorção é a de que Alckmin parecia ser uma opção para boa parte daqueles que não se alinhavam com governos à esquerda, mas também não simpatizavam com Bolsonaro. Assim, a campanha do PSL incluir significativas menções ao candidato do PSDB em suas *tags* pode significar um reconhecimento de uma disputa à direita entre os dois.

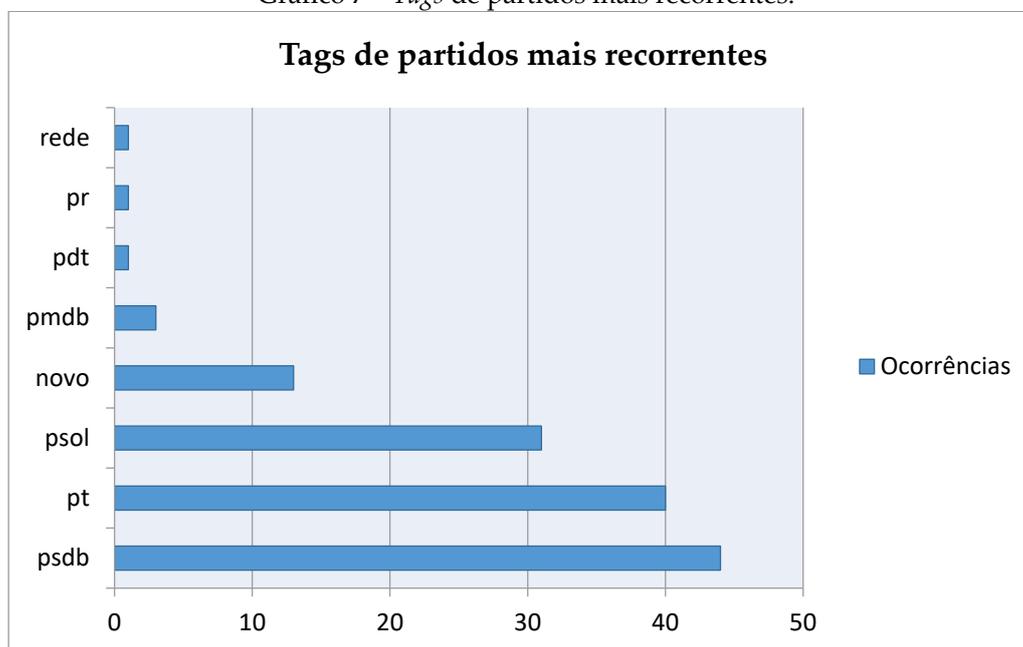
Outra hipótese que também pode explicar as constantes menções a Alckmin é a de que eleitores que tivessem inclinações ideológicas favoráveis ao tucano podiam chegar em conteúdos de Bolsonaro por meio de buscas pelo nome do candidato e, então, optar pela mudança no voto. As chances de um eleitor de Haddad converter sua decisão após se deparar com um vídeo de Bolsonaro parecem menores, sob a perspectiva do comportamento eleitoral, do que as de um eleitor de Alckmin optar pela mudança. A mesma lógica parece se aplicar para os eleitores de João Amoedo -

³ Disponível em: <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>. Último acesso em 29 fev. 2020.

também consideravelmente mencionado nas *tags* - cujas perspectivas liberais não se distanciavam tanto das propostas econômicas da equipe de Bolsonaro.

Entre as *tags* ocultas que designam partidos políticos, destacaram-se as menções ao PSDB, ao PT e ao PSOL. O PSL e o PRTB, partidos aos quais Jair Bolsonaro e seu vice, General Mourão, eram filiados na época das eleições de 2018, não foram citados nenhuma vez como *tags* ocultas nos vídeos da campanha do primeiro turno de 2018, como o gráfico 7 demonstra:

Gráfico 7 – *Tags* de partidos mais recorrentes.



Fonte: elaborado pela autora.

Assim como no caso das muitas menções a Geraldo Alckmin entre as *tags* de pessoas, chama atenção a grande concentração de *tags* direcionadas ao PSDB, que ultrapassa, inclusive, as *tags* referentes ao PT. Existe, então, uma relação diretamente proporcional entre citações ao candidato tucano e a seu partido entre as *tags* ocultas dos vídeos de Bolsonaro. O mesmo não acontece quando se analisa a quantidade de menções ao PSOL e a seu candidato, Guilherme Boulos. Enquanto o partido foi utilizado como *tag* de Bolsonaro em mais de 30 casos, Boulos foi citado apenas duas vezes. Isso parece indicar que a candidatura de Boulos, de forma pessoal, não era

incômoda ou interessante à base do PSL, visto que o candidato foi pouco lembrado, mas a atuação de seu partido, marcada por constantes e duras oposições às propostas bolsonaristas, parece ter tido mais ressonância.

Têm destaque também as menções à sigla do Partido Novo, que foi mais lembrado nas *tags* ocultas do que partidos de candidatos considerados mais fortes, como o PDT, de Ciro Gomes, e a Rede, de Marina Silva.

Enfim, entre as pautas políticas transformadas em *tags* ocultas, as menções são bem mais difusas e menos concentradas em termos principais. As pautas que mais foram citadas como *tags*, ainda assim, não somam individualmente quantidades de uso muito expressivas. Foram elas: "economia" (oito ocorrências), "educação" (quatro ocorrências), "governabilidade" (quatro ocorrências), "mulher" (cinco ocorrências) e "mulheres" (oito ocorrências). Outras entre as muitas *tags* encontradas nessa categoria que acredito que merecem destaque foram "aborto" (duas ocorrências), "adoção" (uma ocorrência), "beijo lésbico" (uma ocorrência), "casais homossexuais" (uma ocorrência), "casamento gay" (uma ocorrência), "kit gay" (três ocorrências) e "lgbt" (três ocorrências). Considero importante observar que, se as ocorrências de todas as *tags* relacionadas à pauta da sexualidade forem somadas, essa pauta se torna a mais saliente entre as pautas políticas transformadas em *tags* ocultas.

Dessa maneira, assim como gênero e sexualidade foram duas das maiores temáticas identificadas na primeira etapa de codificação dos vídeos, ao observarmos as pautas políticas transformadas em *tags* ocultas, também percebemos uma presença significativa dessas questões nos conteúdos de campanha de Bolsonaro.

Além dos três eixos principais relacionados às *tags* ocultas de pessoas, partidos e pautas políticas, alguns outros resultados merecem destaque. Entre as 20 *tags* ocultas que se caracterizam como adjetivos, oito correspondem a "misógino". Todos os vídeos em que essa *tag* foi inserida abordam o apoio de mulheres a Bolsonaro. A *tag* parece ter sido utilizada, então, como sentido irônico ou subversivo.

Ainda na categoria "adjetivos", foram encontrados *tags* como "reaça" e "filho da puta". "Reaça", em contextos informais e orais, tem sido um termo usado como sinônimo de "reacionário". No caso do vídeo em que essa *tag* foi inserida⁴, o conteúdo era uma *live* feita por Bolsonaro ao lado dos filhos Carlos e Eduardo, de General Heleno e de uma intérprete de Libras. Nessa *live*, Jair Bolsonaro contesta uma declaração de Geraldo Alckmin e Flávio Bolsonaro fala sobre sua disputa pelo Senado contra Lindbergh (PT). Além disso, Jair Bolsonaro também ataca Gregório Duvivier e Pepe Mujica. Por isso, não fica claro a quem "reaça" possivelmente faz referência nesse vídeo. Já no caso do vídeo em que a *tag* "filho da puta" foi inserida⁵, o conteúdo é uma filmagem de Ciro Gomes (PDT) discursando em um palanque e dizendo "nazista filho da puta", fala que, pela perspectiva dos jornalistas que depois aparecem comentando o caso, foi dirigida a Jair Bolsonaro. Nesse caso, parece ter ocorrido uma apropriação do impropério como *tag* oculta como forma de deslegitimar a figura de Ciro Gomes, justamente por ter se utilizado do insulto.

Além disso, em cerca de 3% dos vídeos, uma mesma *tag* oculta é utilizada duas vezes. No caso do vídeo em comemoração ao Dia do Surdo⁶, por exemplo, a *tag* "michelle" foi inserida duas vezes. Há também muitos casos em que *tags* se descolam de seus sentidos e categorias pretendidas por erros de digitação. São os casos das *tags* encontradas como "amordo" (provavelmente, "amoedo"), "padb" (provavelmente, "psdb"), "viaita" (provavelmente, "visita"), "carloa" (provavelmente, "carlos") e "jaie" (provavelmente, "jair"). Esses casos parecem indicar que o processo de tagueamento dos vídeos do YouTube não foi feito por robôs automatizados, mas, sim, por usuários humanos, já que os desvios são pontuais, não se repetem mais de uma vez com um

⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Tvh4_C4ERag. Último acesso em: 29 fev. 2020.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hT7HICiq9w>. Último acesso em: 29 fev. 2020.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=461RPtLX-iw>. Último acesso em: 29 fev. 2020.

mesmo termo e são sempre em função da proximidade das letras em um teclado Qwerty.

Diante desses resultados, fica claro que a campanha bolsonarista no YouTube, durante o primeiro turno das eleições, privilegiou as *tags* ocultas e não fez uso significativo das *hashtags* visíveis. Essa escolha autoral trouxe possibilidades interessantes para os processos de tagueamento dos conteúdos de Bolsonaro. Parece possível formular a hipótese de que muitos dos termos inseridos como *tags* ocultas não teriam sido mobilizados da mesma maneira como *hashtags* visíveis.

As *tags* ocultas nos vídeos da campanha de Bolsonaro exploraram, principalmente, menções à oposição e a outros partidos, ainda que as *tags* referentes ao nome de Jair Bolsonaro também tenham sido muito utilizadas. Isso revela que, se na superfície dos conteúdos prevaleceram estratégias de campanha positiva, em alguns esconderijos, índices de campanha negativa foram colocados. Desse modo, ainda que muitos dos vídeos, em si, coloquem Bolsonaro como personagem principal e enalteçam sua figura, as *tags* associadas a eles fazem referência a adversários ou a outros partidos que não os da coligação de Bolsonaro. Esse resultado é fundamental para que identificações de campanhas positivas e negativas sejam pensadas a partir de mais elementos de análise.

Outra conclusão importante diz respeito aos temas abordados nos vídeos e nas *tags* ocultas. Tanto na análise de conteúdo inicial quanto na análise das *tags*, foi possível identificar um espectro de pautas muito amplo. Mesmo que algumas temáticas se repitam mais vezes, a contabilização desses elementos foi a menos concentrada. Ainda assim, questões relacionadas a gênero e sexualidade podem ser analisadas com enfoque mais direcionado, visto que, por meio de *tags* variadas, acabaram se repetindo e ressoando.

5 Considerações finais

A campanha de 2018 de Jair Bolsonaro já tem sido e continuará sendo foco de inúmeras investigações de diferentes campos da Ciência. Neste trabalho, procurei trazer contribuições sobre o atual momento político brasileiro e sua relação com a internet, especificamente sobre o modo como o YouTube pode ser utilizado para fins eleitorais.

Essa plataforma já há algum tempo vem sendo utilizada como grande fonte de poder informacional, pelas suas possibilidades e alcance. No entanto, as pesquisas relacionadas ao YouTube, na maioria das vezes, analisam apenas o que fica visível na interface primária - os vídeos, seus autores, os comentários e curtidas. Para além disso, na visualização do código fonte, o universo das folksonomias é aberto e novas e importantes possibilidades de investigação são encontradas. Nesse sentido, acredito que esta pesquisa contribui com os campos de estudos da linguagem, da comunicação e da política ao demonstrar como processos de classificação virtuais produzem sentidos potentes, os quais se relacionam diretamente com práticas sociais e democráticas.

Porém, este estudo apresenta limitações. Primeiramente, as análises aqui feitas dizem respeito apenas ao primeiro turno da campanha eleitoral de 2018. Uma possível continuidade da pesquisa com os materiais do segundo turno pode demonstrar se as tendências aqui discutidas foram mantidas na reta final da disputa eleitoral ou se foram substituídas por modos considerados mais efetivos ou mais agressivos para alcançar visibilidade e angariar votos. Em segundo lugar, há um enorme campo de investigação a ser explorado a partir de análises mais aprofundadas e mais direcionadas aos conteúdos temáticos dos vídeos, seus detalhamentos e os recursos linguísticos e multimidiáticos utilizados.

Considero que estudos focados na análise completa de um vídeo e em suas *tags* são um próximo passo muito importante para ampliar as compreensões acerca das campanhas eleitorais especialmente no YouTube.

Referências

ALVES, M. S. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018**. 2019. 360 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W.; AARTS, B. Corpus Construction: a principle for qualitative data collection. I: BAUER; M. GASKELL, G. (ed.) **Qualitative researching with text, image and sound**. Londres: Sage, 2000. DOI <https://doi.org/10.4135/9781849209731>

BEAUDOIN, J. Flickr Image Tagging: Patterns Made Visible. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, Maryland, Outubro/Novembro, p. 26-29, 2007. DOI <https://doi.org/10.1002/bult.2007.1720340108>.

BORBA, F. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**. v. 21, n. 2, p. 268-295, 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/1807-01912015212268> .

BRASIL. **Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em : 31 mar. 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.034/2009, de 9.887, de 30 de setembro de 2009**. Altera o Código Eleitoral. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em: 31 mar. 2019.

BRUGNAGO; F. CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2015.

BURGESS, J.; GREEN, J. **YouTube: Online Video and Participatory Culture**. Londres: Polity Press, 2018.

CALEFFI, P. M. The hashtag: new word or new rule? **Skase Journal of Theoretical Linguistics**, Lund University, v. 12, n. 2, 2015.

CATARINO, M. E.; BAPTISTA, A. A. Folksonomias: características das etiquetas na descrição de recursos da web. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 14, n. esp., p. 46-67, 2009. DOI <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2009v14n1espp46>.

CRESWELL, J. **30 essential skills for the qualitative researcher**. Los Angeles: Sage Publications, 2015.

DUVERGER, M. **Ciência Política, Teoria e Método**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ELLIOT, A.; URRY, J. **Mobile lives**. Londres: Routledge, 2010. Versão Kindle.

ELLIOT, V. Thinking about the Coding Process in Qualitative Data Analysis. **The Qualitative Report**, v. 23, n. 11, p. 2850-2861, 2018.

FIGUEIREDO, M.; ALDÉ, A.; DIAS, H.; JORGE, V. Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, v. 4, n. 3, p. 182-203, p.182-203, 1997.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n.3, p, 20-29, 1995. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>

KELLE, U. Computer-Assisted Analysis: Coding and Indexing. *In*: BAUER; M. GASKELL, G. (ed.) **Qualitative researching with text, image and sound**. Londres: Sage, 2000.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: An introduction to its methodology**. Londres: Sage, 2003.

MACIEL, A. P.; ALARCON, A. O.; GIMENES, A. R. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 3, p. 72-88, 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v8i3.54834>.

MANIN, B. Metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 29, n. 1, p. 5-34, 1995.

MARQUES, F. P. J.; SAMPAIO, R. C.; AGGIO, C. O. Introdução. *In*: MARQUES, F. P. J.; SAMPAIO, R. C.; AGGIO, C. O. (org.). **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013. ePub.

MILLER, D. Facebook is dead and buried. **The Guardian**, Londres, 19 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2QEajFc>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MOITA-LOPES, L. P. Lingüística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. *In*: MOITA-LOPES, L. P. (org.). **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 85-108.

MOITA LOPES, L. P. Fotografias da Linguística Aplicada brasileira na modernidade recente: contextos escolares. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org.) **Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola, 2013, p. 15-37.

MORRISON, J. Why are they tagging and why do we want to them to? **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, Maryland, Outubro/Novembro, p. 12-15, 2007. DOI <https://doi.org/10.1002/bult.2007.1720340105>.

NEAL, D. Folksonomies and Image Tagging: Seeing the Future? **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, Maryland, Outubro/Novembro, p. 7-11, 2007. DOI <https://doi.org/10.1002/bult.2007.1720340104>.

NEUENDORF, K. **The content analysis guidebook**. Londres: Sage, 2001.

ONWUEGBUZIE, A. J., COLLINS, K. M. A Typology of Mixed Methods Sampling Designs in Social Science Research. **The Qualitative Report**, v. 12, n. 2, 281-316, 2007.

ROSA, A. A. C. **Novos letramentos, novas práticas?** Um estudo das apreciações de professores sobre multiletramentos e novos letramentos na escola. 2016. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. Londres: Sage Publications, 2016.

SIQUEIRA, E. N. N. **Categorizações, conjuntos e audiência no Instagram**: repensando folksonomias a partir da *hashtag* #favelatour. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

STROMER-GALLEY, J. Interação online e por que os candidatos a evitam. *In*: MARQUES, F. P. J.; SAMPAIO, R. C.; AGGIO, C. O. (org.). **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013. ePub.

WAL, T. V. **Folksonomy definition and wikipedia**. Disponível em: <http://www.vanderwal.net/random/entrysel.php?blog=1750>. 22 nov. 2006. Acesso em: 28 fev. 2018.

WORTHAM, J. Still on Facebook, but finding less to like. **The New York Times**, Nova Iorque, 16 nov. 2013. Disponível em: <https://nyti.ms/2W8rK6u>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Anexo

1. Resultado total da primeira etapa de codificação

Tabela 1 – Número de ocorrências de cada código.

Categorias	Códigos	Descritores	Número de ocorrências
1. Origem	1A	Vídeo jornalístico	35
	1B	Vídeo não jornalístico	95
2. Tema	2A	Agronegócio, agricultura e MST	3
	2B	Apoio de anônimos	25
	2C	Apoio de personalidades famosas	9
	2D	Autoritarismo e ditadura	0
	2E	Corrupção	4
	2F	Cultura	1
	2G	Deficientes	2
	2H	Direitos humanos	1
	2I	Disputa eleitoral	27
	2J	Economia	4
	2K	Educação	1
	2L	Etnia, raça e racismo	0
	2M	Fake news	3
	2N	Gênero	11
	2O	Imprensa	0
	2P	Índigenas	1
	2Q	Meio ambiente	0
2R	Outros	3	

	2S	Poder Judiciário	0
	2T	Política externa	2
	2U	Programas sociais	0
	2V	Religião	4
	2X	Saúde de Bolsonaro	14
	2Y	Saúde da população	2
	2W	Segurança de Bolsonaro	1
	2Z	Segurança da população	6
	2AA	Sexualidade	6
3. Tipo de campanha	3A	Campanha negativa	38
	3B	Campanha positiva	75
	3C	Não se enquadra	4
	3D	Neutro	13
4. Personagem principal	4A	Bolsonaro	42
	4B	Apoiador	42
	4C	Opositor	7
	4D	Mais de um	27
	4E	Nenhum	0
	4F	Outro	12

Fonte: elaborado pela autora.

Artigo recebido em: 29.02.2020

Artigo aprovado em: 17.04.2020

Ahead of Print em: 17.04.2020

O estudo de fraseologismos na tradução: uma metodologia baseada em *corpus*

The study of phraseology in translation: a *corpus*-based methodology

Luana Aparecida NAZZI LARANJA*

Milena de Paula MOLINARI**

Adriane ORENHA-OTTAIANO***

RESUMO: Este artigo propõe uma discussão acerca de uma atividade didática desenvolvida por meio da abordagem teórico-metodológica da Fraseologia e dos Estudos da Tradução Baseados em *Corpus* que visa ser aplicada em uma sala de aula composta por aprendizes de Tradução. O objetivo é que os alunos possam conscientizar-se da interface entre essas duas áreas de estudos linguísticos que se conectam. Nesse sentido, os alunos devem usar o *corpus* de referência *iWeb*®, a fim de identificar o aspecto metafórico de determinados fraseologismos, para que possam aplicar os conhecimentos em sua prática tradutória. Para isso, o artigo se apoia nos Estudos da Tradução baseado em *Corpora*, (BAKER, 1993, 1996; BOWKER, 1998; BOWKER; PEARSON, 2002; TAGNIN, 2015; BERBER SARDINHA, 2002; ZANETTIN, BERNARDINI; STEWART, 2003 2002, 2011) e também na Fraseologia

ABSTRACT: This article proposes a discussion about a didactic activity developed through the theoretical-methodological approach of Phraseology and *Corpus*-based Translation Studies, which aims to be applied in a classroom composed of Translation learners. The goal is that students become aware of the interface between these two areas of language studies that connect each other. In this sense, students should use the *iWeb*® reference *corpus* to identify the metaphorical aspect of certain phraseologies and apply this knowledge to their translation practice. For this, the article is based on *Corpus*-based Translation Studies a, (BAKER, 1993, 1996; BOWKER, 1998; BOWKER; PEARSON, 2002; TAGNIN, 2015; BERBER SARDINHA, 2002; ZANETTIN; BERNARDINI; STEWART, 2003 2002, 2011) and also in Phraseology (BEVILACQUA, 2005; ROCHA, ORENHA-OTTAIANO; AMADEU-

* Mestre pelo PPGEL/UNESP/Ibilce. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3546-1707>. luananazzi@gmail.com

** Doutoranda pelo PPGEL/UNESP/Ibilce. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8558-0777>. milena.molinari@unesp.br

*** Professora Assistente Doutora DLM/UNESP/Ibilce. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8417-5120>. adriane.ottaiano@unesp.br

(BEVILACQUA, 2005; ROCHA; ORENHA-OTTAIANO; AMADEU-SABINO, 2018), entre outros autores que também contribuíram para a fundamentação deste trabalho.

SABINO, 2018; SABINO; ORENHA-OTTAIANO; CALDAS, 2019), among other authors who also contributed to the foundation of this work.

PALAVRAS-CHAVE: Fraseologia. Metáforas. Linguística de *Corpus*. Estudos da Tradução baseados em *corpus*.

KEYWORDS: Phraseology. Metaphors. *Corpus* Linguistics. *Corpus*-based Translation Studies.

1 Introdução

Não é novidade que há um infinito campo de estudos no que diz respeito às áreas tanto da Fraseologia quanto da Tradução baseada em Linguística de *Corpus*, que apesar de serem relativamente novas, têm relevância comprovada na pesquisa linguística. Assim, a proposta deste artigo é uma atividade didática que visa a união entre essas duas áreas com o objetivo de enriquecê-las e complementá-las. Mais especificamente, este artigo propõe a identificação de metáforas¹ a partir do uso de *corpus* e indaga como essa prática poderá influenciar os estudantes de Tradução e os próprios tradutores.

Neste trabalho, será explorado o campo dos fraseologismos de cunho metafórico, pois foi possível identificar, em um livro didático para aprendizes de inglês como língua estrangeira de nível B2 (de acordo com o Quadro Comum Europeu), a presença de expressões relacionadas ao campo lexical da guerra e da doença. Temos, como exemplo, o fraseologismo “lutar contra um câncer”, para referir-se à ideia de que vencer uma doença é tão difícil quanto vencer uma guerra. Assim, a partir desse material, levantamos as expressões de *guerra* que se referem às *doenças*, que serão discutidas neste trabalho.

¹ É importante mencionar que a metáfora é inerente à constituição de alguns fraseologismos, ou seja, trata-se de combinações de palavras que podem ter um sentido metafórico. Embora determinados itens fraseológicos possam não ser caracterizados por sua metafóricidade, ressaltamos que, neste trabalho, iremos focar em fraseologismos que sejam metafóricos.

Para a realização deste artigo, foram desenvolvidas atividades didáticas para aprendizes de Tradução que já possuem uma competência linguística proficiente em inglês, para que, a partir do *corpus*, eles pudessem identificar e confirmar se as fraseologias² são ou não consideradas metafóricas. Outras atividades foram desenvolvidas, para que, após identificá-las, os estudantes pudessem praticar a tradução de alguns trechos usando as expressões comentadas. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é incentivar o uso do *corpus* como ferramenta essencial no momento da tradução, pois além de facilitar o trabalho do tradutor, oferece-lhe segurança na toma de decisões, considerando que o *corpus* possui textos autênticos, ou seja, o uso real da língua.

O presente trabalho está dividido em: *Introdução*, onde apresentamos a temática e a proposta deste artigo; em seguida, temos a *Fundamentação Teórica*, usada para embasá-lo; logo após, a *Metodologia*, escolhida para o desenvolvimento do mesmo, seguido pelas *Conclusões*, feitas a partir da análise deste trabalho, e, por fim, as *Referências*.

2 Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica está dividida em duas sessões: “A tradução baseada em *corpora*” e a “Fraseologia e Tradução”. A primeira parte tem por objetivo discorrer acerca da prática tradutória baseada na teoria metodológica da Linguística de *Corpus* (LC), explicando como se dá esse procedimento, bem como quais os seus benefícios para o tradutor e o estudante de Tradução. Já a segunda sessão, além de estar conectada à primeira no sentido em que seguem a mesma linha de pensamento, também explica a área da Fraseologia, mais especificamente as expressões permeadas metaforicamente.

² Os termos *fraseologia*, *fraseologismo* e *unidade fraseológica* serão usados como sinônimos nesse trabalho.

2.1 Os Estudos da Tradução baseados em *corpus*

Sabe-se que, com os avanços tecnológicos, a ciência, de um modo geral, tem evoluído muito e trazido grandes descobertas que antes pareciam impossíveis. No campo linguístico, mais especificamente na Tradução, a LC foi um fator de extrema relevância e que mostrou um avanço significativo para a área (BAKER, 1993, 1996; BERBER SARDINHA, 2002; ZANETTIN, 2002). Em 1993, Baker já afirmava que “Não há dúvida de que a disponibilidade de *corpora* e de metodologia orientada por *corpus* fornecerá em breve informações valiosas no ramo aplicado dos estudos de tradução” (BAKER, 1993, p. 242) (tradução nossa³).

Entretanto, a integração da LC com a área da Tradução foi branda por muito tempo, assim como nota Berber Sardinha (2002) ao afirmar que, entre 1998 e 2001, o “*Cumulative Index of Bibliography of Translation Studies*”, da “*School of Translation and Interpretation*”, organizado por Lynn Bowker, totalizava 499 trabalhos, sendo apenas 2% relacionados à união dos estudos tradutológicos e o *corpus* eletrônico. O mesmo acontece em relação aos trabalhos do CETRA (*Centre for Translation and Intercultural Studies* da *University of Manchester Institute of Technology*), em que, levando-se em consideração um período de nove anos (de 1993 a 2001), reunindo 29 trabalhos acerca do assunto, há, como aponta Berber Sardinha (2002), a média de aproximadamente três trabalhos por ano.

Três motivos apontados por Berber Sardinha (2002), sendo dois deles, levantados por Baker (1999), permeiam essa delonga na união entre as duas áreas: o preconceito do linguista de *corpus* em relação às traduções, o preconceito da Linguística de forma geral com o profissional da Tradução e, por fim, o lento acesso à tecnologia.

³ There is no doubt that the availability of *corpora* and of *corpus*-driven methodology will soon provide valuable insights in the applied branch of translation studies (BAKER, 1993, p. 242).

A primeira razão se dá pelo fato de que linguistas de *corpus* em geral não consideram o texto traduzido parte da representação de determinada língua, e por isso não é incluso nos *corpora* representantes de uma variedade ou de uma língua em geral. O segundo motivo, como Baker (1999) explica, ocorre, pois, a tradução era vista como passiva de teorias advindas da Linguística, sem se preocupar com questões da própria prática tradutológica, e a LC poderia estar sendo vista com a mesma perspectiva.

Por último, Berber Sardinha (2002) explica que o acesso à tecnologia se divide em duas problemáticas: o acesso aos *corpora* em si e os programas de computador que exploram esses *corpora*, já que compilar *corpora* para a prática tradutológica tornava-se difícil, visto que os textos (em sua maioria) não eram em formato eletrônico e os alunos e/ou tradutores profissionais também não tinham conhecimento das ferramentas fornecidas pelos programas computacionais, como concordanciadores, por exemplo⁴.

Diferentemente do que acontecia antes da união da LC com a área da Tradução, pode-se dizer que muitos autores defendem essa aliança por diversos motivos. Berber Sardinha (2002) afirma que tanto linguistas de *corpus* quanto pesquisadores da Tradução concordam que ambas as áreas de pesquisa têm muitas vantagens quando em contato com a LC. Segundo Tognini-Bonelli (2002), ignorar os dados que um *corpus* oferece, baseando-se em poucas evidências, é, além de insuficiente, perigoso.

De acordo com Tagnin (2015), por meio da observação de *corpora*, é possível fazer inferências do uso da língua e essa observação é capaz de fornecer dados tanto quantitativos quanto qualitativos, dependendo do objetivo do pesquisador. E, por mais que diversas informações acerca da língua possam ser encontradas por meio de outros recursos, como dicionários, enciclopédias e a própria internet, Kübler e Aston (2010 p. 503) asseguram que as informações adquiridas por meio de *corpora* podem “fornecer dados que não são pré-digeridos, mas vem em formas de amostras de texto

⁴ Para mais informações, vide Berber Sardinha (2002) - *Corpora* eletrônicos na pesquisa em Tradução.

real, e permitem que os tradutores adquiram e apliquem habilidades que são, afinal, centrais para o seu comércio” (tradução nossa)⁵.

Corroborando o pensamento de Kübler e Aston (2010), Bowker e Pearson (2002) afirmam que:

os *corpora* podem oferecer vários benefícios sobre outros tipos de recursos. Isso não quer dizer, é claro, que os *corpora* sejam perfeitos ou que contenham todas as respostas. No entanto, achamos que você descobrirá que um *corpus* pode ser um recurso valioso e um complemento útil para outros tipos de recursos, como dicionários, textos impressos, especialistas no assunto e intuição (BOWKER; PEARSON, 2010, p. 14) (tradução nossa)⁶.

Ademais, as autoras afirmam que, comparados a outros recursos, os *corpora* armazenam milhões (e hoje, bilhões) de palavras em dispositivos computacionais, evento que não ocorre com as mídias impressas, pelo fato de que o ser humano possui suas restrições físicas. Além de os *corpora* oferecerem informações de uso autêntico, as autoras mencionam que “seu formato eletrônico significa que são mais fáceis de atualizar do que os recursos impressos e também mais fáceis de consultar” (BOWKER; PEARSON, 2010, p. 18) (tradução nossa)⁷.

Acerca da comparação entre os recursos impressos e *corpora*, Bowker e Pearson (2010) também explicam que o conhecimento a respeito da frequência lexical é muito importante na análise de padrões entre as palavras, e que, por meio do *corpus* essa frequência é notada de modo mais objetivo e consistente, ao contrário da tentativa de

⁵ They can provide data which is not pre-digested but comes in the shape of samples of actual text, allow translators to acquire and apply skills which are after all central to their trade (KÜBLER; ASTON, 2010, p. 503).

⁶ Corpora can offer a number of benefits over other types of resources. This is not to say, of course, that corpora are perfect or that they contain all the answers. Nevertheless, we think you will find that a corpus can be a valuable resource and a useful complement to other types of resources, such as dictionaries, printed texts, subject field experts and intuition (BOWKER; PEARSON, 2010, p. 14).

⁷ In addition, their electronic form means that they are easier to update than printed resources, and they are also easier to consult (BOWKER; PEARSON, 2010, p. 18).

se perceber esse fator em mídias impressas, já que “o olho humano pode simplesmente não perceber um padrão quando suas ocorrências estão espalhadas por várias páginas ou documentos” (BOWKER; PEARSON, 2010, p. 19) (tradução nossa⁸).

Devido a essa mudança no histórico dos Estudos da Tradução, Zanettin (2002, p. 1,) afirma que “aprender a usar *corpora* como recursos de tradução deveria também fazer parte do currículo de futuros tradutores e tornar-se parte de sua competência profissional” (tradução nossa)⁹. Já não basta apenas que os profissionais da Tradução tenham um conhecimento linguístico dedutivo, faz-se necessário que conheçam e saibam utilizar as ferramentas disponíveis no mercado para a melhora de sua prática tradutória.

Compartilhando essa opinião, Zanettin, Bernardini e Stewart (2003) explicam que:

a expectativa é de que o uso competente de *corpora* e as ferramentas de análise de *corpus* irão permitir que os alunos se tornem profissionais linguísticos melhores em um ambiente de trabalho onde as facilidades computacionais para processar textos se tornaram a regra e não a exceção. (ZANETTIN; BERNARDINI; STEWART, 2003, p. 1-2). (tradução nossa)¹⁰

Assim, pode-se perceber que a utilização de *corpora* em aulas de Tradução permite que os alunos adquiram autonomia no próprio processo de ensino-aprendizagem. O estudioso Johns (1991) já defendia essa ideia de o aluno buscar por respostas e até mesmo hipóteses dentro de um *corpus*. A esse processo, o autor deu o

⁸ the human eye may simply not notice a pattern when its occurrences are spread over several pages or documents (BOWKER; PEARSON, 2010, p. 19).

⁹ Learning to use corpora as translation resources should also be part of the curriculum of future translators and become part of their professional competence (ZANETTIN, 2002, p. 1).

¹⁰ The expectation being that competent use of corpora and corpus analysis tools will enable to students to become better language professionals in a working environment where computational facilities for processing text have become the rule rather than the exception (ZANETTIN; BERNARDINI; STEWART, 2003, p. 1-2).

nome de *data-driven learning* (DDL), argumentando que todo aprendiz pode ser um “detetive” enquanto analisa e faz descobertas acerca da língua por meio da observação de dados autênticos.

De acordo com Zanettin, Bernardini e Stewart (2003, p. 4) “essa visão de aprendizagem como descoberta parece igualmente aplicável à educação de tradutores” (tradução nossa)¹¹, visto que esses profissionais, quando traduzem ou fazem a versão de determinado texto, precisam buscar por informações das quais, muitas vezes, ainda não têm conhecimento, e é nesse processo que eles vão “descobrir” a língua e suas facetas, sendo, assim, parte do ensino e aprendizagem da língua, “coletando textos, avaliando *corpora*, extraíndo terminologia [...] e assim por diante” (tradução nossa)¹² (ZANETTIN; BERNARDINI; STEWART, 2003, p. 5) e não sendo apenas receptor de informações transmitidas pelo professor.

Corroborando a ideia de que a LC só tem a acrescentar no cenário da Tradução e, além disso, a trazer os estudos da área para mais perto das pesquisas contemporâneas, Tymoczko (1998, p. 2) aponta que o “interrogatório acerca dos *corpora* pode servir, no entanto, não apenas para questões de linguagem ou linguística, mas também para questões de cultura, ideologia e crítica literária” (tradução nossa).¹³

A autora abrange a visão da pesquisa com *corpora* afirmando que seus dados vão além dos estudos linguísticos em si, bem como compreendem outros domínios que, certamente, são relevantes para a tradução, como a questão cultural, por exemplo, notada pela estudiosa. Ademais, Tymoczko (1998) menciona que os Estudos da Tradução com *corpora* evidenciam aplicabilidade imediata tanto para o ensino de tradução, bem como para o tradutor já praticante.

¹¹This view of learning as discovery seems equally applicable to translator education (ZANETTIN; BERNARDINI; STEWART, 2003, p. 4).

¹²collecting texts, evaluating corpora, extracting terminology [...] and so on (ZANETTIN; BERNARDINI; STEWART, 2003, p. 5).

¹³interrogation of corpora can nonetheless serve to address not simply questions of language or linguistics, but also questions of culture, ideology, and literary criticism (TYMOCZKO, 1998, p. 2)

Visto a relevância do campo da Tradução baseada em *corpora*, no próximo subcapítulo serão abordados os fraseologismos que, muitas vezes, são frequentes e desafiadores na prática tradutória.

2.2 Fraseologia e Tradução

Existem diversas perspectivas sobre a delimitação do campo de atuação da Fraseologia. Dentre os objetos de estudo da Fraseologia estão as expressões idiomáticas, mas também podem estar as colocações, os provérbios, as locuções, entre outros, em uma dada língua. De acordo com Bevilacqua (2005, p. 74):

Para alguns autores, a fraseologia limita-se às expressões idiomáticas próprias de uma língua; outros consideram que ela inclui os provérbios, os ditados, as locuções e as lexias compostas. Há ainda quem considere que tais unidades possuam estruturas extremamente variáveis, podendo incluir palavras, grupos de palavras, locuções, expressões, orações, segmentos de frases, frases, conjunto de frases e assim por diante. Observamos, portanto, que há uma diversidade de unidades que são consideradas fraseológicas, do mesmo modo que há uma diversidade em relação a sua denominação. Contudo, apesar desse fato, os falantes nativos de uma língua sabem reconhecê-las e utilizá-las adequadamente (BEVILACQUA, 2005, p. 74).

Sendo assim, quando pensamos em uma expressão idiomática como “dormir com as galinhas”, com o sentido de dormir cedo, não usamos outro animal que não as galinhas, como, por exemplo “dormir com os gatos”, já que essa expressão não faria o menor sentido para os falantes de português. Segundo Bevilacqua (2005, p. 78-79),

Os fatores que permitem sua união sob o hiperônimo fraseologia são de caráter semântico, isto é, sua significação, estabelecida a partir do conjunto dos elementos que as formam, e o seu elevado grau de lexicalização. Portanto, consideramos que sob o rótulo fraseologia é possível abrigar unidades sintagmáticas que, embora diversas do ponto de vista estrutural, possuem, pelo menos, duas propriedades fundamentais comuns. Desse modo, consideramos ser possível manter

uma certa unidade em relação ao objeto de estudo da fraseologia da língua comum, sem deixar de levar em conta as propriedades específicas de cada um de seus tipos (BEVILACQUA, 2005, p.78-79).

Nesse sentido, entendemos que as fraseologias, além de serem um jogo de palavras agrupados sempre da mesma maneira (nunca diremos “dormir com os gatos”), elas possuem um caráter semântico, pois, como o exemplo dado “dormir com as galinhas”, não é uma expressão literal, e, para que possa fazer sentido em uma conversa, faz-se necessário que o falante e o ouvinte entendam o que essa expressão quer dizer. Dessa maneira, acredita-se que o objeto de estudo da fraseologia não se resume a uma palavra ou termo, mas sim a um conjunto de palavras.

Complementando essa ideia, segundo Rocha, Orenha-Ottaiano e Amadeu-Sabino (2018), os fraseologismos “caracterizam-se por certa estabilidade sintático-semântica e, em geral, não são comutáveis e não se separam, funcionando como uma única unidade de sentido”, sendo assim, esses fraseologismos também são chamados de *unidades fraseológicas*, visto que, por estarem sempre juntos, também são vistos como uma *unidade*. Devido ao caráter semântico das fraseologias, se o falante e o ouvinte não entenderem o que determinada expressão idiomática, metáfora, provérbio etc., significam, o diálogo entre eles será dificultado. Entre falantes de uma mesma língua, é possível que isso aconteça, porém, com falantes de línguas diferentes, é ainda mais comum e frequente, pois entender fraseologias em outras línguas requer um nível elevado de competência linguística. De acordo com Bevilacqua (2005, p.75):

Conhecer as unidades fraseológicas implica uma competência linguística em relação aos recursos lingüísticos utilizados nos textos de determinados âmbitos do saber. Além disso, supõe um grau de conhecimento da matéria ou da temática tratada nestes textos, já que eles se constituem, junto com os termos, em unidades transmissoras de conhecimento especializado. Para dar um exemplo, no caso dos tradutores ou de outros mediadores lingüísticos como os jornalistas, é necessário saber identificar e usar estas unidades (BEVILACQUA, 2005, p. 75).

No caso do tradutor, se ele não estiver apto a identificar um fraseologismo no texto de partida, ele terá problemas com a tradução, pois ao traduzir palavra por palavra, é provável que o texto final não faça o menor sentido na língua de chegada.

Se entendemos que, ao fazer uma tradução de um texto de uma língua de partida para uma língua de chegada, estamos fazendo também uma tradução de culturas, então é possível que um determinado elemento de uma cultura não faça sentido dentro de outra. Isso acontece, pois, segundo Rocha, Orenha-Ottaiano e Amadeu-Sabino (2018), alguns fraseologismos “são combinações que, apesar de poderem apresentar certa restrição combinatória e, em alguns casos, certo grau de idiomaticidade em pelo menos um de seus constituintes, são produzidos conforme as regras vigentes da língua”. Nesse sentido, um determinado fraseologismo pode fazer sentido em uma língua, mas pode ser completamente sem sentido em outra, se traduzirmos palavra por palavra.

Desse modo, faz-se importante o papel do tradutor, porque ele deverá encontrar uma solução para situações como essa. De acordo com Ramos (2017, p.252), “o tradutor assume um papel que ultrapassa o de mediador linguístico, constituindo-se também em mediador cultural entre textos e culturas distintas”. Sendo assim, provérbios como “gato esquentado tem medo de água fria” ou “não adianta chorar sobre o leite derramado” talvez não existam em outras línguas e, por isso, o tradutor precisa identificar esses fraseologismos e procurar algo que seja equivalente na língua de chegada. Desse modo, de que forma esse processo tradutório que envolve não somente fatores linguísticos, mas também culturais, poderia ser facilitado?

Ademais, ao traduzir, faz-se necessário observar o aspecto metafórico que permeia os fraseologismos, tornando a tarefa do tradutor ainda mais complexa. Segundo apontam Sabino, Orenha-Ottaiano e Caldas (2019, p. 1), Lakoff e Johnson ([1980] 2003, p 4-5) afirmam que as metáforas conceptuais perpassam os indivíduos

que compartilham de uma mesma cultura. Segundo as autoras, para provar esta constatação, os pesquisadores

usam o exemplo da metáfora conceptual ARGUMENTO É GUERRA, a qual é facilmente compreendida pela cultura ocidental, habituada a diversas guerras, nas quais sempre há um vencedor, alguém que impõe sua vontade, tal como acontece em uma discussão; contudo, ela poderia não ser compreendida, ou receber outras características caso estivesse inserida em uma cultura que a visse como uma dança, por exemplo (SABINO; ORENHA-OTTAIANO; CALDAS, 2019, p. 1).

Por meio deste exemplo, nota-se a relevância de se investigar o aspecto metafórico ao tratarmos da tradução de fraseologismos.

Voltando-se novamente para a área da Tradução baseada em *corpora*, com a facilidade de uso da *internet* nos dias atuais, encontrar possíveis opções para traduções de fraseologias, na língua de chegada, tendo em vista seu caráter metafórico, vem se tornando mais fácil com o uso de *corpora online*. Como visto, os *corpora* são formados por textos da língua em uso, então também podemos identificar fraseologismos que ocorrem pouco, ou seja, que podem estar caindo em desuso.

Com o acesso aos *corpora* da língua geral somado ao conhecimento e a formação do tradutor, identificar um fraseologismo e traduzir ou procurar um equivalente na língua de chegada ficou mais rápido e seguro, como mencionado anteriormente, já que o *corpus* oferece diversas ferramentas que facilitam o trabalho tradutório. Há, por exemplo, as listas de palavras, de palavras-chave, de agrupamentos lexicais, bem como as linhas de concordância, em que o tradutor entenderá o contexto que se trata o texto de partida e terá condições de procurar a melhor solução para o texto de chegada. De acordo com Berber Sardinha (2004):

A concordância é uma listagem das ocorrências de um item específico, dispostas de tal modo que a palavras de busca (aquela que se tem interesse em investigar) aparece centralizada na página (ou tela do computador). A palavra de busca é acompanhada do seu contexto

original, isto é, das palavras que ocorreram junto com ela no *corpus*" (BERBER SARDINHA, 2004, p. 188).

Além disso, o estudante e/ou profissional pode confirmar no *corpus* se a tradução está adequada dentro dos seus objetivos com relação ao texto que será traduzido. De acordo com Zanettin (2011, p.19):

Em geral, a pesquisa de tradução baseada em *corpus* geralmente envolve a comparação de dois *subcorpora*, sendo que um deles é composto de textos traduzidos. Este *subcorpus* "traduzido" pode ser comparado com diferentes tipos de *subcorpora*, dependendo do objetivo da análise. A maioria das pesquisas em Estudos da Tradução envolveu *corpora* monolíngues comparáveis, em que cada *subcorpus* de traduções é comparado com *subcorpus* de não-traduções, ou *corpora* paralelos, e em que as traduções são comparadas com textos originais em diferentes línguas. Nestes tipos de *corpora*, a composição do *subcorpus* de não-traduções é determinada pelo *corpus* de traduções (ZANETTIN, 2011, p. 19) (tradução nossa¹⁴).

A discussão proposta por Zanettin (2011, p.19) envolve as pesquisas em Estudos da Tradução baseado em *Corpus*, que objetivam melhorar a qualidade do trabalho dos tradutores. Sendo assim, o tradutor tem a opção de checar a sua escolha tradutória em um *corpus* formado por textos traduzidos, ou seja, ele irá comparar a sua escolha com a escolha tradutória de outros tradutores. Além disso, há também a opção de checar a sua escolha com o *corpus* formado de textos originais. Segundo Bernardini (2004, p. 1):

¹⁴ Generally speaking, corpus-based translation research usually involves the comparison of two subcorpora, one of which consists of translated texts. This "translational" subcorpus can be compared with different types of subcorpora, depending on the purpose of the analysis. Most research in translation studies has involved either comparable monolingual corpora in which the subcorpus of translations is compared to a subcorpus of non-translations, or parallel corpora, in which the translations are paired with their source texts in (a) different language(s). In these types of corpora the composition of the subcorpus of non-translations is determined by that of the corpus of translations (ZANETTIN, 2011, p. 19)

As análises do texto de origem em oposição aos *corpora* especializados e de referência podem tornar a identificação de traços estilísticos, idiosincrasias e convenções específicas de registro e de gênero (Trosborg, 1997) mais fáceis (BERNARDINI, 2004, p. 1) (tradução nossa)¹⁵.

Nesse sentido, para o tradutor, a possibilidade de não conseguir identificar um fraseologismo e, conseqüentemente, traduzir de maneira equivocada, diminui consideravelmente.

Na área da LC, há duas diferentes abordagens que são possíveis quando se envolve o uso de *corpora*, uma delas é a baseada no *corpus* (*corpus-based*) e a outra, dirigida pelo *corpus* (*corpus-driven*) (BIBER, 2012). Na primeira abordagem, o pesquisador já tem uma hipótese ou teoria em sua pesquisa e utiliza o *corpus* para corroborar ou não seu estudo. A segunda diz respeito às pesquisas que buscam hipóteses ou teorias no próprio *corpus*, ou seja, este serve de norte para o pesquisador. Com base nessas afirmações, o presente trabalho se configura na segunda abordagem, visto que o conteúdo encontrado no *corpus* guiará toda a pesquisa bem como o desenvolvimento das atividades.

Devido às diversas maneiras de se utilizar um *corpus*, o tradutor irá escolher a maneira que mais atende suas necessidades no momento da tradução. Além disso, os aprendizes de Tradução ou até mesmo os pesquisadores da área também podem escolher a maneira mais adequada aos seus estudos e às suas análises.

Dessa maneira, este trabalho visa discutir o estudo das fraseologias, mais especificamente, a carga metafórica que as permeiam, juntamente com a Linguística de *Corpus*, por meio de um *corpus* de referência, a fim de auxiliar aprendizes de Tradução durante o processo tradutório. Segundo Berber Sardinha (2007, p. 168), “uma

¹⁵ The analysis of source texts against specialised and reference corpora can make the identification of stylistic traits, idiosyncrasies and register- and genre-specific conventions (Trosborg, 1997) easier (BERNARDINI, 2004, p. 1)

metáfora também nos faz *entender e conceituar* uma coisa pela outra”. De acordo com Demmen et al. (2015, p. 207), “metáforas militares, de guerras e/ou batalhas são convencionalmente usadas em relação a doenças, câncer especialmente” (tradução nossa)¹⁶. E, além disso, Demmen et al. (2015, p. 207) ainda discutem que:

O uso metafórico do vocabulário militar em relação a doenças seria discutido para refletir uma metáfora conceitual em que a doença é uma guerra, em que a doença é o domínio conceitual “alvo” e a guerra é o domínio conceitual “fonte” (DEMMEN et al., 2015, p. 207) (tradução nossa)¹⁷.

Nesse sentido, o objeto de estudo deste trabalho se faz baseado nos fraseologismos de cunho metafórico que envolvem guerras, nas quais se entende que lutar contra uma doença é algo tão difícil quanto lutar em uma guerra e, por isso, a existência do sentido metafórico. De acordo com Berber Sardinha (2007, p. 170):

A influência da Linguística de *Corpus* nos estudos da metáfora surgiu por meio da lexicografia, pois as equipes de criação de dicionário sempre tiveram de lidar com os sentidos figurados das palavras. Com a adoção de *corpora* eletrônicos como elemento-chave nos projetos de lexicografia (p. ex. Sinclair, 1987) as duas coisas se uniram: o dicionário precisava de análise de *corpus* para ser feito, e ao mesmo tempo a análise dos sentidos figurados passou a ser feita com base em evidência de *corpora*. Os lexicógrafos passaram a notar que os sentidos figurados, assim como os demais sentidos literais, se distinguem um dos outros pela formação de padrões (Berber Sardinha, 2004), que são palavras que co-ocorrem habitualmente, de modo mais ou menos flexível (BERBER SARDINHA, 2007, p. 170).

¹⁶ Military, War and/ or Battle metaphors are conventionally used in relation to illness, and cancer in particular. (DEMMEN et al., 2015, p. 207)

¹⁷ The metaphorical use of military vocabulary in relation to illness would be argued to reflect a conceptual metaphor illness is war, where illness is the ‘target’ conceptual domain and war is the ‘source’ conceptual domain (DEMMEN et al., 2015, p.207)

Sendo assim, a Linguística de *Corpus* se faz essencial para estudar expressões metafóricas que auxiliam tanto na formação quanto na prática de tradutores, pois através das linhas de concordância pode-se verificar com mais clareza os sentidos figurados que elas transmitem, além de poder verificar as palavras que co-ocorrem. Além disso, após identificá-las, o tradutor precisará ter consciência de que talvez não haja um fraseologismo que carregue o mesmo sentido na língua chegada, indo em busca da melhor opção para aquela tradução.

3 Metodologia de pesquisa e análise de dados

As atividades desenvolvidas para o presente trabalho tiveram origem em um livro didático para ensino de língua inglesa que trazia algumas metáforas existentes em expressões relacionadas a doenças e guerras, como *lutar contra um câncer*, porém sem nenhum tipo de exercício voltado a essa temática, apenas conteúdo informativo.

Dessa maneira, buscou-se, aqui, intermediar o estudo da Fraseologia, mais especificamente analisar fraseologismos que possuam traços metafóricos encontrados no livro didático, e os Estudos da Tradução por meio da LC. Para consolidar a união das duas áreas, foram desenvolvidos exercícios para a prática tradutória nesse contexto de identificação metafórica e possibilidades de tradução.

O *corpus* utilizado para a criação das atividades foi o *iWeb*®, que se caracteriza por ser um *corpus* de referência da língua inglesa e contém em torno de 14 bilhões de palavras. Os exercícios desenvolvidos abordam, inicialmente, as palavras *fight*, *attack*, *defenses* e *victims*. Como em um exercício de *warm-up*¹⁸, é perguntado aos alunos o que essas unidades têm em comum e em que contexto elas são encontradas. Espera-se que os alunos respondam que são palavras usadas em contexto de guerra.

¹⁸ O exercício de *warm-up* insere o aluno no ambiente de aprendizagem de modo que ele se prepara, aos poucos, para as atividades que virão logo em seguida. Dessa forma, ele já terá conversado sobre o assunto da atividade e não se sentirá perdido. Esse tipo de exercício também pode ser utilizado como uma revisão de conteúdos abordados em aulas anteriores.

É importante mencionar que as atividades propostas pela presente pesquisa assentam-se nos critérios obrigatórios para atividades com base em *corpora* (DELFINO, 2016) como exhibe o Quadro 1¹⁹:

Quadro 1 – Lista dos critérios obrigatórios para a preparação de atividade.

01 – O exercício faz uso de <i>corpus</i> ;
02 – O exercício precisa ter enunciados claros;
03 – O exercício tem como foco principal o padrão léxico-gramatical;
04 – O exercício é ético;
05 – O exercício é replicável;
06 – O exercício é motivador;
07 – O exercício não simplifica a língua usada nos textos/concordâncias/lista de palavras etc.;
08 – O exercício deve apresentar nível de dificuldade adequado;
09 – O exercício contém conteúdo relevante para o aluno e para a construção do conhecimento em inglês;
10 – O professor é facilitador e não distribuidor de conhecimento;
11 – O aluno é descobridor, pesquisador e não recipiente de conhecimento.

Fonte: Delfino (2016, p. 56).

Também faz-se relevante mencionar que as próximas atividades têm a opção de serem trabalhadas de modo *hands-on*²⁰, bem como *hands-off*. Ou seja, utilizando a primeira abordagem, o aluno necessita de um computador para acessar o *corpus*; já na segunda, o professor leva em sala de aula as linhas de concordância impressas para o aprendiz visualizar, analisar e fazer os exercícios. Para o presente projeto, foram disponibilizadas as duas abordagens, como é possível verificar na Figura 1, porém, foi utilizada a opção *hands-off* ao longo de todos os exercícios.

¹⁹ Para mais informações, vide Delfino (2016) e Silva, Pinto e Dias (2018).

²⁰ Para mais informações, vide Frankenberg-Garcia (2015) e Boulton (2012).

Figura 1 – atividade com *fight*.

2. Using the corpus *iWeb*® (<https://corpus.byu.edu/iweb/>) type the word “fight” and try to find at least two different contexts in which this word fits in.

2. Looking at the concordance lines below, what are the different contexts in which this word fits in?

you so much for reading this very long story and for your support in this **fight**. When we are feeling discouraged and down your support

of vitamins in whiskey do in fact stimulate the immune system, thereby helping to **fight** off normal colds, illnesses, and infections.

When we are feeling discouraged and down your support lifts us up to **fight** another day. For that we are eternally grateful to each

because her credit was slow. # She and her sister had a huge **fight** that ended with them not speaking. The girl I work with

which acts as a general immune system defense system and can help the body **fight** to break fevers.

Better than Many Other Medicines Grapefruits are natural sources of medicine that help the body **fight** off various diseases.

As a powerful agent against harmful organisms, it can help the body **fight** off infections. As an aromatherapy tool, it may be used to help prevent

This must be why eighteen-year-olds are chosen to **fight** wars. Most men with experience will ask Why are we here

Released in support of those who **fight** against cancer. *Kelme* combines a light grey shirt with a pink Sash

Fonte: exercício elaborado pelas autoras (2019).

Buscou-se, nessa atividade, chamar atenção para a metáfora existente nos fraseologismos presentes nas linhas de concordância. Por meio da observação das linhas, é esperado que o aluno distinga dois contextos em que *fight* é empregada, ou seja, se os fraseologismos formados contêm a metáfora relacionada à guerra ou à doença. Por exemplo, “*She and her sister had a huge fight [...]*” e “[...] *those who fight against cancer*”. Desse modo, uma conexão é feita com a atividade de *warm-up*, entretanto, aqui, há a confirmação, por meio da análise das linhas de concordância, de que a palavra *fight* é empregada em contextos diferentes, sendo que um deles é metafórico.

Na segunda atividade, que pode ser visualizada na Figura 2, foi trabalhada a palavra *attack*. Além da discussão acerca da metáfora também encontrada nas linhas de concordância, como *heart attack* ou *attacking the new organ*, entre outros, foi dada

atenção às possíveis construções com essa unidade. No exercício 3A é pedido que o aluno complete a tabela utilizando as construções lexicais que foram observadas nas linhas de concordância. Dessa forma, é possível ressaltar como a palavra *attack* é utilizada quando metaforicamente empregada.

Figura 2 – Atividade com *attack*.

3. Observe the concordance lines below and answer the questions:

1. I'm over forty and I don't want high cholesterol or a heart **attack**.
2. blood type A received blood of type B, the body's anti-B antibodies would **attack the** new blood cells and death would be imminent.
3. I had an asthma **attack** at my friend's house and I had no medicine. I was an adult
4. Sometimes the process breaks down and the immune system **attacks** self-cells. This is the case of autoimmune diseases like multiple sclerosis.
5. cry and felt really hurt and depressed (mind you I was getting anxiety **attacks** since I was about 12)
6. Each virus is very particular about which cell it **attacks**. Various human viruses specifically **attack** particular cells in the body's organs
7. The human immune system is a truly amazing constellation of responses to **attacks** from outside the body.
8. you lose about 3 times the amount of calories since your body is **attacking the** fat cells directly after you sleep.
9. but the disease came back in late 2012 - **attacking the** new organ I had been given.

a. What possible constructions could you see in the concordance lines above? Complete the chart.

1.	_____ + attack
2.	_____
3.	_____
4.	_____

Fonte: Exercício elaborado pelas autoras (2019).

A terceira atividade se desenvolve por meio de uma discussão entre professor e alunos acerca do emprego metafórico da palavra *victims*. Inicialmente, pede-se aos alunos que observem as linhas de concordância, como é dado na Figura 3.

Figura 3 – Atividade com *victims*.

While **Parkinson's victims** smoke, ~~however~~, I'm inclined to blame nicotine damage.
Victims of this type of abuse are commonly left with no resources they can use to
Unless there are complications, most **victims of colds** find their immune systems successfully ward off the viral culprits.
both of which aim to help **cancer victims** physically, emotionally and financially throughout the disease.

Fonte: exercício elaborado pelas autoras (2019).

As palavras destacadas têm o intuito de chamar atenção para a posição da unidade *victims*. A discussão proposta é exatamente para verificar, por meio do *corpus iWeb®*, se há alguma diferença semântica, por exemplo, de quando *victims* aparece antes ou depois de determinada doença. Pode-se verificar nas linhas de concordância entregues aos aprendizes que, quando há o nome específico da doença, como *Parkinson*, a palavra *victims* aparece posteriormente – *Parkinson's victims*. Entretanto, o oposto ocorre quando a frase está relacionada à alguma doença comum como resfriado, *victims of colds*.

O objetivo dessa atividade não foi afirmar que esse fenômeno sempre ocorre, mas sim instigar a curiosidade dos alunos para uma pesquisa mais aprofundada acerca do assunto exposto, já que não é possível assegurar que a posição de *victims* sempre ocorra da maneira como foi explicada anteriormente, apenas por meio da observação de quatro linhas de concordância. Assim, caso a atividade seja aplicada de modo *hands-on*, ou seja, utilizando o *corpus* por meio do computador, os alunos têm a chance de reformular suas hipóteses acerca de determinadas construções, como no exercício. Pode-se concluir que a mudança de ordem dos elementos da frase não alterou o sentido das mesmas.

O último exercício foi a proposta de traduções, feitas em pares, que envolvem as palavras metafóricas abordadas ao longo das atividades, apresentado na Figura 4.

Figura 4 – Atividade de tradução.



Translation Time

1. In pairs, translate into English one of texts below. Use the corpus *iWeb*® to help you. Then, compare with another group and discuss about the translation given.

1. As medidas para ajudar vítimas de AVC e de lesões na medula são simples. “É preciso manter a força muscular que elas ainda não perderam”, ressalta a fisiatra Priscila Guarino, responsável pelo ambulatório de lesão da medula, no Instituto Lucy Montoro. AVC e lesões na medula provocam danos imediatos na capacidade de movimentos da pessoa. Durante a recuperação, o paciente passa muito tempo imóvel. “Isso é perigoso”, alerta a fisiatra.

<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/apenas-10-das-vitimas-de-avc-passam-por-reabilitacao-imediata/n1237811897139.html>

Fonte: exercício elaborado pelas autoras (2019).

Uma vez feitas as análises por meio das linhas de concordância disponibilizadas pelo *corpus*, acredita-se que o processo tradutório se torne mais fácil e confiável, visto que a língua-alvo foi observada em seu contexto real de uso. Observa-se que, dessa maneira, os alunos, bem como os profissionais da Tradução, sentem-se mais seguros durante o processo tradutório, pois ao utilizar o *corpus* eles estarão em contato com um conteúdo autêntico da língua e não estarão levando em consideração apenas as suas ideologias. Nesse sentido, o *corpus* irá enriquecer e complementar o trabalho dos tradutores.

A ideia da atividade é mostrar como as áreas aqui discutidas podem estar interligadas e a importância de conscientizar-se de sua interface para aprimorar a eficácia tradutória.

4 Conclusão

Conclui-se, inicialmente, que se faz relevante ressaltar a importância da visão do tradutor diante do texto a ser traduzido. Se ele não souber identificar uma

fraseologia, ou, mais especificamente, uma metáfora inerente a esse fraseologismo, ele poderá fazer uma tradução literal, que, muitas vezes, não fará sentido em outra língua. De modo geral, o tradutor sem formação não terá subsídios suficientes para refletir sobre essas questões, podendo colocá-lo em uma situação de constrangimento.

Em seguida, mostramos que é essencial que o tradutor saiba fazer uma conexão entre seu conhecimento tradutório e as ferramentas empregadas pela Linguística de *Corpus*, bem como pelo uso de *corpus* na tradução, uma vez que poderá facilitar seu trabalho, visto que, observando as linhas de concordância na tradução o contexto irá ajudá-lo em caso de dúvidas quanto a metáforas ou, até mesmo, com outras fraseologias.

Ao analisar as fraseologias aqui propostas, tanto a língua inglesa quanto a língua portuguesa usam palavras que fazem referência a guerras para concernir a doenças, especialmente doenças mais complexas como o câncer. Por isso, essas fraseologias aqui estudadas são metafóricas, visto que os pacientes não estão literalmente lutando contra a doença, mas sim, nota-se um sentido metafórico de luta que carrega a palavra “guerra”. Além disso, pelo fato de ambas as línguas usarem a mesma metáfora, o trabalho do tradutor pode ser facilitado, pois, em caso de não haver uma metáfora coincidente, o tradutor precisará buscar outra solução tradutória, uma vez que, caso não se atente a este aspecto metafórico, seu texto de chegada poderá perder o sentido desejado, conforme aquele apresentado no texto original.

Portanto, a proposta deste trabalho foi mostrar a interface entre as três áreas já mencionadas e como ela poderá enriquecer o trabalho de um tradutor ainda em fase de aprendizado sobre questões tradutórias, assim como auxiliar um tradutor profissional, com o objetivo de facilitar e qualificar o seu trabalho.

Referências

BAKER, M. Corpus linguistics and translation studies: implications and application. *In*: BAKER, M.; FRANCIS, G.; TOGNINI-BONELLI, E. (ed.) **Text and Technology**: In

honour of John Sinclair. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing CO, 1993. p. 233-250. DOI <https://doi.org/10.1075/z.64>

BAKER, M. Corpus-based translation studies: the challenges that lie ahead. In: SOMERS, H. (ed.). **Terminology, LSP and Translation Studies in language engineering, in honour of Juan C. Sager**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996. p. 175-186. DOI <https://doi.org/10.1075/btl.18.17bak>

BAKER, M. The role of corpora in investigating the linguistic behaviour of professional translators. **International Journal of Corpus Linguistics**, 1999. DOI <https://doi.org/10.1075/ijcl.4.2.05bak>

BERNARDINI, S. Corpora for translator education and translation practice: achievements and challenges. In: YUSTE RODRIGO, E. (ed.). Paris: ELRA (European Language Resources Association): Proceedings of the Third International Workshop on Language Resources for Translation Work, Research & Training (LR4Trans-III), s/p, 2004.

BEVILACQUA, C. R. Fraseologia: perspectiva da língua comum e da língua especializada. **Revista Língua e Literatura**, Rio Grande do Sul, v. 6 e 7, n° 10/11, p. 73-86, 2004/2005.

BERBER SARDINHA, T. Análise de metáfora em *corpora*. **Ilha do Desterro**. [S.l.], n. 52, p. 167-199, oct. 2007. ISSN 2175-8026. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/11715>. Acesso em: 22 jan. 2019. DOI <https://doi.org/10.5007/%x>.

BIBER, D. E. *Corpus-Based and Corpus-driven Analyses of Language Variation and Use*. In: **The Oxford Handbook of Linguistic Analysis**, 2012. Oxford University Press. DOI <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199544004.013.0008>

BOULTON, A. **Hands-on / hands-off**: Alternative approaches to data-driven learning. p. 152-168, 2012. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00503034>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BOWKER, L.; PEARSON, J. **Working with specialized language**: a practical guide to using *corpora*. London, Routledge, 2002. p. 242. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203469255>

DELFINO, M. C. N. **Uso de música para o ensino de Inglês em um ambiente baseado em corpus**. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – LAEL, PUC/SP, São Paulo, 2016.

DEMMEN, J. *et al.* A computer-assisted study of the use of violence metaphors for cancer and end of life by patients, family carers and health professionals. **International Journal of Corpus Linguistics**, p. 205–231, 2015. Acesso em: 22 jan. 2019. DOI <https://doi.org/10.1075/ijcl.20.2.03dem>

FRANKENBERG-GARCIA, A. Training translators to use corpora hands-on: challenges and reactions by a group of 13 students at a UK university. **Corpora**, 10/2: 351-380. DOI <https://doi.org/10.3366/cor.2015.0081>

JOHNS, T. Should you be persuaded. Two samples of data-driven learning materials. **English Language Research Journal**, p. 1-14, 1991.

KÜBLER, N; ASTON, G. Using corpora in translation. *In*: O'KEEFFE, A.; MCCARTHY, M. (ed.). **The Routledge Handbook of Corpus Linguistics**. London: Routledge, 2010. Acesso em: 15 jan. 2019.

RAMOS, L. Pode o tradutor falar? Uma análise da tradução da autobiografia de Juan Francisco Manzano no Brasil sob a ótica dos Estudos Culturais. **Tradução e Diásporas Negras**, Porto Alegre, n. 13, p. 251-267, 2017.

ROCHA, J. M. P.; ORENHA-OTTAIANO, A.; AMADEU-SABINO, M. As metáforas do coração nos discursos do Papa Francisco. **Calidoscópico**, v. 16, p. 403-411, 2018. Acesso em: 20 jan. 2020. DOI <https://doi.org/10.4013/cld.2018.163.05>

SABINO, M. A.; ORENHA-OTTAIANO, A.; CALDAS, A. D. D. R. As metáforas em Verdade e Coração: estudo contrastivo do léxico fraseológico a partir de um *corpus* paralelo. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 44, n. 79, p. 144-155, 2019. Acesso em: 15 fev. 2020. DOI <https://doi.org/10.17058/signo.v44i79.12631>

SILVA, L. F.; PINTO, P. T.; DIAS, E. Atividades de compreensão oral com base em corpora de TED Talks: um estudo piloto. *In*: FINATTO, M. J. B.; REBECHI, R. R.; SARMENTO, S.; BOCORNY, A. E. P. (org.) **Linguística de corpus: perspectivas**. Porto Alegre: Instituto de Letras - UFRGS, 2018. p. 527–554.

TAGNIN, S. E. O. *Corpus-driven glossaries in translator training courses*. **Oslo Studies in Language**, v. 7, p. 359-377, 2015.

TOGNINI-BONELLI, E. Functionally complete units of meaning across English and Italian: Towards a *corpus*-driven approach. In: ALTENBERG; B.; GRANGER, S. (org.) **Lexis in Contrast: Corpus-Based Approaches**. Amsterdam: John Benjamins, 2002. DOI <https://doi.org/10.1075/scl.7.07tog>

TYMOCZKO, M. Computerized corpora and the future of translation studies. **Meta**, v. 43, n. 4, 1998. DOI <https://doi.org/10.7202/004515ar>

ZANETTIN, F; BERNARDINI, S; STEWART, D. **Corpora in Translator Education**. New York: Routledge, 2003.

ZANETTIN, F. Corpora in Translation Practice. In: **Proceedings of the LREC Workshop, Language Resources for Translation Work and Research**. p, 10-14, 2002.

ZANETTIN, F. Translation and *corpus* design. **SYNAPS – A Journal of Professional Communication**, no. 26, p. 14-23, 2011.

Artigo recebido em: 25.02.2020 Artigo aprovado em: 24.04.2020 *Ahead of Print* em: 24.04.2020



Programas Sociais: o processo de nominalização em uma perspectiva articulatório-enunciativa

Social Programs: the process of nominalization in an articulatory-enunciative perspective

Edna Cristina SILVEIRA*

Luciani DALMASCHIO**

RESUMO: O presente artigo teve por finalidade analisar as nomeações de Programas Sociais realizadas por meio de formações nominais (FN), a fim de verificar como tais formações se constituem interna e externamente e, uma vez constituídas, em qual(is) domínio(s) discursivo(s) elas se ancoram, ou seja, quais traços histórico-sociais atuam na enunciação dessas formas. Para tanto, nosso trabalho ancorou-se nos pressupostos teóricos estabelecidos pela Semântica da Enunciação. Nessa direção, tomamos como objeto específico de análise as nomeações dos Programas *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*; *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*. De posse dessas FNs, analisamos como se manifesta o processo articulatório entre os nomes-núcleos e os determinantes, enquanto elementos de perspectivação. Como resultado de nossa análise, constatamos que as FNs em observação se articulam de forma sub e internominal,

ABSTRACT: This article intends to analyze the nominations of Social Programs made through nominal formations (FN), in order to verify how such formations are internally and externally constituted and, once constituted, which discursive domains they are anchored, in other words, which historical-social traces act in the enunciation of such forms. Hence, our work was anchored on the theoretical assumptions established by the Semantics of Enunciation. In this way, we take as specific object of analysis the nominations of the Programs *Amigos da Escola*; *Bolsa Família*; *Ciência sem Fronteiras*; *Fome Zero* e *Minha Casa, Minha Vida*. In possession of these FNs, we analyze how the articulatory process between the name-nucleated and the determinants of nominal formations, as elements of perspective, is manifested. As a result of our analysis, we found that the FNs under observation are articulated in a sub and

* Mestra em Letras (UFSJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8221-4042>. ednaufsj@gmail.com

** Doutora em Letras (UFMG). Professora Adjunta da UFSJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3652-7299>. lucianid@ufsj.edu.br

conforme postulados de Dias (2018). Além disso, observamos, também, que a significação dos elementos das formações nominais ocorre em “bloco”, não isoladamente, tampouco somente por um processo de composicionalidade. Dito de outro modo: a construção dos efeitos de sentido desses elementos é, antes de tudo, social, histórica e, portanto, enunciativa.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Nominal. Processo articulatório. Programas Sociais. Semântica da Enunciação.

internominal way, as postulated by Dias (2018). In addition, we also observed that the meaning of the elements of the nominal formations occurs in a “block”, not in isolation, nor only through a process of compositionality. In other words: the construction of the meaning effects of these elements is, above all, social, historical and, therefore, enunciative.

KEYWORDS: Nominal Formation. Articulatory Process. Social Programs. Semantics of Enunciation.

1 Introdução

Neste artigo, apresentamos um estudo semântico-enunciativo de formações nominais que nomeiam Programas Sociais. Para tanto, o presente estudo ancora-se nos pressupostos teóricos da Semântica da Enunciação. No âmbito dos estudos enunciativos, especificamente, vamos trabalhar com o conceito de formação nominal, que abrange um campo de investigação relativamente novo nos estudos enunciativos.

Os Programas Sociais alvo de nossa pesquisa - *Amigos da Escola; Bolsa Família; Ciência sem Fronteiras; Fome Zero e Minha Casa, Minha Vida* - correspondem a ações governamentais que visam ao desenvolvimento social. Falar, pois, sobre as nuances de sentido que as nomeações desses Programas assumem significa compreender em que medida essas ações adquirem pertinência social.

Logo, com o intuito de voltarmos o nosso foco para o trabalho com as formações nominais que nomeiam os Programas Sociais, salientamos que essas formações nominais serão estudadas no plano linguístico-social, visto que elas englobam as articulações que são contraídas interna e externamente à construção nominal.

Vale ressaltar que as formações nominais que constituem o nosso *corpus* passam a circular socialmente, a partir da Lei nº 12.527¹, de 18 de novembro de 2011, popularmente conhecida como a Lei de Acesso à Informação, que postula a relevância da utilização da, então, chamada linguagem cidadã. O nosso objetivo não é estudar a linguagem cidadã como uma FN em si, mas sim evidenciar que as FNs, que são o foco deste trabalho, estão incluídas, ou melhor, são formuladas tendo em vista o que é postulado pela Lei como linguagem cidadã.

No Portal da Transparência do Governo Federal², há na sessão Glossário a seguinte definição do termo linguagem cidadã³: “nomes mais intuitivos pelos quais as ações governamentais são apresentadas aos cidadãos. Exemplo: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (*Bolsa Família*).” Desse modo, a linguagem cidadã pretende criar uma linguagem de representação popular mais acessível a todos os cidadãos.

Destacamos também que o estudo da formação nominal pelo viés da Semântica da Enunciação se difere do de sintagma nominal visto pelo olhar da Semântica Formal, pois o primeiro concentra-se em analisar o processo do enunciado, já o segundo concentra-se em compreender o produto do enunciado. O sintagma nominal, portanto, apresenta uma visão composicional. A formação nominal, por sua vez, “designa o processo de constituição dos nomes e seus articuladores do ponto de vista da enunciação” (DIAS, 2018, p. 12), logo, ela está inserida em uma perspectiva semântico-enunciativa das construções nominais, que contempla tanto as relações internas quanto as relações externas, pois abrange o estudo da materialidade linguística e o estudo dos referenciais históricos que sustentam os nomes-núcleos e os seus

¹ Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/lei12.527-18%20de%20novembro%20de%202011.pdf/view>. Acesso em: 17 jun. 2018.

² Link do Portal da Transparência do Governo Federal: www.transparencia.gov.br.

³ Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=l>. Acesso em: 02 mai. 2018.

determinantes, bem como o estudo da relação entre o memorável e a atualidade do acontecimento enunciativo.

Diante disso, assumimos como hipótese que essas formações nominais deixam de corresponder ao sentido de um nome mais um adjetivo e assumem um efeito de sentido em “bloco” e que a significação desses nomes em “bloco” ocorre, possivelmente, devido aos elevados índices de regularidade de uso dessas formações nominais na sociedade. Para tanto, temos como objetivo de nossa pesquisa estudar as relações internas e externas na constituição das FNs que participam do processo de nomeação dos Programas Sociais, analisando como se manifesta o processo articulatório entre os nomes-núcleos e seus determinantes, enquanto elementos de perspectivação.

2 Pressupostos teóricos

A Semântica da Enunciação, segundo Guimarães (2018), é a disciplina científica que se dedica ao estudo do funcionamento da língua e da linguagem. Essa disciplina tem a significação da linguagem como objeto de estudo e tem o enunciado como unidade de análise. Discutiremos, a seguir, de que maneira a Semântica da Enunciação entende significação e enunciado.

O objeto de estudo da Semântica da Enunciação, a significação, é constituída discursivamente pela enunciação em ato. Logo, concordamos com Guimarães (2018, p.15-14, grifo nosso) que “a significação é o que se apresenta por **aquilo que se diz**”. Em outros termos, a significação é produzida quando alguém diz um enunciado em um determinado acontecimento enunciativo.

Já o enunciado é um elemento linguístico que deve ser investigado no acontecimento enunciativo em que está inserido. Guimarães (2018) diz que o enunciado possui, em seu funcionamento, uma consistência interna e uma independência relativa. A consistência interna está atrelada à relação estabelecida

entre os elementos linguísticos do enunciado, ou seja, à relação de articulação entre as palavras, que é estabelecida pela sintaxe do enunciado. A independência relativa, por sua vez, refere-se à inter-relação de um enunciado com outros enunciados do texto em que está incorporado.

Assim, considerando que a Semântica da Enunciação tem o enunciado como a unidade de análise é pertinente discutirmos sobre as formas linguísticas que o compõem. O conceito de forma linguística que se estabelece nos estudos linguísticos a partir do século XX é definido por oposição ao significado ou à função. Em ambos os casos, forma é algo apreendido por traços fonológicos e morfológicos. Nessa direção, as formas linguísticas podem ser tomadas por órgãos estruturais da língua, como itens lexicais e morfemas (DIAS, 2018).

No entanto, em uma visão enunciativa, a noção de forma linguística adquire outras qualificações. A língua, conforme Guimarães (2018), é um sistema de regularidades. Para Dias (2018, p. 37), a língua, “aparece, assim, como exposta ao inter-discurso, isto é, a língua está exposta a uma memória dizível”. Assim, em consonância com Dias (2018), as relações linguísticas que se estabelecem entre os discursos movimentam o funcionamento da língua pela enunciação a partir desse sistema de regularidades.

A forma linguística, na concepção de Dias (2018, p. 10), “não é o signo em si (se a forma é identificada em relação a ela mesma, nesse caso ela é tão somente sinal), a forma linguística, torna-se signo”. Para o autor, que retoma Bakhtin, “o elemento que torna a forma linguística um signo não é a sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica” (BAKHTIN, 1990, p. 94, *apud* DIAS, 2018, p. 10). Desse modo, a forma linguística adquire significação por meio do referencial histórico e da pertinência enunciativa na medida em que é acionada no acontecimento enunciativo.

Logo, nas palavras de Dias (2018, p. 38), “ser forma linguística é significar em relação de articulação com os domínios de mobilidade de sentidos, tendo em vista os

referenciais históricos e as relações de pertinência com outras formas, constituindo unidades de significação mais amplas”. Ou seja, a forma linguística é determinada de acordo com as articulações de mobilidade que ela adquire com os referenciais históricos e com as pertinências enunciativas para ser significada nos acontecimentos enunciativos.

Nessa perspectiva, para que as formas linguísticas adquiram significação (e, também, pertinência), elas estão sujeitas às relações de articulação linguística (internas e externas) nos acontecimentos enunciativos em que são inseridas. Dessa maneira, “a forma linguística é afetada por uma relação tensa entre o plano da organicidade e o plano do enunciável” (DIAS, 2018, p. 38). As relações internas são os traços articulatórios que constituem a FN, ou seja, estão inseridas no plano da organicidade linguística; assim, “um segmento sintático contrai articulação interna na medida em que os seus constituintes já participaram de outras unidades em domínios de enunciação da língua” (DIAS, 2018, p.85). Já as relações externas situam-se no plano da enunciação e, “nessa dimensão, a exterioridade tem um caráter de memória (de ordem social e histórica)” (DIAS, 2018, p.90). Sendo assim, o plano da forma (orgânico/material) e o plano do enunciável (simbólico) atuam em concomitância no acontecimento enunciativo.

Em síntese, a forma linguística é “uma unidade de língua concebida do ponto de vista das suas condições de articulação com outras unidades segundo razões enunciativas” (DIAS, 2018, p. 166). A partir da concepção de forma linguística e das relações linguísticas, Dias (2013a, 2013b, 2013c, 2018) desenvolveu o conceito de formação nominal, expressando uma outra forma de ver o sintagma nominal. Conforme já mencionamos, tal conceito foi criado como alternativa para o de sintagma nominal, desenvolvido pelos semanticistas de base formal, uma vez que

muito além das relações sequenciais pré-nucleares e pós-nucleares que sustentam o conceito de sintagma nominal, as articulações que os

nomes contraem com os convergentes adjetivais, concebidos no âmbito do conceito de FN, num tratamento enunciativo, revelam uma complexidade na constituição dos grupos nominais, na medida em que os referentes são apreendidos ou concebidos em caráter explicativo, segundo razões enunciativas. (DIAS, 2018, p. 184-185).

Nessa direção, a formação nominal é um processo mais amplo, que ultrapassa o nível sintático das construções nominais, pois está inserida, também, no nível enunciativo. Ademais, a formação nominal oferece explicação para o processo de constituição das construções nominais, ao passo que o sintagma nominal centra-se na descrição do produto das construções nominais. Logo, a formação nominal diz respeito ao “caráter dinâmico da nominalidade” (DIAS, 2018, p. 122). A FN

[...] é a constituição interna e externa das formas para a constituição da unidade nominal. As formações, articulatoriamente configuradas, sustentam materialmente o referencial histórico, a memória das significações dos seus termos e a pertinência do nome nas cenas enunciativas em que contrai relação de pertencimento. (DIAS, 2018, p.143).

Dessa maneira, a formação nominal corresponde ao processo de inserção de um nome-núcleo (e seus determinantes) no enunciado por meio do processo enunciativo, e é a partir dessa inserção que o nome adquire, linguisticamente, existência social. Dito de outra forma, “pelo conceito de FN somos capazes de compreender as articulações como construídas na enunciação” (DIAS, 2018, p. 180).

Para Dias (2018), a formação nominal refere-se às unidades concebidas nas articulações linguísticas da nominalidade: subnominais; intranominais e a internominais. Conforme o autor,

o estudo da nominalidade numa abordagem da enunciação tem o compromisso de explicar a constituição das unidades nominais na sua estabilização como unidade de sentido na língua, constituindo-se como uma unidade potencialmente temática, e no seu potencial de

articulação com formantes [...] e com outras unidades formando grupos nominais. (DIAS, 2018, p. 117).

Dessa forma, o trabalho com a nominalidade no âmbito da Enunciação estuda as relações linguísticas que constituem o potencial temático dos nomes, dos grupos nominais, bem como dos pronomes. Para detalharmos tais categorias da nominalidade, passaremos a descrevê-las, a seguir.

De acordo com Dias (2018), a articulação subnominal apresenta a condensação de um nome que adquire socialmente potencial temático para ser enunciado, e passa a ser inserido na língua. Essa condensação ocorre por meio da aglutinação de enunciados descritivos que ganham estabilização de sentido. Nessa direção, as articulações subnominais são “relações que motivam a **constituição de um nome**, produzindo conseqüentemente o fundamento para a sua entrada no léxico de uma língua” (2018, p. 117, grifo nosso).

Ademais, Dias (2018) nomeia como articulação internominal as “relações articulatórias responsáveis por **fornecer unidade às construções nominais constituídas por núcleo e convergentes** (determinantes)” (DIAS, 2018, p. 159, grifo nosso).

Por sua vez, a articulação intranominal (DIAS, 2018) é esteada na constituição componencial de um nome. Logo, ela ocorre entre os formadores de nomes, uma vez que o nome apresenta em sua estrutura um formante agregado à uma base. Conforme Dias (2018, p. 132, grifo nosso), a dimensão da articulação intranominal é, portanto, “uma abordagem enunciativa do **processo de formação de palavras**”.

Em resumo, foi possível perceber que a articulação subnominal refere-se à constituição temática do nome. Já a articulação internominal engloba as formações associativas do nome. E, por fim, a articulação intranominal está atrelada à produção componencial do nome.

3 Metodologia

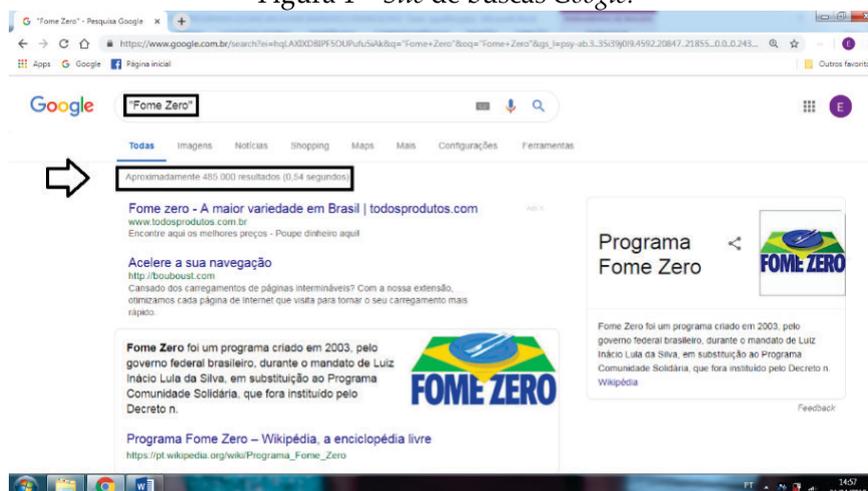
Neste estudo, utilizamos como aporte teórico-metodológico os estudos desenvolvidos pela Semântica da Enunciação, bem como os estudos de base sintático-enunciativa. Inicialmente, realizamos um aprofundamento em relação à posição teórica assumida na pesquisa, a fim de aprimorarmos os nossos conhecimentos sobre a teoria adotada. Paralelamente a essa etapa, selecionamos o *corpus* organizado em torno de discursos verbais que contenham as FNs alvo de nossa análise.

Para a escolha do *corpus*, fizemos uma busca por Programas Sociais que são nomeados por meio de FNs e encontramos uma quantidade significativa dessas nomeações, tais como: *Amigos da escola; Bolsa Escola; Bolsa Família; Bolsa Permanência; Ciências sem Fronteiras; CNH Popular; Fome Zero; Idiomas sem Fronteiras; Minha Casa, Minha Vida e Tarifa Social de Energia Elétrica*. Tendo em vista o elevado número de Programas encontrados, entendemos ser necessária a delimitação de nosso *corpus* por meio da seleção de cinco dessas nomeações. Ressaltamos que trabalhamos com o princípio de que esse recorte não comprometerá os resultados da nossa pesquisa, uma vez que as conclusões a que chegaremos com relação às FNs selecionadas, possivelmente, explicitarão o funcionamento de grande parte das outras FNs, já que elas são constituídas de maneira semelhante e se manifestam em domínios discursivos muito próximos uns dos outros.

A seleção descrita anteriormente foi feita a partir do monitoramento da regularidade de aparecimento dos nomes dessas FNs no *site* de buscas *Google* em um período de sessenta dias (21/03/2018 a 19/05/2018). Os nomes dos Programas, tais como figuram em seus documentos oficiais, foram pesquisados como entrada de busca, colocados entre aspas. As pesquisas foram realizadas sempre no mesmo horário do dia, entre às 22h e 23h, a fim de que as publicações pudessem ser registradas em tempo hábil para a observação. O critério que utilizamos para fazer a escolha foi o número de incidência que as FNs apresentaram no período em que foram analisadas, de modo a

selecionarmos aquelas cuja média de ocorrências fosse, estatisticamente, mais elevada, portanto, com uso mais produtivo. A Figura 1, a seguir, ilustra o local onde encontramos as ocorrências das FNs.

Figura 1 – Site de buscas Google.



Fonte: *print* retirado do Google.

Em seguida, encontra-se a Tabela com o número de ocorrências das formações nominais coletadas:

Tabela 1 – Regularidade de ocorrência das formações nominais no site de pesquisa Google.
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DAS FORMAÇÕES NOMINAIS

Data	<i>Amigos da Escola</i>	<i>Minha Casa, Minha Vida</i>	<i>Ciência sem Fronteiras</i>	<i>Bolsa Família</i>	<i>Fome Zero</i>	<i>Bolsa Escola</i>	<i>Idiomas sem Fronteiras</i>	<i>Tarifa Social de Energia Elétrica</i>	<i>CNH Popular</i>	<i>Bolsa Permanência</i>
21/03/18	766.000	466.000	627.000	357.000	370.000	334.000	171.000	56.700	69.000	40.400
22/03/18	731.000	466.000	632.000	361.000	347.000	376.000	147.000	65.400	53.700	37.300
23/03/18	946.000	467.000	629.000	373.000	357.000	321.000	147.000	43.900	60.800	42.300
24/03/18	1.130.000	414.000	626.000	339.000	368.000	364.000	123.000	50.400	36.100	40.800
25/03/18	693.000	412.000	565.000	337.000	366.000	349.000	107.000	68.700	69.900	42.100
26/03/18	1.190.000	395.000	628.000	365.000	364.000	253.000	172.000	60.500	34.700	48.100
27/03/18	1.180.000	443.000	507.000	364.000	371.000	253.000	139.000	67.300	40.600	47.800
28/03/18	680.000	584.000	627.000	362.000	368.000	321.000	101.000	44.800	40.800	76.300
29/03/18	675.000	371.000	1.440.000	335.000	365.000	286.000	171.000	68.100	62.600	52.800
30/03/18	1.140.000	352.000	620.000	321.000	363.000	102.000	148.000	59.900	60.300	41.200
31/03/18	684.000	379.000	619.000	333.000	331.000	290.000	80.900	69.400	67.700	33.800
01/04/18	681.000	320.000	614.000	327.000	349.000	356.000	73.800	67.800	64.700	54.100
02/04/18	1.120.000	316.000	515.000	330.000	345.000	265.000	86.800	68.100	78.600	33.600
03/04/18	985.000	5.070.000	613.000	319.000	310.000	284.000	92.400	59.800	70.800	68.300
04/04/18	1.120.000	431.000	612.000	354.000	128.000	412.000	147.000	65.200	47.500	74.600
05/04/18	663.000	398.000	611.000	342.000	360.000	287.000	93.200	71.900	49.000	53.400
06/04/18	665.000	386.000	614.000	340.000	359.000	386.000	83.000	70.000	58.400	52.700
07/04/18	673.000	369.000	613.000	334.000	310.000	290.000	84.800	81.900	60.400	65.500

08/04/18	672.000	386.000	493.000	329.000	366.000	294.000	115.000	84.900	63.500	63.600
09/04/18	668.000	324.000	619.000	326.000	367.000	296.000	122.000	90.300	64.200	77.200
10/04/18	667.000	742.000	519.000	354.000	362.000	301.000	60.700	105.000	58.200	67.000
11/04/18	671.000	400.000	624.000	382.000	334.000	303.000	139.000	100.000	45.700	56.600
12/04/18	666.000	343.000	630.000	352.000	305.000	339.000	58.900	93.100	53.300	63.800
13/04/18	871.000	413.000	625.000	349.000	361.000	425.000	68.600	101.000	77.600	67.400
14/04/18	1.130.000	1.420.000	501.000	376.000	340.000	301.000	101.000	95.000	57.600	65.600
Data	Amigos da Escola	Minha Casa, Minha Vida	Ciência sem Fronteiras	Bolsa Família	Fome Zero	Bolsa Escola	Idiomas sem Fronteiras	Tarifa Social de Energia Elétrica	CNH Popular	Bolsa Permanência
15/04/18	678.000	423.000	617.000	350.000	298.000	301.000	70.100	95.000	79.400	46.900
16/04/18	678.000	325.000	495.000	357.000	369.000	301.000	74.100	91.400	76.400	61.200
17/04/18	691.000	429.000	502.000	388.000	368.000	299.000	101.000	87.300	82.500	44.000
19/04/18	695.000	431.000	625.000	358.000	371.000	286.000	144.000	88.000	61.700	72.300
20/04/18	688.000	399.000	621.000	393.000	360.000	281.000	118.000	66.700	70.900	69.500
21/04/18	686.000	395.000	606.000	370.000	365.000	275.000	80.800	78.000	68.200	74.100
22/04/18	689.000	397.000	611.000	365.000	330.000	271.000	112.000	79.200	60.000	62.100
24/04/18	683.000	822.000	499.000	383.000	362.000	270.000	132.000	90.200	61.500	56.600
26/04/18	690.000	414.000	619.000	387.000	367.000	272.000	118.000	101.000	54.800	66.100
28/04/18	689.000	335.000	607.000	377.000	337.000	273.000	105.000	85.100	57.100	56.100
29/04/18	683.000	461.000	608.000	381.000	361.000	272.000	135.000	69.700	48.400	77.000
30/04/18	693.000	6.000.000	572.000	384.000	351.000	274.000	134.000	81.500	61.600	75.200
01/05/18	1.010.000	411.000	601.000	2.160.000	359.000	276.000	118.000	89.200	54.100	54.800
02/05/18	609.000	397.000	729.000	260.000	358.000	186.000	98.400	97.800	50.200	39.800
03/05/18	684.000	412.000	713.000	345.000	340.000	320.000	88.500	88.700	81.500	72.700
04/05/18	675.000	601.000	715.000	340.000	314.000	232.000	90.200	83.400	57.000	77.600
05/05/18	669.000	444.000	722.000	415.000	361.000	276.000	86.800	90.700	75.600	64.300
06/05/18	1.080.000	329.000	722.000	378.000	361.000	232.000	68.300	74.800	80.600	75.800
07/05/18	829.000	414.000	720.000	411.000	886.000	365.000	105.000	95.600	55.800	69.500
08/05/18	705.000	544.000	737.000	304.000	255.000	368.000	133.000	118.000	67.100	60.000
09/05/18	708.000	453.000	639.000	4.550.000	339.000	273.000	132.000	119.000	70.500	38.600
10/05/18	683.000	415.000	463.000	353.000	316.000	226.000	251.000	107.000	80.500	80.300
11/05/18	739.000	4.260.000	732.000	355.000	358.000	225.000	73.400	108.000	73.300	67.800
12/05/18	792.000	6.750.000	736.000	351.000	355.000	222.000	101.000	99.500	77.100	72.200
13/05/18	846.000	627.000	739.000	318.000	352.000	220.000	117.000	94.300	65.300	79.900
14/05/18	712.000	636.000	740.000	306.000	362.000	227.000	97.200	93.700	76.400	57.100
16/05/18	717.000	889.000	604.000	359.000	340.000	279.000	68.000	90.500	48.300	56.600
17/05/18	738.000	452.000	481.000	288.000	363.000	234.000	124.000	89.500	70.900	76.200
18/05/18	699.000	6.160.000	755.000	363.000	323.000	336.000	95.800	61.400	77.800	52.900
19/05/18	475.000	680.000	511.000	446.000	368.000	377.000	178.000	101.000	97.000	87.400
Média das ocorrências	770.655	652.214	628.741	458.397	354.309	291.930	113.141	83.174	62.184	58.984

Fonte: elaborada pelas autoras.

Dessa forma, tendo em vista as estatísticas levantadas, as cinco formações nominais que foram alvos de nosso olhar são as seguintes: *Amigos da Escola*⁴; *Bolsa*

⁴ O programa Amigos da Escola foi criado pela Rede Globo de Televisão, em 1999, em parceria com o programa Comunidade Solidária, fundado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), sob a coordenação da Dra. Ruth Cardoso, esposa de Cardoso. Sendo assim, apesar de não ser um Programa criado por uma instituição governamental, ele possui parceria com um programa do Governo Federal. Ademais, em nossa pesquisa, a FN “Amigos da Escola” obteve o maior número de ocorrências dentre as demais FNs. Julgamos, portanto, que ela se enquadra no *corpus* de análise que propomos a

Família; Ciência sem Fronteiras; Fome Zero e Minha Casa, Minha Vida. Todavia, vale ressaltar que a estatística apresentada, embora tenha sido importante para a seleção das formações nominais a serem analisadas, desempenhou papel secundário no decorrer do trabalho, uma vez que não se torna fundamental a quantidade de ocorrências encontradas no *corpus*, mas a regularidade que essas ocorrências assumem no uso efetivo da língua, ou seja, a real capacidade que os exemplos adquirem de funcionar em determinados acontecimentos enunciativos.

Assim, observamos as ocorrências dessas formações nominais em diversas situações de enunciação. Para tanto, na realização da análise, utilizamos o procedimento metodológico de rede enunciativa desenvolvido por Dias, para quem

a constituição de uma rede enunciativa envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção dos domínios de mobilização que a enunciação sustenta. Essas construções outras, trazidas para a rede enunciativa, são construídas pelo próprio pesquisador e/ou podem também ser buscadas em usos efetivos, como no Google e nos bancos de dados que abrigam usos orais e escritos da nossa língua. (DIAS, 2018, p. 35).

Dessa forma, conforme o autor (2018, p.35), esse procedimento metodológico estabelece “pontos de observação enunciativa” que permitem que as diferentes dimensões da significação de um elemento linguístico sejam visualizadas.

Vale ressaltar que, em nosso *corpus*, fizemos uso de muitos textos multimodais, que são aqueles “compostos de muitas linguagens (ou modos, ou semioses) e que exigem capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para fazer significar” (ROJO, 2012, p. 19). Assim, em muitas

realizar. Informações obtidas em: FERNANDES, M. D. E. Programa amigos da escola – Todos pela educação. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

análises, fizemos um investimento significativo na compreensão das imagens para a descrição do fenômeno que aqui nos lançamos a investigar.

4 Resultados

4.1 Um olhar para a nomeação dos Programas Sociais - os nomes-núcleos e seus determinantes

Analisaremos, agora, como ocorre o processo articulatório entre os nomes núcleos e seus determinantes, enquanto elementos de perspectivação, que compõem as formações nominais. Portanto, direcionamos o nosso olhar para as nomeações dos Programas Sociais - *Bolsa Família*, *Fome Zero*, *Amigos da Escola*, *Ciência sem Fronteiras*, e *Minha Casa, Minha Vida*-, uma vez que elas são constituídas por formações nominais, tendo em vista que a nomeação, de acordo com Guimarães (2017, p. 12), “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. Ademais, tomamos como princípio que “o gesto de constituir uma formação nominal é motivado por uma relação de inserção do que se diz na atualidade do dizer” (DIAS, 2012, p. 9). A seguir, apresentamos a análise dessas formações nominais.

Para realizar nossas análises, decidimos agrupar as FNs levando em consideração o processo articulatório que as constitui. Assim, por aproximação estrutural, agrupamos *Bolsa Família/Fome Zero* em uma mesma seção de análise. Logo em seguida, fizemos o mesmo com *Amigos da Escola/Ciência sem Fronteiras*. E, por fim, analisamos a FN *Minha Casa, Minha Vida*.

4.1.1 Bolsa Família e Fome Zero

De acordo com a análise morfológica tradicional dos sintagmas nominais *Bolsa Família* e *Fome Zero*, podemos afirmar que eles possuem a mesma estrutura interna: substantivo e adjetivo. Assim, tendo em vista esse aspecto estrutural, e visando analisar o processo articulatório desses sintagmas, eles foram agrupados neste tópico.

Os Programas *Bolsa Família* e *Fome Zero* são nomeados por meio da articulação de dois elementos - *bolsa* e *família*; *fome* e *zero*. Em morfologia, de acordo com as gramáticas de bases tradicionais, as palavras *bolsa* e *fome* são classificadas como substantivos, e os vocábulos *família* e *zero* manifestam-se como adjetivo. (CEGALLA, 2008). Assim, embora a palavra *família*, em estado de dicionário, seja classificada como substantivo feminino, representando um “conjunto de pessoas, em geral ligadas por laços de parentesco, que vivem sob o mesmo teto”⁵, ao se articular ao substantivo *bolsa* ganha o *status* de adjetivo (*familiar*). Já a palavra *zero*, ainda que continue sendo classificada como numeral, recebe dentro dessa classe uma subcategorização e passa a ser chamada de numeral adjetivo, correspondendo àqueles numerais “que transformam o substantivo”,⁶ Isso ocorre porque, na frase, “se a palavra lembrar um ser ou objeto, ela se trata de um substantivo, porém se houver outra palavra adicionando informações de qualidades, de espécies, de estado ou de característica a esse ser ou objeto citado, trata-se de um adjetivo.”⁷

Em relação ao comportamento sintático dessas formações nominais, temos que os substantivos *bolsa* e *fome* assumem a função de nome-núcleo do sintagma nominal e são determinados pelos adjetivos *família* e *zero* que se relacionam com esse nome-núcleo e, por isso, se classificam como adjuntos adnominais.

A descrição que realizamos corresponde àquela própria da análise do sintagma nominal (SN). O SN, estudado sob a perspectiva composicional, em especial no trabalho de Chierchia (2003), conforme nos apresenta Dias (2013a), está centrado na descrição das classes dos objetos produzidos, focando, apenas, no produto desse sintagma. Nas palavras de Dias (2013a, p. 12-13), “[...] constituir um sintagma nominal pode implicar a realização de uma operação de composicionalidade em que um nome

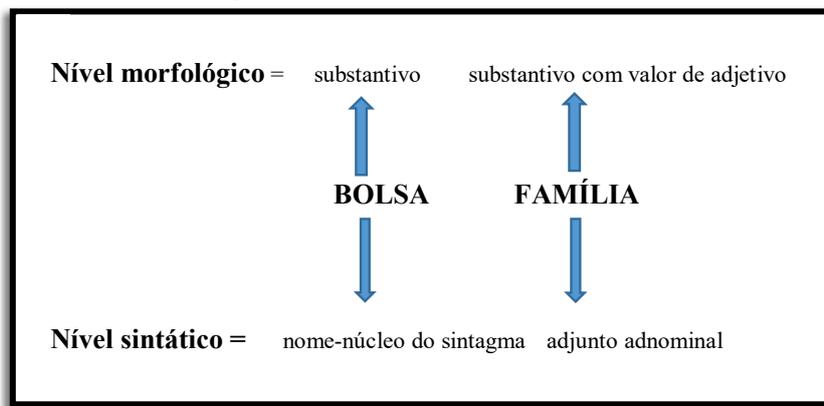
⁵ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fam%C3%ADlia/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

⁶ Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/291739>. Acesso em: 29 jul. 2019.

⁷ Disponível em: <https://www.webestudante.com.br/adjetivo/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

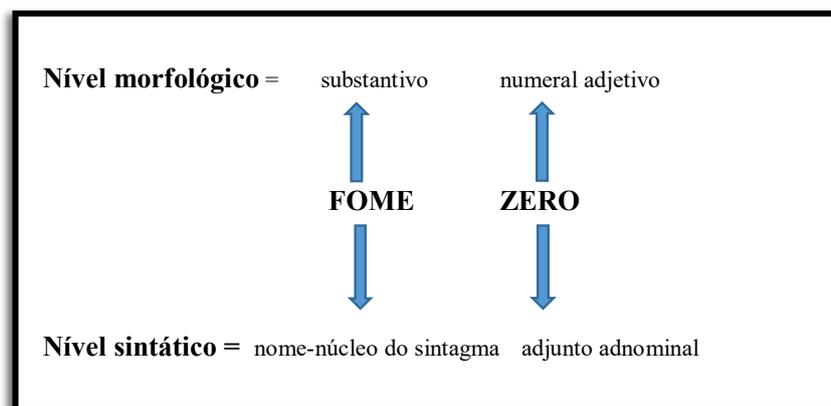
nuclear recebe uma determinação com vistas a enriquecer o modo como se apresenta uma entidade”. Assim sendo, *Bolsa Família e Fome Zero*, enquanto sintagmas nominais, abordados pela visão composicional, abarcam a união de um nome-núcleo – *bolsa e fome* – e de uma expressão determinante, que agrega, por adição a esse nome, uma caracterização específica - *família e zero*. Essa descrição pode ser ilustrada nas figuras que seguem.

Figura 2 – Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional-*Bolsa Família*.



Fonte: elaborada pelas autoras.

Figura 3 – Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional-*Fome Zero*.



Fonte: elaborada pelas autoras.

Portanto, essa perspectiva leva em consideração a soma dos elementos sintagmáticos (*bolsa + família; fome + zero*) cujo resultado apresenta os sentidos globais desses sintagmas (*Bolsa Família e Fome Zero*). Assim, o sintagma nominal *Bolsa Família*

remete a uma quantia (indeterminada, por isso indicada pelo substantivo *bolsa* e não por um numeral) em dinheiro destinada a uma família. Já o sintagma nominal *Fome Zero* refere-se à concepção de que se trata de um Programa que tem a pretensão de zerar a fome no país.

Como podemos perceber, de acordo com Perini (2010), essa análise visa observar a singularização dos seres, em outros termos, a singularização dos sintagmas nominais. Com isso, salientamos que essa reflexão, que envolve apenas o produto do sintagma, não leva em conta o processo de constituição dos nomes e dos determinantes em si, ou seja, a análise articulatória vale-se apenas da soma de sentidos particulares que, agregados, produzem um todo.

Passemos agora a verificar outra possibilidade de olhar a articulação das nomeações dos Programas *Bolsa Família e Fome Zero*. Conforme Dias (2018), faz-se necessário voltarmos a nossa análise para essas nomeações enquanto formas linguísticas que são significadas nas enunciações em que são inseridas. Para tanto, essas formas serão apreendidas como formações nominais.

Por esse olhar, essas nomeações são articuladas, internamente, por meio de uma relação articulatória de dependência entre os elementos (GUIMARÃES, 2018). Ou seja, “a articulação por dependência se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento.” (GUIMARÃES, 2018, p. 81). Dito de outra forma, não se trata mais de pensar na ideia de composição relacionada a 1+1 e, sim, na relação de contiguidade que é significada na enunciação (GUIMARÃES, 2018). Assim, *bolsa* e *fome* são os elementos determinados de cada uma das formações nominais, aqui observadas. Já *família* e *zero* são os elementos determinantes dessas FNs, em outros termos, são os elementos perspectivadores (DIAS, 2012). Esses elementos perspectivadores, por sua vez, atribuem sentidos aos nomes-núcleos *bolsa* e *fome*, a fim de especificá-los. No entanto, essa especificação

ocorre no processo enunciativo, porque as formações nominais só adquirem significação no momento em que são acionadas no acontecimento em ato (DIAS, 2018).

Além de entendermos que as nomeações das FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero* possuem uma relação articulatória de dependência entre os elementos que as constituem, conforme a definição de Guimarães (2018), salientamos também que, consoante os estudos de Dias (2018), cada uma dessas FNs apresenta uma relação articulatória específica entre o núcleo - substantivo - (*bolsa e fome*) e o convergente - adjetivo - (*família e zero*). Isso posto, reafirmando a perspectiva de Dias (2018), as formações nominais *Bolsa Família* e *Fome Zero* são articulações linguísticas subnominais e internominais, pois “motivam a constituição de um nome, produzindo conseqüentemente o fundamento para a sua entrada no léxico de uma língua” (2018, p. 117), além de serem “responsáveis por fornecer unidade às construções nominais constituídas por núcleo e convergentes (determinantes)” (DIAS, 2018, p. 159). Essas articulações podem ser analisadas da seguinte maneira:

Quadro 1 – Articulação subnominal das FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero*.

Enunciado(s) descritivo (s)	Transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza. ⁸	Política nacional de segurança alimentar Garantia da segurança alimentar, assegurando que todos os brasileiros tenham, em todo momento, acesso aos alimentos básicos de que necessitam. (BRASIL, 2010, p.54).
Condensação	↓	↓
Unidade nominal em posição temática	Bolsa Família	Fome Zero

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Dias (2018).

Verificamos, assim, que a FN *Bolsa Família* condensa o enunciado descritivo: “Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema

⁸ Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetalleGlossario.asp?letra=l>. Acesso em: 02 mai. 2018.

Pobreza”. E o processo de condensação da FN *Fome Zero*, a exemplo de *Bolsa Família*, também representa uma “unidade nominal em posição temática” cujo aparecimento foi motivado pela Lei da linguagem cidadã⁹. Trata-se, pois, de um investimento enunciativo de caráter institucionalizado/oficializado na constituição da nominalidade (DIAS, 2018).

Vale ressaltar que a condensação de sentido do enunciado “Política nacional de segurança alimentar” no nome-núcleo *fome* exige que sejam conectados domínios referenciais que ofereçam pertinência à relação entre a necessidade da instalação de uma política de *segurança alimentar* e a existência da *fome*. Ou seja, *fome* e “Política nacional de segurança alimentar” estabelecem entre si uma construção de sentido sustentada pela relação causa-consequência.

Quanto à articulação internominal, ela pode ser assim percebida:

Quadro 2 – Articulação internominal das FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero*.

Enunciado(s) descritivo(s)	Transferência de Renda	diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema Pobreza	Política nacional de segurança alimentar	...assegurando que todos os brasileiros tenham, em todo momento, acesso aos alimentos básicos de que necessitam.
Condensação	↓	↓	↓	↓
Unidade nominal em posição temática	Bolsa	Família	Fome	Zero

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Dias (2018).

⁹ Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/lei12.527-18%20de%20novembro%20de%202011.pdf/view>. Acesso em: 17 abr. 2018.

A articulação internominal é demandada pelos nomes (*bolsa* e *fome*) em função da necessidade de um recorte referencial (DIAS, 2018) que seja capaz de viabilizar o processo de nomeação desses Programas Governamentais. Explicuemos.

Em relação à formação nominal *Bolsa Família*, verificamos que, a princípio, ela pode ser significada como uma quantia em dinheiro (*bolsa*) destinada a uma família (*família*), assim como é apreendida na visão composicional. Ou seja, o sentido se constitui a partir da soma dos dois elementos que se agregam para formar essa formação nominal: *bolsa+família = Bolsa Família*. O que acabamos de dizer pode ser percebido no enunciado a seguir (1):

(1) O valor que cada família recebe do Programa [*Bolsa Família*] depende da renda mensal por pessoa e da composição familiar, isto é, se há crianças, adolescentes, jovens, mulheres grávidas ou que estão amamentando¹⁰. (Grifos nosso).

Como podemos perceber, a formação nominal *Bolsa Família* apresenta-se como uma quantia em dinheiro, um “valor” (*bolsa*) destinado a uma família (*família/familiar*). Ademais, em (1), percebemos que o elemento *bolsa* é reescriturado por substituição pela palavra *valor*. Nos termos de Guimarães (2018, p. 85), “há reescrituração quando um elemento Y de um texto retoma um outro elemento X do texto. Nesse caso Y reescritura X”. Ou seja, como já foi dito, *valor* (y) reescritura *bolsa* (x).

Entretanto, a análise dessa FN apenas por meio de um procedimento composicional encontra problemas ao analisarmos o que ocorre no exemplo (2) a seguir (Figura 4).

¹⁰ Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/usuario/bolsa-familia-1/tipos-de-beneficios>. Acesso em: 12 jul. de 2019.

(2)

Figura 4 - Bolsa(s) de todas as qualidades

Fonte: imagem obtida por meio do Google¹¹.

Como podemos perceber neste exemplo (2), a constituição das FNs “*bolsa isso*” e “*bolsa aquilo*” apresenta o sentido de que há bolsas “de todas as qualidades”, isso ocorre devido aos inúmeros elementos perspectivadores que podem ser articulados ao nome *bolsa*, ocupando, dessa forma, os lugares dos pronomes *isso* e *aquilo*. No âmbito dos próprios Programas de Governo, temos, por exemplo, *Bolsa Escola*, *Bolsa Alimentação*, *Bolsa Permanência*, *Bolsa Família* etc. Para além do referencial dos direitos sociais, o próprio texto apresenta as FNs “*bolsa atestado*” e “*bolsa otário*”, que fazem parte de um domínio de sentido voltado para a malandragem, para o mal uso das bolsas. Assim, *bolsa isso* e *bolsa aquilo*, mais do que representarem uma referência no mundo, recortada pela soma de sentidos (1 + 1) de um nome-núcleo (*bolsa*) e seu determinante (*isso/aquilo*), autorizam investimentos de sentido cuja pertinência orienta-se por referenciais historicamente regularizados. Ou seja, não se trata de um “*isso*” ou um “*aquilo*” cujo sentido lhes seja intrinsecamente marcado e passível de ser agregado por adição ao nome *bolsa*. A construção de sentido desses elementos é antes, social, histórica e, portanto, enunciativa.

A fim de mostrarmos possíveis redimensionamentos de sentido que os termos que compõem a FN *Bolsa Família* adquirem, analisaremos, por meio da constituição de

¹¹ Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/assistencialismo/page/3/>. Acesso em: 01 jul. de 2019.

redes enunciativas, outras formações nominais cujo nome-núcleo é o mesmo dessa FN, tais como: *bolsa tamanho família*; *bolsa político*; *bolsa mesada* e *Bolsa Escola*.

(3)

Figura 5 – Bolsa Família versus bolsa político.



Fonte: imagem obtida por meio do Google¹².

Na Figura 5, verificamos que, além da presença da FN *Bolsa Família*, há a constituição de um neologismo marcado em outra FN: *bolsa político*. Essa nova nomeação reafirma a análise que apresentamos anteriormente das FNs *bolsa isso* e *bolsa aquilo*, quando constatamos que o lugar a ser ocupado pelo determinante do nome-núcleo *bolsa* autoriza investimentos de sentido sócio-historicamente pertinentes.

Assim, quando buscamos a regularização de sentido do elemento perspectivador da FN *Bolsa Família*, ou seja, do elemento *família*, constatamos que, socialmente, trata-se de um grupo de pessoas que vivem juntos. Ao realizarmos o mesmo movimento de busca para o determinante da FN *bolsa político*, ou seja, para o termo *político*, encontramos que ele aponta para uma pessoa/um ser que se ocupa de política. Por meio do exposto, é possível compreender o apontamento de crítica

¹² Disponível em: <http://www.tribunadainternet.com.br/para-mudar-de-assunto-temer-deve-anunciar-logo-o-reajuste-do-bolsa-familia/>. Acesso em: 01 jul. de 2019.

realizado pelo texto, uma vez que a bolsa do *político* - “pessoa”- apresenta-se, nessa cena enunciativa, maior do que aquela da *família* - “grupo de pessoas”. Assim:

Quadro 3 – Rede enunciativa – *Bolsa Família/bolsa político*.

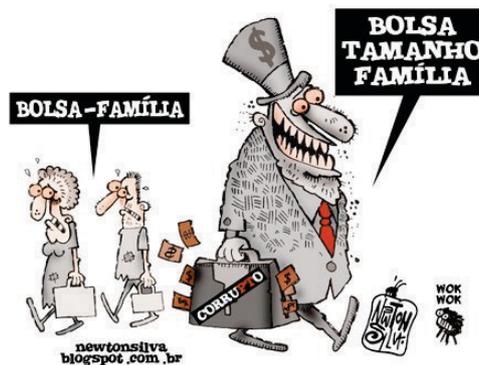
Bolsa Família = valor pequeno (embora para muitos/um grupo de pessoas)

Fonte: elaborado pelas autoras.

Nessa direção, verificamos que, em (3), a sustentação do referencial de crítica se dá em função desse deslocamento de sentido. Ou seja, *Bolsa Família* não sustenta a dimensão do sentido de *família*, uma vez que a bolsa pertencente à mulher, reescrita em nossa análise pelo substantivo valor, não representa grandeza, ao contrário, ela é reduzida; enquanto *bolsa político*, corresponde à dimensão de *família*, já que remete a uma extensão consideravelmente maior. Assim, o sentido de quantidade, próprio do referencial de *família*, está presente na FN *bolsa político*, e não na FN *Bolsa Família*. Exemplifiquemos melhor com a Figura 6.

(4)

Figura 6 – Bolsa Família versus bolsa tamanho família.



Fonte: imagem obtida por meio do Google¹³.

¹³ Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/humor-bolsa-familia/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

Em (4), constatamos a presença de duas formações nominais *Bolsa Família* e *bolsa tamanho família*, que oferece sustentação para o que discutimos anteriormente. Aqui, percebemos que *Bolsa Família* é diferente de uma *bolsa tamanho família*, ao passo que *bolsa político* tem uma correspondência direta com a grandeza desse valor (*tamanho família*). Isso ocorre porque a FN *bolsa político* está balizada pelo referencial da corrupção, lavagem de dinheiro, propina, enquanto *Bolsa Família* ancora-se no do auxílio social. Assim:

Quadro 4 – Rede enunciativa – bolsa político/bolsa tamanho família.

bolsa político = bolsa tamanho família

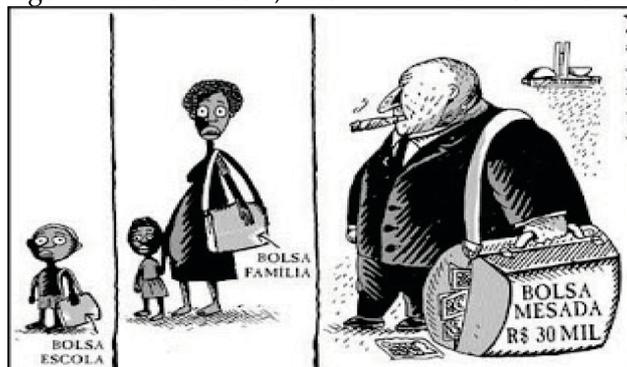
Fonte: elaborado pelas autoras.

Notamos, mais uma vez, que não se trata apenas de uma adição de sentidos dos elementos *bolsa + político*. Não estamos afirmando com isso que o sentido de *político*, conforme apresentado anteriormente, seja desconsiderado. Muito pelo contrário. Ele é ampliado e passa a abrigar também um dos efeitos de sentido potencializados pelo determinante *família*.

Na mesma proporção, isso ocorre também com outras formações nominais ancoradas em domínios referenciais semelhantes. Observemos agora as FNs *Bolsa Família*, *Bolsa Escola*, *bolsa mesada*, apresentadas no exemplo 5.

(5)

Figura 7 – Bolsa Escola, Bolsa Família e bolsa mesada.

Fonte: imagem obtida por meio do Google¹⁴.

Na Figura 7, constatamos que a FN *Bolsa Escola* faz parte do mesmo domínio referencial da FN *Bolsa Família*, uma vez que, em um movimento comparativo com a FN *bolsa mesada*, além de nomearem dois Programas Sociais, podem ser reescritas pela formação nominal *bolsa pequena*. Em contrapartida, *bolsa mesada* (destinada a um político), assim como *bolsa político*, admite ser reescriturada por *bolsa grande/tamanho família*. Assim:

Quadro 5 – Rede enunciativa – Bolsa Família/Bolsa Escola - bolsa político/bolsa mesada.

<p>Bolsa Família/ Bolsa Escola = bolsa pequena bolsa político/bolsa mesada = bolsa grande</p>
--

Fonte: elaborado pelas autoras.

Desse modo, a partir das análises realizadas, percebemos que a FN *Bolsa Família* pode evocar efeitos de sentido dispersos no processo enunciativo, assim como as FNs *bolsa político*, *Bolsa Escola* e *bolsa mesada*; e que esses efeitos se manifestam por meio da

¹⁴ Disponível em: <http://gazetabarauna.blogspot.com/2010/11/charges-meu-brasil.html>. Acesso em: 14 jun. 2019.

articulação dos nomes-núcleos e seus determinantes, como resposta a uma demanda de pertinência enunciativa.

Passaremos, agora, a analisar a significação dos elementos que constituem a formação nominal *Fome Zero*. O efeito de sentido proposto pela nomeação do Programa, com a FN *Fome Zero*, conforme apresentamos no início deste tópico, é o de que as ações realizadas possibilitem a extinção da fome. Isso pode ser percebido no exemplo a seguir (6):

(6) [...] com o objetivo de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade no Brasil. O programa [*Fome Zero*] partiu do princípio de que todas as pessoas devem ter acesso diário, e de forma digna, a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da saúde¹⁵. (Grifos nossos).

O sentido de esvaziamento/erradicação da fome está materializado, por exemplo, no enunciado “todas as pessoas devem ter acesso diário [...] a alimentos em quantidade e qualidade suficientes”, presente na descrição do objetivo principal do Programa. Porém, passaremos a analisar o processo de (re)significação por que passa essa FN, visto que as articulações dos elementos que a constituem são qualificadas enunciativamente.

O nome-núcleo da FN *Fome Zero*, ou seja, o substantivo *fome*, significa, a princípio, carência alimentar. Entretanto, ao participar de outras enunciações, esse sentido inicial movimenta-se, situando-se em outros referenciais. Como, por exemplo, pode ser percebido na Figura 8.

¹⁵ Disponível em: <https://lula.com.br/fome-zero-programa-que-comecou-tirar-o-brasil-do-mapa-da-fome-completa-14-anos/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

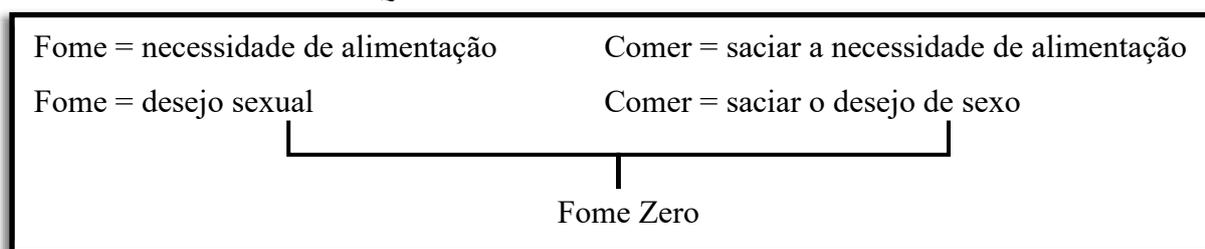
(7)

Figura 8 – *Fome Zero versus carnaval.*Fonte: imagem obtida por meio do Google¹⁶.

Quando nos referimos ao sentido inicial da FN que nomeia o Programa *Fome Zero*, temos que o nome *fome* está sustentado pelo referencial da alimentação. No entanto, na Figura 8, o sentido de *fome* corresponde ao desejo sexual. Sendo assim, o termo *fome* foi, enunciativamente, re(significado). A partir do momento em que *fome* assume esse novo efeito de sentido, a FN *Fome Zero* passa a significar a realização do ato sexual para zerar (saciar) a fome.

Vale ressaltar que *fome*, no sentido apresentado no exemplo (7), mantém contato com a acepção que trouxemos anteriormente como sendo carência alimentar. Entretanto, aqui, esse nome pode ser considerado em um sentido vulgarizado socialmente como “ter relações sexuais com alguém”. A própria imagem de um homem correndo com talheres nas mãos, em direção a uma mulher seminua, com fantasia de carnaval, autoriza a associação que acabamos de apresentar. Dessa forma, há o entrelaçamento de dois efeitos de sentidos, que, por assentarem-se em domínios referenciais muito distintos, geram o humor. Dessa forma,

¹⁶ Disponível em: http://www.carnaxe.com.br/humor/arquivos/carnaxe_humor.htm. Acesso em: 01 jul. 2019.

Quadro 6 – Rede enunciativa – *Fome Zero*.

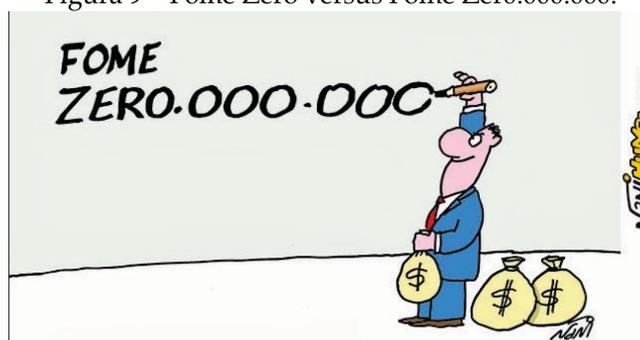
Fonte: elaborado pelas autoras.

Ou seja, não se trata de escolher um ou outro sentido do nome *fome* para ser somado ao determinante *zero* e, assim, se chegar ao sentido da FN *Fome Zero*. O que está em causa é exatamente a sobreposição desses efeitos de sentido, caso contrário, o humor não se materializa.

Ademais, ainda observando a FN *Fome Zero*, é possível perceber que o sentido do elemento *zero* também pode ser redimensionado. Como um dos elementos de nomeação do Programa, o numeral adjetivo *zero* equivale ao sentido de nenhum/nenhuma. Apesar disso, esse elemento adquire novas(s) significação(ões), conforme pode ser verificado no exemplo 8.

(8)

Figura 9 – Fome Zero versus Fome Zer0.000.000.

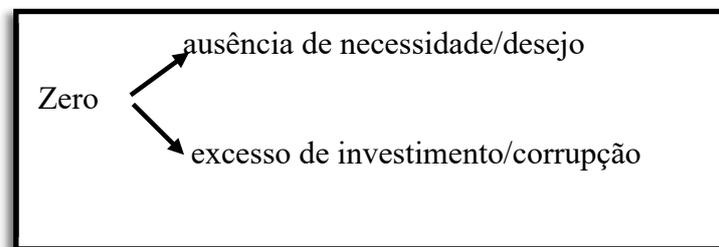


Fonte: imagem obtida por meio do Google¹⁷.

¹⁷ Disponível em: <http://www.nanihumor.com/2013/09/fraude-no-fome-zero.html>. Acesso em: 01 jul. 2019.

Em 9, o elemento perspectivador da FN *Fome Zero* adquire o sentido de milhões para combater a fome. Ou seja, gasta-se muito dinheiro para que a fome seja sanada. Assim, a última forma linguística *zero* é qualificada enunciativamente e adquire pertinência, nessa enunciação, porque significa um alto valor monetário - zer0.000.000 - que é investido para que haja o efetivo funcionamento do Programa, seja em função dos gastos necessários para as ações objetivadas, seja pelo potencial que o *Fome Zero* cria para ações de corrupção daqueles que o administram.

Quadro 7 – Rede enunciativa – *Fome Zero*.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Assim, com base na análise realizada em relação à articulação dos elementos que compõem a formação nominal *Fome Zero*, realçamos que as significações das formas linguísticas, em especial das FNs em análise, ocorrem no acontecimento enunciativo de que essas FNs participam. Ou seja, assim como o nome *fome* pode assumir o sentido de necessidade de alimentação ou desejo sexual, o determinante *zero* pode apresentar o efeito de ausência dessa necessidade/desse desejo ou de excesso de investimento e corrupção.

Passemos agora a observar o processo articulatório das FNs *Amigos da Escola e Ciência sem Fronteiras*.

4.1.2 Amigos da Escola e Ciência sem Fronteiras

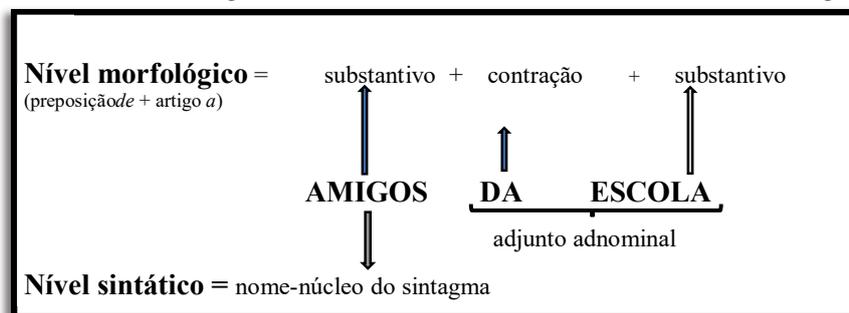
Assim como as formações nominais *Bolsa Família* e *Fome Zero*, as FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* apresentam a mesma estrutura constituinte, portanto,

elas foram reunidas neste único tópico. O processo articulatório das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* é distinto daquele que constitui as FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero*, visto que as FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero* são articuladas por duas palavras (substantivo e adjetivo), já as FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* são articuladas por meio da união de três palavras, conforme descreveremos a seguir.

Em morfologia, de acordo com as gramáticas de bases tradicionais, essas palavras analisadas isoladamente recebem a seguinte classificação: *amigos*, *escola*, *ciência* e *fronteiras* pertencem à classe dos substantivos (CEGALLA, 2008). A palavra *da*, por sua vez, é designada contração, uma vez que nela há a união da preposição *de* e do artigo definido feminino *a* no singular (CEGALLA, 2008). E a palavra *sem* pertence à classe das preposições. Ademais, ainda no nível morfológico, os sintagmas *da escola* e *sem fronteiras* assumem a característica atribuída a um adjetivo, a saber: expressam “as qualidades ou características dos seres”. (CEGALLA, 2008, p. 159).

Nos estudos sintáticos também embasados na tradição gramatical, nos sintagmas *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*, os termos *amigos* e *ciência* assumem a função sintática de nomes-núcleos desse sintagma. E as expressões adjetivas *da escola* e *sem fronteiras* assumem a função sintática de adjunto adnominal (CEGALLA, 2008). A fim de elucidarmos o que explicamos, elaboramos os seguintes esquemas:

Figura 10 – Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional *Amigos da Escola*.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Em uma perspectiva sintático-enunciativa, *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* são duas FNs também articuladas por meio da relação de dependência (GUIMARÃES, 2018), a exemplo do que ocorre com as FNs *Bolsa Família* e *Fome Zero*, que se realiza no interior dos enunciados e do textos.

Na estrutura interna das formações nominais *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*, os determinantes, ou seja, os elementos perspectivadores, são os elementos linguísticos *da escola* e *sem fronteiras* que têm, nessas formações nominais, o valor de adjetivo. Esses elementos se articulam aos nomes-núcleos *amigos* e *ciência*, que, por sua vez, são os determinados. Assim sendo, os determinantes *da escola* e *sem fronteiras* recortam, respectivamente, um sentido aos nomes-núcleos *amigos* e *ciência*, pois uma das funções dos determinantes é atualizar a significação do nome-núcleo, especificando-o. Entretanto, conforme vimos defendendo até aqui, esse recorte só produz efeito de sentido quando enunciado, uma vez que é no acontecimento que a materialidade linguística ganha pertinência e passa a significar. Por conseguinte, os componentes das formações nominais *Amigos da escola* e *Ciência sem Fronteiras* se articulam a partir das determinações internas que recebem, formando um grupo nominal e, ancorados em referenciais históricos postos em cena pelo memorável, ganham aderência de sentido ao serem presentificados pela enunciação.

Tendo isso em vista, salientamos que *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras* são “composto(s) de dependência, cujos termos são dois substantivos em relação de determinação” (BENVENISTE, 1989, p. 151). Portanto, temos a função descrita por Benveniste (1989) “x é de y” que expressa a função de duas variáveis. Então, o lugar de x é ocupado pelos determinados *amigos* e *ciência* e o de y pelos determinantes *da escola* e *sem fronteiras*, por essa razão “amigos são da escola” e “ciência é sem fronteiras”. Sendo assim, nas formações nominais *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*, o determinante *da escola* apresenta uma restrição sobre o sentido do determinado *amigos*, já o determinante *sem fronteiras* apresenta uma dilatação sobre o

sentido do determinado *ciência*. Afinal, o domínio referencial do nome *ciência*, já inclui, em certa medida, a ausência de fronteiras. O que ocorreu no processo de nominalização do Programa *Ciência sem fronteiras* foi a “atribuição de uma perspectiva de destaque” para o nome do Programa, que “agora se materializa com exclusividade por constituir a diferença dentro do comum. Dilatar, portanto, não representa, necessariamente, expandir, em sentido lato, mas fazer aparecer, ganhar em visibilidade, constituir um referencial de pertinência enunciativa.” (DALMASCHIO; LACERDA; DIAS, 2015, p. 54).

Com efeito, quanto à articulação das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*, ressaltamos, de acordo com Dias (2018), que elas também são articulações linguísticas subnominais e internominais, conforme pode ser verificado no Quadro 8.

Quadro 8 – Articulação subnominal das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*.

Enunciado(s) descritivo (s)	“...participação de voluntários no desenvolvimento de ações e projetos educativos e de cidadania realizados em benefício da escola e da comunidade”. (REDE GLOBO, s/d, p. 11).	“...consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”. ¹⁸
Condensação	⇓	⇓
Unidade nominal em posição temática	Amigos da Escola	Ciência sem Fronteiras

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Dias (2018).

No Quadro 8, apresentamos o processo de condensação das FNs *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*. Vimos, portanto, que a FN *Amigos da Escola* condensa o enunciado descritivo: “...participação de voluntários no desenvolvimento de ações e projetos educativos e de cidadania realizados em benefício da escola e da comunidade.” e a FN *Ciência sem Fronteiras*, por sua vez, condensa o seguinte

18 Disponível em: <http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/objetivos>. Acesso em: 29 jul. 2019.

enunciado descritivo: “...consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.” Com isso, essas FNs representam a constituição temática do nome por meio da articulação subnominal. Em especial, a condensação desses nomes, também, encontra ancoragem na Lei da linguagem cidadã.

A seguir, podemos visualizar, agora, o processo de articulação internominal das FNs *Amigos da Escola e Ciência sem Fronteiras*:

Quadro 9 – Articulação internominal das FNs *Amigos da Escola e Ciência sem Fronteiras*.

Enunciado(s) descritivo(s)	“...participação de voluntários ”.	“...desenvolvimento de ações e projetos educativos e de cidadania em benefício da escola e da comunidade ”.	“...consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia , da inovação da competitividade brasileira”.	“...por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional ”.
Condensação	⇓	⇓	⇓	⇓
Unidade nominal em posição temática	Amigos	da Escola	Ciência	sem Fronteiras

Fonte: elaborado pela autora com base em Dias (2018).

A articulação internominal fornece unidade às construções nominais por meio da relação articulatória entre o nome-núcleo e o convergente (DIAS, 2018). Sendo assim, os nomes-núcleos (*amigos e ciência*) requerem delimitação referencial (*da escola e sem fronteiras*), com isso, o processo de nomeação desses Programas Sociais é estabelecido.

Vejamos alguns recortes de sentido que são construídos enunciativamente pelos elementos que constituem as formações nominais *Amigos da Escola* e *Ciência sem Fronteiras*. Começaremos pela FN *Amigos da Escola*, mais especificamente pelo elemento perspectivador *da escola*.

Conforme Dias (2012), o elemento perspectivador coloca em evidência uma característica, que é demarcada por um adjetivo, ou por palavras e/ou sentenças com valor de adjetivo. Nessa direção, vamos observar outras formações nominais que possuem o mesmo nome-núcleo e apresentam a mesma estrutura articulatória de *Amigos da escola*. Vejamos a seguinte rede enunciativa:

- (9) amigos da internet
- (10) amigos do bairro
- (11) Amigos da Escola

Em (9), a formação nominal *amigos da internet* apresenta, de forma mais regular, o sentido do nome *amigos* sendo perspectivado pelo local de constituição da amizade - *da internet*. Sendo assim, a formação nominal *amigos da internet* corresponde a pensar em amigos que se constituíram na *internet*, ou seja, *nela*. Como exemplo, trazemos os seguintes enunciados em rede:

(9a) “Amigos da internet, venham discutir as ideias para devolver a esperança ao nosso país!” (Grifo nosso)¹⁹

(9b) “Não tem problema confiar em amigos da internet até certo ponto, mas não se exponha a situações de vulnerabilidade. Saiba quem são seus amigos, escolha-os direito.” (Grifo nosso)²⁰

¹⁹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/ciogomesoficial/photos/a.1216504301803580/1803584776428860/?type=1&theater>. Acesso em: 04 mar. 2019.

²⁰ Disponível em: <https://pt.wikihow.com/Fazer-Amigos-Online>. Acesso em: 04 mar. 2019.

(9c)

Figura 12 – Amigos da internet x amigos da vida real.

Fonte: Imagem obtida por meio do Google²¹.

Como podemos visualizar nos enunciados (9a), (9b) e (9c) *amigos da internet* refere-se à rede de amigos que se formaram na *internet*. No enunciado (9a), proferido pelo candidato à Presidência da República Ciro Gomes nas eleições de 2018, é possível perceber que o Locutor utiliza o vocativo estruturado pela formação nominal *amigos da internet* para convocar os amigos constituídos no ambiente virtual, isto é, na *internet*, que são, nessa cena enunciativa, os alocutários. Isso porque, conforme Guimarães (2018, p. 264), “a enunciação vocativa é um modo de agenciar *alguém* em alocutário”. O enunciado (9b), por sua vez, também demonstra que a formação nominal *amigos da internet* são pessoas cujos laços de amizade se estabeleceram/estabelecem nesse local - *nela*.

Ainda com o intuito de mostrar que a formação nominal *Amigos da internet* constitui o lugar da amizade, nos apropriamos do enunciado (9c). Nesse enunciado, a marcação de *internet* como lugar de formação da amizade fica ainda mais evidente, pois no próprio enunciado há a oposição entre *amigos da internet* e *amigos da vida real*.

Como demonstramos, *amigos da internet*, regularmente, configura-se como uma formação nominal em que ao nome *amigo* é agregado um elemento locativo *da internet*.

²¹ Disponível em: <https://capinaremos.com/2017/03/20/amigos-da-internet-amigos-da-vida-real/>. Acesso em: 05 mar. 2019.

Dessa forma, em uma relação de contiguidade, juntos, nome e modificador, colocam em cena a significação de indivíduos x cujos laços de amizade se efetivaram/efetivam em um local y .

Não estamos desconsiderando que outros recortes de sentidos também possam ser verificados na FN em análise. Mas em nossas buscas essas ocorrências foram escassas e quando encontradas apresentavam, muitas vezes, configurações distintas dessas que agora analisaremos, como por exemplo em (9d):

(9d)

Figura 13 – Associação dos *amigos da internet limpa*.



Fonte: imagem obtida por meio do Facebook²².

Nesse exemplo, a FN *Associação dos amigos da internet limpa* traz o nome *internet* não mais ancorado em um referencial locativo, conforme descrito nas FNs anteriores, *internet* passa agora a ser o alvo para o qual a amizade se volta. Para isso, outra perspectivação foi realizada por meio da agregação do adjetivo *limpa* ao nome *internet*. Dessa forma, não se trata mais de uma amizade situada (*nela*) e sim de uma amizade direcionada (*para ela*).

Lançando um olhar para a segunda formação nominal selecionada por nós – (10) *amigos do bairro* – facilmente encontramos ocorrências em que os dois recortes de sentido que acabamos de descrever em relação à FN *amigos da internet* (*nela* e *para ela*)

²² Disponível em: <https://www.facebook.com/ASSOCIA%C3%87%C3%83O-AMIGOS-DA-INTERNET-LIMPA-144113772702864/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

também se apresentam, agora, de forma mais equivalente em relação à proporção de ocorrências encontradas (nele e para ele). Vejamos a rede enunciativa a seguir:

(10a) Pedro e seus amigos do bairro formaram um time de futebol para disputar um campeonato da cidade. (Grifo nosso).²³

(10b)

Figura 14 – Desentupidora *Amigos do Bairro*.



Fonte: imagem obtida por meio do *Facebook*²⁴

Como podemos perceber, no enunciado (10a), temos a formação nominal *amigos do bairro* particularizando um grupo de amigos que se constituíram no bairro. Isso, como já discutimos, ocorre, também, com a FN *amigos da internet*.

Já em (10b), temos uma FN em que *amigos do bairro* faz parte do nome de uma empresa que oferece serviços aos bairros, mais especificamente aos locais dos bairros com problemas de entupimento de tubulações. Então, em (10b), o direcionamento de sentido volta-se para o cuidado ao bairro. A amizade, significada pelo nome *amigos* reveste-se do referencial de um cuidado empresarial e não mais, necessariamente, de uma relação de afetividade, como ocorre em (10a). Assim, além de não mais oferecer a perspectiva de “local de constituição da amizade”, *do bairro*, (10b) (re)configura o próprio conceito do nome *amigos*, cujo referencial desloca-se do campo pessoal para o campo profissional.

²³ Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/1140282>. Acesso em: 06 mar. 2019.

²⁴ Disponível em:

https://www.facebook.com/search/str/desentupidora+amigos+do+bairro/keywords_search?epa=SEARCH_BOX. Acesso em: 11 mar. 2019.

Voltando nossa análise para a FN *Amigos da Escola*, vamos notar movimentos de sentido muito próximos desses que acabamos de apresentar em relação às FNs *amigos da internet* e *amigos do bairro*. Isso pode ser ilustrado pela seguinte rede enunciativa:

(11a)

Figura 14 – Escola versus *Amigos da Escola*.



Fonte: imagem obtida por meio do Google²⁵.

(11b) “O *Amigos da Escola* incentiva a participação de voluntários no desenvolvimento de ações e projetos educativos e de cidadania realizados em benefício da escola e da comunidade”. (Grifos nossos).²⁶

(11c) “Um grande reconhecimento foi a adoção do projeto como programa corporativo de voluntariado de companhias como a Açominas, a administradora de condomínios Apsa e a Petrobras. Mas as atividades do *Amigos da Escola* não terminam por aí. O programa também orienta as escolas a proporcionarem espaços e recursos para seus voluntários, dá dicas práticas sobre como elas podem avaliar suas ações, sobre como registrarem suas experiências e sobre como devem dividir as tarefas, além de divulgar a Lei do Voluntariado”. (Grifos nossos).²⁷

Em (11a), o efeito de sentido que se manifesta é de que na escola há amigos “afetivamente nascidos” nesse espaço (por isso eles fazem “falta”). Já em (11b) e (11c)

²⁵Disponível em: <https://www.frasesdobem.com.br/frase/14268>. Acesso em: 30 ago. 2018.

²⁶ Disponível em: <http://download.globo.com/amigosdaescola/manual.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2019.

²⁷Disponível em: https://www.filantropia.org/informacao/amigos_da_escola_todos_pela_educacao. Acesso em: 07 mar. 2019.

amigos é reescriturado por “voluntários”, como pode ser percebido nos excertos “[...] a participação de *voluntários* no desenvolvimento de ações e projetos educativos e de cidadania [...]” e “[...] orienta as escolas a proporcionarem espaços e recursos para seus *voluntários* [...]”, cujas “atividades”, “ações” e “tarefas” se direcionam à escola. Nessa direção, acreditamos que a FN *Amigos da Escola*, ao nomear um Programa Social, passa por uma reconfiguração de sentido e, a exemplo de *Amigos do bairro*, amplia o domínio referencial do nome-núcleo *amigos*. Isso ocorre porque “para além do centro da arquitetura nominal, a nomeação, podendo ser entendida de forma mais ampla, constitui-se como *ato*, e não como *resultado*, de modo a se tornar mais complexa do que a materialidade linguística das palavras e seus determinantes.” (GUIMARÃES, 2015, p. 34). *Amigos da Escola* é uma exigência da linguagem cidadã para condensar “enunciados que produzem pertinência histórica.” (GUIMARÃES, 2015, p. 34). Sendo assim, o potencial de referência do nome *amigos* é explorado a ponto de aproximar amizade e voluntariado transformando o segundo em centro temático da FN.

Após termos analisado as nuances de sentido que a articulação da FN *Amigos da Escola* recorta, analisaremos os recortes de sentido da FN *Ciência sem Fronteiras*.

A fim de apresentarmos o processo articulatório da FN *Ciência sem Fronteiras*, com base nos estudos enunciativos, agregamos à nossa análise uma formação nominal que é articulada pelo mesmo elemento determinante (convergente) da formação nominal *Ciência sem Fronteiras*. Observemos:

(12) Ciência sem Fronteiras

(13) amor sem fronteiras

Em (12) a FN expressa o sentido do nome-núcleo *ciência* sendo perspectivado pela não delimitação de lugar - *sem fronteiras*. Vejamos a Figura 15.

(12a)

Figura 15 - Ciência sem Fronteiras.

Fonte: imagem obtida por meio do Google²⁸.

Constatamos a presença da FN *Ciência sem Fronteiras*, nomeando um Programa Social, que nos remete a pensar na *ciência* sendo desenvolvida sem demarcação de lugar, isto é, sem limites de espaço. Uma vez que o nome-núcleo *ciência* refere-se ao “conjunto ou soma dos conhecimentos humanos adquiridos por meio de observação sistemática, de pesquisa e de métodos e linguagem próprios” (CEGALLA, 2005, p. 195), e o convergente *fronteira* ao “espaço físico ou imaginário onde se dá a separação entre coisas, estados, realidades diferentes” (CEGALLA, 2005, p. 437). A ligação dessas duas palavras pela preposição *sem*, que integra o elemento convergente dessa FN e remete à “indicação de falta” (CEGALLA, 2005, p. 776), nos possibilita dizer que determinar nem sempre representa realizar uma restrição, às vezes pode representar uma dilatação. Expliquemos melhor. Ao efeito de sentido regularizado pelo nome *ciência* foi agregada a perspectiva *sem fronteiras*. Ou seja, não se trata apenas de um conjunto de conhecimentos advindos de métodos específicos, mas da viabilidade de que esse conhecimento seja produzido/acessado em todas as partes do mundo. Vale ressaltar que dilatar não significa, necessariamente, tornar maior e sim dar visibilidade. Conforme explicamos anteriormente.

Fato parecido ocorre com a FN *amor sem fronteiras*, que possui nome-núcleo diferente e o mesmo convergente.

²⁸Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/blog/programa-ciencias-sem-fronteiras.htm>. Acesso em 19 jul. 2019.

(13a)

Figura 16 – Amor sem fronteiras.

Fonte: imagem obtida por meio do Google²⁹.

Em 13a, constatamos que o nome-núcleo *amor* também está articulado ao determinante *sem fronteiras*, que, por sua vez, acarreta o sentido de que esse sentimento é sem limites, ou seja, ultrapassa as fronteiras. Tal afirmação pode ser evidenciada por meio da ilustração presente nesse acontecimento. Isso porque temos a representação de um mapa em que os corações estão inter-relacionados por traços vermelhos, reafirmando que não deve existir (existe) barreira para que ocorra o amor. Percebido como um sentimento nascido de relações sociais, a perspectiva de ser *sem fronteiras* já se apresenta no sentido de *amor*. Por que então materializá-la linguisticamente? Uma resposta preliminar pode ser: para oferecer-lhe um valor de evidência.

Entretanto, para refinarmos a análise do processo de constituição enunciativa dessa FN, torna-se necessário dizer que ela foi utilizada pelo site *doare*³⁰, cujo propósito de existência é fortalecer “organizações filantrópicas através de soluções para captação de recursos”, bem como conectar pessoas com importantes causas para doar com segurança.” Agora, percebemos que não se trata exatamente de *amor sem fronteiras* e sim de *doações sem fronteiras*. Ou seja, a palavra *amor* reescreve a palavra *doações*. Esse movimento de substituição nominal se vale da proposta de dilatação referencial com o mesmo sentido de destaque, afinal, se doação pode ser reescrita por amor e se amor

²⁹ Disponível em: <https://doare.org/br/doacao/559/amor-sem-fronteiras>. Acesso em 06 set. 2018.

³⁰ Disponível em: <https://doare.org/>. Acesso em: 06 set. 2018.

encapsula a ideia de ausência de limites, de forma silogística, doação também corresponderia a essa ausência. Vejamos o que ocorre agora em (13b).

(13b)

Figura 17 – Amor (da Elidy) sem fronteiras.



Fonte: imagem obtida por meio do Google.³¹

Uma internauta utilizou o site *casamento.com* para fazer uma surpresa ao noivo no dia do casamento. Lançando mão da mesma imagem que analisamos em (13a), ela propõe que os frequentadores do site, moradores das mais diversas cidades do Brasil (e do mundo), escrevam uma plaquinha dizendo que o amor que ela sente pelo noivo ultrapassou barreiras. Isso seria feito acrescentando o nome da cidade dos internautas no texto, de modo a fazer Carlos – noivo de Elidy – perceber que o amor de sua futura esposa, por ele, *é sem fronteiras*.

Dessa forma, *amor sem fronteiras*, assume um efeito de sentido diferente em (13b). Não se trata mais de dar visibilidade a um sentimento estabelecido por relações sociais, que pode, inclusive, ser anônimo, direcionando-se à humanidade, de maneira genérica. Em (13b), o amor tem identidade, fisionomia, personalidade. E é esse amor

³¹ Disponível em: <https://www.casamentos.com.br/forum/amor-sem-fronteiras-ajuda--t223989>. Acesso em: 10 ago. 2019.

específico que recebe a determinação de ausência de barreiras, de ausência de fronteiras. Assim:

Quadro 10 – Amor sem fronteiras.

amor sem fronteiras ≠ amor (de Elidy) sem fronteiras
--

Fonte: elaborado pelas autoras.

Nessa direção, compreendemos que processo semelhante ocorre com a FN *Ciência sem fronteiras*. Em função do espaço de enunciação que sustenta a FN como elemento de nomeação de um Programa Governamental, instalado pelo governo brasileiro, podemos pensar que a FN se articula da seguinte maneira: *Ciência (do/no Brasil) sem fronteiras*. Ou seja, “as determinações contraídas pelos nomes [...] apresentam as condições de recebimento dos traços de atualidade advindos da construção temática na sua relação com o mundo contemporâneo”. (DIAS, 2011, p. 275).

Pensamos, portanto, que um olhar estritamente composicional, centrado apenas no sintagma como produto, não oferece sustentação necessária para a percepção desses movimentos de sentido das FNs *Ciência sem fronteiras* e *amor sem fronteiras*, conforme demonstramos.

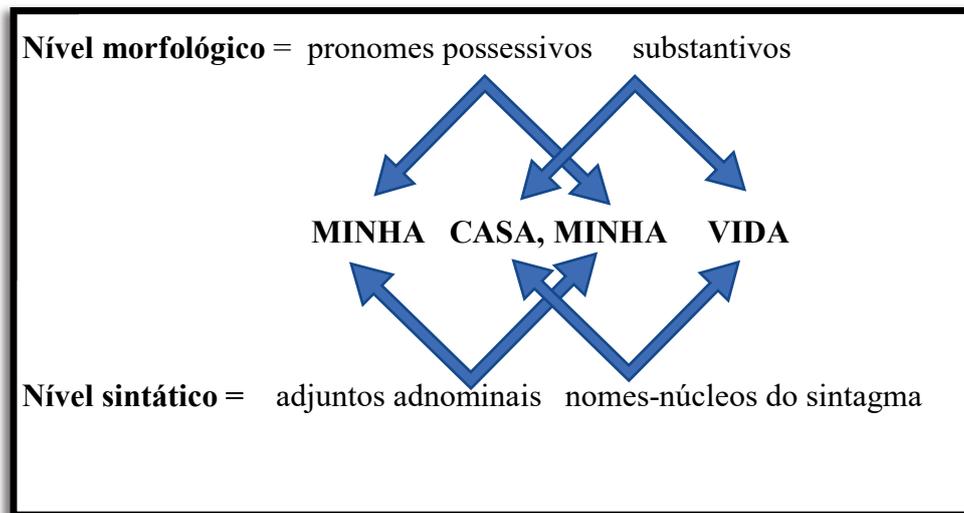
Para encerrar, passemos, neste momento, a refletir sobre a FN *Minha Casa, Minha Vida*.

4.1.3 Minha Casa, Minha Vida

O processo articulatório da FN que nomeia o Programa *Minha Casa, Minha Vida* constitui uma nova diferença em relação aos já apresentados, pois essa nomeação, se vista de forma isolada, é articulada por meio de duas formações nominais. Entretanto, como nome do Programa, consideraremos tais formações em bloco, ou seja, entenderemos *Minha casa, Minha Vida*, como um nome composto. Morfologicamente,

a palavra *minha* pertence à classe dos pronomes possessivos, e as palavras *casa* e *vida* pertencem à classe dos substantivos (CEGALLA, 2008). Sintaticamente, nos sintagmas *Minha Casa* e *Minha Vida*, os termos *casa* e *vida* assumem a função sintática de nome-núcleo desses sintagmas. E o termo *minha* assume a função sintática de adjunto adnominal (CEGALLA, 2008).

Figura 18 – Análise morfológica e sintática em estudos de base tradicional *Minha Casa, Minha Vida*.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Conforme a abordagem composicional (CHIERCHIA, 2003), a nomeação do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, sob o viés sintagmático, compreende a união dos nomes-núcleos - *casa* e *vida* - ao elemento determinante, caracterizador desses nomes - *minha*. Além disso, outra articulação se efetiva para a constituição do nome do Programa: os dois sintagmas também são agregados, a fim de que a nomeação se estabeleça. Dessa forma, o sentido se vale da soma de duas composições para se manifestar: a casa de alguém + a vida de alguém. Assim, o sintagma poderia ser parafraseado por: *Minha casa é minha vida*.

Passemos a oferecer um olhar enunciativo à nomeação do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, de modo a apreendê-la como formação nominal (DIAS, 2018). Nessa concepção, a exemplo das outras FNs que analisamos até aqui, os elementos que

constituem as duas formações, que compõem a nomeação desse Programa, apresentam contração tanto em um nível micro (*minha/casa – minha/vida*), quanto em um nível macroarticulatório (*minha casa/minha vida*) por uma relação de dependência (GUIMARÃES, 2018). É importante dizer que a ideia de micro e macroarticulação foi trazida por nós, a fim de demonstrarmos o caráter complexo e dinâmico de constituição da unidade nominal.

Analisemos, também, como ocorre o processo de articulação subnominal e internominal (DIAS, 2018) dessa forma linguística.

Quadro 11 – Articulação subnominal das FNs *Minha Casa, Minha Vida*.

Enunciado(s) descritivo (s)	<p>“...criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e habitações rurais, facilitando, assim, o acesso das famílias de baixa renda à casa própria.” (BRASIL, 2009a).</p> <p>“...regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas ocupados por população de baixa renda que, em razão de estarem em áreas de risco ou de outros motivos justificados [...] tiverem de ser relocados.” (BRASIL, 2009a).</p>
Condensação	
Unidade nominal em posição temática	Minha Casa, Minha Vida

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Dias (2018).

No Quadro 11, apresentamos o processo de articulação subnominal da FN *Minha Casa, Minha Vida*. E, por ele, observamos que o nome do Programa condensa, dentre outros, os seguintes enunciados descritivos: “...criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e habitações rurais, facilitando, assim, o acesso das famílias de baixa renda à casa própria.” (BRASIL, 2009a). E “...regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas ocupados por população de baixa renda que, em razão de estarem em áreas de risco ou de outros motivos justificados [...]

tiverem de ser relocados.” (BRASIL, 2009a). Ressaltamos que essa condensação ocorre, assim como com as outras nomeações aqui analisadas, especificamente, em função da Lei da linguagem cidadã.

Observamos que o efeito de sentido de *casa* ganha pertinência na FN quando associado ao de “unidades habitacionais/imóveis urbanos/habitações rurais/assentamento/casa própria”. Já o de *vida* ancora-se em “baixa renda/áreas de risco/outros motivos justificados”. É interessante observar que o nome *casa*, nessa FN, oferece contorno referencial bem delimitado: espaço físico para se viver. Contudo, *vida* pode estar situada no referencial da “propriedade que caracteriza os organismos cuja existência evolui do nascimento até a morte” (áreas de risco), ou naquele que a define como “modo de viver; conjunto de hábitos”³² (baixa renda/outros motivos justificados). Assim temos:

Quadro 12 – Macroarticulação internominal da FN *Minha Casa, Minha Vida*.

Enunciado(s) descritivo(s)	“...criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e habitações rurais , facilitando, assim, o acesso das famílias de baixa renda à casa própria .” (BRASIL, 2009a).	“...regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas ocupados por população de baixa renda que, em razão de estarem em áreas de risco ou de outros motivos justificados [...] tiverem de ser relocados.” (BRASIL, 2009a).
Condensação	⇓	⇓
Unidade nominal em posição temática	Minha Casa	Minha Vida

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Dias (2018).

³²Disponível em:

https://www.google.com/search?ei=VwlQXdTCBoXX5OUPqoKm6AU&q=vida+defini%C3%A7%C3%A3o&oq=vida+defini%C3%A7%C3%A3o&gs_l=psyab.3..0l3j0i22i30l7.3231.4961..5224...0.0..0.169.1325.0j10.....0....1..gswswiz.....0i71j0i67j0i131j0i10j0i22i10i30.ikpTxUhPTIU&ved=0ahUKEwiUypWU6PrjAhFK7kGHSqBCV0Q4dUDCAo&uact=5. Acesso em: 10 ago. 2019.

Conforme descrevemos, no processo de constituição de unidade temática dessa FN, além da contração entre *Minha Casa/Minha Vida*, outro processo articulatório se estabelece. Tal processo é demarcado por meio do pronome possessivo *minha*, que determina os nomes *casa* e *vida*. Entendemos que tal articulação produz um efeito de sentido que deixa marcas do Locutor na nomeação. Assim, *casa* e *vida*, além de articulados entre si, materializam a voz do sujeito enunciativo ao se contraírem com o pronome possessivo *minha*.

Após termos apresentado os processos de articulação subnominal e internominal da FN *Minha Casa, Minha Vida*, nos voltaremos para significação dos elementos que a constituem, por meio da organização de redes enunciativas.

(14)

Figura 19 – *Minha Casa, Minha Vida*: residência/presídio.



Fonte: imagem obtida por meio do Google³³.

Neste acontecimento (14), podemos perceber que o nome-núcleo *casa* é reescriturado por substituição pelo substantivo *residência*: “o senhor vai ficar na *residência* ...”. Ademais, notamos, também, que *casa* adquire uma nova significação, visto que ela pode ser reescriturada, expansivamente, por *presídio*. Isso pode ser verificado, por exemplo, se observarmos as roupas das figuras ilustradas, especificamente, um policial federal, conforme é descrito em sua camisa *PF*, e um

³³ Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

presidiário com o seu tradicional uniforme listrado (branco com preto). Vejamos, agora, que o mesmo ocorre no exemplo 15.

(15)

Figura 20 – *Minha Casa, Minha Vida*: presídio.



Fonte: imagem obtida por meio do Google³⁴.

Neste exemplo (15), como mencionamos anteriormente, o elemento *casa*, também, é reescriturado por *presídio*, uma vez que podemos visualizar a imagem de um homem trajando uniformes de presidiários, bem como um cômodo trancado em que até as janelas possuem grades. Como bem sabemos, esse homem - Eduardo Cunha - representa uma figura política.³⁵

Esses dois exemplos demonstram que o nome *casa* não apresenta um sentido definido *a priori*, fora das relações enunciativas pelas quais uma palavra se reporta a outra. Assim, residência/casa/prisão constituem um mesmo domínio referencial que é sustentado linguisticamente por convergências (*casa* = residência) e divergências (*casa* = prisão) de sentido, em relação à FN *Minha Casa, Minha Vida*.

Quanto ao elemento *vida*, constatamos que, nos acontecimentos de que participa, como um dos nomes-núcleo da FN *Minha Casa, Minha Vida*, o seu sentido se

³⁴Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/bom-dia/pib-recua-primeira-vez-2016-trabalho/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

³⁵ Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara e deputado cassado (PMDB-RJ) foi preso no dia 19.10.16, em Brasília e transferido para Curitiba. Dessa forma, a referência ao RJ, feita pela imagem do Cristo Redentor, presente na Figura 20, pode ser indicação da cidade Natal do ex-deputado.

mantém, relativamente, constante. Ou seja, *vida* é tomada como sinônimo de *existência humana*. Vejamos, agora, os exemplos a seguir (16 e 17):

(16)

Figura 21 – *Minha Casa, Minha Vida*: alagamento.



Fonte: Imagem obtida por meio do Google³⁶.

(17)

Figura 22 – *Minha Casa, Minha Vida*: desapropriação.



Fonte: Imagem obtida por meio do Google³⁷.

Nos exemplos (16 e 17), constatamos que *vida* possui um sentido constante de *existência humana*. Em (16), podemos perceber que ao se encontrar em uma situação de risco, devido a um alagamento, o Locutor pede socorro a partir da enunciação das FNs

³⁶ Disponível em: <http://www.genildo.com/2016/03/terrivel.html>. Acesso em: 17 jul. 2019.

³⁷ Disponível em: <https://www.esmaelmorais.com.br/2012/01/charge-do-dia-minha-casa-ou-minha-vida-acao-da-pm/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

Minha Casa e Minha Vida. Ao mencionar a FN *Minha casa*, ele se refere ao seu próprio imóvel e ao enunciar a FN *Minha Vida*, ele está conclamando por sua existência enquanto ser humano. Em (17), há dois planos que constituem o sentido, no primeiro momento, há um Locutor lutando por sua casa (*Minha casa!*) e, no segundo, esse mesmo Locutor volta clamando por sua existência (*Minha Vida!*).

O que nos parece importante destacar é o fato de que o procedimento que chamamos de macroarticulação não se efetiva mais em nível estritamente nominal nos exemplos (16) e (17). Poderíamos assim parafrasear tais cenas enunciativas:

Quadro 13 – *Minha casa/Minha vida* = alagamento.

Minha casa está sendo alagada. Minha vida está sendo extinta.
--

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 14 – *Minha casa/Minha vida* = desapropriação.

Luto por minha casa. Luto por minha vida.
--

Fonte: elaborado pelas autoras.

De maneira muito recorrente, é possível encontrarmos textos que realizam esse processo de fragmentação do nome do Programa, de modo a desarticular a relação predicativa que a FN estabelece (*Minha casa é Minha vida*). Esses textos se ancoram principalmente em referenciais de crítica, ironia, humor. O interessante é que essa desarticulação, embora passível de ser percebida, guarda relações de sentido com a FN original e, por isso, põe em causa o processo articulatório inicial que, em um movimento de dispersão, se reorganiza para (re)significar a enunciação presente.

5 Considerações finais

As considerações teóricas, bem como as análises realizadas autorizam-nos a tecer reflexões sobre o fato linguístico em destaque: o estudo das formações nominais que participam do processo de constituição da nominalidade dos Programas Sociais *Bolsa Família, Fome Zero, Amigos da Escola, Ciência sem Fronteiras e Minha Casa, Minha Vida*.

Conforme apresentamos, a formação nominal está centrada no estudo do processo das construções nominais, ao passo que o sintagma nominal refere-se ao produto dessas construções. Isso nos leva a constatar que o estudo da formação nominal organiza-se de forma a integrar o nível morfossintático e o nível enunciativo do processo de nominalização.

Como resultado dessa análise, constatamos que as FNs, em observação, articulam-se de forma sub e internominal. Um fato que merece ser considerado é que em nosso *corpus*, a articulação subnominal é constituída não por um conjunto extenso e amplamente regularizado de enunciados descritivos, mas por enunciados de caráter institucionalizado expressos em documentos oficiais que definem e apresentam os Programas Sociais. Ou seja, os nomes de todas as cinco FNs foram condensados, a partir de enunciados oficiais, como exigência da Lei da linguagem cidadã. Ademais, percebemos que a articulação internominal se realiza em função de uma demanda instituída pelos nomes-núcleos, consoante a necessidade de um recorte referencial que possibilite a nomeação desses Programas.

Ao final dos procedimentos de análise realizados em nossa pesquisa, podemos confirmar a nossa hipótese, uma vez que, conforme verificamos, a significação dos elementos das formações nominais ocorre em “bloco”, não isoladamente, tampouco somente por um processo de composicionalidade.

Perceber a nomeação dos Programas Governamentais por essa perspectiva que abordamos corresponde a entender como a sociedade se organiza linguisticamente de

modo a significar e ressignificar condutas, valores e ações pessoais e institucionais. Trata-se, portanto, do linguístico tomado em sua circulação no cotidiano social.

Dessa forma, a partir das reflexões sobre as FNs *Amigos da Escola; Bolsa Família; Ciência sem Fronteiras, Fome Zero e Minha Casa, Minha Vida*, entendemos que não é possível realizar uma análise do processo articulatório da língua dissociada da observação do funcionamento efetivo dessa língua, ou seja, acreditamos que o que move a significação de uma formação nominal são os acontecimentos enunciativos de que ela participa.

Referências Bibliográficas

- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 2. ed., 2006.
- BRASIL. **Lei nº 11.977, de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Planalto: 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 01 jun. 2018.
- CEGALLA, D. P. **Dicionário escolar da língua português**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. revisada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas: UNICAMP/ EDUEL, 2003.
- DALMASCHIO, L.; LACERDA, P. B. G.; DIAS, L. F. Nomeações da Copa do Mundo no Brasil: Enunciação e Direções Argumentativas. **Revista da Anpoll**. nº 39, p. 49-61, Florianópolis, jul./ago. 2015. DOI <https://doi.org/10.18309/anp.v1i39.918>
- DIAS, L. F. Os sentidos da liberdade no mundo wiki. In: SCHONS, C. R.; CAZARIN, E. A. (org.) **Língua, escola e mídia – en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias**. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2011, p. 272-287.
- DIAS, L. F. O adjetivo na formação nominal: uma abordagem enunciativa. **Web Revista Discursividade**, Campo Grande, v. 9, p. 1-10, 2012.

DIAS, L. F. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. **Letras**, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22, jan./jun. 2013a. DOI <https://doi.org/10.5902/2176148511723>

DIAS, L. F. Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 9, n. 2, p. 389-398, 2013b. DOI <https://doi.org/10.5335/rdes.v9i2.3855>

DIAS, L. F. A "linguagem cidadã" em questão: uma abordagem enunciativa. *In*: BRESSANIN, J. A.; ZATTAR, N.; KARIM, T. M.; DI RENZO, A. M. (org.). **Linguagem e interpretação**: a institucionalização dos dizeres na história. Campinas: Editora RG, 2013c. p. 211-222.

DIAS, L. F. **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 4. ed., 2017.

GUIMARÃES, E. **Semântica Enunciação e Sentido**. Campinas: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, I. C. T. O conceito de substantivo em uma perspectiva enunciativa. *In*: DIAS, L. F.; LACERDA, P. B. G.; DALMASCHIO, L. **Enunciação e Materialidade Linguística**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2015.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagem na escola. *In*: ROJO, R.; MOURA, E. (org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012. p. 11-31.

Artigo recebido em: 29.02.2020

Artigo aprovado em: 27.04.2020

Ahead of Print em: 27.04.2020



Sequências explicativas em textos de museus de ciências e tecnologia: análise dos textos do MCT-PUCRS à luz da tipologia de Jean-Michel Adam

Explanatory sequences in texts of science and technology museums: an analysis of texts of MCT-PUCRS in light of Jean-Michel Adam's typology

*Lucas Meireles TCACENCO**

RESUMO: Este artigo visa a analisar um corpus de textos do Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (MCT-PUCRS). Como parâmetro de análise, resgata-se o trabalho de Jean-Michel Adam (2019) sobre sequências textuais. Dentre os cinco tipos de sequências textuais apresentados pelo autor, são destacadas as sequências explicativas. Concluiu-se que o modelo prototípico de sequências explicativas é aplicável a textos do MCT-PUCRS. Também se observou que um mesmo texto do MCT-PUCRS pode apresentar várias sequências textuais. Como perspectivas futuras, sugerem-se análises envolvendo as outras sequências textuais em textos desse mesmo tipo.

PALAVRAS-CHAVE: Museu de Ciências e Tecnologia. Sequências Textuais. Tipologia Textual.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze a corpus of written texts presented at the Science and Technology Museum of the Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (MCT-PUCRS) in view of the model of textual sequences put forth by Jean-Michel Adam (2019). Among the five types of sequences brought forth by Adam (2019), the explanatory type has been chosen for our study. The analysis of the corpus of texts of MCT-PUCRS has shown that the model of explanatory sequences is applicable to MCT-PUCRS texts. The study has also shown that one single text may present sequences of several types. Analyses of science and technology museum texts involving other textual sequences are suggested.

KEYWORDS: Science and Technology Museum. Textual Sequences. Text Typologies.

* Mestre na área dos Estudos da Linguagem pela University of Mississippi (2009). Doutorando em Letras na UFRGS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5041-9956>. lucasmtcacenco@msn.com

1 Introdução

Os museus têm exercido uma função cada vez mais relevante na sociedade atual. Sua importância para as sociedades atuais em vista de seu caráter educativo assim como preservação da história, dos patrimônios e da disseminação do conhecimento é inquestionável. Nessa linha, segundo o Instituto Brasileiro de Museus (2009), os museus são...

Instituições [...] que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, [...], a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

O acervo é o que concretiza muitas das funções cumpridas pelo museu. Tendo em vista a tipologia do acervo, o Instituto Brasileiro de Museus (2009) classifica os museus em vários tipos, a saber: Artes Visuais, História, Imagem e Som, Arqueologia, Ciências e Tecnologia, Ciências Naturais e História Natural, Antropologia e Etnografia, entre inúmeros outros.

Um exemplo especial são os museus de ciências e os centros de ciências e tecnologia. Nesses espaços, os visitantes (crianças, professores, famílias, adultos e turistas em geral) são convidados a interagir com os itens da exposição para descobrir um mundo novo e adquirir conhecimentos através da interação ou da mera contemplação.

O Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (MCT-PUCRS) é um exemplo típico de como a interação aliada à aquisição de conhecimento científico é materializada. O referido museu é uma referência na divulgação científica no sul do Brasil. Em seu catálogo constam exposições das mais variadas temáticas no âmbito das ciências e tecnologia, tais como Biologia, Química, Física, Geologia, Matemática, Ecologia, entre outras.

Os variados formatos das exposições do MCT-PUCRS permitem que seus frequentadores sejam convidados a vislumbrar o mundo da ciência e tecnologia através de exposições interativas, nas quais têm que manusear experimentos, mas também as não interativas, em que apenas vislumbram painéis e objetos. Embora as portas da instituição estejam abertas a públicos de todas as faixas etárias, os jovens em idade escolar constituem-se a faixa etária mais frequente.

Como fio condutor tanto para a interação quanto para a contemplação, os curadores e administradores de museus fazem uso de uma gama de recursos, tais como experimentos, painéis, infográficos etc. Esses recursos, em grande parte, têm como insumo o texto escrito. É por meio dele que os visitantes podem se ancorar para ter uma experiência museológica satisfatória, por exemplo, ao consumir as informações apresentadas num painel ou seguir as instruções de um dado experimento. Nesse caso, se não houvesse texto, os visitantes estariam apenas apertando botões sem a garantia da apropriação do conhecimento científico ou tecnológico. No caso das exposições não interativas, como algumas que apresentam textos, imagens, esqueletos, animais empalhados, o texto escrito desempenha um papel de igual – ou maior – relevância.

Vários pesquisadores já atestaram a relevância do texto em museus, argumentando que não figuram apenas como meros acessórios. Por exemplo, Cortez (2010) considera que os laços entre os Estudos do Texto e a Museologia têm que ser estreitados. Em seu entendimento, é “obrigatório que o ato de escrever seja equacionado à luz da ciência que se dedica ao estudo da linguagem verbal”. Além disso, traz que “o cruzamento da Linguística com a Museologia é uma perspectiva relativamente nova e, portanto, ávida de investigação” (CORTEZ, 2010, p. 5). Assim, um trabalho com textos de museu pode estreitar esses laços, especialmente através de uma perspectiva que descreva e analise a sua funcionalidade.

Muitas vezes, os visitantes de museus não possuem conhecimento prévio sobre os objetos ou temas que estão sendo tratados (BLANCO, 1999 *apud* REFOSCO, 2016). Essa falta de conhecimento torna importante a presença de textos informativos e/ou complementares nesses espaços. O único recurso autossuficiente, nesse contexto, em termos de conteúdo seria o texto escrito. Nesse sentido, o texto torna-se relevante e até indispensável para que uma proposta de aprendizagem possa se concretizar. O texto, assim, consegue transformar a exibição de um objeto em uma exposição que tem a intencionalidade da aprendizagem.

O Dicionário Houaiss (2009) define ciência como “conhecimento aprofundado de algo”. Por outro lado, define tecnologia como “teoria geral/ou estudo sistemático sobre técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos de um ou mais ofícios ou domínios da atividade humana”. O fato de se haver instituições que se dedicam a compartilhar e disseminar os conhecimentos das mais diversas áreas e técnicas utilizadas nos mais variados domínios de atividade humana, desperta nosso interesse em saber como esse conhecimento é apresentado. De modo particular, entendemos que a ciência lida com conceitos que podem ser incontestáveis, o que coloca o produtor dos textos – assim como o próprio museu – em uma posição de autoridade para explicar tais conceitos e fenômenos.

Haja vista a relevância do material escrito para o sucesso de uma exposição, selecionamos um *corpus* de textos escritos apresentados no MCT-PUCRS para analisarmos como as explicações são estruturadas em vista de um cenário textual específico que constitui um museu de ciências e tecnologia. Assim, tomamos por base a obra do linguista francês Jean-Michel Adam (2019), que propõe um modelo composto por sequências textuais para melhor se compreender uma tipologia textual. Em nosso estudo, especificamente, utilizamos o protótipo de sequência explicativa, que será apresentado em detalhe ao longo deste artigo.

Uma descrição refinada dos textos com foco nesse tipo de sequências pode ser de grande valor para a comunidade museológica, uma vez que pode elucidar a constituição e o funcionamento desse tipo de texto e, assim, servir de parâmetro para a produção de outros materiais escritos ou a reformulação de outros já existentes. Também tem o potencial de alavancar os textos de museu como representantes de um gênero textual de uma riqueza ímpar, tanto para a pesquisa, como para o usufruto por parte dos membros da sociedade. Por fim, conforme dito anteriormente, pode ajudar a estreitar os laços entre a Museologia e a Linguística, e consolidar a autossuficiência de um texto em uma dada exposição.

Na seção a seguir, discorreremos sobre textos e textos em museus.

2 Texto e textos em museus

Sendo o texto o nosso objeto de estudo, acreditamos ser imperativo resgatar uma definição que, ao nosso ver, vai ao encontro dos nossos propósitos. Assim, conforme trazido por Tcacenco (2019), o texto é

um todo complexo e multifacetado, que engloba diferentes dimensões, tais como a da significação e da comunicação. No âmbito da significação, situa-se a dimensão de estrutura ou tessitura. Por outro lado, no âmbito da comunicação, temos uma série de elementos discursivos, tais como propósitos da interação via texto e efeitos de sentido, como narração, descrição ou o propósito do texto (TCACENCO, 2019, p. 2).

O texto, na condição de um todo de significado, constitui-se em um evento de tamanha heterogeneidade que a análise de sua estrutura e funcionamento se torna impossível sem levar-se em conta toda a gama de fatores que operam em suas mais variadas dimensões – lexicais, semânticas, sintáticas, pragmáticas, discursivas etc. Uma análise qualificada de determinado texto deve levar em consideração todos esses fatores em conjunto. As estruturas que unem uma frase à outra, e que, por sua vez,

resultam no parágrafo, que, por sua vez, também, faz conexão com outro parágrafo impossibilitam uma análise segmentada do texto como um conjunto de unidades isoladas. Somam-se a isso os propósitos do redator ao escrever um texto para o seu leitor ou grupo de leitores.

Vejamos, por exemplo, que uma receita culinária, um convênio interinstitucional, um poema, e um texto de museu, na condição de gêneros diferentes, têm funções diversas e essas funções têm um papel de extrema relevância na estrutura textual. Por exemplo, um convênio interinstitucional tem a função de descrever as regras que cada parte deverá seguir, explicar o propósito do convênio, assim como justificar a sua importância perante as partes signatárias. Assim, é organizado em estruturas descritivas, explicativas e elementos que justificam a ação da assinatura.

O texto de um museu, por sua vez, tem a função de apresentar conhecimento à sociedade, mas ele também cumpre a função de elemento adjuvante em uma experiência pedagógica. Para cumprir a sua função, o texto do museu precisa estar de acordo com o nível de conhecimentos e experiências prévias do leitor-destinatário.

Em se tratando do cenário museológico atual, há estudiosos que se voltaram a estudar e detalhar tipologias textuais em museus. Serrell (2015), por exemplo, argumenta que não há uma terminologia universal aplicável para todos os tipos de textos que aparecem em museus. Em sua proposta de tipologia, tem uma atitude mais generalista, considerando diferentes tipos de museus. No que tange aos museus de ciências e tecnologia, divide seus textos em dois grupos: interpretativos e não interpretativos.

Serrell preconiza (2015, p. 19) que os textos interpretativos têm a intenção de contribuir para a experiência da visita de maneira geral, em uma maneira positiva, edificante, provocativa e relevante. Ela acrescenta que os textos interpretativos tratam “dos interesses implícitos” do visitante: “O que há para mim nesse museu?”, “Por que

deveria ser importante para mim?”, “Como que a apropriação desse conhecimento mudará minha vida?” (tradução nossa)¹.

Em sua visão, há uma estreita relação entre as exposições interpretativas e os textos interpretativos, estes sendo parte daquelas. Seu propósito é “contar histórias, contrastar pontos de vista, apresentar questões desafiadoras ou esforçar-se para mudar as atitudes das pessoas” (tradução nossa)². Em linhas gerais, Serrell preconiza que uma boa legenda interpretativa é aquela que consegue fazer com que o frequentador antecipe aquilo que pode aparecer na exposição frente ao que, de fato, aparece. Ela faz a analogia de uma boa interpretação como sendo uma boa contação de histórias, em que o ouvinte é carregado pelo som das palavras e imagens que cria (2015, p. 22).

A categoria de textos interpretativos, segundo essa autora, inclui as seguintes tipologias: título, introdução, textos de seções temáticas, textos gerais para diferentes itens em conjunto e legendas.

Já a categoria de textos não interpretativos inclui as seguintes tipologias: legendas de identificação, placas de doação, sinalização interna, placas de aviso e os créditos, nos quais se registram os nomes das pessoas envolvidas para que uma dada exposição aconteça (SERRELL, 2015).

Outro agrupamento de tipologias textuais em museus que nos chama a atenção é o de Fernández e Fernández (2007 *apud* REFOSCO, 2016) que subdividem as tipologias pelas funções que exercem na exposição: título, subtítulos, texto introdutório, grupo de textos e legendas identificativas. Vê-se que esse agrupamento

¹ Este trecho foi adaptado por nós a partir do original em inglês: *What's in it for me? Why should I care? How will knowing this improve my life?*

² Este trecho foi adaptado por nós a partir do original em inglês: *Interpretive labels are part of interpretive exhibitions, which are displays that intend to tell stories, contrast different points of view present challenging issues, or strive to change people's attitudes.*

nutre alguma semelhança com o agrupamento de Serrell. Entretanto, não faz muita distinção entre o que vem a ser interpretativo e não interpretativo.

Vemos que o agrupamento de tipologias de Fernández e Fernández (2007), assim como o de Serrell (2015), é pautado com base nas funções que os textos exercem na exposição como um todo. Logo, essas duas tipologias se ancoram em aspectos que não são necessariamente linguísticos, mas sim de produção e recepção por parte do visitante do museu. Apesar de terem uma abordagem deveras generalista com relação à linguagem, acreditamos que as contribuições desses dois autores são pertinentes para que se possa aferir o grau de recepção de uma dada exposição. Mesmo assim, vemos que primeiro de tudo, deve se trabalhar o texto, com suas estruturas internas, para depois se pensar em critérios de recepção.

Visto isso, apresentamos, na seção a seguir, um modelo teórico que nos pode ser bastante elucidativo. Esse modelo é oferecido por Jean-Michel Adam (2019) e aborda a constituição de textos em geral.

3 A tipologia das sequências textuais de Jean-Michel Adam

O teórico francês Jean-Michel Adam argumenta que o texto é o resultado de uma sucessão de proposições constituintes, que ele denomina de sequências (2019, p. 46).

As sequências são unidades textuais complexas, compostas de um número definido de blocos de proposições de base, as *macroproposições*. Essas macroproposições são unidades ligadas a outras macroproposições do mesmo tipo e ocupam posições precisas dentro do todo ordenado da *sequência*. Cada macroproposição toma seu próprio significado apenas em relação a outras macroproposições, na unidade semântica complexa da sequência.

Ainda com relação às sequências, ele as define como sendo uma estrutura relacional pré-formatada, ou seja, é composta de partes interligadas entre si e

conectadas ao todo – a própria sequência. Essa estrutura se sobrepõe às frases e aos períodos (ADAM, 2019).

Ele classifica as sequências em sendo de cinco tipos: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal. Em sua base teórica de tipologias textuais, Adam (2019) acrescenta que um mesmo texto pode apresentar múltiplas sequências, o que é evidenciado pelo exemplo do convênio interinstitucional. Essa multiplicidade, de fato, confere aos textos um caráter multifacetado, uma vez que os enunciados neles presentes são de uma heterogeneidade e criatividade ímpares. Por conseguinte, as regularidades são exceção, o que o fazem um objeto de análise extremamente complexo. Assim, a sua tipologia sequencial permite visualizar as sequências heterogêneas, ou seja, uma explicação pode aparecer em sequências narrativas, ao mesmo tempo em que uma descrição pode aparecer em uma sequência argumentativa.

A seguir, apresentamos uma breve descrição de cada uma dessas sequências, como foco na sequência explicativa, que será o nosso parâmetro de análise.

a. Sequência Descritiva

Trata-se de uma sequência caracterizada por apresentar uma estrutura sequencial que não segue ordens nem limites. É essencialmente heterogênea, o que lhe suscita críticas por ter certa “tendência à despersonalização (ADAM, 2019, p. 72)”. Nessa sequência, a enumeração desempenha um importante papel, já que se configura como uma das operações mais elementares. Também é fortemente caracterizada pelo uso de conectores, tais como, *dessa maneira, enfim, primeiro, depois, a seguir, em direção ao sul, em direção ao norte*, entre outros. Devido ao uso de certos marcadores, é comum suscitar-se a ideia de narrativização da descrição.

O autor também elenca quatro macro-operações descritivas de base, a saber: *operações de tematização*, que marcam a descrição através da sinalização dos referenciais, tema e rema; *operações de aspectualização*, que se apoiam no reagrupamento de duas

operações fundamentais na linguística: a fragmentação do todo em várias partes e na qualificação do todo ou de suas partes; *operações de relação*, que lidam com as relações de contiguidade, mas também de comparação-analogia e operações de expansão por *subtematização*, que reutiliza alguma proposição como base para outra, formando assim, uma operação de adição.

b. Sequência Narrativa

Trata-se de uma sequência sustentada por uma sucessão de acontecimentos que geralmente envolvem um sujeito, seja ele animado ou não, e que progride do início até o fim. Essa sucessão é condicionada a alguma fonte de tensão e, em meio a essa estrutura, ocorre uma transformação. Vê-se também que o componente temporal tem uma função chave nesse processo já que é em meio a ele que se chega à situação final. Logo, seria lícito afirmar que entre a situação inicial e a situação final há uma inversão de conteúdos, o que Adam chama de predicados transformados (2019). Da mesma forma, seria igualmente lícito conceber um esquema narrativo quinário que leve em consideração a existência de uma intriga. Ele seria composto dos elementos a seguir: situação inicial, nó, reação ou avaliação, desfecho e situação final.

Além disso, a sequência narrativa pode se ancorar em organizadores temporais, tais como *então*, *aí*, *e*, entre outros. Nessa sequência, a ordem das partes não é facultativa, ao contrário da sequência descritiva. O papel dos interlocutores também é de suma importância uma vez que o orador fala para ser escutado e o autor, escreve para ser lido. Assim, a narrativa só despertará o interesse do ouvinte/leitor se essa for interessante. Como último componente da sequência narrativa, tem-se uma avaliação final, que pode ser implícita ou explícita.

c. Sequência Argumentativa

Trata-se de uma sequência que tem por esquema de base uma relação que é caracterizada pelo encadeamento de dois fatores: dado e conclusão. O percurso que se faz para se chegar do dado à conclusão é alimentado por diversos outros componentes, tais como itens de suporte e restrição. O encadeamento dessas estruturas componentes é materializado através de conectores textuais como, por exemplo, *portanto*, *visto que*, *dado que*, *com certeza*, *entre outros*, assim como verbos modais que conferem à proposição um grau de intensidade e força.

As sequências argumentativas são permeadas pelo discurso argumentativo, que tende a intervir nas concepções, opiniões, visões e comportamentos de um interlocutor, assim mudando suas crenças. Logo, um enunciado proferido é aceito ou acreditado. Esse enunciado é geralmente apoiado em outro.

Cabe lembrar que uma sequência argumentativa pode comportar vários outros movimentos, sejam eles descritivos, narrativos, entre outros.

d. Sequência Explicativa

Trata-se de uma sequência de base informativa que é caracterizada pela vontade de se fazer compreender fenômenos incontestáveis por parte de um emissor que o está em condições de fazê-lo. Também é caracterizada pela existência de uma questão como um ponto de partida para que tal fenômeno seja elucidado e o interlocutor obtenha as explicações.

Essa sequência, assim como as outras três anteriores, é caracterizada pelo uso de apresentativos, tais como *eis por que*, *eis*, entre outros. Nesse sentido, “a apresentação dos objetos do discurso tem a ver com a construção de um mundo e o estabelecimento, entre quem explica e seu destinatário, de um contrato de credibilidade-verdade” (ADAM, 2019, p. 187).

Ademais, a sequência explicativa tende a figurar como um elemento intermediário entre o “objetivo ilocutório primário da asserção (compartilhar uma crença ou conhecimento) e o objetivo final do ato (convencer para fazer agir) (ADAM, 2019, p. 188)”. Visto isso, a explicação se torna mais perceptível em segmentos textuais mais curtos.

Por fim, estabelece um protótipo de uma sequência explicativa. Ela é apresentada no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1- Protótipo de sequência explicativa.

0	Macroproposição explicativa 0	Esquematização inicial
Por que X?	Macroproposição explicativa 1	Problema (pergunta)
Porque	Macroproposição explicativa 2	Explicação (resposta)
	Macroproposição explicativa 3	Ratificação-avaliação

Fonte: Adam (2019, p. 193).

Nesse modelo, uma macroproposição inicial contextualiza o objeto problemático a ser explicado no texto (Macroproposição explicativa 0). A partir daí, aparecem um questionamento (Macroproposição explicativa 1) e uma explicação para o questionamento (Macroproposição explicativa 2). Essa estrutura leva a outra proposição que pode ser apagada (efeito de elipse) (Macroproposição explicativa 3). Esse modelo será ilustrado mais adiante em um texto do MCT-PUCRS. Entretanto, o autor admite que existem casos de heterogeneidade. Nesse artigo, também analisaremos um desses casos, para fins ilustrativos.

e. Sequência Dialogal

Trata-se de uma sequência estruturada em turnos de fala que se sucede em meio a dois, ou mais, interlocutores, contrapondo-se, assim, às outras quatro sequências, que são monológicas. A sequência dialogal é amplamente heterogênea, uma vez que

pode comportar momentos narrativos, descritivos, explicativos ou até mesmo argumentativos.

Essa sequência se materializa através dos diálogos que, na visão de Adam (2019, p. 212), seria “uma unidade de composição textual, uma forma particular de encadeamento poligerida de enunciados na oralidade e uma representação de enunciados poligeridos na escrita.” Um texto dialogal comporta dois tipos de sequências, comumente chamadas de *trocas*. São elas: a) sequências fáticas de abertura e término da interação e b) sequências transacionais que constituem o corpo da interação (2019).

Na seção a seguir, apresentamos a nossa metodologia de estudo.

4 Metodologia do estudo

Esta pesquisa, de natureza descritiva, é amostral e segue o método indutivo. São buscados indicativos para um trabalho em maior escala com um conjunto de 150 textos.

Para o nosso trabalho, selecionamos três textos apresentados no MCT-PUCRS. O primeiro desses textos (Texto 1), *Cadeira de Pregos*, foi apresentado na exposição permanente do MCT-PUCRS. Tem 96 palavras. (Ver Anexo A).

Além desse, foi selecionado um segundo texto (Texto 2), intitulado *Guaíba: Rio ou Lago?*, também constante da exposição permanente da instituição. Tem 329 palavras. (Ver Anexo B).

Por fim, selecionamos o terceiro texto (Texto 3), intitulado *Como os seres vivos ocuparam o ambiente terrestre?*, que é apresentado na exposição Evidências da Evolução. Essa é uma exposição de grande destaque para o MCT-PUCRS, tendo sido desenvolvida em parceria com a Newcastle University. Tem 163 palavras (Ver Anexo C).

A seleção de textos sob exame foi feita pela proximidade do assunto tratado com o leitor (estudante do Ensino Fundamental) e a conexão dos tópicos com a sua experiência. Por exemplo, o primeiro, *Cadeira de Pregos*, foi selecionado por envolver uma experiência sensorial e corpórea do visitante. Já o segundo, *Guaíba: Rio ou Lago*, aborda a geografia da cidade de Porto Alegre, onde o museu está localizado. Por fim, o terceiro, *Como os seres vivos ocuparam o ambiente terrestre?*, além de dialogar com imagens, trata de um tema que geralmente é abordado na escola.

Os textos foram examinados em suas frases, encadeamentos, como um todo, de modo que pudéssemos identificar a utilização de sequências explicativas conforme Adam (2019).

A próxima seção apresenta essa análise, seguida de uma breve discussão a respeito dos textos selecionados.

5 Resultados e discussão

Nas subseções a seguir, apresentamos a análise dos três textos selecionados em vista do modelo teórico de Adam (2019). Em 5.1, temos a Análise do Texto 1 – *Cadeira de Pregos*. Já em 5.2, temos a Análise do Texto 2 – *Guaíba: Rio ou Lago?* Em 5.3, temos a Análise do Texto 3 – *Como os seres vivos ocuparam o ambiente terrestre?* Por fim, em 5.4, temos a discussão das análises.

5.1 Análise do Texto 1

Ao analisarmos o Texto 1 – *Cadeira de Pregos* – vemos que o mesmo preenche todas as características do modelo prototípico de sequência explicativa de Jean-Michel Adam (2019).

A primeira instrução que é dada ao frequentador do museu – *Sente-se na cadeira e procure não se mexer sobre ela* – configura-se como a macroproposição 0 e induz às proposições seguintes, funcionando como um contextualizador da experiência a ser

apresentada. Em seguida, tem-se uma pergunta – *O assento de pregos está dolorido ou confortável?* Essa pergunta constitui a macroproposição 1 e remete a um conceito matemático – a relação entre área total e área individual e por que um frequentador não se machuca nem sente dor ao sentar-se em uma cadeira de pregos. A seguir, mesmo sem nenhum conector ou apresentativo, a resposta para esse questionamento é trazida: *Apesar da área individual de cada prego ser muito pequena, a área total de apoio é grande o suficiente para distribuir o peso do seu corpo sobre a totalidade dos pregos, sem que você sinta dor.* Configura-se aí a macroproposição explicativa 2. Por fim, tem-se um bloco composto por uma pergunta *E o que isso tem a ver com a sua vida?* e uma explicação para a mesma que, curiosamente, também começa com uma pergunta, mas induz o leitor a relacionar algo de sua vida com o conceito apresentado: *Você já notou que existem alguns sapatos mais desconfortáveis do que outros? Observe a área sobre a qual seu pé está distribuído. A mesma lógica pode ser aplicada.* Tem-se, então, a macroproposição explicativa 3 que ratifica o que foi apresentado anteriormente.

No exemplo desse texto, vimos que a macroproposição explicativa 0 pode se manifestar através de uma ordem ou instrução. Também vemos que o uso de conectores não é condição *sine qua non* para o estabelecimento de uma sequência explicativa, já que o conceito matemático foi explicado e o tom de explicação prevaleceu.

É importante também mencionar a apresentação de uma cadeira como item ilustrativo para que o conceito matemático possa ser melhor explicado. Esse elemento da sequência explicativa permeia as outras quatro macroproposições, uma vez que introduz uma esquematização inicial (macroproposição 0), tornando-se insumo para a pergunta (macroproposição 1). Para que o visitante possa respondê-la (macroproposição 2), deverá ter utilizado a experimento. Ademais, também pode servir de termo de comparação para as ratificações que são feitas ao final (macroproposição 3).

5.2 Análise do Texto 2

A análise do Texto 2 – *Guaíba: Rio ou Lago?* – mostra um modelo de sequências explicativas que apresenta algumas diferenças com relação ao Texto 1. O texto começa com uma pergunta – *Guaíba: Rio ou Lago?* Entretanto, o parágrafo seguinte não é necessariamente uma resposta a essa questão, mas sim, uma contextualização do objeto a ser explicado: o fato de o Guaíba ser considerado um rio ou um lago – *Apesar de ser amplamente conhecido como Rio Guaíba, a comunidade científica o compreende, atualmente, como sendo um lago. As características abaixo apontam para essa tese, embora ela não seja unânime.*

Esse cenário é deveras curioso, uma vez que a esquematização inicial – macroproposição 0 – toma forma de pergunta, e o problema toma forma de um texto na forma afirmativa – macroproposição 1. Poderia se parafrasear o segmento *As características abaixo apontam para essa tese, embora ela não seja unânime* como *Por que a comunidade científica compreende o Guaíba como sendo um lago e não um rio?*

A resposta a essa questão aparece em seguida e é tomada por inúmeras descrições dos processos que ocorrem e que levam a comunidade científica a classificá-lo como um lago e não um rio: *Os rios que nele desembocam formam um delta. Esse tipo de depósito sedimentar ocorre quando um volume de água confinado por canais encontra-se com um grande corpo de água. O rápido desconfinamento do fluxo de água causa a descarga do material arenoso e argiloso que estava sendo carregado pelos rios. Esse processo origina a formação de ilhas que vão sendo recortadas por canais sinuosos chamados de distributários. Ao longo do tempo, as ilhas crescem em direção ao Lago. Essas sequências configuram-se como a macroproposição 2.*

Ao final, apresenta-se uma sequência de curiosidades sobre o Guaíba: *a) O Lago Guaíba tem uma profundidade média de dois metros; b) - a vazão média das águas despejadas pelos rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí no Guaíba (38 mil metros cúbicos por segundo) seria o suficiente para abastecer cada habitante do planeta com um litro de água a cada três horas.*

Essas curiosidades elencadas traduzem-se na macroproposição 3 que tem por finalidade trazer uma ratificação do que foi descrito/explicado.

O Texto 2 nos mostra que um mesmo texto pode apresentar variadas sequências textuais em sua composição, tais como as descritivas, mencionadas no parágrafo anterior. Entretanto, também evidencia que algumas intervenções podem ser feitas ao longo do texto, especialmente no que tange às terminologias. Vários termos são bastante específicos daquela área de especialidade. Eles teriam o potencial para dificultar o entendimento por parte de uma audiência não especializada. Assim, o uso de paráfrases, explicações entre parênteses e/ou imagens para ilustrar os conceitos, seriam extremamente válidas. Segue, no Quadro 2, uma alternativa de reescrita para um trecho do Texto 2:

Quadro 2

Original	Reescrito
<i>O escoamento da água é bidimensional, formando áreas com velocidades diferenciadas, típica de um lago.</i>	<i>A água escorre de forma bidimensional, ou seja, suas velocidades são diferenciadas, o que é típico de um lago.</i>
<i>Os depósitos sedimentares das margens possuem geometria e estrutura características de sistema lacustre.</i>	<i>Os depósitos sedimentares – locais onde os materiais sólidos se depositam – das margens têm tamanho, forma e estrutura características de sistema lacustre (de lagos).</i>
<i>A vegetação da margem é de matas de restinga, identificadoras de cordões arenosos lacustres ou oceânicos.</i>	<i>A vegetação da margem é de matas de restinga, que são formadas por depósitos arenosos típicos de lagos ou oceanos.</i>

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Vemos que na alternativa de reescrita, fez-se um esforço de apresentar de maneira mais clara o conceito de *escoamento bidimensional* com a expressão *ou seja* seguida da definição do termo. Procedimento similar ocorre no tratamento de *depósitos*

sedimentares, em que a definição é trazida entre hifens. Esse é um recurso denominado *paráfrase explanatória* (Ciapuscio, 1998; Tcacenco, 2019). É utilizado em textos de divulgação científica em que os interlocutores possuem níveis de conhecimento diferentes, como um leigo e um especialista. Soma-se a isso o uso de substantivos em substituição aos adjetivos *lacustre* por *de lagos* e *oceânicos* por *de oceanos*, assim como a inserção de *de lagos* entre parênteses para explicar *lacustre*, na primeira ocorrência.

5.3 Análise do Texto 3

Um cenário parecido com nossa análise do Texto 2 se desencadeia no Texto 3. Esse, assim como o Texto 2, também tem uma pergunta como título: *Como os seres vivos ocuparam o ambiente terrestre?* – macroproposição explicativa 0. Por outro lado, por ser uma pergunta, também poderia ser considerada como macroproposição explicativa 1.

O texto inicia contextualizando que a evolução de seres em ambientes terrestres possivelmente se deu a partir da evolução de peixes. Tem-se aí uma macroproposição explicativa que elucida o contexto a ser explicado a seguir. É importante frisar que o trecho *Os primeiros tetrápodes (animais com quatro membros para locomoção) evoluíram a partir de um grupo de peixes com nadadeiras lobadas (carnosas), as quais se modificaram e originaram membros como as mãos e os pés. Essa teoria foi comprovada com uma descoberta na ilha de Ellesmere, no norte do Canadá, em 2006, quando cientistas encontraram o fóssil de um peixe chamado Tiktaalik, que apresentava características tanto de peixe como de tetrápode* em nenhuma maneira responde ao questionamento lançado no título.

Entretanto, chama atenção o esforço do produtor do texto em tratar as terminologias constantes no material escrito. O termo *tetrápodes* é seguido de uma explicação entre parênteses (*animais com quatro membros para locomoção*). Ao apresentar terminologias acompanhadas de paráfrases explanatórias, assume-se que o autor do Texto 3 tenha uma ideia de que o leitor necessite dessa informação.

Assim como as paráfrases explanatórias, outro recurso empregado foi o de incluírem-se imagens. Os elementos semióticos desempenham papel fundamental em textos desse gênero, uma vez que é com eles que o leitor – muitas vezes leigo – pode ter uma imagem real do que está sendo tratado e, assim, aproximar o conteúdo da sua realidade.

De fato, algumas hipóteses ao questionamento inicial são trazidas no parágrafo seguinte, onde o autor do texto elenca algumas razões para a transição dos seres de ambiente aquático para terrestre: *a) o deslocamento das espécies, em época de escassez, para outros ambientes que tivessem; b) o refúgio contra os predadores do ambiente aquático, entre outras*. Tem-se aqui a macroproposição explicativa 2.

Ao final, em meio a uma resposta inconclusiva, o texto fecha com uma certeza: *mas de uma informação se tem certeza: ela [a transição] ocorreu no período Devoniano, há aproximadamente 365 milhões de anos*. A macroproposição explicativa 3 adquire tom de avaliação.

5.4 Discussão das análises

Após analisar as sequências explicativas dos três textos do MCT-PUCRS, constatamos que as macroproposições apresentadas por Adam (2019) se fazem presentes e tomam formas diferenciadas. Podem tomar a forma interrogativa, como por exemplo, no Texto 2, *Guaíba: Rio ou Lago?*; afirmativa, como por exemplo, no Texto 2, *Apesar de ser amplamente conhecido como Rio Guaíba, a comunidade científica o compreende, atualmente, como sendo um lago. As características abaixo apontam para essa tese, embora ela não seja unânime*; ou imperativa, como por exemplo, no Texto 1, *Sente-se na cadeira e procure não se mexer sobre ela*. Em variados momentos, não são utilizados conectores textuais para vincular uma proposição à outra, tal qual como acontece no Texto 1, por exemplo, no segmento da pergunta *O assento de pregos está dolorido ou confortável?* que tem como resposta *Apesar da área individual de cada prego ser muito*

pequena, a área total de apoio é grande o suficiente para distribuir o peso do seu corpo sobre a totalidade dos pregos, sem que você sinta dor.

Vemos também que o uso de paráfrases explanatórias como forma de tratamento terminológico, conforme trazidas no Texto 2 e no Texto 3, pode ser uma estratégia válida para que o texto do MCT-PUCRS concretize um diálogo com seus frequentadores. Como exemplo, tem-se no Texto 3, *tetrápodes (animais com quatro membros para locomoção)*. Tal estratégia poderia ser tomada como um recurso descritivo em meio ao todo do texto que é apresentado.

Outra estratégia positiva para o diálogo com o público, vemos no Texto 3. Nele, foram utilizados recursos narrativos para mostrar ao leitor como surgiu a vida na Terra. Aqui percebemos que se conta uma história para situar e motivar o leitor. Essa constatação, tal qual a mencionada no parágrafo anterior, corrobora a ideia de que um texto pode comportar variados recursos de outras sequências textuais, conforme apontadas por Adam (2019).

Desse modo, podemos depreender que o trabalho com sequências textuais pode ajudar a identificar características do gênero texto de museu de ciências e tecnologia. O resultado é a percepção de um gênero multifacetado, no sentido de que pode englobar uma variedade de sequências, sejam elas explicativas, descritivas, narrativas, entre outras. Essa heterogeneidade pode ser tomada, justamente, como uma característica desse gênero, pelo menos no nosso *corpus* de estudo.

A pedagogia museal tem o texto escrito como um de seus recursos principais. É natural que cada texto adquira um formato diferenciado em função do tipo de tema tratado e da relação que o texto estabelece com um dado objeto. Entretanto, a apresentação do texto precisará estar de acordo com as condições do leitor destinatário.

A verificação do uso de elementos como as sequências textuais também pode ser bastante útil para que se possa identificar tanto elementos que contribuem para

uma eventual complexidade do texto, assim como pode evidenciar alternativas para reduzir essa complexidade. Esse é o caso das paráfrases explanatórias agregadas às terminologias e do uso de elementos semióticos.

Apesar disso, essa variedade de sequências não torna o texto do MCT-PUCRS um evento caótico. Ao contrário, mostra ser plenamente viável um texto apresentar vários tipos de sequência, mesmo que haja um que seja predominante. Em nenhum momento partimos do pressuposto que uma grande variedade de sequências poderia potencializar a complexidade do texto. Entretanto, esperávamos encontrar diversidade.

Na seção a seguir, temos a conclusão e as perspectivas.

6 Conclusão e perspectivas

O objetivo deste estudo foi analisar um *corpus* de textos do MCT-PUCRS tomando por base as sequências explicativas propostas pelo linguista francês Jean-Michel Adam (2019). Segundo esse autor, a identificação de sequências, de diferentes tipos, permite caracterizar uma dada tipologia textual.

Instituições como o MCT-PUCRS são uma fonte importante de insumos para pesquisadores e entusiastas do texto de museu. Nesses textos há uma variedade de condições e de fenômenos de estruturação que podem ter um impacto tanto positivo quanto negativo para o sucesso da compreensão do leitor. É preciso identificar boas práticas para que, de fato, esses textos possam cumprir o seu papel.

No nosso caso, observamos que muitos dos textos do MCT-PUCRS têm caráter explicativo. São apresentados para explicar fenômenos das ciências, incluindo Matemática, Química, Biologia, entre outras. À luz do modelo de sequências textuais de Jean-Michel Adam (2019), viu-se que, alguns textos do MCT-PUCRS, tais como o Texto 1, seguem o modelo prototípico de sequências explicativas, composto de

macroproposições explicativas (macroproposição explicativa 0, macroproposição explicativa 1, macroproposição explicativa 2 e macroproposição explicativa 3).

Vimos que essas sequências podem comportar os mais variados recursos, tais como paráfrases explanatórias e elementos semióticos, que têm um papel fundamental no processo de explicação. Os textos também comportam sequências de outros tipos, como o Texto 2, que era explicativo, mas permeado de sequências descritivas. Essa heterogeneidade de sequências também vai ao encontro das premissas de Adam (2019).

Observamos também a heterogeneidade das formas que as macroproposições explicativas podem tomar. Por exemplo, uma macroproposição explicativa 0, que tem a função de contextualizar o objeto a ser explicado pode ser veiculada como pergunta. Nessa mesma linha, um problema ou pergunta pode ser veiculado na forma afirmativa. Ao parafrasearmos o primeiro parágrafo do Texto 2, essa questão ficou evidente.

No que tange às macroproposições explicativas 2, elas podem trazer tanto a resposta conclusiva ou inconclusiva para uma macroproposição explicativa 1. Por fim, as macroproposições explicativas 3 têm, de acordo com o que preconiza Adam (2019), uma função de reiteração ou avaliação, conforme mostrado nos três exemplos do nosso *corpus*.

Essas breves conclusões certificam que textos explicativos podem conter sequências de vários tipos – narrativas, descritivas, entre outras – em sua constituição. Também mostram que as macroproposições não são estanques, elas podem adquirir diversas formas, seja como texto na forma afirmativa ou interrogativa.

Nessa mesma linha, o uso de estratégias como as paráfrases explanatórias, explicações entre parênteses e elementos semióticos podem constituir-se como exemplos de microproposições explicativas e, assim, alavancar o entendimento dos textos por parte dos frequentadores.

Em se tratando de textos altamente especializados, intervenções com as referidas estratégias são de grande serventia. Ao lidar com assuntos, terminologias e conceitos complexos, fica a cargo do texto uma boa parte da experiência de aprendizagem proporcionada pelo museu. Essa constatação foi evidenciada no exemplo de reescrita do Texto 2, que continha várias terminologias específicas da área e que, em vista do frequentador do museu poder não ser necessariamente um leitor especializado, poderia ter dificuldade em entender os conceitos a que se referem. Se o texto fosse escrito com um nível de complexidade alto para um determinado leitor, essa aprendizagem poderia estar comprometida. O ideal é que a comunicação do museu fosse acessível para todos os seus frequentadores, independentemente de alguns terem conhecimentos prévios maiores ou menores. Assim, é importante ter em mente a noção de acessibilidade textual e terminológica também nesse cenário pedagógico.

Por fim, sugerimos que possam ser levadas adiante novas pesquisas com esse mesmo tipo de texto. Seria interessante, por exemplo, envolver as quatro outras sequências textuais trazidas por Jean-Michel Adam (2019).

Referências

ADAM, J.-M. **Textos, tipos e protótipos**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

BRASIL. *Instituto Brasileiro de Museus* (2009). Brasil. Disponível em: www.museus.gov.br. Acesso em 02 mar. 2018.

CIAPUSCIO, G. E. La terminología desde el punto de vista textual: selección, tratamiento y variación. **Organon**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 43-65, 1998. DOI <https://doi.org/10.22456/2238-8915.29558>

CORTEZ, A. Três é o Par Perfeito: O texto senta-se entre o visitante e o objecto. **Boletim Informação ICOM Portugal**. Portugal, n. 10, II Serie, 2010, 05 p. Disponível em: http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-10_set-nov10.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 2009.

REFOSCO, M. C. **Diálogos Cruzados: Percepções Acerca dos Textos Expositivos no Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul**. 2016. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Programa de Bacharelado em Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SERRELL, B. **Exhibit Labels: An Interpretive Approach**. 2a ed. Lahnam, Boulder, Nova York e Londres: Rowman & Littlefield Publishers, 2015.

TCACENCO, L. M. Análise do tratamento terminológico dos textos do Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS e sua relação com a Situacionalidade. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 59, p. 347-369, out. 2019. DOI <https://doi.org/10.22456/2236-6385.92745>

ANEXO A**CADEIRA DE PREGOS**

Sente-se na cadeira e procure não se mexer sobre ela.

O assento de pregos está dolorido ou confortável?

Apesar da área individual de cada prego ser muito pequena, a área total de apoio é grande o suficiente para distribuir o peso do seu corpo sobre a totalidade dos pregos, sem que você sinta dor.

E o que isso tem a ver com a sua vida?

Você já notou que existem alguns sapatos mais desconfortáveis do que outros? Observe a área sobre a qual seu pé está distribuído. A mesma lógica pode ser aplicada.

ANEXO B**GUAÍBA: RIO OU LAGO?**

Apesar de ser amplamente conhecido como Rio Guaíba, a comunidade científica o compreende, atualmente, como sendo um lago. As características abaixo apontam para essa tese, embora ela não seja unânime:

Os rios que nele desembocam formam um delta. Esse tipo de depósito sedimentar ocorre quando um volume de água confinado por canais encontra-se com um grande corpo de água. O rápido desconfinamento do fluxo de água causa a descarga do material arenoso e argiloso que estava sendo carregado pelos rios. Esse processo origina a formação de ilhas que vão sendo recortadas por canais sinuosos chamados de distributários. Ao longo do tempo, as ilhas crescem em direção ao Lago.

Cerca de 85% da água do Guaíba fica retida no reservatório por um grande período de tempo. Esse fator é fundamental para a compreensão do modelo ambiental do município e da região hidrográfica, implicando diagnósticos ambientais e diretrizes de controle de afluentes poluidores mais acurados.

O escoamento da água é bidimensional, formando áreas com velocidades diferenciadas, típica de um lago.

Os depósitos sedimentares das margens possuem geometria e estrutura características de sistema lacustre. A vegetação da margem é de matas de restinga, identificadoras de cordões arenosos lacustres ou oceânicos.

Saiba mais:

- O Lago Guaíba tem uma profundidade média de dois metros;

- a vazão média das águas despejadas pelos rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí no Guaíba (38 mil metros cúbicos por segundo) seria o suficiente para abastecer cada habitante do planeta com um litro de água a cada três horas;

- o Guaíba tem cerca de 50 Km de comprimento, do Delta do Jacuí, ao Norte, até a Ponta de Itapuã, ao Sul;

- apresenta profundidade máxima de 31 metros na ponta de Itapuã;

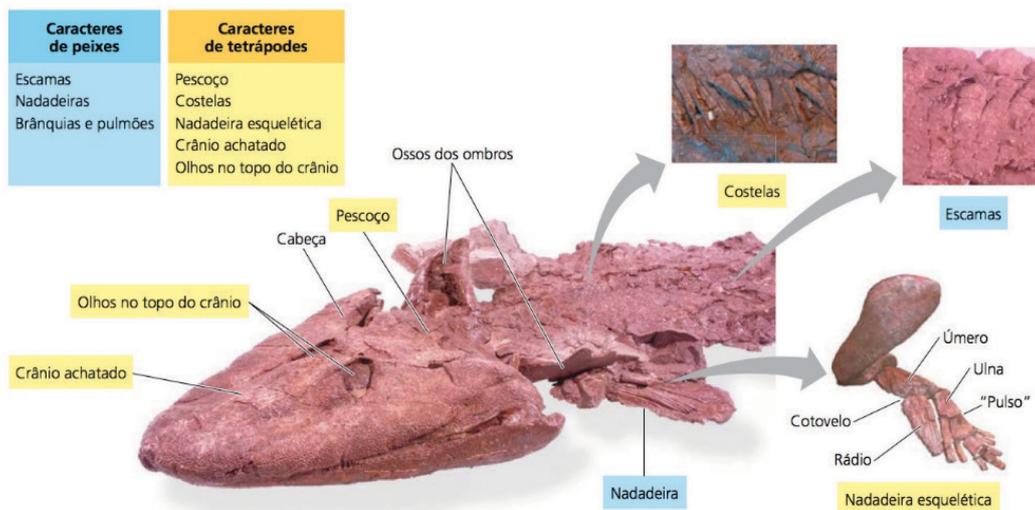
- o arquipélago situado na região norte do Lago tem 19 ilhas, das quais 16 pertencem ao município de Porto Alegre.

- o jacaré-de-papo-amarelo, espécie ameaçada de extinção, pode ser encontrado em algumas áreas do Parque Estadual do Delta do Jacuí.

ANEXO C

Como os seres vivos ocuparam o ambiente terrestre?

Os primeiros tetrápodes (animais com quatro membros para locomoção) evoluíram a partir de um grupo de peixes com nadadeiras lobadas (carnosas), as quais se modificaram e originaram membros como as mãos e os pés. Essa teoria foi comprovada com uma descoberta na ilha de Ellesmere, no norte do Canadá, em 2006, quando cientistas encontraram o fóssil de um peixe chamado Tiktaalik, que apresentava características tanto de peixe como de tetrápode.



Existem muitas hipóteses para explicar a transição de seres vivos da água para o ambiente terrestre, como:

- o deslocamento das espécies, em época de escassez, para outros ambientes que tivessem;
- o refúgio contra os predadores do ambiente aquático;
- a procura de alimento;
- a necessidade de exposição ao sol;

Na verdade, os cientistas ainda não conhecem a razão exata que levou a essa migração, mas de uma informação se tem certeza: ela ocorreu no período Devoniano, há aproximadamente 365 milhões de anos.

O que se entende por Retórica da Guerra Cultural

What is Rhetoric of Culture Wars¹?

Frederico Rios C. dos SANTOS*

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo chegar a uma caracterização do que se denomina aqui por Retórica da Guerra Cultural. Por meio de algumas categorias da Retórica, da noção de contrato de comunicação, de regras do suporte, do estilo, do debate e da argumentação propostas por alguns cientistas da linguagem, a análise recai sobre o *corpus* de apoio representado por postagens em redes sociais em dois momentos de polêmica pública no Brasil contemporâneo: o da *Vaza-Jato* e o do atentado a Jair Bolsonaro quando era candidato a presidente da República. Chegou-se a algumas constantes sobre o que serviria de parâmetro de definição da dita Retórica da Guerra Cultural, o que pode futuramente ser testado por meio outros *corpora* e contextos de análise.

PALAVRAS-CHAVE: Retórica. Guerra Cultural. Argumentação. Discurso. Brasil.

ABSTRACT: The present work aims to characterize what is called here Rhetoric of Culture Wars. Through some categories of Rhetoric, the notion of communication contract, rules of support, style, debate, and argumentation proposed by some language scientists, one analyses the *corpus* represented by social network posts in two moments of public controversy in contemporary Brazil: *Vaza-Jato* and the attack on Jair Bolsonaro when he was a candidate to the Brazilian presidency. Some constants have been reached about to the supposed defining parameter of the so-called Rhetoric of Culture Wars, which can be further tested by using other *corpora* and contexts of analysis.

KEYWORDS: Rhetoric. Culture Wars. Argumentation. Discourse. Brazil.

* Doutor em Linguística do Texto e do Discurso (UFMG, 2019). Pesquisador na Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0496-8452>. fredericodesantos@gmail.com

¹ Preferiu-se aqui traduzir “retórica da guerra cultural” por “rhetoric of culture wars”, para manter a tradição de obras célebres como *The Rhetoric of reaction*, de Hirschman, e *Culture wars*, de Hunter.

1 Introdução

A origem do termo “guerra cultural” é controversa. Foi nos Estados Unidos, no entanto, que a expressão se tornou popularizada, através da publicação de *Culture Wars*, de James Davison Hunter, em 1991. Trata-se da descrição do embate entre duas visões de mundo antagônicas, uma conservadora (também chamada de ortodoxa ou tradicionalista), associada à direita política, e outra progressista, relacionada, predominantemente, às esquerdas, mas não só. A guerra cultural traz em seu bojo problemas de ordem social e moral que dizem respeito, por exemplo, à sexualidade, ao comportamento, à raça, à religiosidade etc., implicando ainda questões políticas e econômicas.

Do ponto de vista da linguagem, pergunta-se: tendo em vista esses embates culturais na sociedade, existiria uma retórica que lhe seja peculiar? Seria possível pensar em algumas regularidades, ainda que essa guerra assuma contornos próprios em diferentes países e períodos históricos?

Para tentar responder a essas questões, este artigo se utiliza, como *corpus* de apoio, de postagens em redes sociais (*Twitter* e *Facebook*) em dois contextos brasileiros contemporâneos em que se presenciou uma polêmica pública: o episódio do atentado à facada ao então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro; e o período marcado pelo vazamento, pelo jornal *The Intercept Brazil*, de mensagens trocadas pelas autoridades da operação da Polícia Federal denominada *Lava-Jato*.

Com o auxílio de cientistas da linguagem, como Amossy (2014), Angenot (2008), Charaudeau (2005), Danblon (2004), Lima (2006), Maingueneau (2008), entre outros, buscar-se-á responder a essas questões através de algumas categorias da Retórica (entendida no âmbito do discurso), da noção de contrato de comunicação, de regras do suporte, do estilo, do debate e da argumentação, principalmente levando-se em conta um debate público afeito a sociedades abertas e democráticas.

O artigo começa com uma primeira seção, em que se procura problematizar as origens do conceito de “guerra cultural”, para, em seguida, no próximo tópico, trabalhar com essa noção do ponto de vista da linguagem. A tentativa é a de buscar alguma generalização possível para o fenômeno, ou, pelo menos, lançar as bases para que outros pesquisadores, por meio de outros *corpora*, inseridos em outros contextos de enunciação, confirmem ou contestem os resultados.

Espera-se, assim, que o trabalho possa contribuir não só para os cientistas da linguagem que procurem pensar a Retórica da Guerra Cultural, mas também, apesar de não ser o foco da pesquisa, que possa inspirar indiretamente educadores para refletirem sobre modelos educativos voltados à argumentação em democracias, que pressupõe a crítica responsável, a tolerância e o pluralismo, necessários para a permanência de suas instituições.

2 As origens do conceito de “guerra cultural”

A ideia de “guerra cultural” é controversa, seja no que diz respeito à origem do termo, seja em relação ao próprio conceito de cultura, cuja semântica é bastante fluida. Para Gross (1997), a expressão “guerra cultural” teria raízes no *Kulturkampf*, um episódio relacionado ao Segundo *Reich* alemão, no final do século XIX, quando Bismarck promoveu uma campanha cultural contra a investida do catolicismo no país recém-unificado. Em reação à ortodoxia da moral cristã, o chanceler almejava modernizar a sociedade alemã, secularizando-a, para impedir o avanço dos interesses papais nos assuntos do Estado. Travou-se, então, verdadeira guerra cultural, cujo troféu seria a conquista simbólico-psicológica da opinião pública (GROSS, 1997).

Entretanto, o conceito de guerra cultural é comumente considerado como uma importação dos EUA. De acordo com Sayuri (2019), o termo ganhou projeção quando, em 1989, a Universidade de Stanford promoveu a inclusão de autores indígenas no curso de Cultura Ocidental, como a guatemalteca Rigoberta Menchú Tum, ganhadora

do Prêmio Nobel da Paz em 1992. Republicanos conservadores, em reação, protestaram, afirmando se tratar de um sintoma da degeneração da Cultura Ocidental.

Na mesma época, uma exposição do fotógrafo americano Robert Mapplethorpe na Corcoran Gallery of Art, em Washington, sobre o universo *underground* gay, causou comoção em alguns setores reacionários da sociedade norte-americana. O grande debate girou em torno do financiamento público de artistas com obras de tal natureza (BAYLEY, 2016), como também acontece no Brasil, no caso da Lei Rouanet, a Lei Federal de Incentivo à Cultura n. 8.313/199, quando se quer atacar artistas considerados de um campo oposto da batalha cultural, sob o pretexto de não serem “talentosos” ou não produzirem “arte de verdade” (GALAHARDO, 2019).

Tal contexto norte-americano foi analisado pelo sociólogo James Davison Hunter, que lançou o livro *Culture Wars*, em 1991, para descrever o embate entre uma visão conservadora (ortodoxa ou tradicionalista também são termos empregados), associada à direita, e outra progressista, mais associada à esquerda (mas não unicamente). A batalha cultural mobiliza problemas de ordem social e moral, relacionados a sexualidade, comportamento, raça, religiosidade etc., mas que também impacta em discussões políticas e econômicas (SAYURI, 2019). Por exemplo, defender a intervenção do Estado na economia pode não ser, necessariamente, um debate típico de um cenário de guerra cultural, mas pode sê-lo considerando que a presença do Estado na economia é importante para garantir ações afirmativas para minorias aliadas do poder (político, econômico etc.), como mulheres, negros ou a população LGBT. Portanto, apesar da palavra “cultural” do termo “guerra cultural”, a batalha transcende elementos estritamente culturais.

Eduardo Wolf, por sua vez, que está para publicar um livro sobre o assunto, mas cujo texto ainda não se encontra disponível, enfatiza, em entrevista ao jornal *Nexo*, o aspecto difuso desse tipo de conflito, uma vez que não se restringe a partidos, mas remete a aspectos simbólicos e valorativos que um grupo quer impor sobre o outro,

sem que as razões alheias sejam levadas em consideração no debate. O objetivo maior seria silenciar a outra parte:

“Guerra cultural” se refere a um tipo especial de tensão social e política em determinada sociedade. Como o nome diz, esse conflito ocorre na dimensão da cultura — da produção artística, pensamento e reflexão, no universo dos valores e símbolos. Não é como uma guerra civil, que representa um estágio avançado de deterioração do quadro social e institucional. Tampouco se reduz a um conflito de facções partidárias. Justamente por ser um fenômeno do campo da cultura, podemos perceber sua presença de maneira ampla e difusa na sociedade. O que torna esse tipo de tensão diferente é uma percepção, por parte de grupos majoritários ou dominantes, de que as nações e as sociedades em que vivem têm uma unidade e uma identidade que se traduzem em uma essência inalterável. Obviamente, tudo o que divergir dessa visão essencialista (pode ser do Brasil, pode ser do Ocidente), será considerado como uma ameaça radical, pois coloca em xeque a suposta identidade tradicional. Nesse contexto, os próprios indivíduos que desafiam a visão essencialista costumam ver sua missão em termos idênticos, só que com sinal trocado: a existência continuada da sociedade tradicional, com suas ortodoxias características, é um inimigo intolerável, um impedimento à própria existência da cultura desafiante. E é isso o que define a guerra cultural: não é uma disputa entre duas concepções políticas que se alternam no poder, não é uma divergência profunda quanto a leis ou a políticas públicas, mas sim uma “luta pela alma da nação”, e cada lado só pode almejar o silêncio do outro (WOLF, *apud* SAYURI, 2019).

Já Esther Solano, professora da Unifesp, sublinha o fato de que a guerra cultural, tal como se conhece hoje, tenha surgido como reação à visibilidade de grupos minoritários do ponto de vista político, que antes não tinham expressividade no espaço público, como o movimento LGBTI, com sua campanha pelo casamento igualitário, o movimento negro e o movimento feminista, com pautas como equiparação de salários e o direito ao aborto, questão que mobiliza valores relacionados à religião:

A literatura estadunidense indica uma reação ao momento de avanço dos movimentos feministas, do movimento negro e de defesa dos direitos humanos no debate cultural, social e político, isto é, uma

reação dos conservadores a tudo isso. Neste contexto, a “guerra cultural” é basicamente a moralização do debate público e, portanto, a moralização do debate político. Assim, os assuntos são abordados a partir do ponto de vista moral e religioso, desviando de questões programáticas e importantes para a vida pública (SOLANO, *apud* SAYURI, 2019).

Para Dejean (1989), teria sido também nos EUA do século XX, mas com a figura de Patrick Buchanan, um político do Partido Republicano, que o termo “guerra cultural” ganhou notoriedade. Em convenção republicana na qual almejava se lançar para a campanha presidencial de 1992, Buchanan incitou seus compatriotas conservadores à “guerra cultural pela alma americana”, uma espécie de cruzada moral que oporia conservadores/religiosos, de um lado, e liberais políticos/seculares, de outro (WILLIAMS, 1997). Como ressalta Quadros,

[...] de um lado da trincheira repousaria a ‘América profunda’, crente, comunitarista, tradicional e conservadora. De outro, a sociedade cosmopolita impregnada pela secularização, pelo individualismo e pelo relativismo moral alegadamente estimulado por determinadas esquerdas (QUADROS, 2015, p. 165).

Os temas levantados na época por Buchanan, bem como o seu léxico empregado, constituem constantes dos embates culturais contemporâneos no Brasil e no mundo. Com a exposição de alguns pontos de seu pensamento conservador, é possível também inferir as pré-compreensões do grupo progressista adversário.

Intitulando-se “conservador tradicional”, Buchanan se insurgia contra os chamados “neoconservadores”, para ele conservadores que não poderiam ser considerados como de pleno título. Buchanan acusava esse tipo de conservador, que à sua época seria predominante no Partido Republicano, como “extraterrestres sem documento provindos da esquerda, carregando consigo o vírus do estatismo e do globalismo”, mas que romperam com a esquerda por ocasião da Guerra do Vietnã ao entrarem para a administração Reagan (PAT BUCHANAN’S, 1999).

Importante observar que esse termo “globalismo” não se confunde com “globalização”. Aliás, aquele vem a se contrapor, de certo modo, a este. O globalismo é uma palavra pejorativa e conspiratória (GLOBALISM, 2016) para designar o cosmopolitismo da Nova Ordem Mundial. A crítica não é à transnacionalização de capitais, mas à comunidade de valores internacionais incorporados, por exemplo, em declarações de Direitos Humanos, Civis e Políticos. Essa palavra “globalismo”, usada por Buchanan na década de 1990, vem sendo reapropriada por Donald Trump, nos EUA (GLOBALISM, 2016), e por Ernesto Araújo, o ministro das Relações Exteriores de Bolsonaro (OLIVEIRA, 2019).

Do ponto de vista das quotas raciais, Buchanan a elas se opunha defendendo o princípio da “igualdade de todos perante a lei”. O político via nas ações afirmativas artifícios discriminatórios que dividiam a América em duas categorias de cidadãos, em uma forma de racismo às avessas contra os brancos (BUCHANAN, 2003).

No que diz respeito ao tema da imigração, Buchanan era colunista da VDARE, uma publicação estadunidense conhecida por oferecer forte oposição a imigrantes e por defender teses do supremacismo branco (FRIZELL, 2016). Como forma de defender a cultura americana e ocidental, dizia ser preciso barrar o fluxo de imigrantes, apresentando estatísticas sem citar fontes, e considerando outras “raças”, um termo vago, sem base científica, como inimigas da Civilização Ocidental:

Nos próximos 50 anos, o Terceiro Mundo terá crescido o equivalente a 30 ou 40 novos Méxicos. No final do século a população branca representará somente 3%. Isso é o que eu chamo de morte do Ocidente. Eu vejo as nações morrerem quando as populações morrem. Eu vejo a civilização morrer. Estamos no momento sob ataque (BUCHANAN, 2002, § 7, tradução nossa²).

² In the next 50 years, the Third World will grow by the equivalent of 30 to 40 new Mexicos. If you go to the end of the century, the white and European population is down to about three percent. This is what I call the death of the West. I see the nations dying when the populations die. I see the civilization dying. It is under attack in our own countries, from our own people.

Quanto à pauta do meio ambiente, Buchanan afirmava ser inconstitucional proteger *habitats* naturais infringindo a propriedade privada de fazendeiros. Por meio de teorias conspiratórias, ele afirmava que era preciso defender os interesses nacionais frente à ditadura do “globalismo”, que faz uso dos tratados internacionais para regular as indústrias e violar os Direitos de Propriedade com o argumento da preservação ambiental (ENVIRONMENTALISM, 2000).

Sobre o problema da Educação Nacional, a retórica empreendida por Buchanan lembra aquela do *Movimento Escola Sem Partido* (MESP) no Brasil. Para o republicano, as crianças nos EUA estariam a ter suas inocências roubadas, com suas mentes “envenenadas” contra a herança judaico-cristã, contra os heróis e a história da América. Os estudantes estariam sofrendo um processo de doutrinação ideológica em proveito do relativismo moral e da propaganda antiocidente (BUCHANAN, 1995). Além do mais, para o político, o darwinismo seria uma “teoria desastrosa”, que, para ele, não seria científica, mas um dogma ideológico:

Crentes dogmáticos em evolucionismo têm dificuldade para reivindicar a sua doutrina como uma verdade estabelecida e cientificamente provada [...]. Os pais deveriam ter o direito de não terem suas crianças doutrinadas por um sistema de crença não comprovada, com a justificativa de não terem suas crenças tradicionais destruídas (BUCHANAN, 2005, § 3 e 15, tradução nossa³).

Buchanan acreditava ainda que a vida começava desde a concepção e, por isso, condenava o aborto, dizendo que não importavam as circunstâncias para que fosse proibido. “Se alguém quiser executar outro por causa de um estupro, que execute o estuprador e deixe a criança nascer”, afirmava (BUCHANAN, 1995b).

³ Dogmatic believers in evolution are facing challenges to the claim that their doctrine is established truth, scientifically proven [...]. Parents have a right not to have their children indoctrinated in an unproven belief system, one purpose of which is to destroy their faith.

Sobre os homossexuais, Buchanan afirmava, referindo-se à AIDS, que os gays “declararam uma guerra contra a natureza, e agora a natureza se volta contra eles”:

Nossa sociedade está submersa em mentiras – a mentira de que a homossexualidade é natural, normal e com um estilo de vida saudável; a mentira de que aqueles que pensam diferente são intolerantes odiosos; a mentira de que doenças que afligem a comunidade homossexual são culpa de uma sociedade indiferente (BUCHANAN, 2006, § 18, tradução nossa⁴).

Acusado pela mídia de deflagrar uma guerra cultural nos EUA, Buchanan culpava a esquerda radical por querer extirpar as tradições cristãs da sociedade:

Quem está diante de você aqui? Quem começou essa história? Quem é o ofensor? Quem disparou o gatilho? A resposta é óbvia. A esquerda radical ajudada pela elite cultural, que detesta a cristandade e pensa que os defensores da moral cristã são reacionários e repressivos, está determinada a impor seus valores morais e sua ideologia em nossa nação (BUCHANAN, 2004, § 9, tradução nossa⁵).

Como se vê, do ponto de vista da linguagem, a Retórica da Guerra Cultural parece ser aquela que, de certo modo, procura anular a leitura de mundo adversária, apagar da sociedade os valores que ela carrega, silenciar as vozes que defendem suas razões e introduzir outros elementos relacionados à sua própria pauta ideológica. É o que será visto no tópico seguinte.

⁴ Our society is being marinated in lies – the lie that homosexuality is a natural, normal and healthy lifestyle; the lie that those who think otherwise are all hateful bigots; the lie that the diseases that afflict the homosexual community are the fault of an uncaring society.

⁵ Who is in your face here? Who started this? Who is on the offensive? Who is pushing the envelope? The answer is obvious. A radical Left aided by a cultural elite that detests Christianity and finds Christian moral tenets reactionary and repressive is hell-bent on pushing its amoral values and imposing its ideology on our nation.

3 A linguagem da Retórica da Guerra Cultural

Conceitos das ciências da linguagem que auxiliam a compreensão desse fenômeno são o de formação discursiva, interincompreensão constitutiva, diálogo de surdos, dicotomização, entre outros. O conceito de formação discursiva, tal como concebido por Foucault (2002) e apropriado por linguistas, pode ser compreendido se investigado o contexto de surgimento dessa noção quando do advento da Análise do Discurso dita francesa (AD) nas décadas de 1960 e 1970. Tratou-se de uma época em que alguns teóricos como Pêcheux e Althusser, na França, viram a necessidade de supressão das deficiências de uma análise de texto meramente de conteúdo até então em voga nas ciências humanas em geral (MAINGUENEAU, 1991). A Análise de Conteúdo se baseava essencialmente na quantificação de fenômenos recorrentes contidos no *corpus*, de modo a demonstrar suas principais constantes. De acordo com Pêcheux,

Estudar uma língua era, na maior parte das vezes, estudar textos, e colocar a seu respeito questões de natureza variada provenientes, ao mesmo tempo, da prática escolar que ainda é chamada de compreensão de texto, e da atividade do gramático sob modalidades normativas ou descritivas [...]. As questões concernentes aos usos semânticos e sintáticos colocados em evidência pelo texto ajudavam a responder às questões que diziam respeito ao sentido do texto (o que o autor quis dizer) (PÊCHEUX, 1997, p. 61).

Trata-se, portanto, a Análise de Conteúdo, de uma concepção de texto encarando-o como se fosse algo estático e transparente. A AD vem justamente contestar essa ideia de imutabilidade e transparência do texto, postulando que o interpretar significa analisar os modos de funcionamento dos discursos na sociedade. A análise deixa então de ser um simples instrumento para as ciências sociais para se firmar em um ramo do conhecimento próprio à análise discursiva.

Esse rompimento da AD em relação a uma prática escolar de Análise de Conteúdo, já sedimentada, deu-se provavelmente muito em função do contexto intelectual da época, marcado que estava, na era pós-maio de 1968 (um movimento progressista), pelo neomarxismo de Althusser, bem como pela Psicanálise lacaniana.

A leitura que Althusser (1998) realizou sobre a obra de Marx em *Aparelhos Ideológicos do Estado* colocava ênfase no aspecto da **ideologia**, e não nas condições materiais de produção, invertendo, portanto, o polo de determinações do materialismo histórico da tradição marxista. Se, em Marx, seriam as condições econômicas (**infraestrutura**) que engendrariam a ideologia, para Althusser, talvez em uma síntese com a filosofia hegeliana, bem como com a incorporação de pressupostos estabelecidos por Max Weber, seria a **superestrutura** (isto é, a ideologia em sua manifestação na cultura, no Direito, na escola, nos presídios, na família etc.) que determinaria as condições materiais (ALTHUSSER, 1998).

Pêcheux, considerado o fundador da AD, teve em Althusser uma forte influência. Foi após tê-lo encontrado que teria entrado para a política (MALDIDIER, 2003). Um exemplo é o conceito de “formação ideológica” em Pêcheux, derivado da concepção de ideologia preconizada por Althusser. A ideia de “sujeito assujeitado” é tributária daquilo que Althusser chamou de “interpelação ideológica” no sujeito.

Outra influência de Pêcheux foi a Psicanálise lacaniana, com a ideia de um sujeito cindido pelo inconsciente, categoria herdada de Freud. O sujeito passou então a ser visto como influenciado por forças que não pode controlar. O consciente, representado pelo *ego* e pelo *superego*, seria somente a ponta do iceberg do psiquismo humano, dominado que é essencialmente pelo *id*, sua parte inconsciente (REALE, 2005b).

Entretanto, foi de Foucault que Pêcheux (1975) se apropriou do termo “formação discursiva”, associando-o ao conceito de ideologia em Althusser e de

assujeitamento da Psicanálise. Em *Arqueologia do Saber*, Foucault aborda essa ideia de formação discursiva da seguinte forma:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puderem definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva [...]. [Trata-se de] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2012, p. 43-44, 136).

Nesse sentido, o conceito de discurso, em Foucault, estaria atrelado a um sistema de formação que o conforma e estabelece seus modos de funcionamento, seu tom, seu léxico, seus temas, enfim, imprime uma série de regularidades próprias de um tipo específico de discurso. Este se define, com efeito, como o conjunto de enunciados ancorados em formações discursivas. Da mesma forma que uma frase está contida em um texto, um enunciado estaria envolto por uma formação discursiva, que estipula o que deve ou não ser dito, a depender da orientação cultural do contexto enunciativo.

Essa noção de formação discursiva auxilia a pensar na Retórica da Guerra Cultural (RGC), uma vez que esta se caracteriza por uma polarização exacerbada, em que um sujeito tende a não conseguir transcender as determinações de sua bolha ideológica, repetindo bordões que lhe são típicos. Por exemplo, é pouco provável um sujeito interpelado por uma formação discursiva progressista e de esquerda falar, no contexto brasileiro, em “marxismo cultural”, “doutrinação ideológica nas escolas” ou “basta de Paulo Freire”. O contrário também seria difícil de observar, isto é, um conservador de direita fazer a defesa do aborto ou do casamento igualitário, em cenário de guerra cultural.

Não que, nesse caso, os discursos sejam absolutamente monológicos, maniqueístas e avessos ao dialogismo. Trata-se de uma questão de grau. Na RGC, o nível de polarização tende ao extremismo, e as formações discursivas se mostram mais unifocais. Como observa Maingueneau,

A distinção entre unifocal e plurifocal faz lembrar a oposição que Bakhtin estabelece entre textos “monológicos” e “dialógicos”, que ele exemplifica com romances de Dostoievski: os primeiros são unificados pelo ponto de vista soberano do narrador; os outros mantêm uma irreduzível pluralidade de pontos de vista (MAINGUENEAU, 2015, p. 92).

Entretanto, ainda que o apagamento do outro seja uma constante na RGC, mesmo um discurso que se pretende absoluto trará as marcas de seu adversário, levando-se em consideração que o dialogismo é constitutivo da linguagem (BAKHTIN, 1992). Por exemplo, quando Buchanan diz que relações homoafetivas não são naturais, ele traz a lume necessariamente o discurso ao qual se contrapõe, o que afirma que o desejo homossexual está presente na natureza. O monologismo aqui, ao qual Maingueneau se refere, diz respeito mais a uma intencionalidade, a uma visada de monologismo, uma tentativa de silenciar a voz adversária, que não se confunde com a intenção psicológica do autor, mas que se pode inferir do discurso através de uma materialidade textual.

Em outra obra, Maingueneau (2008) lança mão do termo “interincompreensão constitutiva” para designar esse fenômeno, esse apagamento da alteridade, contraditoriamente, evocando-a sub-repticiamente. É a impossibilidade de um polo da disputa pela verdade enxergar o outro pelas grelhas semânticas que não sejam as suas próprias, a incapacidade de se descentrar e entender os pressupostos, as categorias epistemológicas das quais o campo adversário se utiliza:

Cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do “simulacro” que dele constrói. Nesse quadro, a relação polêmica, no sentido mais amplo, longe de ser o reencontro acidental de dois discursos que se teriam instituído independentemente um do outro, é de fato a manifestação de uma incompatibilidade radical, a mesma que permitiu a constituição do discurso (MAINGUENEAU, 2008, p. 21).

Marc Angenot (2008) qualifica essa interincompreensão típica da RGC como sendo um “diálogo de surdos”. Em uma visão pessimista da argumentação, o autor afirma que o que se passa mais comumente nos embates retóricos é o fato de uma parte não ser capaz de escutar as razões de seu interlocutor, não saber se colocar no lugar dele. Por ignorar uma série de regras do debate e da argumentação, com vistas à imposição da verdade, o sujeito tenderia a se fechar em seus pressupostos, fazendo com que sejam raras as hipóteses de acordo, situação que pode perdurar por gerações:

Parece-me que os diálogos de surdos são, na vida social, a regra mais do que a exceção e que os mal-entendidos de ideias e as controvérsias perpétuas resultam frequentemente de discordâncias entre “famílias de espíritos”, discordâncias quanto à maneira de abordar o mundo, de extrair e de produzir, a partir dele, sentidos antes de se chegar a convicções. Alguns desses diálogos de surdos, na vida pública, notadamente nas lutas políticas, podem se sustentar por um tempo correspondente a uma geração inteira (ou de várias), o problema estando normalmente regido pela desaparecimento dos adversários em presença e pela emergência de uma nova geração que não compreende mais o sentido das questões que tanto acaloraram e dividiram, nem tampouco os jogos de enfrentamento – a questão de saber quem, afinal de contas, “tinha razão”, remetendo à insignificância, já que os jogos não menos que os termos mesmos dos quais os adversários se utilizavam para se confrontarem e se refutarem se tornaram igualmente obsoletos e desvalorizados (ANGENOT, 2008, p. 16, tradução nossa⁶).

⁶ Il me paraît bien que les dialogues de sourds soient, dans la vie sociale, la règle plutôt que l’exception et que les malentendus d’idées et les controverses perpétuelles résultent souvent de discordances entre “familles d’esprits”, discordances quant à la façon d’aborder le monde, d’y déceler et d’y produire du

Alguns traços descritos por Angenot correspondentes ao “diálogo de surdos” poderiam ser aplicados à RGC. Isso porque, em última instância, a postura de não escuta das razões alheias parece ser, ao mesmo tempo, causa e consequência da guerra cultural.

Segundo Angenot (2008), tudo enseja o fechamento diante do que o outro tem a dizer, a começar mesmo pelo **estilo do discurso** empregado. De fato, dependendo da abordagem que se faça ao interlocutor, este pode reagir de maneira adversa ou amigável. A Retórica aristotélica já ensinava que a arte de persuadir correspondia à arte de agradar. É o que Angenot (2008) denomina de grau superficial das divergências possíveis.

Apesar de não se tratar de mecanismos afeitos a raciocínios propriamente ditos, o estilo com que o enunciador se dirige ao auditório constitui já uma estratégia persuasiva, ensejando ou não a abertura a uma argumentação adulta no espaço público. Nas palavras de Angenot:

Convém, parece-me, descrever [...] uma forma fraca do desentendimento no qual o desacordo entre os indivíduos, a decodificação errônea da mensagem não diz respeito aos raciocínios propriamente ditos, mas a **maneirismos da expressão** [...]. Em outras palavras, tudo pode ruir desde o nível do estilo comunicacional, porque se trata de abordar o outro, de o colocar em estado de recepção [...] antes de argumentar [...] (ANGENOT, 2008, p. 131, negritos nossos, tradução nossa⁷).

sens avant d’aboutir à des convictions. Certains de ces dialogues de sourds, dans la vie publique, dans les luttes politiques notamment, peuvent se soutenir le temps d’une génération (ou de plusieurs), le problème étant ordinairement réglé par la disparition des adversaires en présence e par l’émergence d’une nouvelle génération qui ne comprend même plus le sens des questions qui ont tant passionné et divisé, ni les enjeux de l’affrontement – la question de savoir qui, au bout du compte, “avait raison” étant renvoyée à l’insignifiance puisque les enjeux non moins que les termes mêmes dont les adversaires se sont servi pour s’affronter et se réfuter sont également devenus obsolètes et dévalués.

⁷ Il convient, il me semble, de décrire d’abord une forme faible du malentendu où le désaccord entre les individus, le mauvais déchiffrement du message ne tiennent pas aux raisonnements proprement dits, mais à des manières de l’expression [...]. Autrement dit, tout peut casser dès le stade du style communicationnel, car il s’agit d’aborder l’autre, de le mettre en état de réception [...] avant d’argumenter.

Essas estratégias são, portanto, consideradas pré-argumentativas se a palavra “argumentação” for entendida em um sentido estrito, referindo-se aos raciocínios argumentativos. Entretanto, em uma perspectiva pan-argumentativista, tal como a esboçada por Amossy (2006), por exemplo, que, por meio do conceito de “dimensão argumentativa”, defende que é da constituição da linguagem a intencionalidade de exercer algum tipo de influência sobre o outro, pode-se dizer tratar-se também de uma estratégia argumentativa o estilo com o qual se aborda o interlocutor. É nesse sentido que se fala, assim, em estilo da argumentação, entendendo esta em sentido amplo, englobando outros aspectos além dos estritamente lógicos.

Associado a esse problema do estilo do discurso, releva a questão da **violência verbal**, que tende a aparecer nos confrontos culturais mais acalorados. Para Maingueneau, “a violência verbal é [...] uma noção intuitiva difícil de traduzir em termos linguísticos” (MAINGUENEAU, 2008, p. 113), apesar de percebida na materialidade textual. Segundo Amossy (2014), a violência verbal não é um traço essencial das relações polêmicas. No entanto, em situação de diálogo de surdos da guerra cultural, a violência tende a ser uma constante. Eis um exemplo extraído do *Twitter*, no contexto do debate público em torno do vazamento pelo jornal *The Intercept* (GREENWALD, 2019) de conversas entre o então juiz da *Lava-Jato* Sérgio Moro, posteriormente Ministro da Justiça de Bolsonaro (antes de pedir demissão em abril de 2020), responsável na época pela condenação do ex-presidente Lula em primeira instância, e o procurador Deltan Dallagnol.

As mensagens indicaram um suposto acordo entre o juiz e a acusação para combinar a ordem do processo, pulando etapas e acertando os meios de prova. A postagem a seguir da jornalista da *Folha de S. Paulo*, Mônica Bergamo, deu-se nesse contexto do vazamento, mas não se refere ao assunto especificamente. Trata-se de notícia sobre a tramitação de um *Habeas Corpus* no STF para beneficiar Lula por ter sido preso automaticamente após decisão de segunda instância. Preferiu-se aqui

reproduzir a situação real de comunicação das interações no *Twitter*, com um *print* da postagem, desfocando os nomes e os rostos nos comentários:

Imagem 1 – Guerra cultural no *Twitter*.



Fonte: *Twitter*⁸.

⁸ Disponível em: <https://twitter.com/monicabergamo>. Acesso em: 11 jun. 2019.

Aqui não se trata de um conflito explicitamente cultural. O debate não gira em torno de pautas específicas de campos ideológicos opostos, mas se refere a uma questão técnica jurídica, sobre a concessão de *Habeas Corpus* ao ex-presidente Lula. No entanto, a interação entre a postagem de Mônica Bergamo e o comentário faz transparecer uma guerra cultural de fundo que se estabelece no debate público, notadamente nesse período de exacerbação dos ânimos correspondente ao vazamento de conversas entre o juiz Moro e o procurador Dallagnol sobre a condenação de Lula.

O fato de a comentarista (trata-se de uma mulher) da postagem se colocar no debate com bordões manifestados por meio de *hashtags* como #AprovaPLN4 e #DeltanDallagnoPGR, nesse contexto específico, sem relação com a referida postagem, tende a circunscrever essa comentarista em um campo da direita conservadora. A postagem de Mônica Bergamo não faz referência ao Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 4 (PLN 4). A comentarista, ao introduzir esse debate, mostra que não importa o que está sendo veiculado pela jornalista, e sim a causa de seu campo cultural, que consiste em aprovar automaticamente tudo que venha da família Bolsonaro. O presidente e seus filhos (um senador, um deputado e outro vereador) estavam, no momento, provavelmente em uma tentativa de silenciar a discussão sobre a polêmica em relação ao seu ministro da Justiça, Sérgio Moro, bastante popular entre a direita, lançando uma forte campanha nas redes sociais para aprovação desse projeto de lei para concessão de crédito suplementar de 248 bilhões no orçamento do governo (BOLSONARO DIZ, 2019).

O mesmo se pode dizer sobre o apoio a Deltan Dallagnol pela comentarista. A reportagem de Mônica Bergamo não faz referência ao procurador, mas o contexto era de exacerbada polêmica pública sobre os vazamentos mencionados pelo periódico *The Intercept*. Assim, em sua mensagem, a comentarista, em situação de guerra cultural, não poderia se furtar de deixar as marcas de seu posicionamento *incontinenti* ao

governo e às estruturas que permitiram a condenação do ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) Lula da Silva.

Vê-se, portanto, que, em face de uma reportagem que sugere a hipótese de algum benefício ao ex-presidente, a comentarista demarca o seu território de batalha, ensurdecida para a mensagem que Mônica Bergamo possa veicular, e adotando um estilo violento que impossibilita toda forma de conciliação, ameaçando a face da jornalista, ao conjecturar sobre sua sexualidade/intimidade/afetividade pelo simples fato de realizar uma cobertura jornalística sobre um político (“Está toda feliz né? Mas o LulaLadrão já tem namorada, pode chorar com dor de cotovelo”).

Para a Teoria das Faces de Brown e Levinson (1997), inspirada na obra de Goffman (1974), uma vez que a comunicação verbal se estabelece no interior de relações sociais, ela se submete a algumas leis para que haja possibilidade de debate. O mero fato de se dirigir a palavra a alguém, monopolizando a atenção, fugindo do assunto etc., já seria uma forma de intrusão na esfera subjetiva alheia. No modelo da teoria das faces, todo indivíduo possuiria: a) uma **face negativa**, correspondente ao “território” de cada um (corpo, intimidade etc.); b) uma **face positiva**, a fachada social, aquilo como o sujeito quer ser visto no mundo. Na leitura de Andrade & Fávero,

[...] a face negativa é o desejo de liberdade de ação e o domínio do conjunto dos territórios do eu, e a positiva, o desejo de ser aceito pelos outros e de que estes compartilhem os mesmos desejos (ANDRADE; FÁVERO, 2015, p. 106).

No caso em questão, há ameaça, pela comentarista, à face de Mônica Bergamo, na medida em que se levantam contra a jornalista elementos relativos ao seu foro íntimo, bem como sua imagem social enquanto jornalista. O argumento implícito desse estilo violento de abordagem é aquele considerado machista, segundo o qual, para que uma mulher se interesse por apurar fatos de um político, ela precisa estar apaixonada, afetada por ele. Na mesma época, no mesmo contexto de polêmica pública sobre os

vazamentos de atores da *Lava-Jato*, o radialista e apresentador da *RedeTV* Emílio Surita havia dito que Mônica Bergamo devia ter uma tatuagem de Lula na virilha (EMÍLIO SURITA, 2019).

Além de regras do estilo (como se viu pela comentarista do *tweet* de Mônica Bergamo ter se desviado do assunto), houve, segundo Angenot (2008), uma infração do que o autor denomina de **regras do suporte**. Este termo não é empregado por Angenot no sentido mais usual de condições materiais de veiculação do discurso, mas de condições do contrato de comunicação estabelecido entre os interlocutores, as chamadas **esquematisações**. Nas palavras de Angenot,

A esquematização [...] delimita uma situação colocada em debate; ela lhe fixa limites de **pertinência** que serão os limites da discussão, que impedirão de se “voltar ao tempo do Dilúvio” e de “sair do assunto”. Não é suficiente que um argumento seja razoável, é preciso ainda que ele “tenha a ver” com a questão constituída. Os sociólogos americanos falam de “frames”, designando assim o “enquadramento” dentro do qual se fecham os dados relevantes e as “perspectivas” sobre as quais se escolhem apresentar (ANGENOT, 2008, p. 149, **negrito nosso**, tradução nossa⁹).

Apesar de ainda não formarem a argumentação, a manipulação dessas condições situacionais já pode constituir uma estratégia persuasiva (ANGENOT, 2008). O simples fato de selecionar o que se vai dizer, de mudar de assunto para panfletar uma fala coletiva própria de uma matriz ideológica parece ser uma constante na RGC.

⁹ La schématisation [...] délimite une situation mise sous discussion ; elle lui fixe des limites de pertinence qui seront des limites à la discussion, qui interdiront de « remonter au Déluge » et de « sortir du sujet ». Il ne suffit pas qu'un argument soit raisonnable, il faut encore qu'il « ait à voir » avec la question ainsi constituée. Les sociologues américains parlent de « frames », désignant ainsi le « cadrage » dans lequel on enferme les données retenues et les « perspectives » sous lesquelles on choisit de les présenter.

Outras causas de discórdia, além dessas regras referentes ao estilo e ao suporte, residem, para Angenot (2008), na infração de algumas **regras do debate** e de **regras da argumentação**. Estas seriam aquelas que estabelecem o que são argumentos válidos e inválidos, plausíveis ou inverossímeis, fortes ou fracos, pertinentes ou não, suficientes, necessários ou contingentes, coerentes ou absurdos, elementos que podem ser garantidos por provas que assegurariam a vitória de uma tese.

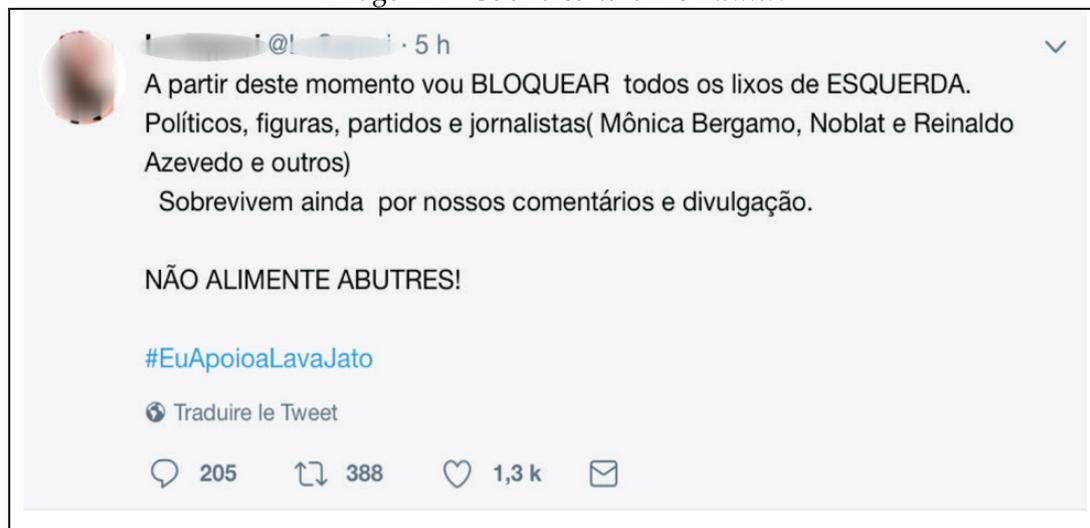
Do ponto de vista das **regras da argumentação**, caracteriza a RGC, ainda, a presença constante de **argumentos *ad personam***¹⁰, aqueles que repousam nas qualidades do orador, para desqualificá-lo. Isso significa declarar, desde o início, que não se quer tocar no conteúdo ou no encadeamento lógico do discurso, mas colocar ênfase nos aspectos de quem o profere. Denunciar que o interlocutor pertence a determinado partido, que foi contra, no passado, a alguma causa em específico, que não possui autoridade/formação/experiência para discutir um assunto etc. são lugares típicos do argumento *ad personam*. No exemplo do *Twitter* acima (imagem 1), para se colocar em dúvida a palavra de Mônica Bergamo, a comentarista recorreu à afetividade da jornalista em relação à Lula.

Vanderford define o argumento *ad personam* como uma estratégia retórica que lança descrédito sobre o adversário, ressaltando-lhe o partidarismo ou a má-fé (VANDERFORD, 1989). Para Kerbrat-Orecchioni, o argumento *ad personam* é próprio de toda polêmica, uma vez que este é por definição um discurso desqualificador (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990). Amossy, por sua vez, ressalta que toda sorte de artifícios retóricos pode ser usada para desqualificar o adversário, como a negação, a reformulação orientada, a ironia, a deformação dos propósitos etc. (AMOSSY, 2014). Na RGC, esse descrédito lançado sobre o adversário muitas vezes não se restringe a

¹⁰ Adotou-se aqui a nomenclatura proposta por Angenot, para o qual o argumento *ad personam* é uma espécie de argumento *ad hominem*, quando se quer alegar as qualidades do orador para descredenciá-lo (ANGENOT, 2008, p. 202).

ele, mas a todo o grupo ideológico ao qual pertence. É o caso do exemplo abaixo, ainda no mesmo contexto do vazamento de falas de autoridades da *Lava-Jato*:

Imagem 2 – Guerra cultural no *Twitter*.



Fonte: *Twitter*¹¹.

Essa postagem é o exemplo extremo da recusa ao diálogo, do ensurdecimento para as razões do outro. É a intransigência em seu ápice. Aqui, a autora do *tweet*, com o verbo “bloquear”, busca interromper toda fonte de comunicação que possa vir do que ela chama de “esquerda”, escrita em caixa alta (de “políticos, partidos, jornalistas”). Isso significa dizer que a comentarista desqualifica *a priori* toda informação, independentemente do que possa ser veiculado. O interesse não é a procura pelo esclarecimento de fatos, em busca de sua veracidade, mas eliminar do campo do possível aqueles que possam vir a incomodar suas crenças e preconceitos.

Curioso notar que os jornalistas mencionados (Mônica Bergamo, Noblat e Reinaldo Azevedo) são representantes do que se denomina por “grande mídia” ou “mídia tradicional”, como *Folha de S. Paulo* e *Veja*, execrada igualmente muitas vezes

¹¹ Acesso em: 10 jun. 2019.

por militantes do polo oposto da guerra cultural, a esquerda progressista, como se pode perceber abaixo:

Imagem 3 – Guerra cultural no *Twitter*.



Fonte: *Twitter*¹².

Aqui um ex-deputado do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) atribui ao que chama de “imprensa comercial”, com seu antipetismo e partidarismo, a culpa pelo suposto conluio entre o juiz Moro e o procurador Dallagnol, e pela exaltação destes à categoria de heróis nacionais, no processo criminal do ex-presidente Lula.

Um outro traço da RGC seria o **dogmatismo**, também conhecido como “espírito de ortodoxia”. É a disposição do sujeito, segundo Angenot (2008), que leva, no interior de um sistema de crenças, a objetar *a priori* toda afirmação que possa vir a contradizer alguns pressupostos. Questionar esse sistema de crenças é ameaçá-lo, constituindo uma declaração de guerra, sejam lá quais forem os argumentos e o modo de apresentação dos mesmos. Nas palavras de Angenot,

¹² Acesso em: 15 jun. 2019.

O dispositivo dogmático filtra a informação de maneira através da qual toda consideração só serve para reforçar as certezas pré-estabelecidas, o que demonstra uma resistência ilimitada ao questionamento de seus dogmas (ANGENOT, 2008, p. 307, tradução nossa¹³).

Trata-se de uma espécie de imunização retórica, um dispositivo de perseverança próprio da luta entre direita conservadora e esquerda progressista¹⁴; uma ideologia política formando um discurso que se institui e se perpetua pela fé imposta aos militantes sem necessidade de aprofundamento das razões adversárias. A aceitação e a legitimidade de certas ideias, assim, encontram eco no próprio discurso em que foram engendrados, sem rigor quanto à objetividade das provas.

Os dois últimos exemplos (imagens 2 e 3) são casos de manifestação desse dogmatismo próprio da RGC. O primeiro, como se viu, busca uma objeção *a priori* de todo argumento proveniente do campo cultural oposto, além de deixar explícita a afirmação categórica segundo a qual “todos são abutres”, referindo-se aos adversários do outro lado da batalha. O segundo exemplo procura estabelecer uma relação causal e necessária entre antipetismo e partidarismo de um conjunto majoritário da chamada “imprensa comercial” e a suposta “farsa” de Moro e Dallagnol, bem como a eleição do então presidente da República Jair Bolsonaro. Esses propósitos sugerem afirmações gerais e categóricas como: “a maior parte da imprensa comercial é antipetista”; “a maioria da imprensa comercial é partidária”; “a imprensa comercial de modo geral é culpada pela eleição de Bolsonaro”; “a imprensa comercial é causa da ‘farsa’ de Moro e Dallagnol terem ido tão longe”; “Bolsonaro é fascista” etc.

¹³ Le dispositif dogmatique filtre l’information de manière à travers laquelle tout ce qui est pris en considération renforce les certitudes premières et dispose d’une résistance illimitée à la mise en cause de ses dogmes.

¹⁴ Tomando como parâmetro a teorização de Charaudeau (2016), a matriz ideológica do discurso político de esquerda apresenta uma tendência progressista, ao passo que a matriz de direita, uma tendência conservadora.

Corolário desse dogmatismo é o **pensamento maniqueísta** próprio da RGC. Esse maniqueísmo baseia-se em uma lógica de raciocínio binário que tende a colocar um campo cultural no domínio do mal em si, do mal ontológico, e outro campo, o do próprio do falante, na categoria do bem absoluto. Nesse tipo de enunciação, é frequente o uso de elementos do discurso religioso para figurativizar a divisão entre dois mundos inconciliáveis. De acordo com Angenot, “toda ideologia privilegia as oposições axiológicas binárias na medida em que ela tende a formar uma sociomaquia binária narrando uma disputa entre dois princípios, um bom e outro mau [...]” (ANGENOT, 2008, p. 310, tradução nossa¹⁵). Eis um exemplo:

Imagem 4 – Maniqueísmo na guerra cultural.



Fonte: *Twitter*¹⁶.

Na postagem de *Twitter* acima, percebe-se a estrutura de pensamento maniqueísta nos dois lados da guerra cultural. Ao passo que o presidente Bolsonaro se autoproclama como um messias enviado de Deus para combater o mal na Terra, o mesmo ex-deputado do PSOL mencionado no exemplo anterior questiona esse

¹⁵ Toute idéologie privilégie les oppositions et axiologies binaires dans la mesure où elle tend à former une *sociomachie*, dans la mesure où elle narre la lutte entre deux principes, un bon et un mauvais.

¹⁶ Acesso em: 10 jun. 2019.

estatuto, defendendo o contrário, que a missão do presidente seria a de representar o demônio. A cena religiosa se inscreve aqui no discurso pelo léxico, com termos como “missão de Deus” e “bestas do apocalipse”, uma figura bíblica do livro *Apocalipse* do apóstolo João que representa o Anticristo.

Amossy (2014) prefere chamar esse maniqueísmo entre dois polos da guerra cultural de **dicotomização**, que ela diferencia da mera **polarização** (AMOSSY, 2014). Para a autora, é da natureza da polêmica ser conflitual, separar dois campos distintos da argumentação em torno de determinado assunto, configurando a polarização. Mas, quando o conflito se torna extremo e insolúvel, transcendendo a simples divergência entre indivíduos em relação a um assunto qualquer e demarcando polos ideológicos opostos, aí a divergência é entre grupos, e não mais entre indivíduos, descambando para a dicotomização. Nas palavras de Amossy,

Construir as oposições como dicotomias, como pares de noções excludentes uma em relação à outra sem possibilidade de compromisso, consiste em bloquear toda possibilidade de solução e em fechar as partes em um face a face no qual elas defendem posições inconciliáveis [...]. [Já a] polarização se cria a despeito de diversas divergências [...]. De fato, os atores que endossam um papel de Propositor ou de Opositor podem se basear em argumentos diferentes; eles não participam necessariamente de um mesmo grupo social, e podem até se pronunciar em nome de ideologias diferentes (AMOSSY, 2014, p. 57-59, tradução nossa¹⁷).

Portanto, pode-se dizer que, na RGC, prevalece a dicotomização, mais do que a polarização, no sentido que Amossy confere a essas palavras. Isso porque a divergência em cenário de guerra cultural se estabelece *a priori*, por meio de ideologias

¹⁷ Construire les oppositions comme des dichotomies, des paires de notions exclusives l’une de l’autre sans possibilité de compromis, consiste à bloquer toute possibilité de solution, et à enfermer les parties dans un face à face où elles campent sur de positions inconciliables [...]. [De son côté,] la polarisation se crée au-delà, et en dépit, de nombreuses divergences [...]. En effet, les acteurs qui endossent le rôle de Proposant ou d’Opposant peuvent se fonder sur des arguments différents ; ils ne participent pas nécessairement du même groupe social, et peuvent même se prononcer au nom d’idéologies différentes.

pré-existentes ao discurso, apesar de se manifestarem nele. Essa é uma noção que se relaciona, de certa forma, ao conceito de interincompreensão constitutiva entre duas formações discursivas antitéticas proposto por Maingueneau (1983), conforme visto acima.

Quanto às **regras do debate**, estas concernem ao próprio rito da interlocução, fixando restrições aos falantes para defenderem suas teses e articularem suas provas (ANGENOT, 2008). Uma dessas regras, para Angenot (2008), por exemplo, é o **ônus da prova**¹⁸. A infração dessas normas seria uma forma de corrupção procedimental. Nesse sentido, inculpar o adversário de algo sem oferecer prova e atribuindo-lhe a obrigação de provar sua inocência seria fator suficiente para o estabelecimento do diálogo de surdos, um traço típico da RGC. Nas palavras de Angenot:

As regras do debate fixam, portanto, as condições procedurais requeridas dos interlocutores para que eles aceitem o debate, condições que são concebidas como indispensáveis, fora das quais haverá frustração recíproca e impossibilidade de diálogo. Essas regras fixam em quais condições um debate pode se iniciar, quais serão as obrigações recíprocas dos interlocutores, o que arbitrará o turno de falas etc. Essas “regras do jogo” são sentidas como indispensáveis, sendo que a transgressão das mesmas indis põe os que se encontram em debate (ANGENOT, 2008, p. 133, tradução nossa¹⁹).

Poder-se-ia acrescentar a essas regras do debate propostas por Angenot as regras de cooperação ou máximas conversacionais estipuladas por Grice (1979), que teriam a mesma função ao legislarem sobre aquilo que permitiria ao diálogo ser

¹⁸ Angenot inclui também, nas regras do debate, a observância aos turnos das falas nas interações. Como não se diz haver interação simultânea oral em postagens de redes sociais, o gênero sobre o qual se debruça neste artigo, esta parte das regras do debate não será analisada aqui.

¹⁹ Les règles du débat fixent donc les conditions procédurales requises des interlocuteurs pour qu'ils acceptent de débattre, conditions qui sont conçues comme indispensables c'est-à-dire en dehors desquelles il ne peut y avoir que frustration réciproque et échec de la discussion. Elles fixent à quelles conditions un débat peut débuter et ce que seront les obligations réciproques des disputants, ce qui arbitrerá leurs tours de parole etc. Ces « règles du jeu » sont senties comme indispensables, leur transgression indispose.

considerado como sério e possível. São regras que não estão no enunciado, mas nas condições para a comunicação.

Uma dessas regras, em Grice, que corresponde à regra do debate do ônus da prova proposta por Angenot, é a **regra da sinceridade**. Trata-se do princípio segundo o qual os propósitos dos interlocutores se presumem verdadeiros. O falante, assim, deve ter condições de garantir a veracidade daquilo que profere. No exemplo citado na imagem 1, a comentarista da postagem de Mônica Bergamo infringe essa máxima da sinceridade, uma vez que responde à notícia sobre o julgamento do *Habeas Corpus* de Lula com assuntos como a sexualidade da jornalista, sem poder garantir a sua veracidade.

Danblon (2004) chama essa inversão do ônus da prova, ou, de acordo com Grice, a infração da regra da sinceridade, de “**retórica da denúncia**”. Esta ocorre quando o locutor se desresponsabiliza por sua acusação, o que o torna **passivo e infantilizado**. Trata-se de uma retórica tradicionalmente utilizada por demagogos que buscam explorar a cólera e o medo dos mais frágeis e menos instruídos, segundo a autora (DANBLON, 2004).

Continua Danblon (2004), a demagogia institucionalizada pelo denunciismo irresponsável desvia o sentido da argumentação crítica das sociedades abertas. Isso porque quem julga precisa apresentar elementos novos para justificar sua condenação. Quem argumenta é quem tem o ônus da prova, o que significa que, nas regras do debate, quem critica é quem deve se esforçar para convencer, para persuadir o auditório, o contrário do que se passa com a retórica da denúncia (DANBLON, 2004). Nas palavras de Danblon,

A retórica da denúncia é a alternativa cínica e desabusada à retórica politicamente correta. Essas duas faces modernas da retórica são fundadas na mesma concepção de democracia. Coloca-se acento na proteção do cidadão mais que sobre sua responsabilidade e capacidade de ação. Diante do medo legítimo da manipulação, essas duas retóricas

modernas oferecem uma resposta em termos de proteção de um cidadão passivo e infantilizado. Tais hábitos retóricos, aliás, sempre existiram. A retórica da denúncia foi tradicionalmente utilizada por oradores demagogos que deformam o julgamento crítico, transformando-o em suspeita generalizada, explorando a cólera e o medo dos mais frágeis e menos instruídos [...]. Como essa demagogia institucionalizada deturpa o senso crítico? [...]. Ora, quem julga precisa oferecer elementos novos, bem como justificar seus propósitos. Já que é quem argumenta, é dele o ônus da prova. Isso significa que, no jogo do debate, é de quem critica o esforço de convencer, de ganhar o assentimento de um auditório, o qual adere, *a priori*, às normas da sociedade. Ao contrário, a retórica da denúncia opera uma inversão do ônus da prova (DANBLON, 2004, p. 67-70, tradução nossa²⁰).

Outro tipo de retórica em que se percebe a inversão do ônus da prova é a “**retórica da conspiração**”, também conhecida como da “causalidade diabólica” (POLIAKOV, 1980). Nesse caso, observa-se igualmente uma retórica da denúncia, mas mais específica. Trata-se da denúncia de um suposto complô, representado pelo conluio de determinados setores da sociedade para exercer um projeto de poder (ANGENOT, 2008). Parte-se de uma série de eventos considerados desagradáveis e, com a pretensão de descobrir a causa de todo o mal, fornece-se um diagnóstico da realidade alimentando-se pelo ódio e pelo ressentimento de se ver em uma situação de inferioridade diante dos supostos dominadores. À sensação de se ver humilhado,

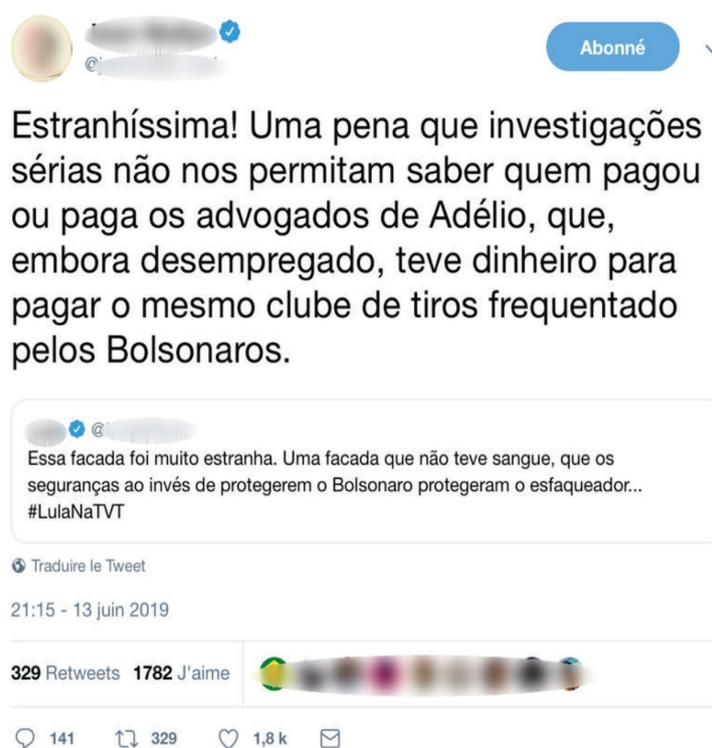
²⁰ La rhétorique de la dénonciation est l’alternative cynique et désabusée à la rhétorique politiquement correcte. Ces deux visages modernes de la rhétorique sont fondés sur la même conception de la démocratie. On met l’accent sur la protection du citoyen plutôt que sur sa responsabilité et sa capacité d’action. Face à la peur légitime de la manipulation, ces deux rhétoriques modernes offrent une réponse en termes de protection d’un citoyen passif et infantilisé. De telles habitudes rhétoriques ont d’ailleurs toujours existé. La rhétorique de la dénonciation a été traditionnellement utilisée par des orateurs démagogues qui déforment le jugement critique en un soupçon généralisé, en exploitant la colère et la peur des plus fragiles et des moins instruits [...]. Comment cette démagogie institutionnalisée détourne-t-elle le sens de la critique ? [...] Or qui juge se doit d’apporter des éléments nouveaux et de justifier sa démarche. Puisque c’est lui qui argumente, c’est lui qui a la charge de la preuve. Cela signifie que, dans le jeu du débat, c’est celui qui critique qui doit faire l’effort de convaincre, de gagner l’assentiment d’un auditoire, lequel adhère a priori aux normes de la société. Il est frappant de constater que la rhétorique de la dénonciation opère un renversement de la charge de la preuve [...].

ultrajado, rebaixado, oprimido, lesado, segue-se o prazer intelectual de ter descoberto a causa primeira, o mecanismo desencadeador de toda a usurpação social, mesmo que essa atribuição de causa não seja seguida da responsabilidade de fornecer prova para tal (ANGENOT, 2008).

Um clássico do conspiracionismo da RGC é a hipótese de complô da imprensa tradicional, como observado na imagem 3, em relação aos grandes projetos de poder na sociedade. Esse tipo de teoria da conspiração pode ser encontrado tanto em um discurso conservador, quanto progressista.

Os dois exemplos abaixo ilustram que, a partir de um mesmo fato, o atentado a Jair Bolsonaro em Juiz de Fora quando era candidato à presidência, pode inspirar conjecturas diversas:

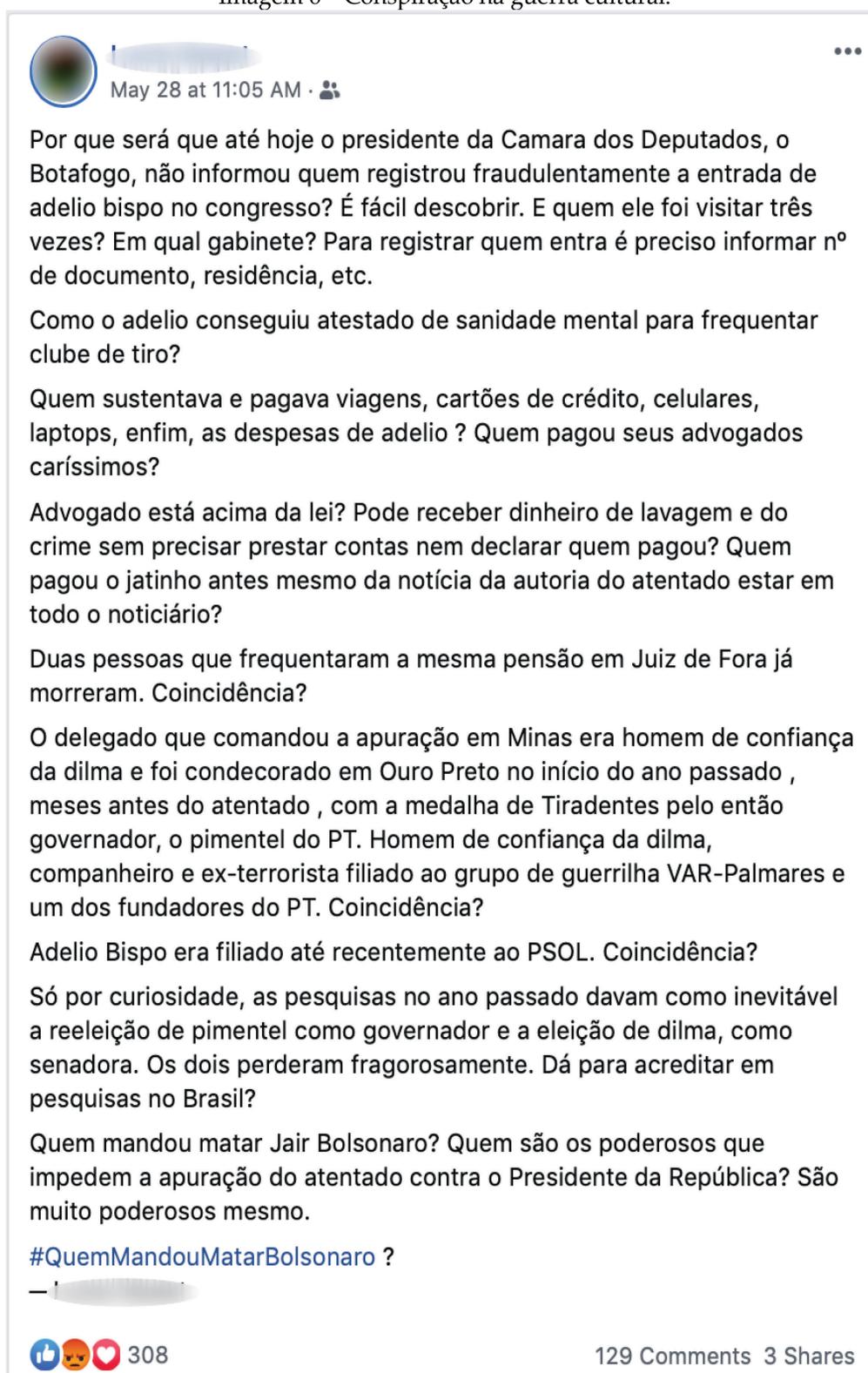
Imagem 5 – Conspiração na guerra cultural.



Fonte: *Twitter*²¹.

²¹ Acesso em: 10 jun. 2019.

Imagem 6 – Conspiração na guerra cultural.



Fonte: Facebook²².

²² Acesso em: 10 jun. 2019.

No argumento do representante da esquerda progressista, o ex-deputado do PSOL, no primeiro exemplo (imagem 5), pergunta quem estaria pagando os advogados de Adélio Bispo, autor do crime e desempregado, bem como o fato de este ter participado de um clube de tiros frequentado pelos Bolsonaro como indício de um suposto complô para ganhar as eleições pela indignação dos eleitores. No segundo exemplo (imagem 6), as pistas são as mesmas, mas para sugerir um possível estratagema de a esquerda vencer as eleições com o assassinato de Bolsonaro. A autora da postagem se pergunta igualmente quem estaria a pagar os advogados “caríssimos” de Adélio, e questiona por que teria conseguido entrar em um clube de tiros, se não tinha sanidade mental para isso. Esse discurso demarca seu campo cultural ao buscar estabelecer a ligação entre Adélio e a esquerda, argumentando este ter sido filiado ao PSOL, bem como desqualificando o delegado de investigação, pois este teria sido “homem de confiança” da ex-presidente da República Dilma Rousseff, do PT. Os mesmos fatos, portanto, podem ser alegados tanto de um lado, quanto de outro, para se defenderem teses contrárias.

Desse conspiracionismo próprio da RGC, decorre um discurso fortemente marcado pelo *pathos*²³ do ressentimento, que, por sua vez, traz em seu bojo outros

²³ Esse elemento passional dos estudos retóricos, talvez muito em função da tradição platônica, foi deixado em segundo plano, com a primazia da dialética socrática em detrimento da sofística. Aristóteles, contudo, reabilita a dignidade da Retórica em sua faceta emotiva. Em sua *Retórica*, o filósofo dedica um livro inteiro ao tratamento das paixões que, para ele, ao invés de se oporem à verdade, são meios de se sensibilizar alguém para o justo saber (LIMA, 2006). Ressalta Lima (2006), durante a Idade Média, a Retórica, tendo em vista a influência do platonismo na patrística e na escolástica, restringiu-se mais a seus aspectos lógicos, mesmo diante do fato de que o discurso religioso, sobretudo católico, com sua iconografia barroca ostentatória, buscasse atrair os fiéis também pelo encantamento. Depois de Descartes (1996a), a valorização do *logos* nos estudos retóricos atinge o seu paroxismo, já que o filósofo francês procede a uma separação radical entre uma *res extensa* e outra *res cogitans*, entre a “coisa corpórea” e a “coisa pensante”, esta a essência do ser, manifestada no “penso, logo existo”. Após a Segunda Guerra Mundial, mesmo que os elementos passionais tivessem sido constantemente explorados pelas propagandas dos regimes totalitários, a Retórica ainda guardava um ranço platônico e cartesiano, extirpando as emoções de seu centro de interesse (LIMA, 2006). Só atualmente alguns estudos vêm considerando a importância das emoções da tradição aristotélica, como os de Amossy (2006), Charaudeau (2008), Lima (2006) e Plantin (1996). Amossy se justifica dizendo que: [...] se o

tipos de emoções, como o **ódio**, a **inveja** ou a **indignação**. Para Angenot (2008), o pensamento conspiratório e a lógica do ressentimento são indissociáveis, uma vez que a conspiração pressupõe a vontade de estabelecer uma relação entre a realidade e um projeto de dominação humilhante e castrador que não se pode provar (ANGENOT, 2008). O conspirador entra em uma estratégia de tentar subverter um modo de produção de sentidos, de imagens identitárias, de valores, de ideias políticas e cívicas dominantes em benefício da absolutização de outros que supostamente encontram-se sob grilhões, pertencentes a um grupo despossuído e reivindicador (ANGENOT, 2008). Todo insucesso de um grupo ou indivíduo é atribuído ao sucesso alheio:

A lógica do ressentimento postula que a superioridade adquirida no mundo como está é um indício de baixa moral; que os valores que os dominantes ou os privilegiados possuem devem ser rejeitados e desvalorizados em bloco; que eles são desprezíveis em si mesmos [...] e que toda subordinação, todo fracasso, toda memória do contencioso dão direito ao nobre *status* de vítima [...]. O ideólogo do ressentimento se coloca em face de um mundo julgado impostor e opressor cultivando queixas [...] que se tornam seu modo exclusivo de contato com o mundo [...], sua grelha hermenêutica. Ele dá uma razão de ser e um mandato social que lhe permitem jamais sair de si mesmo. A queixa determina uma espécie de privatização dos universais éticos e cívicos e formula um programa para o futuro na liquidação de um contencioso acumulado no passado (ANGENOT, 2008, p. 344, tradução nossa²⁴).

conhecimento das paixões humanas é apresentado na Retórica [de Aristóteles] como indispensável, é porque ela permite agir pela palavra: ela contribui fortemente para a convicção (AMOSSY, 2006, p. 179, tradução nossa de: *“si la connaissance des passions humaines est présentée dans la ‘Rhétorique’ [d’Aristote] comme indispensable, c’est qu’elle permet d’agir par la parole : elle contribue puissamment à emporter la conviction”*).

²⁴ La logique ressentimentiste pose que la supériorité acquise dans le monde tel qu’il va, est un indice de bassesse « morale », que les valeurs que les dominants ou les privilégiés prônent doivent être rejetées et dévaluées en bloc, qu’elles sont méprisables en elles-mêmes [...], et que toute situation subordonnée, tout échec, toute mémoire de contentieux donnent droit au noble statut de victime [...]. L’idéologue du ressentiment se place face à un monde jugé imposteur et oppresseur en cultivant des griefs [qui] devient son mode exclusif de contact avec le monde [...], sa grille herméneutique. Il donne une raison d’être et un mandat social qui permettent cependant de ne jamais sortir de soi-même. Le grief détermine une sorte de privatisation des universaux éthiques et civiques et formule un programme pour l’avenir comme liquidation d’un contentieux accumulé dans le passé.

Essa axiologia do ressentimento alimenta rancores que se pretendem legítimos e reais, radicalizando e moralizando o ódio, a indignação ou a inveja em relação ao dominante (ANGENOT, 2008). Em uma inversão de valores, o sucesso é o mal em si e a derrota, virtude, já que nada pode reinar inocentemente. O dominante beneficiário do Sistema será sempre o vilão, o culpado de todo mal pelo simples fato de ocupar sua posição de destaque.

Do discurso do ressentimento, decorre um *ethos*²⁵ de expert (DANBLON, 2010), e um *ethos de credibilidade* (CHARAUDEAU, 2005), as imagens que o orador confere ao discurso como o de ter sempre razão e de ser credível. Observa Danblon (2010) que, paradoxalmente, apesar de o conspirador se mostrar sábio, conhecedor das causas primeiras das estruturas de dominação, revelador das relações de poder mais encobertas, ele frequentemente se proclama como um *outsider* da expertise *mainstream*:

Ele se apresenta como hiper-crítico, rigoroso e preciso, mas, ao mesmo tempo, algo parece lhe dar um acesso direto às causas escondidas [...]. O *ethos* conspiracionista se dá ao mesmo tempo como aquele do livre pensante da modernidade e como o profeta arcaico capaz de identificar as razões fugidias (DANBLON, 2010, p. 70, tradução nossa²⁶).

Quanto ao aspecto crível de quem profere um discurso conspiratório, Charaudeau (2005) ressalta que uma das maneiras para conferir credibilidade ao discurso é mostrar que o que se anuncia é seguido de algum efeito na realidade.

²⁵ As análises do *ethos* são aquelas que “residem no caráter moral do orador, dando a impressão de que ele merece credibilidade” (AMOSSY, 2006, p. 82). De acordo com Maingueneau, “a prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, em dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório ganhando sua confiança” (MAINGUENEAU, 2006, p. 53). Para Donot e Emediato (2015), a noção de *ethos* transcende a noção de prova capaz de suscitar a confiança do auditório, uma vez que mostra igualmente um conjunto de valores mobilizados na sociedade.

²⁶ Il se présente comme hypercritique, rigoureux et précis, mais, en même temps, quelque chose semble lui donner un accès direct aux causes cachées [...]. L’*ethos* conspirationniste se donne à la fois comme celui du libre penseur de la modernité et comme celui du prophète archaïque capable de déceler les raisons enfouies.

Acontecido tal efeito, como não há hipótese de refutação, por não haver provas a ser objetadas, mas **ilações** dogmáticas e precipitadas, a imagem que fica é de que o discurso dispõe de credibilidade (CHARAUDEAU, 2005). É o caso da postagem abaixo:

Imagem 7 – *Ethos de expert* e de credibilidade.



Fonte: *Twitter*²⁷.

²⁷ Acesso em: 15 jun. 2019.

Aqui, um deputado do Partido Social Liberal (PSL), então partido do presidente Bolsonaro, cria uma imagem de sábio, nesse discurso conspiratório contra a imprensa, na medida em que enuncia uma lei causal generalizante, segundo a qual quanto mais a imprensa submete um ministro a uma apreciação crítica desfavorável, melhor seria o trabalho deste. Para conferir credibilidade ao seu discurso, mostra capas de algumas das principais revistas semanais do Brasil. É como se a imprensa tivesse como ofício trabalhar para o mal do país e, assim, todo político visado por ela, por tabela, possa ser considerado como criminoso. O *ethos* de *expert* fica reforçado com a expressão “tenho dito”, o que mostra se tratar de uma afirmação bem pensada há algum tempo e recorrentemente confirmada pelo enunciador.

É nesse sentido que a RGC, com sua orientação frequentemente conspiracionista e rancorosa, encontra terreno fértil no **discurso populista**, que, para Charaudeau, consiste na radicalização das matrizes ideológicas de esquerda e progressistas, de um lado, e de direita e conservadora, de outro. Para o autor, a cenografia do discurso populista se caracteriza essencialmente por apontar inimigos da nação causadores de todo mal que possam afligir os cidadãos, criando-se a imagem de um líder ou de um governo que seria o único capaz de pacificar o país:

Esse contrato [do discurso populista] faz com que a instância política desenvolva um discurso de acordo com uma cenografia que consiste em denunciar a desordem social da qual os cidadãos são vítimas, pois, se tudo estivesse bem, não haveria razão para se propor um projeto político alternativo; determinar a raiz dessa desordem denunciando os responsáveis; anunciar a solução para colocar fim a essa desordem e promover um estado de ordem social em benefício de todos; concomitantemente, criar uma imagem de líder que se apresente como o único capaz de conduzir um tal projeto (CHARAUDEAU, 2016, p. 34, tradução nossa²⁸).

²⁸ Ce contrat fait que l'instance politique développe un discours selon une scénographie qui consiste à dénoncer le désordre social dont les citoyens sont victimes, car si tout allait bien, il n'y aurait pas de raison de proposer un projet politique alternatif ; déterminer la source de ce désordre en en dénonçant

Do ponto de vista da RGC, o estado caótico do país é dado como consequência da dominação ideológico/discursiva do grupo cultural oposto. É o caso, por exemplo, do conservador de direita que atribui o analfabetismo funcional que grassa no país, ou as colocações derradeiras em *rankings* internacionais sobre Educação a uma suposta “doutrinação ideológica” nas escolas, a um “marxismo cultural” ou “ideologia de gênero”, termos frequentemente usados nos debates políticos do Brasil. Do outro lado, o campo cultural progressista e de esquerda tende, por exemplo, a culpabilizar pelos altos índices de feminicídio e de mortes de homossexuais e transexuais os partidários dos valores de uma sociedade patriarcal e obscurantista.

De fato, uma estratégia de um grupo para conquistar seu eleitorado em processo de desencantamento com o mundo, diante de uma crise econômica, de desemprego, de falta de perspectiva é encontrar um inimigo sobre o qual possa projetar suas frustrações. Um inimigo que apresente valores, modos de vida, pressupostos, regimes de crenças, cultura, história diferentes daqueles dos que se sentem inferiorizados, espoliados, por exemplo, pela ascensão de uma classe social que antes era subalterna e agora compartilha dos mesmos serviços e empregos oferecidos pela sociedade; ou então se sentem ameaçados pela conquista de direitos por uma minoria antes destituída de dignidade e que, alcançada a igualdade jurídica, coloca em xeque valores tradicionais. Do outro lado, essa mesma minoria pode nutrir uma memória de ressentimento de quando era alijada de condições mínimas de expressão livre de sua identidade e modo de ser.

O discurso populista, no interior da RGC seria, assim, a exacerbação das matrizes ideológicas mencionadas, a progressista de esquerda e a conservadora de direita. Trata-se, portanto, de uma questão de grau. A interação entre essas matrizes

les responsables ; annoncer ce qu'est la solution pour mettre fin à ce désordre et promouvoir un état d'ordre social au bénéfice de tous ; concomitamment, créer une image de leader qui se présente comme seul capable de porter un tel projet.

ideológicas não se dá necessariamente em contexto de guerra cultural, mas esta pressupõe a **radicalização** daquelas.

Poder-se-ia, com efeito, dizer que o discurso populista seria um traço da RGC, quando enunciado por um representante político, como o deputado do PSL do exemplo acima (imagem 7), quando reproduzido por militantes, ou pela instância midiática que se identifica com eles.

Outra regra que decorre dos **pressupostos do debate**, para Angenot (2008), é a **disposição a argumentar**, da qual decorre uma outra, que é a **disposição a mudar de ideia**. Efetivamente, ao se aceitar entrar em uma discussão, aceita-se, necessariamente, que há um ponto de vista contrário, e que a certeza de um ou de outro não é universalmente aceita. Empreender uma argumentação implica envidar esforços para persuadir alguém que, em princípio, dispõe de visões contrárias em relação ao tópico a ser debatido. Nas palavras de Angenot,

Quem está disposto a debater deve colocar as cartas na mesa, deve fornecer seus argumentos quando se pede e os submeter à apreciação. Discutir, comunicar-se com os outros, não significa afirmar algo unanimemente, confessar publicamente suas convicções, suas certezas e se desresponsabilizar do resto. É preciso também “dar as razões”, ao menos é o que se espera [...]. Não expressar suas razões, recusar-se a isso é a forma de violência comunicacional por excelência (ANGENOT, 2008, p. 139, tradução nossa²⁹).

Corolário da disposição a argumentar é a disposição a mudar de ideia. É que, se a comunicação é pautada pela persuasão, e não pela imposição, é natural que, diante

²⁹ Qui est disposé à débattre doit mettre « carte sur table », il doit donner ses arguments quand on les lui demande et les soumettre à appréciation. Discuter, communiquer avec les autres, ce ne saurait être affirmer tout uniment, confesser publiquement ses convictions, ses certitudes et s'en tenir là. Il faut justement « donner ses raisons », du moins, on s'y attend [...]. Ne pas donner de raisons, refuser d'en donner est la forme par excellence de la violence communicationnelle.

de uma argumentação mais forte que a sua, um interlocutor esteja disposto a abdicar de suas convicções e a aceitar mudar de ideia. Continua Angenot,

Uma regra correlata [...] é aquela segundo a qual todo debatedor deve, antes de entrar em uma discussão e para que esta tenha chance de ser “útil”, estar disposto a admitir que é o seu interlocutor que tem razão; é preciso correr o risco de ser conduzido a mudar radicalmente de ideia e de o fazer com boa vontade (ANGENOT, 2008, p. 141, tradução nossa³⁰).

No exemplo da imagem 4, quando a autora do *tweet* diz bloquear o que ela chama de “abutres” de esquerda, ela manifesta, ao mesmo tempo, uma intencionalidade de se furtar ao debate com o campo oposto da regra cultural, bem como de não mudar de ideia no que diz respeito às suas pré-compreensões políticas. De fato, se a autora quer “bloquear” tudo que venha da esquerda, não há trabalho crítico que a faça dissuadir de suas crenças.

Conseqüentemente, a mesma autora do referido *tweet*, ao procurar obstaculizar toda fonte de informação que não seja da direita, substitui a crítica responsável no espaço público que se espera de sociedades abertas (DANBLON, 2004) por uma fala coletiva, no caso, de seu campo cultural.

Para Danblon (2004), essa atitude de abolir a posição individual, substituindo-a por uma fala coletiva e acreditando estar do bom lado da história de uma vez por todas é ingênua, típica das sociedades mágicas ou fechadas pautadas pelo dogmatismo de concepções:

Ao invés de se considerarem os princípios em sua legitimidade ou em sua pertinência em relação ao debate, ao invés de os examinar com

³⁰ Une règle corrélative [...] est que tout débateur doit, avant de s’engager dans une discussion et pour que celle-ci ait une chance d’être « utile », être prêt à admettre que c’est son interlocuteur qui a raison ; il faut prendre le risque d’être amené à changer radicalement d’avis et de le faire de bonne grâce.

vistas a criticá-los, reivindicam-se os mesmos na forma de *slogans*, amalgamando suas vozes a de uma coletividade que confere sua autoridade anonimamente [...]. Ao contrário, em uma sociedade aberta, os valores possuem racionalidade porque são criticáveis. E a crítica é forçosamente individual [...]. Um tal exercício tem o mérito de enfatizar que nenhuma afirmação é em si evidente, que toda posição, mesmo a mais aceita, deve ser argumentada. O hábito do banimento conduz muitos de nós a crer que estão do bom lado da história de uma vez por todas. Em uma sociedade aberta, trata-se de uma ilusão perigosa, cuja inocência conduz diretamente ao dogmatismo (DANBLON, 2004, p. 39-41, tradução nossa³¹).

Esse aspecto de tomar uma fala coletiva para, julgando-se do bom lado da história de uma vez por todas, justificar determinada tomada de posição, prescindindo da argumentação crítica própria das sociedades abertas, parece ser um outro traço da RGC.

4 Considerações Finais

Através do *corpus* de apoio representado por postagens e comentários em redes sociais (*Twitter* e *Facebook*) nos contextos do vazamento de conversas de autoridades da *Lava-Jato* e do atentado contra o então candidato a presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, esperou-se contribuir para pensar o que se denominou aqui de **Retórica da Guerra Cultural (RGC)**.

Analisando postagens em que se empreenderam discursos típicos de matrizes ideológicas próprias dos embates culturais, observou-se, em primeiro lugar, a

³¹ Au lieu de considérer les principes dans leur légitimité ou dans leur pertinence par rapport au débat, au lieu de les examiner en vue de les critiquer, on les clame comme des slogans, on joint sa voix à la voix d'une collectivité qui puise son autorité de son caractère anonyme [...]. À l'inverse, dans une société ouverte, les valeurs tirent leur rationalité du fait même qu'elles sont critiquables. Or la critique est forcément individuelle [...]. Un tel exercice aurait le mérite de souligner qu'aucune affirmation n'est en soi évidente, que toute position, même parmi les plus partagées, doit s'argumenter. L'habitude de bannissement conduit bon nombre d'entre nous à croire qu'ils sont du bon côté une fois pour toutes. Dans une société ouverte, il s'agit d'une illusion dangereuse dont la naïveté conduit directement au dogmatisme.

“**interincompreensão constitutiva**” (MAINGUENEAU, 2008) ou o “**diálogo de surdos**” (ANGENOT, 2008), tendo em vista que os autores das publicações, em diferentes graus, apresentaram dificuldades em escutar as razões do polo oposto e, assim, obstaculizaram o fluxo comunicacional.

Decorrente desse primeiro aspecto, uma outra característica da RGC seria a de ser pautada pela **dicotomização**, tal como esse conceito é pensado por Amossy (2014). Não se trata da mera polarização inerente a toda argumentação crítica, mas de uma diferenciação entre duas **polêmicas públicas**, que transcendem um assunto específico ao representarem visões diferentes de mundo que precedem a enunciação.

Em contexto de dicotomização, parece ser frequente, na RGC, a **lógica maniqueísta** (ANGENOT, 2008), que tende a representar o campo amigo como pertencente a uma verdade absoluta, ao bem supremo, em contraposição ao adversário, o vilão por excelência, responsável por toda a decadência moral do mundo.

Corolário de todos esses fatores, a linguagem da RGC apresenta-se como **unifocal** (MAINGUENEAU, 2008), no sentido de que existe uma **visada de aniquilação da voz do adversário**. Não que um discurso próprio dos embates culturais não seja dialógico, pensando naquela categoria do dialogismo constitutivo proposta por Bakhtin (1992). É que, em função da radicalidade dos propósitos da guerra cultural, o número de marcas textuais que remetem às razões do discurso adversário, como elementos que exprimem **concessão e transigência**, tende a diminuir.

Caracterizar-se-ia, ainda, a RGC, pela recorrente **infração às regras do estilo** (ANGENOT, 2008), com o uso de termos que denotam **violência verbal** por parte do enunciador que, incapaz de escutar as razões alheias e de, por meio delas, conduzir uma argumentação crítica, parte para o insulto, ferindo as faces positiva e negativa (BROWN; LEVINSON, 1997) do adversário.

Um outro traço da RGC seria o **desprezo pelas regras do suporte** ou do contrato de comunicação estabelecido entre os parceiros, normalmente ferindo a **regra da**

pertinência (ANGENOT, 2008; GRICE, 1979), ao se **desviar do assunto** para a imposição da pauta cultural do locutor.

A RGC também se apresenta como aquela em que se percebe a infração àquilo que Angenot (2008) denomina de “**regras do debate**”, com a **inversão do ônus da prova**, por meio **da retórica conspiratória e da denúncia** (DANBLON, 2004). Nesse caso, o falante se desresponsabiliza por suas acusações, deixando de fundamentá-las e obstaculizando, assim, a argumentação crítica do espaço público das sociedades abertas. Essa ausência de fundamentação faz com que a RGC se apresente sob as vestes de um **discurso dogmático infantilizado**, e, às vezes, **populista**, já que a ênfase está na proteção de quem acusa, e não em sua responsabilidade de fornecer provas (DANBLON, 2004).

No caso da retórica da conspiração, esta pressupõe um **pathos de ressentimento** (acompanhado do ódio, da inveja e/ou da indignação) de se estar no polo passivo de uma suposta relação de dominância proporcionada por um complô de forças secretas, das quais o falante se regozija de pretender descobrir os mecanismos, sem oferecer provas para tal (ANGENOT, 2008).

É por isso que se pode dizer, também, que, na RGC, prevalece um **ethos de expert** (DANBLON, 2004), porque, apesar de se declarar um *outsider* do sistema e, portanto, distante do meio acadêmico *mainstream*, o orador deixa transparecer sua capacidade de desvelar pretensas relações espúrias de dominação que estão a deixá-lo em sua posição atual de inferioridade (ANGENOT, 2008).

A esse *ethos de expert*, junta-se um **ethos de credibilidade** (CHARAUDEAU, 2005), exatamente pelo fato de o conspirador se mostrar distante das forças que ele condena (“capital”, “grande mídia”, “professores doutrinadores” etc.), revelando-se, assim, “purificado” e livre de suspeitas.

Pode-se mencionar, finalmente, que a RGC se apresenta como aquela em que os sujeitos se mostram como **indispostos a argumentar e a mudar de ideia**, o que, para

Angenot (2008), seria mais um caso de infração das regras do debate, podendo-se acrescentar, com Danblon (2004), infração sobretudo às regras do debate democrático das sociedades abertas. É que não faz sentido entrar em um debate crítico, buscar fundamentos, se tudo será em vão, se os interlocutores já se indispõem, *a priori*, a saírem de si, a se descentrarem e a entenderem as razões do outro, permanecendo em seu campo cultural.

Em resumo, a RGC poderia ser caracterizada como no seguinte quadro, o que pode ser testado futuramente por outros pesquisadores por meio de outros *corpora* e contextos de análise. Trata-se de uma **tendência** de características que podem aparecer em menor ou maior grau, a depender do caso específico:

Quadro 1 – Retórica da Guerra Cultural.

Retórica da Guerra Cultural
<ul style="list-style-type: none">• Interincompreensão• Dicotomização• Unifocalidade• Desproteção das faces• Maniqueísmo• Desvio do assunto• Crítica substituída por uma fala coletiva• Inversão do ônus da prova• Dogmatismo• Infantilização• Populismo• Denuncismo• Conspiracionismo• <i>Pathos</i> de ressentimento, ódio, inveja e/ou indignação• <i>Ethos</i> de <i>expert</i> e de credibilidade• Indisposição a argumentar e a mudar de ideia

Fonte: elaboração do autor.

Seria ingênuo defender a inexistência de fraturas ideológicas sociais, de divergências de visões de mundo, de valores e de regimes de verdades. Em um Estado Democrático de Direito, é desejável que essas diferenças coexistam. O problema talvez esteja na forma de gerir o conflito, sem uma estruturação de base do espaço público que permita que os mais diversos atores sociais compreendam a palavra alheia e possam, assim, proceder à argumentação crítica (inclusive dos valores os mais sacralizados) afeita a uma sociedade aberta.

Assim, espera-se que esta pesquisa, além de contribuir para a compreensão dos mecanismos próprios da RGC, também que possa inspirar, indiretamente, educadores a pensar em modelos educativos que priorizem a gestão do debate público por meio da argumentação crítica, que pressupõe o respeito, a tolerância, a escuta e o pluralismo de ideias, tendo em vista a preservação das instituições democráticas. Temas para outros trabalhos.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

AMOSSY, R. **Apologie de la polémique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

AMOSSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Armand Colin: Paris, 2006. DOI <https://doi.org/10.3917/puf.amos.2014.01>

ANDRADE, M. L. C. V. O.; FÁVERO, L. L. Cortesia verbal e ensino de língua: reflexões sobre competência comunicativa, jogo interpessoal e normatividade. **Filologia e Linguística portuguesa**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 101-129. jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/109108>. Acesso em: 18 nov. 2019. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v17i1p101-129>

ANGENOT, M. **Dialogues de sourds: traité de rhétorique antilogique**. Paris: Mille et une nuits, 2008.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAYLEY, S. Robert Mapplethorpe: bad boy with a camera. **The Spectator**. 02 de abr. 2016. Disponível em: <https://www.spectator.co.uk/2016/04/robert-mapplethorpe-bad-boy-with-a-camera/>. Acesso em: 06 nov. 2019.

BOLSONARO DIZ que oposição terá culpa e benefícios de mais pobres forem cortados. **Folha de S. Paulo**. 09 de jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/bolsonaro-diz-que-oposicao-tera-culpa-se-beneficios-de-mais-pobres-forem-cortados.shtml>. Acesso em: 06 nov. 2019.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511813085>

BUCHANAN, P. J. A contract with the unborn. **Reading List**. 21 jan. 1995b. Disponível em: <http://www.theamericancause.org/contract.htm>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BUCHANAN, P. J. 1996 Announcement Speech. **Articles, Letters, and Speeches**. 20 de mar. 1995. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20061211120515/http://www.buchanan.org/pa-95-0320-announce.html>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BUCHANAN, P. J. Can America Transcend Race? **The American Cause**. 24 de set. 2003. Disponível em: <http://www.theamericancause.org/patcanamericatranscendrace.htm>. Acesso em: 06 nov. 2019.

BUCHANAN, P. J. Is Catholicism now 'unacceptable'? **The American Cause**. 20 de jun. 2006. Disponível em: http://www.theamericancause.org/print/062006_print.htm. Acesso em: 15 nov. 2019.

BUCHANAN, P. J. The aggressors in the culture wars. **The American Cause**. 8 de mar. 2004. Disponível em: <http://www.theamericancause.org/patculturewars.htm>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BUCHANAN, P. J. The death of the West. 14 de jan. 2002. **Common Wealth Club**. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090116001625/http://www.commonwealthclub.org/archive/02/02-01buchanan-speech.html>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CHARAUDEAU, P. Du discours politique au discours populiste. Le populisme est-il de droite ou de gauche? *In*: CORCUERA, F. *et alii* (org.). **Les discours politiques**. Regards croisés. Paris: L'Harmattan, 2016. p. 32-43.

CHARAUDEAU, P. **Le discours politique: les masques du pouvoir**. Paris: Librairie Vuibert, 2005.

DANBLON, E. **Argumenter en démocratie**. Bruxelles: Éditions Labor, 2004.

DANBLON, E. Les 'théories du complot' ou la mauvaise conscience de la pensée moderne. In: DANBLON, E.; NICOLAS, L. **Les rhétoriques de la conspiration**. Paris: CNRS Éditions, 2010. DOI <https://doi.org/10.4000/books.editions-cnrs.16202>

DEJEAN, J. **Ancient against moderns**. Culture Wars and the Making of a Fin de Siècle. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DONOT, M.; EMEDIATO, W. La construction de la figure des leaders: ethos, identité et charisme en perspective compare. **Revue française des sciences de l'information et de la communication**, n. 7, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rfsic/1588?lang=en>. Acesso em: 18 nov. 2019. DOI <https://doi.org/10.4000/rfsic.1588>

ENVIRONMENTALISM is yet another new religion. **On the Issues**. 18 de out. 2011. Disponível em: https://www.ontheissues.org/Celeb/Pat_Buchanan_Environment.htm. Acesso em: 16 nov. 2019.

EMÍLIO SURITA é criticado por frase machista contra jornalista. **R7 Planalto**. 13 de jun. 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/emilio-surita-e-criticado-por-frase-machista-contrajornalista-13062019>. Acesso em: 16 nov. 2019.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRIZELL, S. GOP shows white supremacist's tweet during Trump's speech. **Time**. 22 de jul. 2016. Disponível em: <https://time.com/4418591/republican-convention-white-supremacist-tweet/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

GALHARDO, R.; TRUFFI, R. Secretário de cultura defende mudanças nos mecanismos de controle da Lei Rouanet. **Terra**. 02 de jan. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/secretario-de-cultura-defende-mudancas-nos-mecanismos-de-controle-da-lei-rouanet,07173c44872fd97c6a03a8737f3d3d8dx5j521ba.html>. Acesso em: 16 nov. 2019.

GLOBALISM, a far-right conspiracy buoyed by Trump. **The New York Times**. 03 de mar. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/11/15/us/politics/globalism-right-trump.html>. Acesso em: 17 nov. 2019.

GOFFMAN, E. **Les rites d'interaction**. Paris: Éditions de Minuit, 1974.

GREENWALD, G.; MARTINS, R. M.; SANTI, A. de. Não é muito tempo sem operação?. **The Intercept Brasil**. 09 de jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

GRICE, P. Logique et conversation. **Communications**, n. 30, 1979. DOI <https://doi.org/10.3406/comm.1979.1446>

GROSS, M. Kulturkampf and Unification: German Liberalism and the War Against the Jesuits. Cambridge, **Central European History**, v. 30, n. 4, 1997, p. 545-566. DOI <https://doi.org/10.1017/S000893890001565X>

HUNTER, J. D. **Culture Wars: the struggle to define America**. New York: Basic Books, 1991.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les Interactions verbales**. Paris: Armand Colin, 1990.

LIMA, H. M. R. de. **Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no Tribunal do Júri**. 2006. 260f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Belo Horizonte, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Cenas de Enunciação**. Curitiba: Criar, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e Análise do Discurso**. Trad. Sírio Possenti. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2015.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar, 2008.

MAINGUENEAU, D. **L'Analyse du Discours: introduction aux Lectures de L'archive**. Hachette Université Linguistique. Université d'Amiens, Paris, 1991.

MAINGUENEAU, D. **Sémantique de la polémique: discours religieux et ruptures idéologiques au XVII siècle**. Lausanne: l'Âge d'Homme, 1983.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**. Campinas: Pontes, 2003.

OLIVEIRA, E. Araújo promove seminário sobre 'globalismo' em fundação ligada ao Itamaraty. **O Globo**. 23 de mai. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/araujo-promove-seminario-sobre-globalismo-em-fundacao-ligada-ao-itamaraty-23689188>. Acesso em: 17 nov. 2019.

PAT BUCHANAN'S response to Norman Podhoretz's OP-ED. **Internet Brigade**. 5 de nov. 1999. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20081008152726/http://www.buchanan.org/pma-99-1105-wallstjl.html>. Acesso em: 17 nov. 2019.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-162.

PÊCHEUX, M. **Les vérités de la palice**. Paris: F. Maspero, 1975.

PLANTIN, C. **L'Argumentation**. Paris: Seuil, 1996.

POLIAKOV, L. **La causalité diabolique**: essai sur l'origine des persécutions. Paris: Calmann-Lévy, 1980.

QUADROS, M. P. dos R. **O conservadorismo à brasileira**: sociedade e elites políticas na contemporaneidade. 2015. 273f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Porto Alegre, 2015.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia**: de Freud à atualidade, v. 7. São Paulo: Paulus, 2005.

SAYURI, J. O que é 'guerra cultural'. E por que a expressão está em alta. **Nexo**. 10 de mar. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/03/10/O-que-é-guerra-cultural.-E-por-que-a-expressão-está-em-alta>. Acesso em: 18 nov. 2019.

VANDERFORD, M. L. Vilification and Social Movements: a case-study of pro-life and pro-choice rhetoric. **Quarterly Journal of Speech**, 75, p. 166-182, 1989. DOI <https://doi.org/10.1080/00335638909383870>

WILLIAMS, R. **Culture Wars in American Politics**. Critical reviews of a popular myth. New York: Walter de Gruyter, 1997.

Artigo recebido em: 12.01.2020

Artigo aprovado em: 05.05.2020

Ahead of Print em: 05.05.2020

Auto de resistência: uma análise jurídico-terminológica em uma perspectiva histórica

Report of resistance: a legal-terminological analysis in a historical perspective

*César Nardelli CAMBRAIA**

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo apresentar uma análise jurídico-terminológica em uma perspectiva histórica do termo auto de resistência. Adotaram-se como fundamentação teórica conceitos da Teoria Comunicativa da Terminologia e da Socioterminologia. Do ponto de vista metodológico, coletaram-se dados de bases digitais de normas jurídicas e de periódicos brasileiros. Hipotetizou-se que o percurso diacrônico desse termo está relacionado a mudanças sócio-históricas. A análise revelou (a) que o termo auto de resistência ingressou explicitamente no ordenamento jurídico brasileiro através de uma norma infralegal (Portaria "E", nº 0030, de 06/12/1974) e (b) que uma dada mudança sócio-histórica (a criação de duas normas infralegais específicas entre os anos de 1969 e 1974) resultou em mudanças conceituais no termo auto de resistência (com ampliação de seu escopo da esfera processual civil para a penal e a processual penal), tendo essas mudanças causado uma nova mudança sócio-histórica (emprego cada vez mais frequente do termo em ocorrências com

ABSTRACT: The present study aimed to present a legal-terminological analysis in a historical perspective of the term report of resistance. As theoretical foundation, concepts of the Communicative Theory of Terminology and Socioterminology were adopted. From the methodological point of view, data were collected from digital bases of Brazilian legal norms and from newspapers. It has been hypothesized that the diachronic course of this term is related to socio-historical changes. The analysis revealed (a) that the term report of resistance explicitly entered the Brazilian legal system through an infralegal norm (Ordinance "E", no. 0030, of 12/06/1974) and (b) that a given socio-historical change (the creation of two specific infralegal norms between 1969 and 1974) resulted in conceptual changes in the term report of resistance (extending its scope from the civil procedural sphere to the criminal and the criminal procedural), these changes having caused a new socio-historical change (increasingly frequent use of the term in occurrences with deaths caused by State

* Doutor em Filologia e Língua Portuguesa (USP), Professor Titular (UFMG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2403-3021>. nardelli@ufmg.br.

mortes causadas por agentes do Estado em função de procedimentos especiais em que sua presença resulta).

agents due to special procedures in which their presence results).

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia diacrônica. Terminologia histórica. Direito Penal. Direito Processual Penal. Auto de resistência.

KEYWORDS: Diachronic Terminology. Historical Terminology. Criminal Law. Criminal Procedural Law. Report of resistance.

1 Introdução

Dentre os desdobramentos do desenvolvimento da terminologia na atualidade, têm se destacado os estudos terminológicos sob a perspectiva histórica, ou seja, a terminologia diacrônica ou histórica. Tal como no caso da lexicologia, também no âmbito da terminologia a história do seu objeto de estudo, isto é, o termo como parte da linguagem de especialidade, é de interesse não apenas para a compreensão do fenômeno terminológico em si como também para a compreensão da realidade sócio-histórica da comunidade de cuja linguagem o termo faz parte, uma vez que o percurso diacrônico de um termo reflete mudanças sócio-históricas.

Na esfera do direito penal e do direito processual penal, há um termo que tem chamado a atenção de especialistas: *auto de resistência*. Trata-se de um caso complexo, pois, do ponto de vista terminológico, o termo em questão apresenta variação conceitual (polissemia) e, do ponto de vista jurídico, tem sido objeto de atividade normativa para extinguir seu uso em documentos oficiais em função das repercussões jurídicas que sua adoção acarreta.

As discussões sobre o termo *auto de resistência*, já existentes de longa data, voltaram a tomar novo impulso em função da publicação da Resolução nº 8, de 20 de dezembro de 2012, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e da Resolução Conjunta Nº 2, de 13 de outubro de 2015 (publicada em 4 de janeiro de 2016), do Departamento da Polícia Federal, das quais são pertinentes os seguintes excertos, respectivamente:

Art. 1º As autoridades policiais devem deixar de usar em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crimes designações genéricas como "autos de resistência", "resistência seguida de morte", promovendo o registro, com o nome técnico de "lesão corporal decorrente de intervenção policial" ou "homicídio decorrente de intervenção policial", conforme o caso. (CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, 2012, p. 9)

Art. 1º Ficam definidos os procedimentos internos a serem adotados pelas polícias judiciárias em face de ocorrências em que haja resultado lesão corporal ou morte decorrentes de oposição à intervenção policial.

Art. 2º Os dirigentes dos órgãos de polícia judiciária providenciarão para que as ocorrências de que trata o art. 1º sejam registradas com a classificação "lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial" ou "homicídio decorrente de oposição à intervenção policial", conforme o caso. (DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL, 2016, p. 8)

Vê-se, pelos excertos, que as orientações da Resolução de 2012 não foram incorporadas pela Resolução de 2015, pois, na de 2012, determinou-se a cessação do uso do termo *auto de resistência* e foram preconizadas as expressões *lesão corporal decorrente de intervenção policial* e *homicídio decorrente de intervenção policial*, mas, na de 2015, preconizaram, respectivamente, as expressões *lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial* e *homicídio decorrente de oposição à intervenção policial*. A diferença fundamental entre as expressões preconizadas pela Resolução de 2012 e pela de 2015 está nos elementos *intervenção* (Res. de 2012) e *oposição à intervenção* (Res. de 2015).

A discussão por trás da polêmica terminológica entre as expressões propostas nas Resoluções de 2012 e 2015 tem sua base na política de se suprimir o emprego do termo *auto de resistência*, cuja rejeição se vincula ao fato de que sua adoção em um documento oficial (Boletim ou Registro de Ocorrência) formaliza uma visão única (a dos agentes do Estado) em relação a uma ocorrência que resultou na morte de uma vítima, ou seja, a visão de que sua morte foi devida à resistência, o que acaba tendo repercussão jurídica, pois dá origem, por exemplo, a uma forma de tramitação

processual diferenciada (VERANI, 1996; MISSE, 2011; MISSE; GRILLO; TEIXEIRA; NERI, 2013; BEZERRA, 2014; MISSE; GRILLO; NERI, 2015; ZACONNE, 2015; FELDKIRCHER, 2015; FREIXO, 2016).

Além da polêmica propriamente terminológica, há também uma outra correlata sobre o mesmo termo *auto de resistência*, que é a de seu enquadramento no ordenamento jurídico brasileiro. Há estudiosos que defendem que o termo *auto de resistência* não pertence efetivamente ao referido ordenamento:

O termo “auto de resistência” não existe penalmente. Em entrevista ao Nexo, Ignacio Caño, membro do Laboratório de Análise da Violência da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), disse que *se trata de uma ficção administrativa* criada durante a ditadura militar (1964-1985) para impedir que policiais fossem presos em flagrante por homicídio. O objetivo, afirma, era transmitir a ideia de que houve resistência, ou seja, de que a morte foi em legítima defesa do policial (BANDEIRA, 2017, *itálicos meus*).

os autos de resistência, compreendidos amplamente, não representam um tipo penal específico e *sequer apresentam regulamentação expressa no ordenamento jurídico brasileiro*. As condutas registradas nessas ocorrências são, na verdade, homicídios tipificados no artigo 121 do Código Penal Brasileiro amparados (teoricamente) pelas excludentes de ilicitude de legítima defesa determinada pelos artigos 23 c/c 25 do Código Penal Brasileiro ou em estrito cumprimento do dever legal indicado no artigo 23 do Código Penal (BEZERRA, 2014, p. 20, *itálicos meus*).

Em face de toda essa polêmica, o termo *auto de resistência* será analisado, no presente trabalho¹, sob dois prismas: o jurídico e o terminológico.

¹ O presente estudo retoma e atualiza questões discutidas por Cabraia (2018).

2 Terminologia

De acordo com Barros (2004, p. 21), a terminologia é, a “disciplina científica que estuda as chamadas línguas [...] de especialidade e seu vocabulário”. Esse vocabulário é composto por unidades a que se chamam de *termos* ou *unidades terminológicas*, sendo possível definir cada uma destas como uma “unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio específico” (BARROS, 2004, p. 40).

Como assinala Barros (2004), a Teoria Geral da Terminologia (TGT), da qual Eugen Wüster é considerado o precursor, apresenta como princípio a univocidade entre conceito e termo, não se admitindo termos polissêmicos, sinônimos ou homônimos, fato que dissocia os termos em relação ao léxico, à gramática, ao contexto e ao discurso. Já a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), elaborada por Maria Teresa Cabré, foca as dimensões textual e discursiva dos termos: “a unidade lexical torna-se termo (assume o valor de termo) de acordo com o uso em um contexto expressivo e comunicacional específico” (CABRÉ, 1999, p. 124, tradução minha). Na TCT, reconhece-se a existência de fenômenos como a homonímia, a polissemia e a variação linguística. Como assinala Barros (2004, p. 58), nessa perspectiva os termos são analisados também do ponto de vista conceitual:

Dentro de um sistema conceptual, o valor de um termo é dado pelo lugar que ocupa na estrutura, podendo ocupar lugares diferentes, de acordo com os critérios de organização do sistema de conceitos. Os termos não pertencem a um domínio, mas são usados em um domínio com um valor singularmente específico. (CABRÉ, 1999, p. 124 *apud* BARROS, 2004, p. 58)

O fenômeno da variação no âmbito da terminologia tem sido abordado principalmente no quadro da socioterminologia, que, segundo Faulstich (1995, p. 282), é uma “disciplina descritiva [que] estuda o termo sob a perspectiva linguística na interação social”. Os postulados da teoria da variação em terminologia de Faulstich (2001, p. 25) são:

- a) dissociação entre estrutura terminológica e homogeneidade ou univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada²;
- b) abandono do isomorfismo categórico entre termo-conceito-significado;
- c) aceitação de que, sendo a terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática;
- d) aceitação de que a terminologia varia e de que variação pode indicar uma mudança em curso;
- e) análise da terminologia em co-textos linguísticos e em contextos discursivos da língua escrita e da língua oral.

A base metodológica da referida disciplina consiste, para Faulstich (1995, p. 282-283), dos seguintes procedimentos: identificar o usuário da terminologia a ser descrita, adotar atitude descritiva, consultar especialista da área, delimitar o corpus, selecionar documentação bibliográfica pertinente, precisar as condições de produção e de recepção do texto científico a técnico, conceder, na análise do funcionamento dos termos, estatuto principal à sintaxe e à semântica, registrar o termo e a(s) variante(s) do termo e redigir repertórios terminológicos. Faulstich (2001, p. 26-33) propôs uma tipologia da variação terminológica composta das seguintes categorias:

- a) Variantes *concorrentes* (formais):
 - a.1) Linguísticas: gráficas, fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais;
 - a.2) De registro: geográficas, temporais, de discurso.
- b) Variantes *coocorrentes* (sinônimos).
- c) Variantes *competitivas* (empréstimos): estrangeirismos e empréstimos propriamente ditos.

Outra tipologia para dar conta de variação terminológica é a apresentada por Freixa (2006), composta de dois tipos: a *denominativa* e a *conceitual*. A denominativa

² A alusão à noção de *heterogeneidade ordenada* pela pesquisadora evidencia a contribuição da sociolinguística laboviana (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p. 100) para seu modelo.

ocorre quando diferentes termos denominam um mesmo conceito (como na sinonímia) e a conceitual se manifesta quando um mesmo termo denomina diferentes conceitos (como na polissemia).

A terminologia diacrônica ou histórica é campo de estudo que se ocupa da variação e mudança terminológica no curso do tempo. Trata-se de abordagem ainda incipiente nos estudos terminológicos, com metodologia vinculada à da socioterminologia. No âmbito dos estudos de língua portuguesa, têm sido produzidos trabalhos nessa perspectiva aplicados a diferentes áreas, como a da cultura açucareira (NUNES, 2002; SOUZA, 2007), da economia (PEREIRA, 2012), da capoeira (CAMBRAIA; JERONYMO, 2014), da tática militar (MARENGO, 2016), dentre outros.

A articulação entre terminologia diacrônica e socioterminologia tem feito emergir uma abordagem peculiar: a *socioterminologia diacrônica* (MARENGO; SOUZA; FONSECA, 2019). Um aspecto inovador dessa abordagem está em não apenas considerar a variação terminológica no tempo, mas também buscar situá-la em uma comunidade de prática³, identificando os usuários dos termos em função de seu perfil social. Marengo, Souza e Fonseca (2019) chamam ainda a atenção para a afinidade dessa vertente dos estudos terminológicos com a linguística forense, uma vez que não raramente a terminologia se ocupa do domínio de especialidade do direito:

A Linguística Forense permite o diálogo profícuo entre as áreas de Letras e Direito, não só em sincronia presente como em passadas também. O conhecimento contextual da produção dos processos-crime nos permite, pelas sendas da História Social e Cultural, alcançar os modos de construção de ideias por meio da linguagem (MARENGO; SOUZA; FONSECA, 2019, p. 161).

³ Segundo Eckert (2004, p. 34-35) *apud* Marengo, Souza e Fonseca (2019, p. 152), “[a] comunidade de prática é um agregado de pessoas que se reúnem em torno de algum empreendimento”.

3 Hipótese de trabalho

Será testada a hipótese de que *o percurso diacrônico de um termo está relacionado a mudanças sócio-históricas*. Mais especificamente, durante a ditadura militar no Brasil, criaram-se normas jurídicas que causaram mudanças conceituais no termo *auto de resistência* e essas mudanças conceituais, por sua vez, terão refletido no uso do referido termo.

4 Auto de resistência

Uma primeira distinção que precisa ser feita para melhor delinear o objeto de estudo deste trabalho é em relação a duas realidades diferentes: (a) um ato de resistência à ação de um agente do Estado; e (b) os procedimentos relativos a um ato de resistência à ação de um agente do Estado. Via de regra, emprega-se, para o primeiro caso, o termo *ato de resistência* e, para o segundo, *auto de resistência*.

4.1 Enquadramento jurídico do termo

Uma primeira estratégia que se pode usar para verificar o enquadramento do termo *auto de resistência* no ordenamento jurídico brasileiro é realizar uma busca no Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON)⁴. Segundo informa o site, “[a] base de dados do Sistema de Informações do Congresso Nacional contém toda a Legislação Republicana Brasileira, inclusive o texto integral original conforme publicação nos veículos oficiais para quase todas as normas”. A busca nesse sistema não assinalou nenhuma ocorrência do termo em questão. Esse resultado evidencia que esse termo não é usado explicitamente em nenhuma legislação federal vigente, estando, portanto, fora de diplomas importantes em relação ao tema como o Código Penal Brasileiro (CPB), o Código de Processo Penal (CPP), o Código Penal Militar

⁴ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao>.

(CPM), o Código de Processo Penal Militar (CPPM), dentre outros. Encontra-se, porém, no art. 292 do CPP vigente, promulgado em 3 de outubro de 1941, a redação a partir da qual o termo *auto de resistência* parece ser deduzido no ordenamento jurídico atual:

Art. 292. Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a *resistência*, do que tudo se lavrará *auto* subscrito também por duas testemunhas. (BRASIL, 1941; itálicos meus)

Note-se, aliás, que não há um vínculo estrito entre o termo *auto* e o termo *resistência*, uma vez que, na redação do dispositivo, se preconiza a lavratura de um auto de *tudo* que foi descrito anteriormente, ou seja, de se ter sido obrigado a “usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência”, e não apenas de ter havido resistência.

Uma segunda estratégia que se pode usar para verificar o enquadramento do termo *auto de resistência* no ordenamento jurídico brasileiro é a consulta a dicionários especializados, como Acquaviva (1994), Diniz (1998), Santos (2001), Silva (2010) e Guimarães (2012). Apenas em Diniz (1998, v. 1, p. 345) consta um verbete específico:

AUTO DE RESISTÊNCIA. *Direito processual civil.* Documento elaborado pelo oficial de justiça para comprovar alguma diligência efetuada, na hipótese de o devedor ter impedido a penhora de seus bens, resistido à ordem judicial ou ter sido preso.

É interessante verificar que o termo é enquadrado pela autora dentro da área de direito processual civil, e não em direito processual penal. Na definição apresentada por Diniz (1998), há, no entanto, menção à possibilidade de referir-se à prisão do devedor, mas se trataria nesse caso de prisão civil, e não de prisão por conduta

tipificada no Código Penal. Para Diniz (1998), tratar-se-ia de um procedimento judicial, ou seja, relativo a fato ocorrido *depois* de iniciada uma ação judicial. No entanto, constata-se, na prática, o uso efetivo do termo *auto de resistência* como procedimento administrativo, ou seja, pertencente a uma fase anterior a uma ação judicial.

A fim de evidenciar a diferença entre a fase administrativa e a judicial na persecução penal, convém sintetizar as linhas gerais do que prevê o ordenamento jurídico brasileiro a esse respeito. Conforme esclarece Pacelli (2017, p. 43-44), a persecução penal, que é dever do Estado, compõe-se de duas fases: a *investigação criminal* (fase pré-processual) e a *ação penal* (fase processual). A primeira fase, realizada pela polícia judiciária, é de natureza administrativa e a segunda fase, em que há provocação da jurisdição penal, é de natureza judicial. Na primeira fase, segundo o CPP (arts. 4-23), há a comunicação⁵ da prática de um delito à autoridade policial e esta dá início a um inquérito policial presidido e conduzido por um delegado, que ordena a realização de diligências, a fim de apurar o ocorrido. Com base no que foi apurado, a autoridade policial elabora um relatório em que apresenta seu juízo sobre a materialidade e o indício de autoria do delito, relatório este que é encaminhado ao juiz competente. No juízo a que foi remetido o relatório do inquérito, o representante do Ministério Público pode (a) remetê-lo de volta para a autoridade policial para a realização de novas diligências, (b) propor arquivamento do inquérito ao juiz ou (c) oferecer denúncia ao juiz. No momento em que o juiz aceita a denúncia, tem-se início a ação penal (art. 24-68, CPP), fase processual da persecução penal.

Para se entender como se dá esse uso do termo *auto de resistência* no âmbito administrativo, convém retomar a descrição bastante didática do fluxo de

⁵ Essa comunicação em uma ação penal pública (categoria em que são tratados casos de homicídio, por exemplo), chamada de *notícia-crime*, pode ser realizada por diferentes meios: requerimento (pelo ofendido), requisição (pelo Ministério Público), boletim ou registro de ocorrência (autoridade policial), REDS (registro de evento de defesa social pela autoridade policial) e *delatio criminis* (por qualquer pessoa).

procedimentos relativos a ocorrências a que se atribui o termo *auto de resistência* (tomando como referência a cidade do Rio de Janeiro), realizada por Feldkircher (2015, p. 44-68) com base em dados fornecidos por Misse, Grillo, Teixeira e Neri (2013).

Ao ocorrer um homicídio (art. 121 do CPB) praticado por policial, se for alegada legítima defesa ou causa de exclusão de ilicitude⁶ (art. 23 do CPB), faz-se um *Registro de Ocorrência* (RO) na delegacia e o homicídio recebe a classificação de “homicídio proveniente de autos de resistência” ou “homicídio decorrente de intervenção policial”. Trata-se de uma classificação *administrativa*. No momento do RO, faz-se também a coleta de *Termo de Declaração* com depoimento dos policiais. Nesse RO, há espaço para a dinâmica do fato, preenchida pelo policial civil, com base nos termos de declaração. Ao mesmo tempo, o corpo da vítima é encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) para realização do Auto de Exame Cadavérico. Os bens apreendidos na operação policial, sejam armas e drogas da vítima, sejam as armas utilizadas pelos policiais, são todos listados no item Bens Envolvidos e faz-se para cada um desses itens um Auto de Apreensão, sendo encaminhados ao Instituto de Criminalística Carlos Éboli (no caso do Rio de Janeiro), acompanhados de uma Requisição de Exame Pericial Direto.

No caso de todo homicídio, dá-se a instauração de um *Inquérito Policial* (IP) através de despacho e portaria do delegado, com resumo da ocorrência segundo o RO e com enumeração das diligências a serem realizadas para apurar os fatos, acompanhados dos documentos e informações do RO. Após a instauração dos IPs, há a distribuição destes, pelo delegado titular, entre os ditos sindicantes de inquérito (grupo restrito que trabalha somente com IPs, com aproximadamente seis agentes). Com frequência um deles é responsável por cuidar somente dos inquéritos de homicídios, incluindo os chamados *autos de resistência*. Para ser finalizado, o relatório

⁶ Para um panorama histórico da questão da exclusão de ilicitude no ordenamento jurídico brasileiro, consulte-se Menuzzi e Duarte (2012) e Cambraia (2018).

final do IP deve conter todas as peças consideradas essenciais pela autoridade policial: quando se trata de “homicídios provenientes de autos de resistência”, normalmente as peças são *Boletim de Atendimento Médico; Auto de Exame Cadavérico; Laudo de Exames Periciais Diretos* (das armas dos policiais e de arma e/ou demais bens apreendidos junto ao corpo); *Folha de Antecedentes Criminais* (FAC) da vítima; e *Termos de Declarações* dos policiais e, ocasionalmente, de algum parente ou amigo da vítima. É raro que conste a FAC do policial ou as anotações que ele, eventualmente, tenha recebido no exercício de sua função. Um IP tem prazo de 30 dias para ser concluído e é, em seguida, encaminhado para a Central de Inquéritos do Ministério Público. Essa Central, na cidade do Rio de Janeiro, é composta por 23 Promotorias de Investigações Penais (PIPs), nas quais cada promotor costuma ser responsável por duas delegacias. Incumbe ao promotor da PIP responsável por uma dada delegacia: (a) denunciar os policiais por homicídio doloso ou (b) solicitar ao juiz o arquivamento do inquérito, por considerar ser inexistente o crime (pela exclusão de ilicitude ou outro motivo) ou por crer ser insuficiente o material probatório disponível. Em relação a isso, assinala Feldkircher (2015, p. 59):

os inquéritos de “autos de resistência”, quase que em sua totalidade, resultam em um pedido de arquivamento por parte do MP, seja devido à precariedade das investigações realizadas pelas autoridades policiais, que resultam na carência de provas (laudos técnicos e testemunhas), ou em virtude da “fé pública” dos agentes, que é utilizada como prova central da legalidade de suas ações, resultando na prevalência da versão apresentada pelos policiais no RO, sendo indiferentes as demais evidências colhidas.

Nos casos em que o IP é arquivado, registra-se oficialmente como homicídio praticado em legítima defesa. Nos casos em que a denúncia é aceita, tipifica-se o crime como homicídio (art. 121 do CPB). Segundo salienta Feldkircher (2015, p. 62), “[a] classificação ‘auto de resistência’ não está presente nessa fase, visto que, é apenas [...] uma classificação administrativa da polícia”.

Nos casos em que a denúncia é aceita, repassa-se o processo ao promotor da vara, podendo este reformular ou não a denúncia. Em seguida, o processo é encaminhado para a análise de quem fará a defesa do policial (advogado particular ou defensor público). Posteriormente, marca-se a Audiência de Instrução e Julgamento no Tribunal do Júri, a qual deve ser una, ou seja, com oitiva das testemunhas de acusação e defesa, depoimento dos réus e alegações finais. Ao final, o juiz pronuncia ou impronuncia o caso. Em caso de pronúncia, os ofensores vão a júri popular, composto por um juiz togado e o conselho de sentença formado por sete jurados (cidadãos leigos). Estes últimos julgam o caso e aquele fixa a sentença no caso de condenação. No que se refere aos resultados do júri popular, assinala Feldkircher (2015, p. 66) que “é comum que os jurados absolvam os policiais nos casos de ‘autos de resistência’, principalmente se as vítimas tiveram tido (*sic*), em algum momento da vida, envolvimento com atividades ilícitas”.

Como se vê pela descrição de Feldkircher (2015), *auto de resistência* é um termo que aparece na classificação dada pela polícia civil no Estado do Rio de Janeiro em um RO para homicídio em que o autor é um policial: emprega-se “homicídio proveniente de autos de resistência” ou “homicídio decorrente de intervenção policial”.

Cabe salientar, no entanto, que, quando se faz uso de *auto de resistência* na classificação de um RO, há a adoção de um procedimento especial: a não realização de prisão em flagrante do autor do homicídio (no caso, prisão dos policiais). Isso se dá em função de dispositivos infralegais que foram produzidos tendo em vista a questão da exclusão de ilicitude nos casos em que se alega ter havido resistência da vítima.

Segundo Verani (1996), o *auto de resistência*, entendido como procedimento administrativo especial, tem sua origem em dois dispositivos infralegais: a Ordem de Serviço “N”, nº 803, de 2 de outubro de 1969 pela Superintendência da Polícia do então Estado da Guanabara, em que se dispensava a necessidade de prisão em flagrante dos policiais e de inquérito nas circunstâncias previstas no art. 292 do CPP; e uma portaria

do secretário de Segurança, de 6 de dezembro de 1974, que detalhou os procedimentos a serem seguidos pela Polícia Judiciária a partir de então. Embora a dispensa de instauração de inquérito policial tenha sido substituída pela obrigação de instaurá-lo, a questão da dispensa de prisão em flagrante não foi tratada, deduzindo-se que essa segunda norma, indiretamente, acolheu a dispensa do flagrante. Os dispositivos citados apresentam a seguinte redação:

(a) Ordem de Serviço "N", nº 803, de 02/10/1969, da Superintendência da Polícia do então Estado da Guanabara:

Tendo em vista o dever da autoridade policial e seus agentes de cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias, bem como prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito e que, no exercício dessa obrigação, em caso de resistência, poderão usar dos meios necessários para defender-se ou vencê-la, lavrando-se nessa circunstância o respectivo auto.

O Superintendente de Polícia Judiciária, no uso das suas atribuições, Resolve:

1. Determinar às autoridades policiais a aplicação do art. 292, do Código de Processo Penal, que dispensa a lavratura do auto de prisão em flagrante ou a instauração de inquérito policial, nas circunstâncias ali previstas, encaminhando à Justiça, no prazo de 24 horas, o auto de que trata o art. 292 do Código de Processo Penal.
2. O não cumprimento desta Ordem de Serviço importará em falta grave passível de punição.
3. Revogam-se as disposições em contrário. (VERANI, 1996, p. 33-34)

(b) Portaria "E", nº 0030, de 06/12/1974, da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro:

[...] Considerando que somente o inquérito regular poderá fornecer à Justiça os elementos de convicção de excludente criminal em favor dos policiais que agiram no estrito cumprimento do dever e em legítima defesa; considerando, finalmente, que a diversidade de providências adotadas por autoridades policiais desta Secretaria, quando diante de fatos concretos da espécie, acarreta, por vezes, retardamentos prejudiciais à Justiça e ao serviço policial, resolve:

1. A presente portaria objetiva uniformizar o procedimento das autoridades policiais da Secretaria de Segurança Pública nos eventos decorrentes de missões de segurança em que o policial, no estrito cumprimento do dever e em legítima defesa, própria ou de terceiro, tenha sido compelido ao emprego dos meios de força necessários, face à efetiva resistência oferecida por quem se opôs à execução do ato legal.
2. Ocorrendo a morte do opositor, a autoridade determinará imediata instauração de inquérito, para a perfeita elucidação do fato, que compreende:
 - a) as razões de ordem legal da diligência;
 - b) as figuras penais consumadas ou tentadas pelo opositor durante a resistência;
 - c) a apuração da legitimidade do procedimento do policial.
- 2.1. O inquérito poderá ser instruído com o auto de resistência, lavrado nos termos do art. 292, do Código de Processo Penal, e, necessariamente, com o auto de exame cadavérico e o atestado de óbito do opositor, para permitir ao Juízo apreciar e julgar extinta a punibilidade dos delitos cometidos ao enfrentar o policial.
- 2.2. O inquérito deverá ficar concluído e relatado no prazo máximo de 30 dias, cabendo à autoridade promover a remessa dos autos ao Juízo competente para processar e julgar os crimes praticados pelo opositor.
3. Quando, apesar da resistência, o opositor houver sido dominado e preso ou logrou evadir-se, a autoridade policial adotará as medidas adequadas estabelecidas no Código de Processo Penal.
 - 3.1. A apuração, no caso deste item, também deverá abranger a legitimidade da atuação do policial.
4. Na hipótese de serem vários os opositores, em co-autoria, ocorrendo a morte de algum, sendo presos vários outros e se evadindo os demais, a autoridade deverá:
 - a) ordenar a lavratura do auto de prisão em flagrante para os que foram dominados e presos;
 - b) promover a instrução dos autos na forma do item 2 desta portaria;
 - c) determinar diligências para a perfeita identificação dos que se evadiram.
- 4.1. Na impossibilidade de concluir, no prazo legal, as diligências aludidas na alínea c deste item, a autoridade deverá sugerir ao Juízo competente a separação processual, com fulcro no art. 80, do Código de Processo Penal, a fim de não retardar o início da ação penal contra os já identificados. (VERANI, 1996, p. 35-36)

Como síntese da discussão sobre o enquadramento do termo *auto de resistência* no ordenamento jurídico brasileiro, pode-se afirmar que:

a) Não foi encontrada nenhuma lei em que o termo *auto de resistência* estivesse presente explicitamente, o que permite concluir que esse termo não tem base legal.

b) O termo *auto de resistência* raramente aparece na doutrina jurídica: está ausente de quatro (ACQUAVIVA, 1994; SANTOS, 2001; SILVA, 2010; GUIMARÃES, 2012) dos cinco dicionários jurídicos consultados. Ocorre, no entanto, em um dos dicionários (DINIZ, 1998), mas referindo-se a direito processual civil.

c) Embora não conste de diploma legal explicitamente nem seja comum na doutrina jurídica, constata-se seu uso com três significados diferentes referentes a procedimento:

(i) No âmbito judicial, refere-se a uma *peça* em que se registra resistência a execução de uma ordem judicial na esfera civil: é esse sentido que é registrado por Diniz (1998).

(ii) No âmbito administrativo, consiste em uma *classificação* para homicídio em um RO, no qual o autor é um policial: é com esse sentido que foi registrado seu uso na documentação analisada por Misse, Grillo, Teixeira e Neri (2013) e sintetizada por Feldkircher (2015).

(iii) No âmbito administrativo, representa também um *procedimento especial* decorrente da adoção da classificação de “homicídio proveniente de autos de resistência” ou “homicídio decorrente de intervenção policial” em um RO: é com esse sentido que foi registrado seu uso na documentação analisada por Misse, Grillo, Teixeira e Neri (2013) e sintetizada por Feldkircher (2015). Esse procedimento segue as orientações estabelecidas pelas já mencionadas Ordem de Serviço “N”, nº 803 da Superintendência

da Polícia do então Estado da Guanabara, de 2 de outubro de 1969, e Portaria "E", nº 0030, da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, de 06 de dezembro de 1974.

Vê-se, enfim, que o termo *auto de resistência* não consta explicitamente de normas legais do ordenamento jurídico brasileiro, mas faz parte desse ordenamento na medida em que consta explicitamente de norma infralegal (a Portaria "E", no 0030 de 06/12/1974). Não há registro, a propósito, de que essa norma tenha sido expressamente revogada, o que a faz ser considerada como vigente. Pode-se, no entanto, argumentar que essa norma não teria sido recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em função da sua incompatibilidade com princípios constitucionais em que se baseiam determinados direitos e garantias, a saber: devido processo legal (art. 5º, inc. LIV), estado de inocência (art. 5º, inc. LVII), ampla defesa e contraditório (art. 5º, inc. LV) e isonomia (art. 5º, caput) (CAMBRAIA, 2018).

4.2 Enquadramento histórico do termo

No corpo das normas jurídicas vigentes, o termo *auto de resistência* ocorre apenas na já citada Portaria "E", nº 0030, de 06/12/1974. Uma questão que pode se colocar é se ele terá sido formado e terá entrado em circulação especificamente a partir dessa data no campo do direito. Em função da limitação temporal das bases eletrônicas relativas ao direito (como a dos Tribunais de Justiça), é possível suprir essa falta através de outras bases, que tenham maior extensão temporal, como, por exemplo, a de periódicos. Atualmente, a base mais rica em termos temporais é a da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro⁷. Essa base contém periódicos em língua portuguesa desde 1740.

⁷ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

As datas mais recuadas com atestação do termo *auto de resistência* na base da HDB encontram-se na década de 1820: há 7 páginas de jornal com ocorrência desse termo no período em questão na HDB. As três ocorrências mais antigas dizem respeito a um mesmo evento: os moradores do distrito de São Caetano da cidade de Mariana (MG) teriam oferecido resistência à posse do vigário Rufino Alvares de Mesquita. Reproduz-se abaixo um excerto do texto com a ocorrência mais antiga de *auto de resistência* encontrada (manteve-se a grafia original do periódico):

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. – Cumprindo com a Ordem, e instrução, que me dirigio V. Ex.^a consegui pacificar este Povo, e trazelo a partido rasoavel; em consequencia do que fica dada a posse ao Rd.^o Vigario interino Rufino Alvares de Misquita, e tudo reentrado em sua antiga ordem, com a condição porém de que eu levaria á Presença de S. M. I. suas supplicas, e votos, a fim de que venha confirmado por S. M. o Rd.^o José Alves do Couto em Vigario desta Igreja. Tãobem acompanhei té Marianna ao referido Padre José Alves, conforme me ordenou V. Ex.^a, e sómente fui testemunha occular de publicas demonstrações de sentimento, e tristeza, que mostrou este Povo, por se ausentar o dito Padre. Tãobem rogo a V. Ex.^a, e o perdão supplico para este Povo, contra o qual se formarão *Autos de resistencia* pois que alguns excessos, que se praticarão foi por ignorancia. Deos Guarde a V. Ex.^a Destricto de S. Caetano 8 de Abril de 1825. — III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente José Teixeira da Fonceca Vasconcellos.— Francisco José Xavier de Mello Brandão Cap.^m Commandante da Freguezia de S. Caetano.⁸ (*Abelha do Ituculumy*, Ouro Preto, 15 de abril de 1825, n. 45, p. 180, *itálicos meus*)

O excerto acima mostra o uso do termo *auto de resistência* como instrumento (peça) em que se registra um ato de resistência: o padre João Paulo Barboza resistiu em dar posse ao vigário Rufino Alvares de Mesquita.

Considerando a data da primeira ocorrência atestada (15/04/1825), constata-se que se deu no período em que ainda estavam em vigência as Ordenações Filipinas, promulgadas em 1603 por Filipe I (então rei de Portugal em função da União Ibérica) e vigentes até 1830. Entretanto, nesse corpo legal (ALMEIDA, 1870) não consta a

⁸ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/778931/800>.

presença do termo *auto de resistência*. A ausência do termo *auto de resistência* em dispositivos legais vigentes na época mais recuada de sua atestação (princípios do séc. XIX) consultados sugere que seja um termo criado por operadores do direito da época, e não especificamente por legisladores.

Para acompanhar a progressão do uso do termo *auto de resistência*, fez-se uma coleta em toda a base da HDB e os resultados foram os seguintes:

Tabela 1 – Ocorrências de *auto(s) de resistência* na HDB⁹.

Década	Locais	Periódicos	Páginas	Singular	Plural	Índice
1800	5	6	51.433	0	0	0
1810	8	21	80.808	0	0	0
1820	12	129	322.322	6	1	21,7
1830	21	364	456.626	14	2	35
1840	20	380	612.688	25	4	47,3
1850	24	444	956.846	14	1	15,7
1860	25	616	1.109.459	40	7	42,4
1870	26	967	1.543.290	52	3	35,6
1880	27	1576	2.169.478	99	9	49,8
1890	24	1346	2.710.909	53	1	19,9
1900	26	878	3.356.000	62	3	19,4
1910	28	892	4.044.642	69	1	17,3
1920	27	762	4.819.035	24	5	6
1930	26	622	5.297.130	20	1	4
1940	26	371	5.251.737	6	0	1,1
1950	23	351	5.934.211	12	1	2,2
1960	19	241	4.646.965	23	2	5,4
1970	18	202	3.757.186	123	8	34,9
1980	17	158	3.200.846	157	6	50,9
1990	10	67	2.064.295	54	45	48
2000	9	45	2.161.421	168	207	173,5
2010	6	27	858.961	131	120	292,2

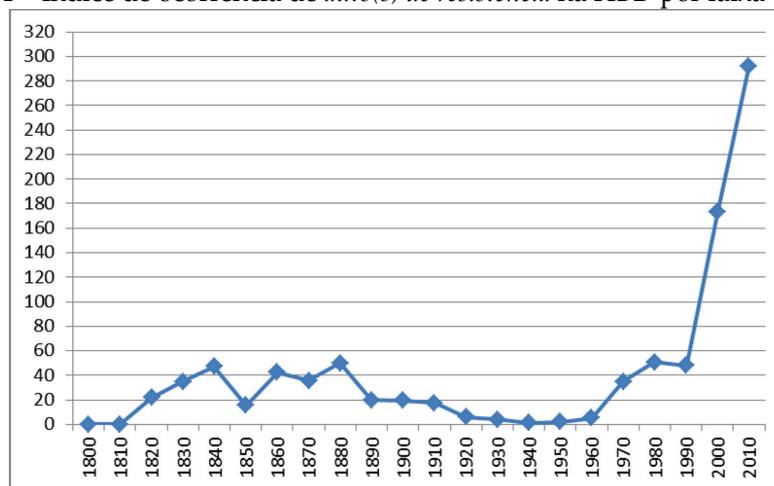
Na primeira coluna, consta a década: a HDB trabalha com faixas de tempo de 0 a 9, assim 1890 corresponde aos anos 1890 a 1899. Na segunda coluna, constam os locais: refere-se ao número de cidades diferentes de origem do periódico. Na terceira coluna, há os periódicos: refere-se ao número de periódicos diferentes. Na quarta coluna, consta o número de páginas sobre as quais recai a busca: refere-se ao número

⁹ Dados coletados em: 19 set. 2019.

de páginas em que consta o termo buscado, e não ao número de ocorrências puro e simples (em uma página pode haver mais de uma ocorrência, mas a base registra neste caso apenas uma, pois seu parâmetro é número de páginas). Na quinta e na sexta coluna, tem-se a forma do termo buscada (singular = *auto de resistência*; plural = *autos de resistência*). Na sétima coluna, consta um índice formulado nesta pesquisa para normalizar as discrepâncias entre cada década (há década como a de 1800 com apenas 5 acervos e 51.433 páginas frente à década de 1950 com 351 acervos e 5.934.211 páginas): a fórmula proposta foi o valor de página dividido pelo valor de singular somado a plural, multiplicado por $\log 10^6$. Há que se atentar ao fato de que, para a década de 2010, os dados são parciais, porque a coleta de dados vai apenas até setembro de 2019, enquanto as demais vão até dezembro do ano terminado em 9.

Para melhor visualizar a evolução do índice, apresenta-se a seguir um gráfico:

Gráfico 1 – Índice de ocorrência de *auto(s) de resistência* na HBD por faixa de tempo.



Os dados da Tabela 1 e do Gráfico 1 evidenciam dois aspectos interessantes: (a) há uma primeira faixa de tempo em que o uso do termo de *auto de resistência* se mostra visível (trata-se da faixa das décadas de 1820 a 1910, com curva ascendente seguida de descendente) e (b) há uma segunda faixa de tempo em que o uso do termo de *auto de*

resistência tem um aumento vertiginoso (trata-se da faixa das décadas de 1970 a 2010, com a especificidade de haver apenas curva ascendente).

Para confirmar os fatos apurados a partir da base da HDB, optou-se por complementar a discussão com dados extraídos de mais periódicos com existência por grande faixa de tempo. Foram selecionados os seguintes periódicos: *Jornal do Commercio*¹⁰ (JC), do Rio de Janeiro, com circulação de 1827 a 2016; *O Estado de São Paulo*¹¹ (ESP), de São Paulo, de 1875 a 2019; *Jornal do Brasil*¹² (JB), do Rio de Janeiro, de 1891 a 2010 (em versão impressa); *Folha de São Paulo*¹³ (FSP), de São Paulo, de 1921 a 2019; e *O Globo* (GLO), do Rio de Janeiro, de 1925 a 2019¹⁴. Esses periódicos foram selecionados em função de apresentarem grande faixa temporal de existência e estarem disponíveis para acesso. Os dados agrupam as formas de singular e plural de *auto de resistência*¹⁵. Marcaram-se com um traço as décadas em que o periódico ainda não circulava.

Tabela 2 – Número absoluto de ocorrências de *auto(s) de resistência* em periódicos brasileiros por faixa de tempo¹⁶.

Década	JC	ESP	JB ¹⁷	FSP	GLO	Total
1820	0	—	—	—	—	0
1830	0	—	—	—	—	0
1840	5	—	—	—	—	5
1850	1	—	—	—	—	1
1860	7	—	—	—	—	7
1870	2	0	—	—	—	2
1880	15	0	—	—	—	15
1890	8	1	2	—	—	11

¹⁰ Acervo digital disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568>.

¹¹ Acervo digital disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>.

¹² Acervo digital disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=030015>.

¹³ O acervo da *Folha de São Paulo* compreende: *Folha da Noite* (1921-1959); *Folha da Manhã* (1925-1959); e *Folha da São Paulo* (1960-2018). Acervo digital disponível em: <https://acervo.folha.com.br>.

¹⁴ Acervo digital disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>.

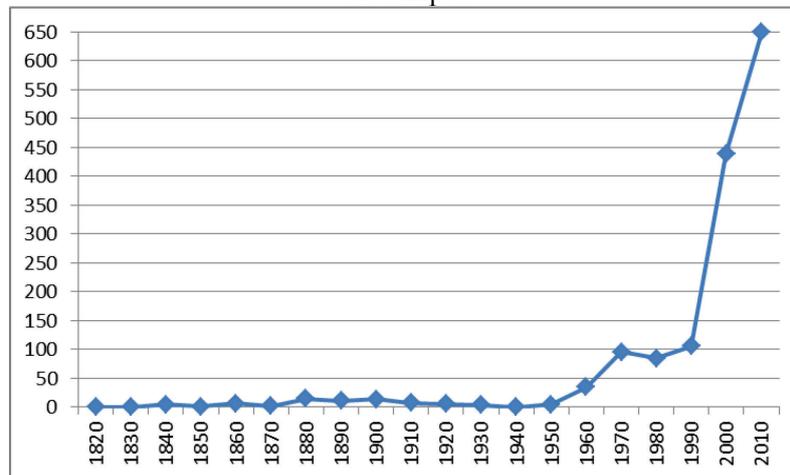
¹⁵ As bases da FSP e do GLO não separam os resultados de singular e plural, por isso os resultados de todos os periódicos já aparecem com singular e plural aglutinados na tabela.

¹⁶ Dados coletados em 19.09.2019.

¹⁷ É importante salientar que os dados do JB para 2010 referem-se apenas ao ano de 2010, enquanto no demais periódicos se referem a todos os anos da década.

1900	0	6	8	—	—	14
1910	0	7	1	—	—	8
1920	0	1	0	2	3	6
1930	0	1	1	1	1	4
1940	0	0	0	0	0	0
1950	4	0	0	1	0	5
1960	29	0	2	0	4	35
1970	36	3	25	3	29	96
1980	0	3	42	2	38	85
1990	4	5	76	9	12	106
2000	0	45	163	7	224	439
2010	1	96	9	62	482	650

Gráfico 2 – Número absoluto de ocorrências de *auto(s) de resistência* em periódicos brasileiros por faixa de tempo.



Os dados da Tabela 2 são eloquentes em relação a um aspecto constado na Tabela 1: o aumento significativo e contínuo a partir da década de 1970. Não constitui surpresa reconstatar um número relevante de ocorrências de *auto de resistência* a partir da década de 1970, uma vez que, como já foi mencionado, foi com a Ordem de Serviço “N”, nº 803, de 02/10/1969, que o auto de resistência como procedimento administrativo especial foi formalizado¹⁸.

¹⁸ Nota-se, na Tabela 2, que o aumento na frequência de auto(s) de resistência é bem mais evidente em periódicos publicados no Rio de Janeiro (JB e GLO) do que em São Paulo (ESP e FSP): isso deve ser reflexo de as duas normas infralegais mencionadas terem sido publicadas por órgãos do então Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro.

É interessante assinalar que a base de dados dos periódicos revela que, desde muito cedo, havia denúncias da dissociação entre eventos efetivamente ocorridos e o que se registrava em autos de resistência:

Os escrivães e o *auto de resistencia*.

Dous escrivães que havia pouco tempo exercião o seu officio, e que nunca tinhão lavrado um auto, havendo sido encarregados de fazerem execução nos moveis de uma commuidade de frades, forão por ella muito bem tosados, em consequencia do que lavrarão um auto, exagerando os excessos perpetrados contra os membros da justiça: “Os quaes assassinos (dizião elles) ultrajarão-nos e maltratando-nos, insultarão tambem a Deos desde os bicos dos pés até a cabeça, e proferirão todas as blasfemias imaginaveis contra o sobredito Deos, sustentando que eramos uns patifes, uns marotos, uns malvados e uns ladrões, o que afirmamos ser verdade, e em fé do que..... &c.” (*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, 31.10.1850, n. 83, p. 3; itálicos meus)¹⁹.

Augmentando o tamanho do perigo, os portadores de boatos e os amphibios, essa gente que milita em campos adversos, faziam crêr aos ameaçados de prisão que seriam assassinados, lavrando-se depois um *auto de resistencia*, com que muito bem se provar ter sido da morte dada durante ella (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22.10.1901, p. 1, itálicos meus)²⁰.

Só quatro dos 12 mantêm a boa fama dos "Homens de Ouro"²¹ da polícia carioca

A boa fama dos *Doze Homens de Ouro* da polícia carioca — seleccionados em 1968, na gestão do General Luís de França Oliveira como Secretário de Segurança — só foi mantida por quatro detetives que participavam do grupo especial, criado para dar combate ao crime, sem limites de Jurisdição. Seis outros foram objeto de investigações por enriquecimento ilícito e envolvimento com quadrilhas de ladrões e dois foram condenados por roubo, homicídio e suborno.

A primeira vítima dos privilégios imunizadores foi o bandido Renato Gomes da Silva, o Renatinho, suspeito de haver assassinado um policial em

¹⁹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709697/329>.

²⁰ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/3225.

²¹ Os “homens de ouro” mencionados na reportagem abaixo integravam um tipo de organização criminosa que era chamada de *esquadrão da morte* desde a década de 1950 no Brasil, termo substituído por *grupo de extermínio* a partir aprox. da década de 1980 (CAMBRAIA, 2013).

Madureira. O marginal foi morto na favela do Pára-Pedro, em Irajá. Daí em diante, dezenas de marginais apareceram mortos e sobre seus corpos os assassinos deixavam cartazes com o símb[o]lo da *Escuderie Le Cocq* – Instituição que congrega policiais de todo o Brasil, em nome de um detetive morto por um bandido: Milton Le Cocq.

LINCOLN MONTEIRO

Delegado de polícia, Lincoln Monteiro foi o responsável pela morte de Renatinho e, com sua equipe, assinou o *auto de resistência* na Delegacia de Irajá, alegando que o bandido resistira à prisão.

Com isso não concordou a Justiça, onde o Inquérito ainda tramita. Lincoln também foi alvo de Investigação por enriquecimento ilícito, mas nada ficou provado. Ele, atualmente, está lotado em "situações diversas" no Departamento Geral de Polícia Civil.

MARIEL MARISCOT

Mariel Araújo Mariscot de Matos, ex-agente de Polícia Judiciária, foi responsável por uma série de crimes de morte e era chefe de quadrilhas de ladrões de carros e falsários. Sua primeira condenação foi resultante de um inquérito que apurou o roubo e a falsificação de milhões de cruzeiros em cheques de viagem.

Posteriormente, foi condenado pela morte do bandido Odair de Andrade Lima, o Jonas. Está condenado a mais de 30 anos de reclusão e responde, ainda, a quatro inquéritos por homicídio. Ele cumpre pena no sistema penitenciário do Rio. (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29.12.1977, 1º caderno, p. 19; *itálicos meus em auto de resistência*)²²

Esse último excerto é de interesse especial, porque evidencia como o auto de resistência se tornou um expediente para ocultar execução sumária e deliberada por parte de agentes do Estado. Veja-se, aliás, que se assinala claramente que houve discordância dos membros do judiciário sobre a validade dos autos de resistência lavrados pelas autoridades policiais.

²² Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/173109.

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo apresentar uma análise jurídico-terminológica em uma perspectiva histórica do termo *auto de resistência*. Hipotetizou-se que o percurso diacrônico desse termo está relacionado a mudanças sócio-históricas. Mais especificamente, durante a ditadura militar no Brasil, criaram-se normas jurídicas que causaram mudanças conceituais no termo *auto de resistência* e essas mudanças conceituais, por sua vez, terão refletido no uso do referido termo.

Com base na análise de normas jurídicas brasileiras, legais e infralegais, foi possível verificar que houve mudanças conceituais: o termo, que originalmente era usado na esfera do direito processual civil no séc. XIX, passou a ser usado também na esfera do direito penal e processual penal no séc. XX. Com base na análise de periódicos brasileiros, pode-se constatar, além disso, que, com as mudanças conceituais introduzidas por duas normas infralegais específicas (a Ordem de Serviço "N", no 803, de 02/10/1969, da Superintendência da Polícia do então Estado da Guanabara, e a Portaria "E", nº 0030, de 06/12/1974, da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro), houve um vertiginoso aumento do emprego desse termo, processo este relacionado à questão da letalidade policial, tal como esclarece Freixo (2016, p. 28):

O auto de resistência é um procedimento administrativo criado para evitar que policiais envolvidos em homicídios sejam autuados e presos em flagrante. Este instrumento parte do pressuposto da legítima defesa do agente e da resistência da vítima em situações de confronto. De 1969 a 1996, esses casos estiveram sob a tutela da Justiça Militar. Em uma pesquisa sobre os autos de resistência registrados entre 1993 e 1995, verificou-se que 98% dos inquéritos foram arquivados a pedido do Ministério Público e aceitos sem contestação pelos membros do Judiciário. A mesma pesquisa constatou que, nesse período, a Polícia Militar do Rio de Janeiro foi responsável por mais mortes que todas as polícias dos Estados Unidos juntas. Dez anos depois o índice de arquivamento de casos de autos de resistência subiu para 99,2% enquanto a polícia fluminense continuava matando mais que o somatório das mortes de toda a polícia norte-americana. Atualmente,

no Rio de Janeiro, uma em cada dez pessoas assassinadas foi morta pela polícia.

Enfim, os dados da pesquisa confirmaram a hipótese postulada de que o percurso diacrônico de um termo está relacionado a mudanças sócio-históricas. Uma dada mudança sócio-histórica (a criação de normas infralegais específicas entre os anos de 1969 e 1974) resultou em mudanças conceituais no termo *auto de resistência* (com ampliação de seu escopo da esfera processual civil para a penal e a processual penal). Essas mudanças terminológicas, por sua vez, causaram uma nova mudança sócio-histórica: elas fizeram com que o termo *auto de resistência* passasse a ser cada vez mais empregado nos casos de ocorrências com mortes causadas por agentes do Estado, pois sua presença resultava em procedimentos especiais no inquérito policial, com alta taxa de arquivamento. Vê-se, portanto, que a terminologia diacrônica é um campo de estudo produtivo para a compreensão da relação entre mudanças sócio-históricas e mudanças terminológicas.

Referências bibliográficas

ACQUAVIVA, M. C. **Dicionário jurídico brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1994.

ALMEIDA, C. M. **Código philipino ou ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey d. Philippe I**. 14. ed. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. 5 vols. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em: 30 set. 2019.

BANDEIRA, L. Qual o debate sobre o projeto que acaba com o auto de resistência no Brasil. **Nexo Jornal**, São Paulo, 8 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/08/Qual-o-debate-sobre-o-projeto-que-acaba-com-o-auto-de-resist%C3%Aancia-no-Brasil>. Acesso em: 30 set. 2019.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

BEZERRA, T. A. **Autos de resistência e violência policial: estratégias utilizadas para negar a violência institucional no registro das mortes dos acusados na guerra contra as drogas em duas capitais brasileiras, Curitiba e Salvador.** 2014. 99 f. Monografia (Bacharelado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8912/1/2014_ThaysAlvesBezerra.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. **Código de Processo Penal.** Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 30 set. 2019.

CABRÉ, M. T. **La terminología: representación y comunicación; elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos.** Barcelona: IULA/Universitat Pompeu Fabra, 1999. (Sèrie Monografies, 3). DOI <https://doi.org/10.1075/tlrp.1>

CAMBRAIA, C. N. Da lexicologia social a uma lexicologia sócio-histórica: caminhos possíveis. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.21, p.157-188, 2013.. Acesso em: 30 set. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.21.1.157-188>

CAMBRAIA, C. N.; JERONYMO, E. B. S. Variação em terminologia: capoeira em Belo Horizonte. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 403-432, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/69894>. Acesso em: 30 set. 2019.

CAMBRAIA, C. N. **Da inconstitucionalidade do auto de resistência no Estado Democrático de Direito.** 60 f. 2018. Monografia (Bacharelado em Direito) — Faculdade Mineira de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Resolução nº 8, de 20 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a abolição de designações genéricas, como "autos de resistência", "resistência seguida de morte", em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime. **Diário Oficial da União**, Seção 1, n. 246, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012, p. 9-10. Disponível em: pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=21/12/2012. Acesso em: 30 set. 2019.

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL. Resolução Conjunta Nº 2, de 13 de outubro de 2015. **Diário Oficial da União**, Seção 1, n. 1, segunda-feira, 4 de janeiro de 2016, p. 8-9. Disponível em:

pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=8&data=04/01/2016. Acesso em: 30 set. 2019.

DINIZ, M. H. **Dicionário jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998. 4 vols.

ECKERT, P. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

FAULSTICH, E. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 281-288, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/566/567>. Acesso em: 30 set. 2019.

FAULSTICH, E. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. **TradTerm**, São Paulo, n. 7, p. 11-40, 2001. Acesso em: 30 set. 2019. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2001.49140>.

FELDKIRCHER, G. F. **Autos de resistência: o extermínio dos invisíveis**. 2015. 89 f. Monografia (Bacharelado em Direito) — Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25461/25461.PDF>. Acesso em: 30 set. 2019.

FREIXA, M. Causes of denominative variation in terminology: a typology proposal. **Terminology**, v. 12, n. 1, p. 51-77, 2006. Acesso em: 30 set. 2019. DOI <https://doi.org/10.1075/term.12.1.04fre>.

FREIXO, M. (rel.) Relatório final e conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para investigar os autos de resistência e mortes decorrentes de ações policiais no estado. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, ano XLII, n. 213, parte II, quarta-feira, 23 de novembro de 2016, p. 28-58. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/131425293/doerj-poder-legislativo-23-11-2016-pg-28>. Acesso em: 30 set. 2019.

GUIMARÃES, D. T. **Dicionário técnico jurídico**. 15. ed. São Paulo: Rideel, 2012.

MARENCO, S. M. D. A. **Variações terminológicas e diacronia: estudo léxico-social de documentos militares manuscritos dos séculos XVIII e XIX**. 2016. 508 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/LETR-AN6LDS/1/1636d.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

MARENGO, S. M. D. A. Mudança linguística à luz da socioterminologia diacrônica: a história da cultura escrita como fator extralinguístico. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão, v. 3, p. 59-76, 2017. Acesso em: 30 set. 2019. DOI <https://doi.org/10.32748/revec.v3i03.8479>.

MARENGO, S. M. D. A.; SOUZA, N. L. S.; FONSECA, M. A. C. de S. Linguística forense em diacronia: apontamentos terminométricos da variação *defloramento/estupro* no Sergipe oitocentista. In: LOPES, N. da S.; SANTOS, E. S. dos; CARVALHO, C. S. de. (org.). **Língua e sociedade**: diferentes perspectivas, fim comum. São Paulo: Blucher, 2019. v. 1, p. 147-166. Disponível em: <https://editor.blucher.com.br/uploads/product/presspdf/1576.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019. DOI <https://doi.org/10.5151/9788580394016-09>

MENUZZI, J. M.; DUARTE, V. Excludentes de ilicitude: localização história. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 101, jun. 2012. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11824. Acesso em: 30 set. 2019.

MISSE, M. (coord.) **“Autos de resistência”**: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/04/PesquisaAutoResistencia_Michel-Misse.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

MISSE, M.; GRILLO, C. C.; NERI, N. E. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciária dos ‘autos de resistência’ no Rio de Janeiro (2001-2011). **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, Edição Especial nº 1, pp. 43-71, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/download/7316/5895>. Acesso em: 30 set. 2019.

MISSE, M.; GRILLO, C. C.; TEIXEIRA, C. P.; NERI, N. E. **Quando a polícia mata**: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Rio de Janeiro: NECVU/Booklink, 2013.

NUNES, N. N. **O açúcar de cana na ilha da Madeira**: terminologia e tecnologia históricas e atuais da cultura açucareira do Mediterrâneo ao Atlântico. 2002. 778 f. Tese (Doutorado em Linguística Românica) – Universidade da Madeira, Funchal, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.13/318>. Acesso em: 30 set. 2019.

PACELLI, E. **Curso de processo penal**. 21. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

PEREIRA, E. S. **Aspectos da variação na linguagem econômica do Brasil colonial**. 137 f. 2012. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Acesso em: 30 set. 2019. DOI <https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-16082013-103224>.

SANTOS, W. dos. **Dicionário jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SILVA, D. P. e. **Vocabulário jurídico conciso**. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SOUZA, I. P. de. **Do engenho à usina: estudo diacrônico da terminologia do açúcar**. 104 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Acesso em: 30 set. 2019. DOI <https://doi.org/10.11606/D.8.2007.tde-26102007-154413>.

VERANI, S. de S. **Assassinatos em nome da lei: uma prática ideológica do direito penal**. Rio de Janeiro: Aldebarã, 1996.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for theory of language change. In: LEHMANN, P.; MALKIEL, Y. (ed.) **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.

ZACONNE, O. **Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Artigo recebido em: 05.02.2020

Artigo aprovado em: 11.04.2020

Ahead of Print em: 22.05.2020